incipit 10

WORKSHOP DE ESTUDOS MEDIEVAIS

UNIVERSIDADE DO PORTO

2021 | 13ª EDIÇÃO

GIHM

U.PORTO

COORDENAÇÃO DE

ANA CLARINDA CARDOSO, ANDRÉ RODRIGUES,

J. CARLOS TEIXEIRA, PAULO MORGADO E CUNHA,

RÚBEN FILIPE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO,

SILVANA R. VIEIRA DE SOUSA

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

BIBLIOTECA DIGITAL, 2022

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal
www.gihmedieval.com

Incipit 10
Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2021

COORDENADORES
Ana Clarinda Cardoso
CITCEM–Universidade do Porto/CHAM–NOVA FCSH-UAç
André Rodrigues
CITCEM–Universidade do Porto/Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne
J. Carlos Teixeira
Universidade Portucalense/CITCEM-Universidade do Porto/CETAPS–NOVA FCSH
Paulo Morgado e Cunha
CITCEM-Universidade do Porto
Rúben Filipe Teixeira da Conceição
CITCEM–Universidade do Porto/Universidade de Santiago de Compostela
Silvana R. Vieira de Sousa
CHAIA–Universidade de Évora

Porto, 2022
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
ISBN: 978-989-9082-13-7

Apoio:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

AEFLUP

U.PORTO

Esta página foi intencionalmente deixada em branco.

Ficha técnica

Título: Incipit 10. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto, 2021
Coordenadores: Ana Clarinda Cardoso, André Rodrigues, J. Carlos Teixeira, Paulo Morgado e Cunha, Rúben Filipe Teixeira da Conceição, Silvana R. Vieira de Sousa
Editor: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital
Local de edição: Porto
Ano de edição: 2022
ISBN: 978-989-9082-13-7
Capa: Ana Clarinda Cardoso
Composição e paginação: J. Carlos Teixeira e Rúben Filipe Teixeira da Conceição

Grupo Informal de História Medieval
Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Via Panorâmica 4150-564 Porto Portugal

www.gihmedieval.com

Índice

Lista de autores 5

Incipit – Apresentação 6
Ana Clarinda Cardoso, André Rodrigues, J. Carlos Teixeira, Paulo Morgado e Cunha, Rúben Filipe Teixeira da Conceição, Silvana R. Vieira de Sousa

A Incipit e os Estudos Medievais 7
Flávio Miranda

1 El Videojuego Medieval en la España de los años ochenta: La Abadía del Crimen, Camelot Warriors y Sir Fred 9
Brenda Rodríguez Seoane

2 As Inquirições Gerais e a «construção» do poder régio entre D. Afonso II e D. Afonso IV (1211-1357) 41
Daniel Marques

3 Infante D. João: o Ínclito desconhecido 50
João Pedro Alves

4 Editing and translating collections of Middle English medical recipes: possible strategies 65
Laura Poggesi

5 O problema da unidade cosmológica na metafísica de Tomás de Aquino 82
Maria Eduarda Machado

6 Transmission of medieval memory and symbols through chronicles 100
Paula Horvat

7 A indústria metalúrgica em Portugal nos séculos XIII-XVI: um projeto de doutoramento. 116
Paulo Morgado e Cunha

8 El Llibre d'intenció de Ramón Llull y su recepción en el Libro de Gracián 130
Roque Sampedro López

9 Os Judeus no Porto Medieval: percursos de investigação e hipóteses de trabalho 143
Rui Queirós de Faria

10 A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica 152
Rute Russo

11 A Língua e o Estilo de Fernão Lopes: questionamento do estilo/autoria lopesianos da segunda parte da Crónica de D. João I..... 168
Sara Machado

Lista de autores

Brenda Rodríguez Seoane
Universidade de Santiago de Compostela
Daniel Marques
Universidade do Porto
João Pedro Alves
Universidade do Porto
Laura Poggesi
University of Pavia – University of Bergamo
Maria Eduarda Machado
Universidade do Porto
Paula Horvat
Catholic University of Croatia
Paulo Morgado e Cunha
CITCEM-Universidade do Porto
Roque Sampedro López
Universidade de Santiago de Compostela
Rui Queirós de Faria
Universidade do Porto
Rute Russo
Universidade do Porto
Sara Machado
Universidade do Porto

Incipit – Apresentação

Onze textos integram o 10º número da Incipit, resultado da 13ª edição do Workshop de Estudos Medievais (WEM), evento que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto entre os dias 8 e 10 de abril de 2021. O evento é organizado anualmente pelo Grupo Informal de História Medieval (GIHM), tendo este por objetivo reunir mestrandos e doutorandos nas diferentes áreas dos estudos medievais de universidades portuguesas e estrangeiras, de forma a que os mesmos apresentem e discutam as suas pesquisas e trabalhos.

A 13ª edição contou com 15 comunicações de autores portugueses, espanhóis, italianos, croatas e russos nas áreas da História, História da Arte, Estudos Literários e Filosofia. Pelo segundo ano consecutivo, o Workshop decorreu de forma inteiramente virtual, devido aos constrangimentos associados à Pandemia da Covid-19, sem que isso tenha interferido no principal intuito do evento, que assenta quer na análise de especialistas aos projetos apresentados, quer nos comentários cruzados entre os participantes.

Como é já habitual, a comissão organizadora do Workshop e a comissão editorial da Incipit deixam aqui palavras de agradecimento àqueles que possibilitaram a concretização destes dois projetos: ao Prof. Doutor Luís Miguel Duarte, responsável científico do WEM; aos participantes na edição de 2021 do Workshop, tanto aos estudantes como aos professores; ao Dr. João Emanuel Leite, que uma vez mais viabilizou a publicação da Incipit na Biblioteca Digital da FLUP; ao Flávio Miranda, um dos fundadores do GIHM, que aceitou o desafio lançado pela comissão editorial, de elaborar um texto comemorativo desta 10ª edição; à direção do Mestrado em Estudos Medievais e do Doutoramento em História da FLUP; à diretora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; à Reitoria da Universidade do Porto; à Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); à Associação de Estudantes da FLUP.

Porto, 11 de março de 2022

Ana Clarinda Cardoso

André Rodrigues

J. Carlos Teixeira

Paulo Morgado e Cunha

Rúben Filipe Teixeira da Conceição

Silvana R. Vieira de Sousa

A Incipit e os Estudos Medievais

Flávio Miranda
CITCEM-Universidade do Porto

O princípio da *Incipit* ocorreu aquando da primeira edição do Workshop de Estudos Medievais (WEM) do Grupo Informal de História Medieval da Universidade do Porto, em 2009, apesar de a sua edição inaugural ter sido publicada em 2011. O seu objetivo inicial era muito simples: permitir que os trabalhos dos estudantes de mestrado e de doutoramento, avaliados por pares e por especialistas nas sessões do WEM, pudessem ser editados e convertidos em artigos científicos. O WEM e a *Incipit* transformaram-se, para muitos estudantes, em tubo de ensaio de uma carreira académica, com uma avaliação pública dos seus projetos de investigação, uma arbitragem dos seus trabalhos, uma revisão dos seus textos e uma publicação da qual se poderiam orgulhar nos seus currículos.

Ao fim de dez edições, a *Incipit* tem agregado artigos de mestrandos e de doutorandos de várias disciplinas: arqueologia, filosofia, história, história da arte, literatura. Existe um predomínio de textos de história medieval, mas a produção científica de outras áreas tem aumentado de forma considerável. Talvez mais extraordinário seja o facto de, na *Incipit*, estarem representadas 27 instituições académicas. São 102 artigos provenientes de universidades portuguesas (64,7%), espanholas (24,5%), italianas (5,9%), francesas (1%), britânicas (1%) e checas (1%), e brasileiras (2%). De entre as portuguesas, existe um predomínio da Universidade do Porto (52%), seguido da Universidade de Lisboa (20%), da Universidade de Coimbra (11%), da Universidade Nova de Lisboa (11%), da Universidade de Évora (5%) e da Universidade do Minho (3%).

Uma breve análise destas percentagens revela dois dados interessantes: a maior parte dos estudantes tem origem em universidades do sul da Europa, talvez porque o WEM se realiza em português, podendo os espanhóis e os italianos comunicar nos seus idiomas originais se assim preferirem; e existe um predomínio de autores oriundos da Universidade do Porto, embora as outras academias estejam bem representadas. Não deixa de ser surpreendente que a universidade com a principal unidade de investigação em estudos medievais em Portugal (o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) esteja tão sub-representada nesta publicação. O futuro passará por atrair cada vez mais estudantes

de outras universidades portugueses e estrangeiras, ao mesmo tempo que se assegura uma projeção maior da *Incipit*, para que possa ser cada vez mais lida e citada.

É difícil de avaliar o impacto do WEM e da própria *Incipit* na vida académica dos estudantes e no avanço dos estudos medievais em Portugal. Apesar disso, convém salientar três pontos. Primeiro, os docentes e investigadores que participaram no WEM são unânimes em afirmar que este evento se tornou num fórum primordial de discussão entre mestrandos e doutorandos. Segundo, uma boa maioria dos atuais investigadores contratados pelas universidades portuguesas passou, em algum momento, pelo WEM ou publicou na *Incipit*. Finalmente, e apesar de não ser exaustiva e totalmente representativa na sua globalidade, a *Incipit* adquiriu um estatuto de repositório de projetos de investigação em estudos medievais. Isto significa que tem sido um ponto de partida para muitos mestrandos e doutorandos atuais, e para aqueles que, no futuro, desejam completar a sua educação e prosseguir uma carreira de investigação.

A *Incipit* é um produto cuja existência depende, diretamente, de muitas pessoas e instituições. Gostaria de salientar a importância de todos os docentes e investigadores para o enriquecimento do debate científico. E de agradecer a edição feita pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Por fim, é importante valorizar todos os estudantes de mestrado e de doutoramento que mantêm vivo o espírito do WEM e da *Incipit*.

Apesar de eu ter sido o principal responsável pela fundação do WEM e da *Incipit*, sempre desejei que o evento e a publicação pudessem ter uma continuidade para além dos seus coordenadores, para que o gosto e o entusiasmo iniciais nunca se perdessem. A *Incipit* atinge, em 2022, a sua décima edição não por causa de quem a fundou, mas pelo empenho e comprometimento de todos aqueles que integraram o GIHM ao longo dos anos. Espero que a *Incipit* possa continuar a sua missão de estimular a discussão e o melhoramento da investigação em estudos medievais por muitos mais anos.

Lavra, 10 de março de 2022

FM

El Videojuego Medieval en la España de los años ochenta: *La Abadía del Crimen*, *Camelot Warriors* y *Sir Fred*

Brenda Rodríguez Seoane
Universidade de Santiago de Compostela
https://orcid.org/0000-0002-8128-7263

Resumen:

Los videojuegos forman parte de una industria del entretenimiento a la que cada vez se le unen más adeptos, gracias en gran medida a su contenido audiovisual y a la libertad de decisión que éstos proporcionan. Desde su nacimiento ha vivido una constante evolución y crecimiento, siendo los años ochenta y principios de los noventa el momento de mayor auge en España. La conocida como Edad de Oro del Software Español trajo consigo una gran cantidad de títulos, compañías y autores, de las que la temática medieval es sólo un pequeño ejemplo. Juegos como Camelot Warriors, Sir Fred o La Abadía del Crimen son referencias sobre esa representación neomedieval.

Palabras clave:

Neomedievalismo, Dinamic, Made in Spain, Edad de Oro, videojuegos.

Abstract:

Video games are part of an entertainment industry to which they are increasingly associated, thanks largely to their audiovisual content and the freedom of decision they provide. Since its birth it has experienced a constant evolution and growth, with the eighties and early nineties being the moment of greatest boom in Spain. The Edad de Oro del Software Español brought with it a large number of titles, companies and authors, of which the medieval theme is only a small example. Games like Camelot Warriors, Sir Fred or The Abbey of Crime are references to this neo-medieval representation.

Keywords:

Neomedievalism, Dinamic, Made in Spain, Edad de Oro, video games.

1. Introducción

En un período transformador socialmente como es el comprendido entre mediados del siglo XX y principios del XXI, la sociedad de la información demanda unas nuevas formas de evasión de la cotidianeidad. Este proceso de evolución y cambio en la forma de aprovechamiento del ocio así como el avance de las tecnologías de comunicación, ha hecho posible el auge del videojuego como una herramienta emergente del entretenimiento contemporáneo.[1] Como elementos interactivos, los videojuegos no

[1]Asociación Española de Videojuegos, "El videojuego en el mundo", http://www.aevi.org.es/la-industria-del-videojuego/en-el-mundo/ (Consultado el 20-2-2021).

sólo proyectan una historia concreta sino que van un paso más allá, haciendo posible que los jugadores formen parte del relato que contienen.

Dentro del inmenso volumen de títulos, la temática medieval es uno de los recursos utilizados como contexto, como también pasa en las novelas o el cine históricos. Por ello, el objetivo de esta comunicación es el estudio de tres juegos sobre la Edad Media como ejemplos de los productos culturales contemporáneos. Asimismo, desarrollaremos un análisis de dicho contenido medieval encuadrados en la producción española de los años ochenta. Con ello buscamos conocerlos, examinarlos y describirlos para después reflexionar sobre la visión de lo medieval expuesta en la sociedad contemporánea.

El enfoque metodológico se encuadra en el neomedievalismo y su representación en la cultura digital, centrándose en la industria de los videojuegos como forma de acotación. Por ello, en un primer punto es necesario abordar la cuestión historiográfica del neomedievalismo y su aparición en los videojuegos, reflexionando en las diversas definiciones y aclaraciones que este término ha sufrido a lo largo del tiempo.

A partir de este contexto metodológico, realizaremos un breve repaso por la industria del videojuego en la España de mediados de la década de los años ochenta y principios de los noventa. El porqué de este período es debido a ser considerado como la época de mayor evolución, crecimiento y auge de la producción y distribución de videojuegos en España, reconocida como La Edad de Oro del Software Español.

En un tercer punto se llevará a cabo un análisis de los títulos *La Abadía del Crimen*, *Camelot Warriors* y *Sir Fred*. La explicación a dicha elección y no otra se debe por un motivo triple. El primer factor es la selección de títulos creados y distribuidos por empresas españolas y no tratar de analizar títulos extranjeros distribuidos a nivel nacional, ya que contamos con un largo recorrido en nuestro país. Un segundo elemento entronca con el primero, ya que los títulos deben reflejar el trabajo de compañías desarrolladoras diferentes para poder entender ese aumento de la industria del videojuego desde mediados de la década de los años ochenta del siglo XX. Así, trataremos la creación de *Camelot Warriors* de la mano de Dinamic, del desarrollo de *Sir Fred* por la compañía Made in Spain y por último, la aparición de La Abadía del Crimen por parte de Paco Menéndez y Juan Delcán. El tercer elemento pero no menos importante trata sobre la estrecha relación que todos estos títulos guardan con lo contemporáneo en algún nivel de la descripción, ya que es evidente la importancia del juego temporal.

Para poder analizar los títulos, empresas y autores, se ha realizado una búsqueda bibliográfica en medios impresos coetáneos como las revistas de Microhobby o Micromania entre otras, además de recursos digitales como bases de datos y páginas web especializadas. También serán utilizadas entrevistas con los autores, analizadas las carátulas y libretos, así como el desarrollo de los elementos constitutivos de los mismos.

2. Enfoque metodológico. Neomedievalismo y videojuegos

El término neomedieval fue tratado por Umberto Eco en los años 70 dentro de su ensayo *Dreaming the Middle Age,* donde reflexiona sobre el deseo de la sociedad de volver a la Edad Media como punto de partida de sus orígenes.[2] A partir del trabajo de Eco se han desarrollado diferentes definiciones en torno al neomedievalismo, siendo una de ellas la que aportan Robinson y Clements y la *Medieval Electronic Multimedia Organization*. En ella, se explica como toda representación contemporánea de lo medieval que, en contraposición del medievalismo anterior, no busca reflejar el período histórico sino reemplazarlo en múltiples Edades Medias individuales y colectivas.[3] A partir de esta hipótesis, surgieron algunos debates en torno a su consideración como corriente historiográfica propia o una mera continuación del medievalismo anterior con Kaufman, Shippey, Holger Petersen o Emery.[4]

Teniendo dicha definición presente, nos encontramos con diversas manifestaciones neomedievales en la actualidad, siendo los videojuegos una de ellas. Entendidos como una forma de entretenimiento, los títulos de temática medieval beben tanto de elementos históricamente reales como de aquellos toques de fantasía que rememoran las obras románticas del XIX. Así, al igual que otras manifestaciones actuales, se basan en diferentes tópicos reconocidos por la sociedad como lo medieval. Pero, ¿cuáles son los elementos de los videojuegos como representación de una "nueva Edad Media"? Aunque diversos y numerosos, se podrían resumir en todos aquellos títulos que pueden tratar una temática medieval, se basen en un personaje o hecho histórico, así como todos aquellos que seleccionan elementos medievales para

[2] Umberto Eco, *Travels in Hyperreality,* (Mariner Books, 2014): 64.
[3] Carol L. Robinson, "A Little History", MEMO, http://medievalelectronicmultimedia.org/?page_id=39 (Consultado el 01-09-2020).
[4] Las diversas opiniones en torno al concepto neomedieval aparecen en la obra conjunta de Karl Fugelso, *Studies in Medievalism(s) XIX: Defining Neomedievalism(s) II* (2011).

extrapolarlos a un contexto espacio-temporal sin guardar relación con el mismo.[5] A partir de este uso de lo medieval, se reconstruyen mundos relacionados popularmente con este período en ese juego de relación entre lo real y lo fantástico. Por ello, hemos decidido analizar tres videojuegos de dicha temática, *Camelot Warriors*, *Sir Fred* y *La Abadía del Crimen*. Con la descripción de las portadas y libretos queremos analizar cuáles son los elementos que les confieren la caracterización como medieval, además de observar la interrelación entre elementos de dicho período y lo contemporáneo.

3. Marco contextual. El videojuego en la Edad de Oro del Software Español

Los títulos escogidos y que forman parte de la tesis son una muestra de la creación española de los años ochenta, conocido posteriormente como Edad de Oro del Software Español. El punto de partida comenzó con la llegada de los ordenadores ZX Spectrum,[6] seguido del nacimiento de la distribución nacional gracias a la aparición de *Indescomp*. Esto, unido a la llegada de revistas internacionales de videojuegos, motivó la difusión de títulos y la creación de clubes de usuarios y revistas españolas especializadas como *Microhobby* o *Micromanía*. Debido al gran volumen de ventas y al creciente uso de los ordenadores, hubo jóvenes que decidieron dedicar su tiempo libre a la programación y desarrollo tanto de versiones como de creaciones propias. Así es como nacen las primeras desarrolladoras en España, como *Dinamic*, *Opera Soft* o *Made in Spain*.

3.1. Compañías y distribuidoras

La primera compañía desarrolladora en la que nos centraremos es *Dinamic,* creadora y distribuidora del videojuego *Camelot Warriors*. Fundada por los hermanos Ruíz Tejedor en 1984, consiguió llegar a ser una de las compañías más importantes de la época. Sus inicios se remontan a un anuncio en la revista ZX en 1984 para difundir sus dos primeros títulos, *Yenght* y *Artist,*[7] de los cuales consiguieron realizar una cantidad importante de copias que les motivaron para seguir produciendo títulos,

[5] Victoria Elizabeth Cooper, "Fantasies of the North": Medievalism and Identitiy in Skyrim", (University of Leeds, 2016): 11.

[6] Ordenadores personales creados por Clive Sinclair y de coste reducido. Rafael Menéndez-Barzanallana Asensio, "Los microordenadores se hacen familiares. 1981-1983", Universidad de Murcia, https://www.um.es/docencia/barzana/DIVULGACION/INFORMATICA/Historia-microinformatica-1981-1983.html (Consultado el 17-8-2020).

[7] *Artist* fue un programa de edición de gráficos para usarlo en la creación de videojuegos, creado por Víctor Ruiz. Atila Merino*, Un Pasado Mejor. La Edad de Oro del Software Español,* (Gamepress, 2019): 7.

algunos conocidos en la época como *Navy Moves* o *Fernando Martín Basket Master*[8] entre otros.

Tanto *Opera Soft*, distribuidora final de *La Abadía del Crimen*, como *Made in Spain*, desarrolladora de *Sir Fred*, están ligadas a la primera distribuidora española, *Indescomp*. Esta compañía creada por José Luis Domínguez contó con el trabajo de estos programadores y grafistas para poder distribuir en español videojuegos que llegaban de otros países. A partir de su absorción por Amstrad en 1987, decidió centrarse en el desarrollo de hardware, lo que provocó la salida de estos desarrolladores para seguir de una forma independiente y la aparición de las dos compañías.[9]

Made in Spain fue formada por Camilo Cela, Carlos Granados, Paco Menéndez y Fernando Rada[10] cuando se independizaron de *Indescomp* motivados en gran medida por la poca acogida de su primer título, *Fred*, en el extranjero[11]. En sus inicios, su distribuidora era la academia "Mr. Chip", propiedad del padre de Paco Menéndez, hasta que en 1986 deciden crear su propio sello de publicación y distribución, *Zigurat*.[12]

Opera nació en 1986 de la mano de Pedro Ruiz junto a José Antonio Morales, Fernández Maquieira, Paco Suárez y Carlos Alberto Díaz de Castro. Su éxito fue posible gracias a contar con uno de los ordenadores más potentes de la época, Philips Microprocessor Development System o PMDS, que permitía crear títulos en diversos formatos como Amstrad, Spectrum o MSX.

3.2. Autores

El creador de *Camelot Warriors*[13] en 1986 fue Víctor Ruiz, programador y miembro de *Dinamic*.[14] Su objetivo era realizar un videojuego de temática medieval llamado *Excalibur*, cuyo título cambió influenciado por un juego que estaba desarrollando su

[8] El videojuego *Fernando Martín* fue uno de los títulos más vendidos en España. "Dinamic", Amstradesp, https://www.amstrad.es/doku.php?id=companias:dinamic (Consultado el 12-5-2019).
[9] *Indescomp* publicó el primer videojuego español para ordenador, *La Pulga*, el cual llegó a distribuirse en Reino Unido. Atila Merino, *Un Pasado Mejor*: 9.
[10] En un primer momento sólo eran Carlos Granados y Fernando Rada; aunque posteriormente se les unió Camilo Cela y, por último, Paco Menéndez. Atitla Merino, *Un Pasado Mejor*, 70-71.
[11] Atila Merino, *Un Pasado Mejor*: 65.
[12] Atila Merino, *Un Pasado Mejor*: 69.
[13] "Camelot Warriors", *MicroHobby*, 67 (1986): 11.
[14] Los gráficos del juego fueron realizados por Nacho Ruiz, Santiago Morga, Víctor Ruiz y Luis Rodríguez. Atila Merino, *Un Pasado Mejor*: 4-25.

hermano Nacho.[15] Cuando fue publicado, *Camelot Warriors* cosechó tanto éxito que la distribuidora inglesa *Ariolasoft* decidió exportarlo al Reino Unido.[16]

Sir Fred fue una obra conjunta de todos los componentes de *Made in Spain*. Fernando Rada, preguntado por las motivaciones para crear títulos nuevos, comentó que primero desarrollaban las ideas de las nuevas creaciones fijándose en los nuevos retos tecnológicos que les podían surgir con ellas.[17] En la elaboración de *Sir Fred* se partió de la base de su anterior título, *Fred* y de su concepción como videojuego de plataformas.

La Abadía del Crimen fue creada por Paco Menéndez y Juan Delcán en 1987. Menéndez, una vez terminado *Sir Fred* con *Made in Spain*, decide abandonar la compañía para crear una adaptación de la novela de Umberto Eco *El Nombre de la Rosa*. Aunque en un primer momento fue distribuida por "Mr. Chip", el poco calado en ventas le hizo terminar el juego y lanzarlo con *Opera Soft*.[18]

4. Análisis de lo medieval en los videojuegos

Después de contextualizar su creación propia, pasamos a analizarlos, no sólo examinándolos individualmente, sino de forma colectiva en base al arte de sus portadas y la publicidad creadas *ad hoc* para realizar una perspectiva doble.

4.1. Análisis de las portadas

Las portadas son el elemento visual de marketing utilizado para situar el desarrollo de la historia y llamar la atención del público. Algunos de los ejemplos más representativos del arte de la época se encuentran en las creaciones de ilustradores como Alfonso Azpiri o Luis Royo (fig.1 y 2).

El primer punto es la ambientación espacial, ya que es el escenario donde se va a desarrollar el juego. Si observamos las tres portadas podemos ver que se suceden escenas típicamente relacionadas con la Edad Media en la cultura popular. Así, en *Sir Fred* se nos representan las almenas de un castillo (fig.3), en la abadía en *La Abadía del Crimen* (fig.4) y la mazmorra/cueva en *Camelot Warriors* (fig.5). Aunque diversas, todas ellas guardan un elemento común, el anhelo por demostrar acción y movimiento,

[15] "Snatcho estaba haciendo un programa con el nombre *Tokio Warriors* (…) [que] fue pisado por otra empresa (…) como el logo nos gustó mucho cambiamos Tokio por Camelot". Atila Merino, *Un Pasado Mejor*: 8.
[16] Atila Merino, *Un Pasado Mejor:* 28.
[17] Atila Merino, *Un Pasado Mejor:* 69.
[18] Isabel María Benítez, "La Abadía del Crimen", Amstrad User, 30 (1988): 54.

tanto en la representación de un salto desde el castillo como una lucha contra un enemigo o una investigación en una abadía.

En *Sir Fred* podemos observar las almenas de un castillo en las que un caballero está rescatando a una dama. Esta primera portada es llamativa porque fue realizada por Juan Delcán, grafista y autor de la portada de *La Abadía del Crimen*.[19]

Por otra parte, en *La Abadía* la portada es la representación de *El Nombre de la Rosa* por parte de Juan Delcán, donde nos presenta la zona prohibida de la biblioteca de la abadía. En contraposición con la anterior portada, podemos ver una mayor cantidad de detalles en este segundo ejemplo, seguramente producidos gracias al gran trabajo de investigación de la arquitectura religiosa llevada a cabo por Delcán.

Por último, en *Camelot Warriors* se nos representa una escena de lucha ambientada en una cueva o mazmorra realizada por Alfonso Azpiri. Ésta es otra de las localizaciones usadas en gran parte de los videojuegos de temática medieval, en gran medida desarrollados a partir de los juegos de rol de Dragones y Mazmorras. La temática común a todos ellos es el enfrentarse a una serie de enemigos, en muchas ocasiones dragones y diversos monstruos, en una sucesión de laberintos de mazmorras. Nos encontramos con portadas muy similares a este título en la serie *Advanced Dungeons & Dragons*, una serie de juegos que salieron para diversas plataformas a lo largo de las décadas de los ochenta y noventa. Aunque guardan similitudes en su planteamiento gráfico, la portada del juego de Dinamic es anterior a esta saga para ordenadores, ya que A*dvanced Dungeons & Dragons*. *Pool of Radiance* (fig.6) salió a la luz en 1988 mientras que la edición coleccionista que podemos ver es de 1990 (fig.7).

Así como la ambientación, otro de los elementos más llamativos en las portadas de los videojuegos es la representación del protagonista, de los diversos personajes y de sus objetos. El cuidado en el estilismo, posición e interacción de los mismos con el potencial jugador es un elemento más de ese marketing que ya hemos mencionado. Por tanto, tiene que reflejar una actitud atractiva, enérgica y cargada de unos valores simbólicos y universalmente reconocibles.

En la portada de *La Abadía del Crimen* (fig.4) nos encontramos con un monje franciscano que interactúa con el espectador mirando hacia él. Es la representación

[19] Zemman y Mandrake el Mago, "Entrevista a Juan Delcán (Made in Spain/Opera Soft)", *Computeremuzone*, https://computeremuzone.com/?id=entrevista&pg=11 (Consultado el 23-09-2019).

que Juan Delcán ha realizado de fray Guillermo de Barkerville, en este caso de Occam para evitar el plagio de la novela de Eco. Por eso aparecen tres elementos claramente identificables si uno ha jugado o a leído *El Nombre de la Rosa*, como son el espejo, las gafas y el pergamino, parte de las pistas que harán posible la resolución de los diversos asesinatos ocurridos en la abadía. Además, en los títulos de la época la carátula también contenía en su parte posterior fragmentos de escenas de los mismos así como un pequeño resumen en ocasiones. Con ello se hacía posible una pequeña aproximación a lo que nos encontraríamos al jugar. Gracias a toda esta información aportada el jugador sabe que va a ser un monje que debe resolver una serie de misterios en una abadía medieval.

Otro personaje comúnmente relacionado con el período medieval es el caballero y así lo podemos ver tanto en *Camelot Warriors* (fig.5) como en *Sir Fred* (fig.3). En el primero, podemos ver un caballero que viste una armadura de placas basada en la película Excalibur, [20] así como una espada. Se encuentra en actitud de ataque frente a un dragón. Por tanto, el protagonista que se nos ha dibujado en este título es una versión del ilustrador originada en una manifestación anterior contemporánea como es el cine. Siguiendo el ejemplo de una gran cantidad de títulos influenciados por la industria británica, la representación es la del caballero artúrico, referencia que aparece implícita en la palabra Camelot. Lo que se nos muestra es el encuentro con lo fantástico, en este caso un dragón, uno de los símbolos utilizados en los videojuegos de fantasía medieval. Así, tanto la portada como el libreto reconstruyen una gran aventura épica preparada expresamente para el jugador.[21]

Por su parte, *Sir Fred* (fig.3) ofrece una visión diferente pero también utilizada en la representación del caballero medieval en la cultura popular. Nos encontramos con un joven que no lleva coraza ni armadura, agarra de forma férrea una cuerda con una de sus manos mientras que con la otra sujeta a una dama. Aquí se intuye otro de los temas más utilizados para revivir la idea romántica de la Edad Media, el ideal caballeresco según el cual el valiente joven debe rescatar a su amada, siendo ésta una doncella en apuros. Esta escena que ilustra la portada no se corresponde en gran medida, como ya hemos comentado, con el desarrollo del juego. Esto nos lo demuestran las diferentes capturas de pantalla que aparecen en la parte posterior de

[20] "Cómo se hizo el Camelot Warriors", *MicroHobby Especial 2* (1984): 56.
[21] "Camelot Warriors", Amstrad Esp, https://www.amstrad.es/lib/exe/fetch.php?media=manuales:camelot-warriors-erbe-instrucciones-01.jpg (Consultado el 25-5-2019).

la misma. Esta afirmación no sólo se basa en el aspecto físico del protagonista, sino en la disposición gráfica del propio título.

4.2. Análisis del argumento

Un segundo examen se basa en el argumento de la narración del videojuego, es decir, de qué trata y qué elementos de lo medieval se puede encontrar el jugador una vez decide comenzarlo. En general, los títulos que aparecen en estos momentos iniciales de la industria en nuestro país se encuentran en una etapa de formación, donde se intentan resolver problemas de juego más que narrativos. Esta circunstancia es producida por la poca capacidad de los ordenadores Spectrum, haciendo que los aspectos técnicos condicionasen el desarrollo. Esta característica se puede ver teniendo en cuenta las publicaciones de las revistas de la época, en la que la mayoría de videojuegos eran de plataformas y basados en máquinas recreativas, como el título británico *Dragon's Lair* (fig.6).

Empezando por el título creado por Dinamic, un análisis del libreto de *Camelot Warriors* nos enseña una gran cantidad de elementos medievales que nos vamos a encontrar a lo largo de las diversas escenas del juego. El argumento se basa en la aparición en el reino de Camelot de cuatro elementos del siglo XX, "La voz de otro mundo, el espejo de la sabiduría, el elixir de la vida y el fuego que no quema".[22] Nuestro protagonista, el caballero más valiente de todos con los que cuenta el rey Arturo, ha sido enviado para recuperar esos objetos y presentarlos a los guardianes de cada mundo para que éstos los destruyan y salvar el reino. Para ello, se tendrá que enfrentar a diversos enemigos con la ayuda de su espada y de su pericia, hasta conseguir resolver el misterio final. Los cuatro mundos que debe recorrer son el bosque de Trapisonda, gobernado por Aznaht, el druida (fig.7), el lago, reinado por Kindo, el hermano de Neptuno (fig.8), las grutas en las que se encuentra Azornik el dragón (fig.9) y, por último, el castillo de Camelot, donde se encuentra el rey Arturo (fig.10). En cada uno de estos mundos el protagonista se va a encontrar con una serie de peligros en forma de diversos monstruos. Así, en el bosque aparecerán una serie de animales que intentarán atacar al caballero (fig.11) mientras que en el lago tendremos que luchar contra peces asesinos y medusas eléctricas (fig.12). En el tercer mundo, el de las grutas, será un ambiente difícil para el caballero ya que le costará respirar al estar bajo tierra.

[22] "Camelot Warriors", *MicroHobby,* nº67 (1986): 11.

Por último, en el castillo de Arturo nos encontraremos diversos animales así como la aparición de fantasmas (fig.13).[23]

Por tanto, en este primer título podemos ver que los creadores realizaron un trabajo de conexión entre la figura del Rey Arturo y el caballero valeroso, a la par de una introducción de elementos actuales reconocidos como son los objetos que debe eliminar el protagonista. Lo que nos encontramos en la sucesión de escenas finales es la ambientación de un interior de un castillo medieval, utilizando para ello las armaduras como elemento decorativo, así como las lámparas y las vidrieras que recorren todo el edificio. Todo lo demás es bastante esquemático por los problemas de memoria de los videojuegos, pero que representan una de las múltiples Edades Medias.

Por su parte, la idea de un videojuego medieval en la obra de *Sir Fred* estuvo supeditado al deseo de realizar una obra de plataformas como la anterior creación de *Made in Spain,* lo que implicó un desarrollo narrativo más limitado. Aún con estos condicionantes, la creación del protagonista como valiente caballero medieval llamado Sir Fred que debe salvar a su amada Dulzaina, secuestrada en el castillo de los Beni-Gómez (fig.14). El objetivo es conseguir atravesar todas las estancias del castillo con ingenio hasta encontrarla y salvarla.[24] El elemento característico de este videojuego es el tratamiento irónico del ideal caballeresco, ya que Sir Fred es un caballero con una gran barriga y de poca estatura. Por tanto, aunque su condición física no es la representada en los videojuegos de la época, este caballero sigue demostrando gran arrojo e ingenio, las únicas armas con las que cuenta para poder cumplir su misión.[25] En su empeño por rescatar a Dulzaina, Sir Fred puede llevar cuatro objetos para moverse tanto por los exteriores como el interior del castillo, algunos de los cuales son específicos de las estancias en las que se encuentra. Algunos de estos objetos guardan relación con el menaje que se puede encontrar en un castillo medieval, como son las cuerdas, las cruces, las flechas, las llaves, una espada o una antorcha. Entre ellos, la

[23]"Camelot Warriors", Amstrad Esp, https://www.amstrad.es/lib/exe/fetch.php?media=manuales:camelot-warriors-erbe-instrucciones-01.jpg (Consultado el 05-05-2019).

[24] "¿Qué es lo que puede mover a un caballero a realizar las más osadas proezas y embarcarse en las más peligrosas aventuras? Pues evidentemente el amor de una dama". "Un caballero Made in Spain", MicroHobby, 60 (1986): 12.

[25] "Pero no hay ya espacio para la duda ni tiempo para echarse atrás. La decisión está ya tomada. La tierra corre, casi vuela bajo el empuje firme e implacable de sus pies…". "Sir Fred", Amstrad Esp, https://www.amstrad.es/lib/exe/fetch.php?media=cubiertas_disco:sir-fred-mister-chip-caratula-disco-02.jpg (Consultado el 28-05-2019).

espada será un fiel aliado del caballero, ya que tendrá que enfrentarse a los guardias reales que custodian el castillo.

En cuanto a los escenarios, el jugador podrá encontrarse en los alrededores del castillo como en el interior, en el que se repiten algunos elementos ya citados en *Camelot Warriors*. Entre ellos, podemos ver la fortaleza de piedra rodeada por un bosque y un foso, por la cual se puede acceder a través de un puente levadizo custodiado por un guardia real (fig.15). También son interesantes los gráficos en cuanto a la construcción de los torreones y balaustradas (fig.16), así como las caballerizas, que intentan reconstruir la ambientación de una forma creíble aún con los condicionantes de la época (fig.17). En el interior nos encontramos con vidrieras, antorchas e incluso una catapulta como decoración típicamente relacionada con lo medieval (fig.18). En esta sucesión de habitaciones se corona con la llegada al torreón más alto, en el que se encuentra nuestra amada para ser salvada (fig.19).

Por último, *La Abadía del Crimen* es diametralmente diferente a los otros dos títulos mencionados en cuanto a su concepción, ya que es la historia es una adaptación de la novela *El Nombre de la Rosa* y, por tanto, muchos elementos son tomados de la misma. Teniendo esta premisa en mente, la historia que se nos muestra es la llegada de un monje franciscano, Gullermo de Occam, y su novicio Adso de Melk a una abadía italiana para asistir a una reunión de corte teológico. En el instante de su llegada, el abad sale a su encuentro y les comunica que ha ocurrido un asesinato, el cual deben resolver en siete días, momento de la llegada del inquisidor Bernardo Gui. El objetivo del juego es que el jugador debe llevar a cabo dicha averiguación y resolución aunándola con todos los preceptos de la regla benedictina, como "asistir a los oficios y a la comida, de noche debéis estar en vuestra celda".[26] El incumplimiento de las mismas provocarán la expulsión de la abadía y, por tanto, comenzar de nuevo el juego.

Hay varios puntos importantes en este juego y diferentes a todo lo comentado anteriormente, comenzando por su protagonista, ya que éste no representa en cierto modo al de la novela de la que proviene. Mientras que en Eco el encargado de la investigación es Guillermo de Baskerville, en clara referencia al personaje de Arthur Conan Doyle, Menéndez y Delcán decidieron el nombre de Guillermo de Occam. De hecho, en el libreto del juego se nos presenta el problema teológico del siglo XIV y la

[26] Paco Menéndez and Juan Delcán, "La Abadía del Crimen", Opera Soft (1986).

figura del filósofo medieval en el conflicto entre el poder secular y el Papado.[27] Por tanto, no sólo se presenta un argumento de una novela y posterior película, sino que la acción se ambienta en un conflicto real como el enfrentamiento entre Papado y el revisionismo realizado por Ockham.

Por su parte, las referencias a la novela son constantes, desde el desarrollo de la narración hasta su ambientación, siempre teniendo en cuenta la problemática técnica y gráfica. De la misma forma que en la novela, el narrador es Adso de Melk, cuando ya anciano, escribe un pergamino contando el relato que vivió junto a Guillermo de Occam en la abadía italiana en 1327 (fig.20). Si nos remitimos a la novela, Adso nos describe de forma pormenorizada cómo se asienta la abadía, el recinto que la conforma e incluso la planta. Sin embargo, en el videojuego se hace imposible poder presentar de la misma forma el edificio debido a los problemas de memoria. Aún con dichos factores, Juan Delcán tardó un año en llevar a cabo el diseño arquitectónico, basándose tanto en la descripción de Eco como en abadías de Francia, Alemania, Cataluña e Italia (fig.21).[28] A partir de sus estudios y salvando las dificultades técnicas, decidió formar un edificio único interconectado, sirviéndose para ello de la perspectiva isométrica.[29] Gracias a esta perspectiva se consigue dar un enfoque de desorientación en el jugador, lo que hace posible el desarrollo de la ambigüedad de la narración. Por otra parte, la referencia central de todo el edificio es la biblioteca y el recelo con el que se guardan las obras en ella (fig.22). Delcán decidió llevar a cabo un laberinto en el que se consiguiese un entramado difícil hasta su momento culmen con la figura de Jorge de Burgos, bibliotecario ciego que hace referencia al escritor Jorge Luis Borges (fig.23).[30]

Sin extendernos mucho más en todos los aspectos que se pueden analizar en este juego, nos parece interesante comentar la representación de la vida monástica benedictina que también se inserta en este título (fig.24). Siguiendo el desarrollo de la acción de *El Nombre de la Rosa,* el videojuego está fragmentado en siete días, dividido cada uno de ellos en las diversas horas en las que se deben realizar con diligencia los

---

[27] Libreto del videojuego *La Abadía del Crimen*. Paco Menéndez y Juan Delcán, "La Abadía del Crimen", Opera Soft (1986).

[28] Zemman y Mandrake el Mago, "Entrevista a Juan Delcán (Made in Spain/Opera Soft)", Computeremuzone, https://computeremuzone.com/?id=entrevista&pg=11 (Consultado el 23-09-2019).

[29] Antonio Giner, "El ingeniero cinematográfico. Una mirada arquitectónica a La Abadía del Crimen". En *Obsequium. Un relato cultural, tecnológico y emocional de la Abadía del Crimen,* coordinado por Jaume Esteve Gutiérrez, España: Ocho Quilates, 2014. https://www.amazon.es/ (Consultado el 26-08-2020).

[30] Félix García Matarranz, "Borges y El Nombre de la Rosa", *Anales de literatura hispanoamericana* (Editorial Universidad Complutense, 1987), 123-4.

compromisos religiosos que mandan los prefectos de la orden. Cada uno de los monjes debe presentarse en la capilla (fig.25) en las horas establecidas, así como comer junto al resto de la abadía en el refectorio (fig.26). Además, cada uno tiene una función propia dentro de la misma, bien en el *scriptorium* (fig.27) o en otras dependencias como la biblioteca o el herbolario. Por tanto, se representa el funcionamiento de una abadía medieval y las características principales de las normas realizadas por san Benito, siendo la noche el único momento adecuado para llevar a cabo la investigación.

5. Análisis de elementos contemporáneos en lo medieval

Estos videojuegos fueron seleccionados en gran medida por su interrelación entre dos períodos temporales distintos como son el medieval y el contemporáneo. Estos elementos forman parte del desarrollo de la narración, en muchas ocasiones uniéndose con la misma y pasando desapercibidos, así que es necesario mencionarlos. Por un lado tenemos a *Camelot Warriors* y los elementos externos que aparecen; por otro, *Sir Fred* y la parodia del caballero; y por último, *La Abadía del Crimen* y la novela histórica.

El título que contiene unas referencias más claras a la contemporaneidad es sin duda *Camelot Warriors* ya que el propio objetivo del juego es encontrar diversos objetos que provienen del siglo XX. Así tenemos "el fuego que no quema" para referirnos a una bombilla (fig.28), "el espejo de la sabiduría" para el televisor (fig.29), "el elixir de la vida" para la Coca Cola (fig.30) o "la voz de otro mundo" para hacer referencia al teléfono (fig.31). El porqué de estas apariciones nos es revelado al final por el rey Arturo, ya que el protagonista no es un caballero medieval sino un joven del siglo XX que se quedó dormido viendo una película sobre la Edad Media[31]. De hecho, la pantalla final aparece la frase "no temas Johny, sólo ha sido una pesadilla"[32], lo que en su momento Alfonso Azpiri definió como "una mezcla de lo medieval con la ciencia ficción, lo que en cómic se denomina '*sword and sorcery*' o espada y brujería"[33].

En *Sir Fred* lo contemporáneo se relaciona con lo medieval en cuanto a la doble descripción del ideal caballeresco, en clave de parodia. Por una parte, las continuas referencias que se hacen en el juego ya desde la lectura del libreto, se basan en códigos

[31] "Johny llevaba varias semanas insomne. Había imágenes que se repetían en su mente: el televisor que distraía sus veladas, el teléfono que le atormentaba sin cesar, (…) En la tele daban una estupenda película del mundo medieval y nuestro héroe, presa del cansancio acumulado durante días, cayó en brazos de Morfeo, al tiempo que las imágenes de guerreros se mezclaban con sus vivencias de este siglo. En la mente de Johny Jones había surgido el mundo de Camelot Warriors". "Camelot Warriors", *Amstrad User* 16 (1987): 5.
[32] "Camelot Warriors", *MicroHobby Amstrad* 54 (1986): 14-15.
[33] "Camelot Warriors", *MicroHobby Especial* 2 (1986): 56.

de caballería, así como en novelas de temática caballeresca y su contenido sentimental.[34] Por otra, la representación popular de la condición física del caballero medieval está basada en los cánones contemporáneos, representándose hombres jóvenes y fuertes. Aquí es donde se encuentra la parodia de este juego, ya que Sir Fred no es un apuesto joven sino entrado en años, con una gran barriga y una nariz de dimensiones considerables (fig.32).

Por último, *La Abadía del Crimen* guarda una estrecha relación con la actualidad ya que es una reinterpretación de una novela histórica creada en el siglo XX y versionada en la película homónima de 1986. Al ser una manifestación basada en otra anterior, Paco Menéndez lo que decide es hacer una selección de las referencias claves para él en su explicación del relato, las cuales han contado con una selección anterior de Eco y condicionando la visión anterior del desarrollo. Además, otro elemento contemporáneo en el que también se basa la obra de Eco es la representación de Guillermo de Occam referencia al detective creado por Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes.

6. Conclusiones

La primera conclusión a tener en cuenta es la necesidad de llevar a cabo una historia de los videojuegos realizados y distribuidos en España en la década de los años ochenta y principios de los noventa. La razón es el desconocimiento de la importancia de la industria en territorio nacional en estos momentos, siendo considerada en épocas posteriores como La Edad de Oro del Software Español, haciendo una clara referencia al Siglo de Oro. Esto hace necesario que nuestra tesis y también nuestra comunicación se base no sólo en los videojuegos realizados en nuestro país, sino las influencias llegadas de otros países que sirvieron como base para el florecimiento de una cultura popular que pervive en nuestros días.

Realizado el estudio de estos ejemplos tanto en su conjunto como de forma concreta, aparecen una serie de consideraciones al respecto. La primera de ellas es la innegable autoridad que está consiguiendo la industria del videojuego como medio de entretenimiento. Partiendo de su concepción como una forma de ocio, su meta final es el uso de diversos temas, épocas y géneros para poder satisfacer la creciente demanda

[34] Carmelo Samonà "El Amadís de Gaula y la novela caballeresca. Continuaciones e imitaciones del Amadís. El Palmerín de Olivia y la fortuna de los libros de caballerías", *Historias Fingidas*, nº1 (2013): 21.

de usuarios. Teniendo esta premisa en cuenta, los historiadores deben entender la importancia que de éstos se deriva para la posible concepción actual de los períodos históricos. Por ello, deben considerarse tanto las licencias artísticas como los acontecimientos reales de los que se sirven de base para así conseguir analizar los cambios en torno a la visión histórica provocados por el neomedievalismo. No sólo hay que tener presente el uso de conceptos provenientes de una fuente medieval, sino también la reutilización de manifestaciones que tratan de lo medieval pero realizadas posteriormente, en gran medida en el siglo XIX. Relacionado con esta importancia de la conexión entre la cultura popular y los elementos medievales, también tenemos que reflexionar en torno al porqué del éxito de los videojuegos desde sus inicios. Al igual que otras manifestaciones, los juegos son una representación audiovisual de la idea tanto individual como colectiva de las posibles Edades Medias. Pero también tiene una particularidad, como es el papel del jugador como protagonista de la propia Historia, quien puede cambiar el destino de los personajes y de las circunstancias de la acción.

A raíz de esta reflexión se debe entender que dependiendo de la época los videojuegos se centran en algunos elementos y dejan aparcados otros. Así, podemos ver cómo la temática artúrica en *Camelot Warriors* era reutilizada en una gran cantidad de títulos de origen anglosajón. Sin embargo, otros elementos persisten a lo largo del tiempo y de las creaciones, ya que siguen conectando al jugador con ese pasado medieval. Temas como el ideal caballeresco, la religión, el amor cortés o el uso de personajes y elementos fruto de esa relación entre los real y lo imaginario.

Por último, consideramos los videojuegos como una fuente vital para el estudio del neomedievalismo; no sólo desde un aspecto audiovisual, sino de contenido. Como manifestación que se basa en un período histórico, es necesario su análisis y estudio no sólo desde una historiografía centrada en Edad Media, sino también relacionada con la contemporaneidad. Con ello, se conseguirá entender el gran cambio que vive el hombre de los últimos años del siglo XX y principios del XXI en sus relaciones con la sociedad y con él mismo, las cuales son la causa primigenia de esa constante evasión y búsqueda por volver a ese pasado.

Anexo fotográfico

Fig.1 Portada de *Capitán Trueno*. Fuente: "Capitán Trueno", World of Spectrum, https://worldofspectrum.org//pub/sinclair/games-extras/CapitanTrueno_Poster.jpg (Consultado el 03-09-2019).

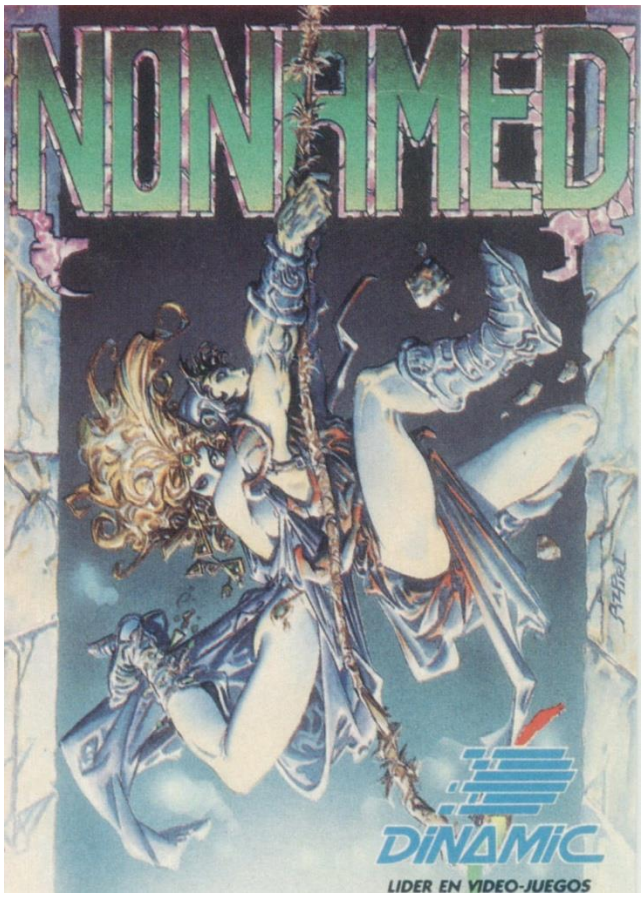

Fig.2 Portada de *Nonamed*. Fuente: "Nonamed", Mobygames, https://www.mobygames.com/game/nonamed/cover-art/gameCoverId,58777/ (Consultado el 09-06-2020).

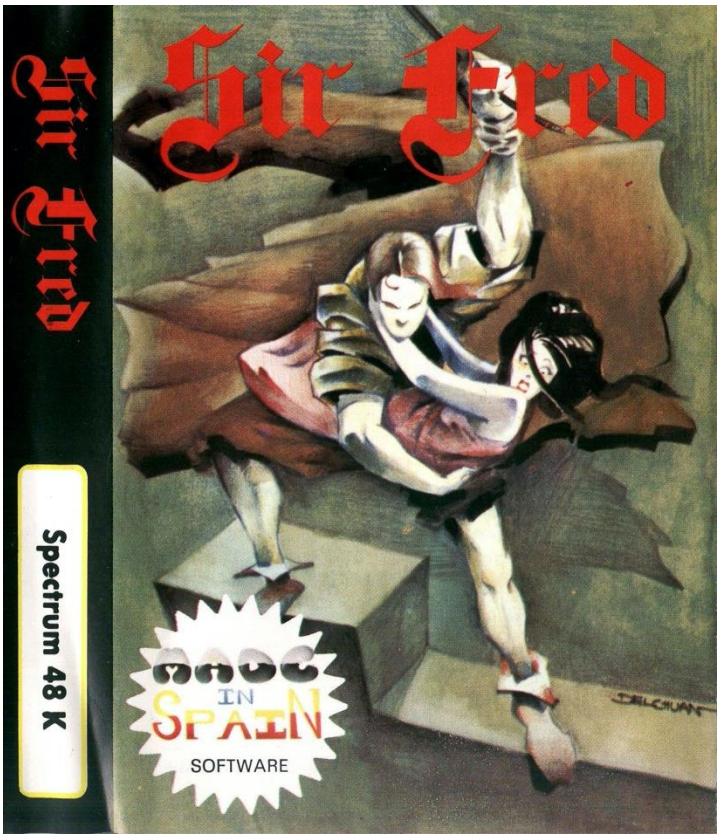

Fig.3 Portada de *Sir Fred*. Fuente: "Sir Fred", World of Spectrum, https://worldofspectrum.org//pub/sinclair/games-inlays/s/SirFred.jpg (Consultado el 21-06-2019).

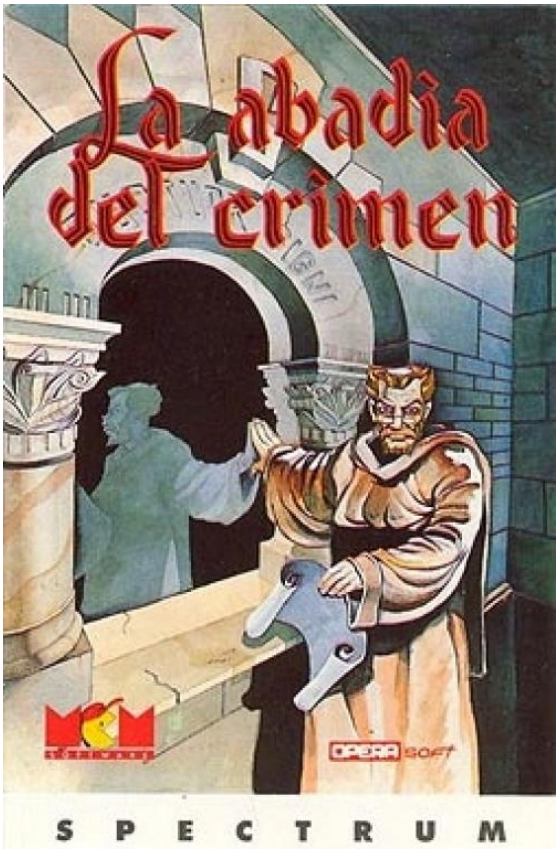

Fig..4 Portada de *La Abadía del Crimen*. Fuente: "La Abadía del Crimen", Devuego, https://www.devuego.es/bd/fjuego/la-abadia-del-crimen (Consultado el 17-11-2019).

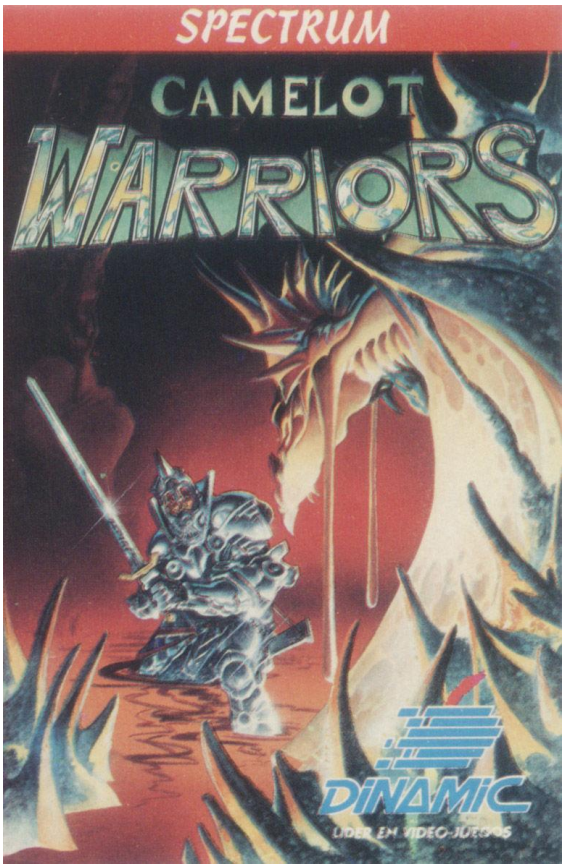

Fig.5 Portada de *Camelot Warriors*. Fuente: "Camelot Warriors", Mobygames, https://www.mobygames.com/game/camelot-warriors/cover-art/gameCoverId,58768/ (Consultado el 25-10-2019).

Fig.6 Videojuego *Pool of Radiance*. Fuente: "Pool of Radiance", Mobygames, https://www.mobygames.com/game/c64/pool-of-radiance/cover-art/gameCoverId,29360/ (Consultado el 18-08-2019).

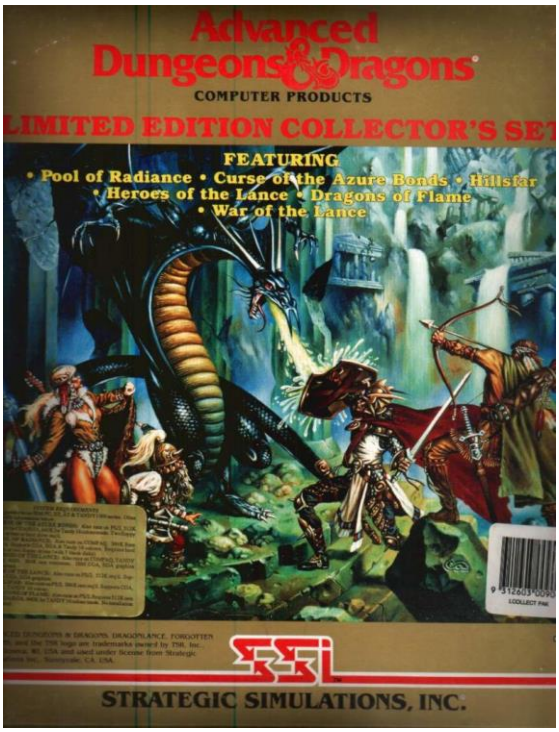

Fig.7 Portada de *Advanced Dungeons & Dragons*. Fuente: "Adavanced Dungeons & Dragons Limited Edition Collector's Set", Mobygames, https://www.mobygames.com/game/dos/advanced-dungeons-dragons-limited-edition-collectors-set/cover-art/gameCoverId,1748/ (Consultado el 23-08-2019).

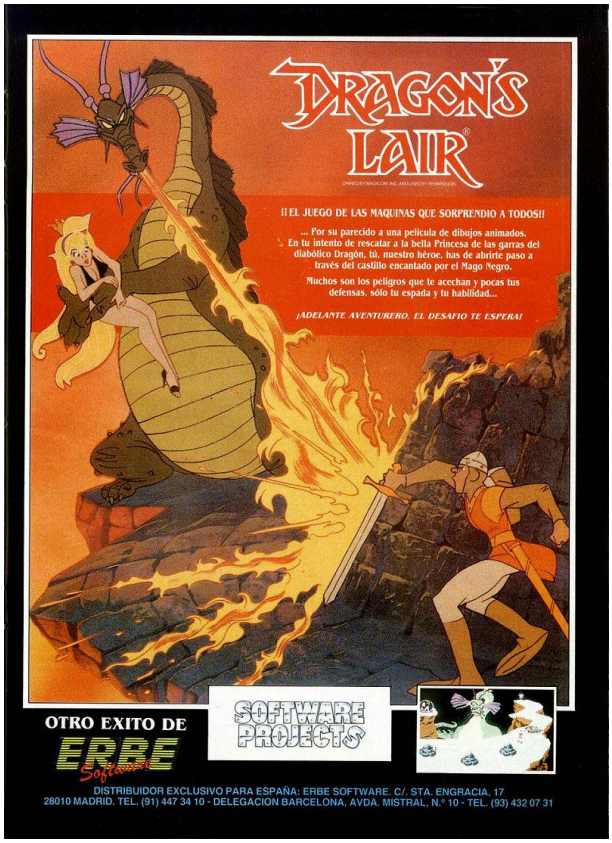

Fig.6 Publicidad de ERBE para *Dragon's Lair*, en la que podemos leer el título "¡El juego de las máquinas que sorprendió a todos!". Fuente: "Dragon's Lair", World of Spectrum, https://worldofspectrum.org//pub/sinclair/games-adverts/d/DragonsLair(ErbeSoftwareS.A.).jpg (Consultado el 26-05-2019).

Fig.7 Captura del druida. Fuente: Jgonza, "Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.8 Captura del rey del lago. Fuente: Jgonza, "Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.9 Captura del señor de las grutas. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.10 Captura del rey Arturo en Camelot. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.11 Captura del bosque. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors– Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.12 Captura del lago. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.13 Captura del interior del castillo. Fuente: Jgonza, "Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.14 Captura de inicio de *Sir Fred*. Fuente: RZX Archive, "Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-05-2019).

Fig.15 Captura de la entrada al castillo. Fuente: RZX Archive, "Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-5-2019).

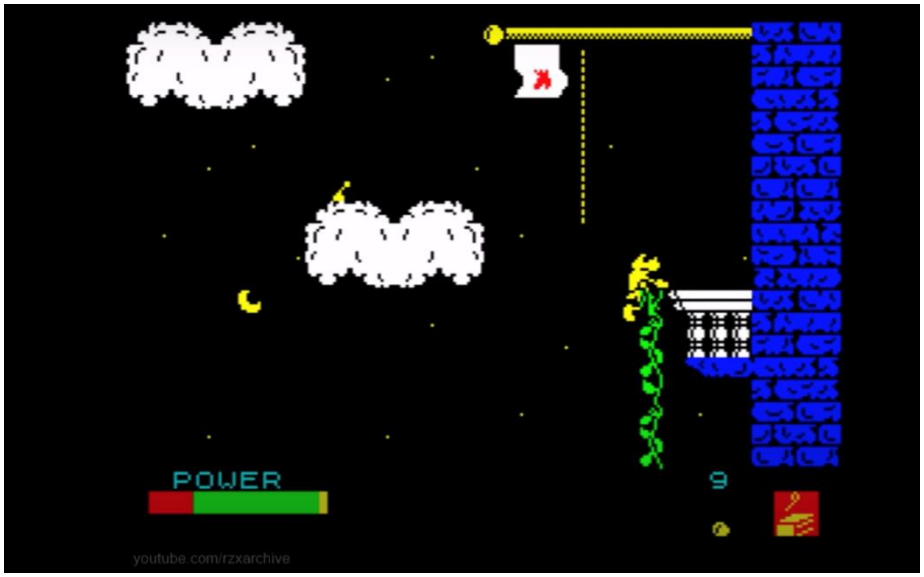

Fig.16 Captura del balcón. Fuente: RZX Archive, "Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-5-2019).

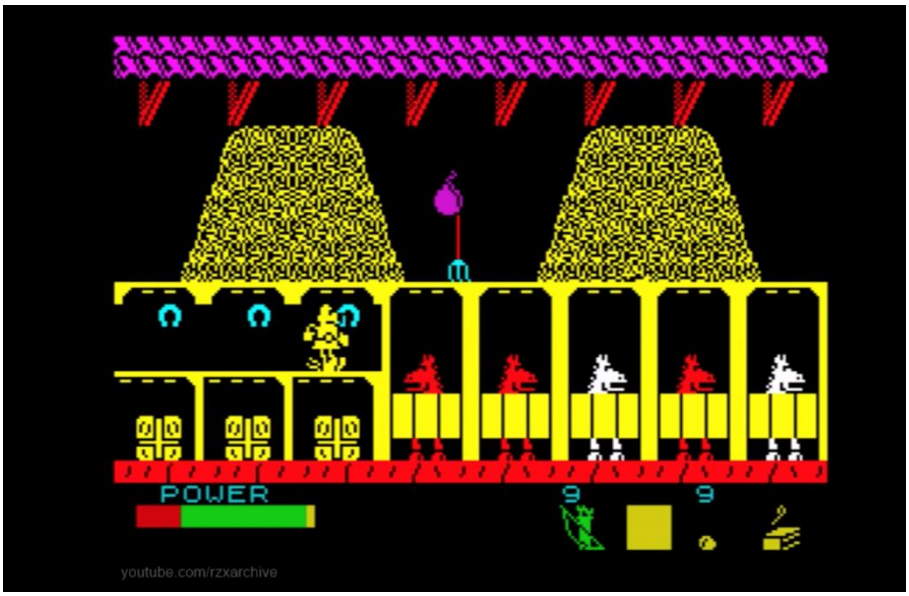

Fig.17 Captura de las caballerizas. Fuente: RZX Archive, "Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-5-2019).

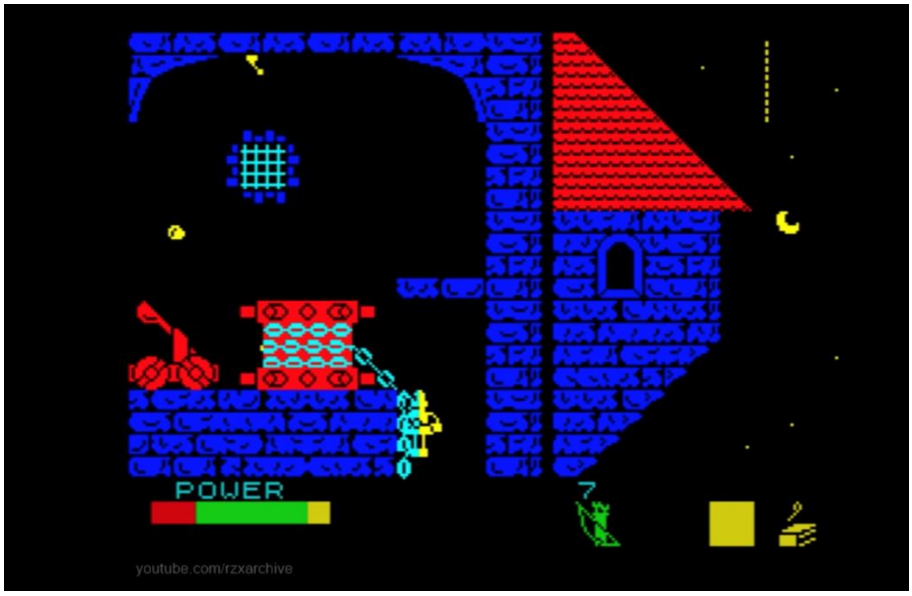

Fig.18 Captura de la entrada al torreón. Fuente: RZX Archive, "Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-5-2019).

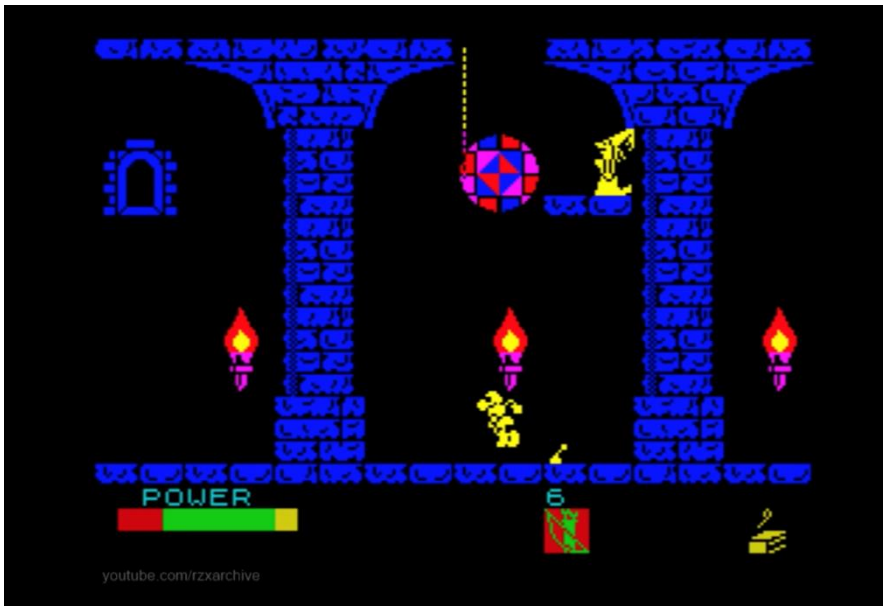

Fig.19 Captura del interior del torreón. Fuente: RZX Archive, “Sir Fred Walkthrough – ZX Spectrum”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=1oAgiUZU2DA (Consulta 28-5-2019).

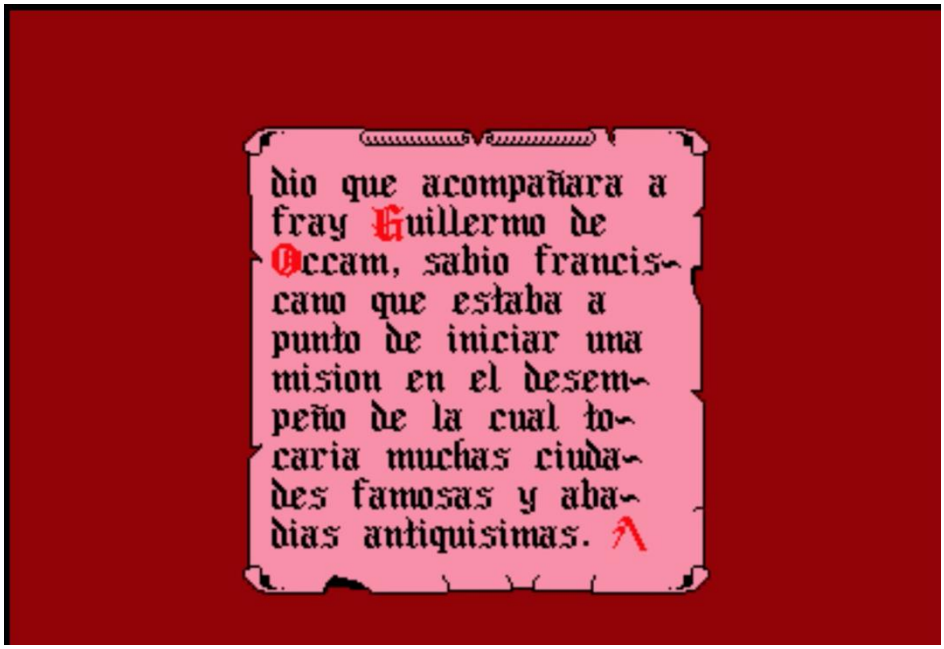

Fig.20 Captura de inicio de *La Abadía del Crimen*. Fuente: Metr81, “La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD”, https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-8-2018).

Fig.21 Captura de los exteriores. Fuente: Metr81, "La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD", https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-8-2018).

Fig.22 Captura del laberinto. Fuente: Metr81, "La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD", https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-8-2018).

Fig.23 Captura de Jorge de Burgos. Fuente: Metr81, “La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD”, https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-8-2018).

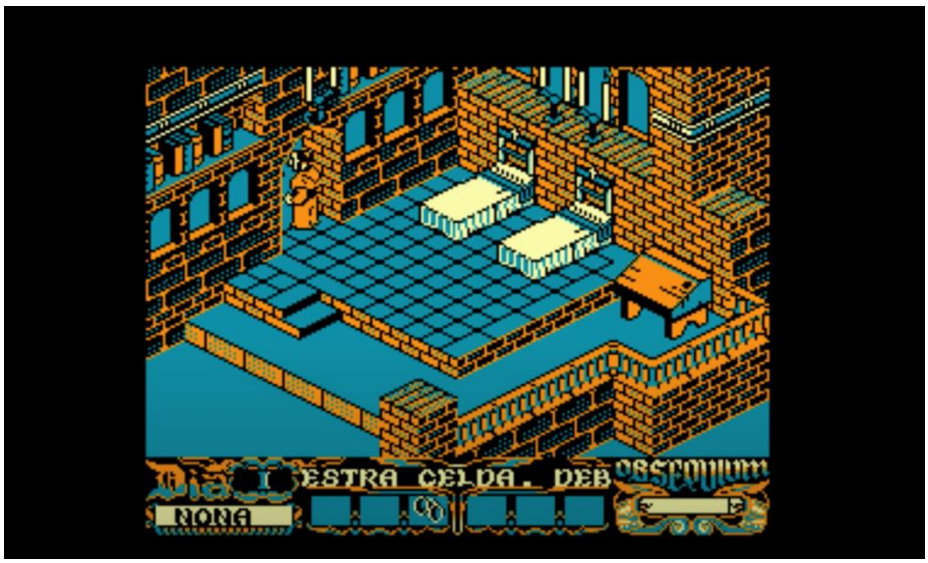

Fig.24 Captura de la celda. Fuente: Metr81, “La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD”, https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-8-2018).

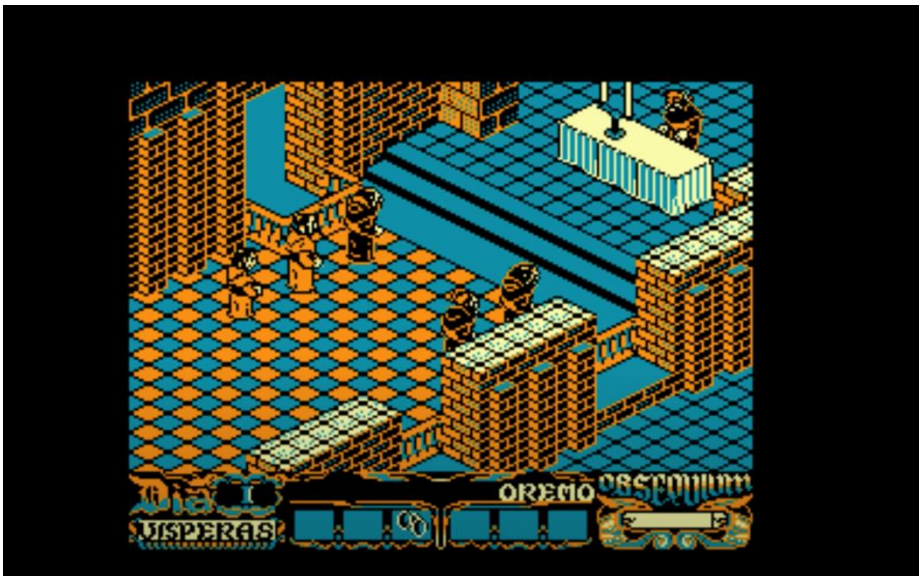

Fig.25 Captura de la capilla. Fuente: Metr81, "La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD", https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-08-2018).

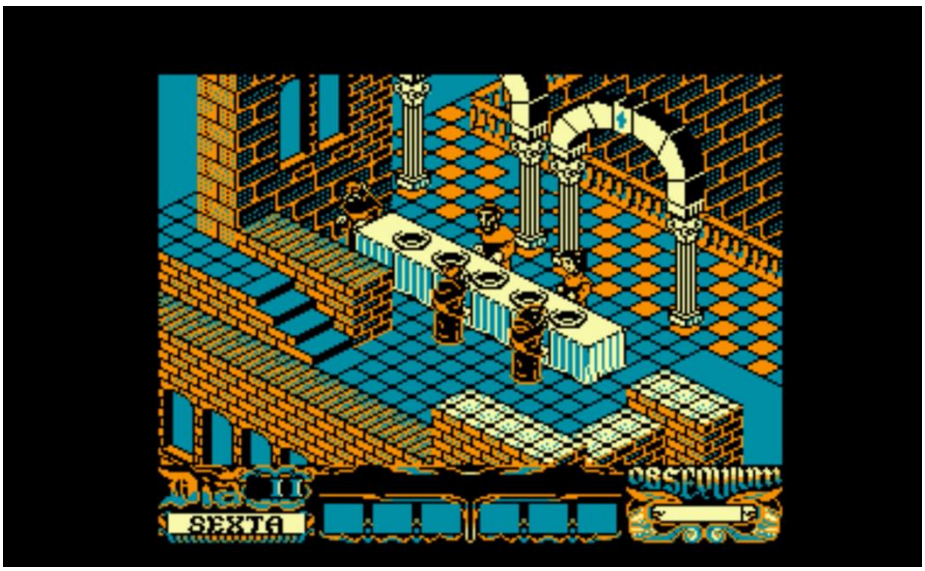

Fig.26 Captura del refectorio. Fuente: Metr81, "La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD", https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-08-2018).

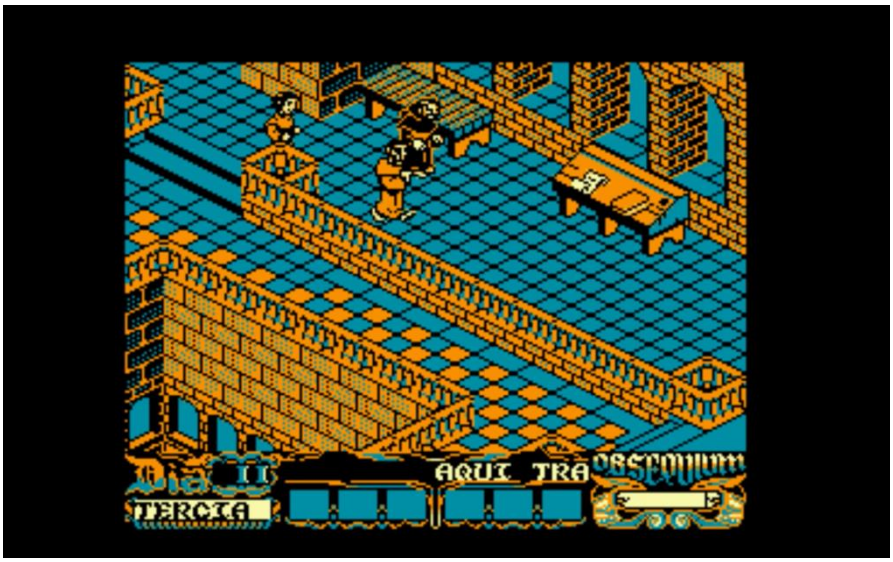

Fig.27 Captura del *scriptorium*. Fuente: Metr81, "La Abadía del Crimen Amstrad cpc HD", https://www.youtube.com/watch?v=uDBDAVxwIxo&t=601s (Consultado 12-08-2018).

Fig.28 Captura de la bombilla. Fuente: Jgonza, "Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.29 Captura de la televisión. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

Fig.30 Captura de Coca Cola. Fuente: Jgonza, “Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay”, Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019)

Fig. 31 Captura del teléfono. Fuente: Jgonza, "Camelot Warriors – Amstrad CPC Longplay", Youtube, https://www.youtube.com/watch?v=msk3TtDHcO0 (Consulta 25-10-2019).

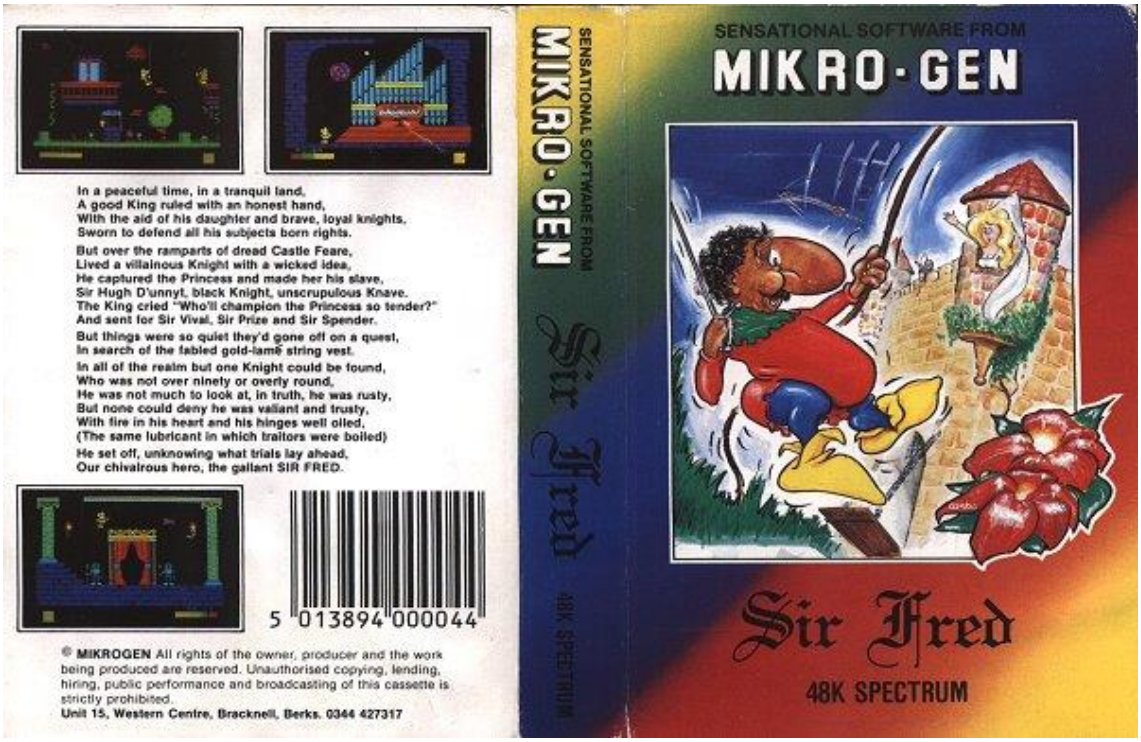

Fig.32 Portada de *Sir Fred*. Fuente: "Sir Fred", World of Spectrum, https://worldofspectrum.org//pub/sinclair/games-inlays/Rereleases/s/SirFred(Mikro-GenLtd).jpg (Consultado el 21-06-2019).

2

As Inquirições Gerais e a «construção» do poder régio entre D. Afonso II e D. Afonso IV (1211-1357)

Daniel Marques
Universidade do Porto

Resumo:

Neste breve artigo expõe-se um projeto de doutoramento que está a ser desenvolvido onde se procura estudar a problemática do poder régio entre os reinados de D. Afonso II e D. Afonso IV (1211-1357). Especificamente, a investigação centra-se na análise das sucessivas Inquirições Gerais promovidas pelos reis deste período. Neste momento, aproveita-se esta ocasião para indagar acerca de aspectos metodológicos e no desenvolvimento de uma base de dados composta por múltiplas tabelas de informação. Como se verá, as mesmas estarão preparadas para a selecção de dados, como os Oficiais régios, a Usurpação e conflitualidade, as Testemunhas, entre outros. Acredita-se que o tema da História político-administrativa para este período ainda requer um devido aprofundamento das suas matérias, temáticas onde um maior escrutínio das Inquirições Gerais poderá, certamente, auxiliar. O projeto de doutoramento em questão prevê, a par de outros objetivos, compreender de um modo transversal a operacionalidade dos oficiais do monarca no seu reino. O longo alcance espacial e diacrónico deste estudo poderá permitir compreender a evolução da administração central e local contribuindo para o seu melhor entendimento.

Palavras-chave:

Inquirições Gerais; Séculos XIII-XIV; História Política; Administração.

Abstract:

This paper is based in a PhD project still under development, whose primordial objective is to study the concept of royal administration between the reign of D. Afonso II of Portugal and D. Afonso IV of Portugal (1211-1357). The main source shall be the Royal Enquiries launched by almost all the kings from this period. Specifically, this text approaches the methodology and the established database for several subjects, as to the Royal officials, the Usurpation and conflicts, the Witnesses, among others. Being this said, it is believed that the political and administrative thematic for this chronology still needs more investigation and for that task the study of the Royal Enquiries can certainly solve this problem. Amidst other objectives, this project will try to elucidate how these men perform their duties. To conclude, this study could give some guidance to a better understanding about the central and local Administration in the crucial period of the XIII and XIV centuries.

Keywords:

Royal enquiries; XIII-XIV centuries; Political History; Administration.

1. Tema, objetivos, fontes e espaço

Este projeto de doutoramento insere-se no âmbito da História político-administrativa e social, cuja pretensão principal será indagar sobre aspetos ligados ao fortalecimento do poder régio nos séculos XIII e XIV.[1] Como tal, a baliza cronológica vai desde a ascensão ao trono de D. Afonso II, em 1211, e o término do reinado de D. Afonso IV, em 1357. A escolha desta cronologia encontra várias explicações, historiograficamente, consagradas.[2] Entre outras, atente-se nas Inquirições Gerais realizadas continuadamente neste período e que em muito se associam à referida «construção» do poder régio.[3] Estes inquéritos encabeçam as fontes selecionadas que contam, igualmente, com as Chancelarias, as Ordenações e os Forais.[4]

Um dos objetivos principais passará por identificar os membros do oficialato régio e a sua operacionalidade. Embora aparentemente simples, este desígnio será muito importante porque entendemos que aqueles homens representavam a extensão do poder do monarca nas várias localidades do reino.[5] Deste modo, o acervo documental mencionado permitirá compreender as várias dimensões funcionais dos mesmos, desde uma perspetiva local e prática, verificada nas Inquirições, a aspectos normativos e formais presentes nas restantes fontes.

De facto, estão presentes nos inquéritos régios muitos dados que, apesar de terem já sido explorados anteriormente, precisam ainda de ser aprofundados.[6] A título

---

[1] O texto que seguidamente se apresenta está enquadrado num projeto de doutoramento financiado pela FCT (2020.09308.BD). Agradece-se às duas comissões organizadoras, à do *Workshop de Estudos Medievais* e à da *Incipit* por permitirem a apresentação do projeto e esta plataforma para a divulgação de investigações emergentes. Igualmente, agraciam-se as sugestões do Professor Doutor João Luís Inglês Fontes e também os comentários de João Pedro Alves. Este é um projeto que conta com a orientação do Professor Doutor Luís Carlos Amaral e que tem por instituição de acolhimento o CITCEM.

[2] José Mattoso, *Identificação de um País*, 5ª Ed. (Lisboa: Círculo de Leitores, 2015), 59-61.

[3] Como é reconhecido, entre D. Afonso II e D. Afonso IV realizaram-se sucessivas Inquirições Gerais. O ciclo iniciou-se em 1220 (D. Afonso II), tendo-se realizado mais inquéritos em 1258 (D. Afonso III), 1288-90, 1301, 1303-1304, 1307-1311 (D. Dinis), 1334-1336 e 1343 (D. Afonso IV).

[4] O cruzamento entre as Inquirições e os forais têm sido explorados recentemente por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. Entre outras, veja-se: José Augusto Sottomayor-Pizarro, "Monarquia e aristocracia em Portugal," in *Los espacios del rey: poder y territorio en las monarquias hispânicas (siglos XII-XIV)*, ed. Fernando Arias Guillén e Pascual Martínez Sopena, 133-183 (Bilbao: Universidad del País Vasco, 2018). Por seu turno, para compreender a evolução do direito português ao longo deste período recorre-se a José Domingues, nomeadamente: José Domingues, *As Ordenações Afonsinas. Três Séculos de Direito Medieval [1211-1512]*, (Sintra: Zéfiro, 2008); quanto às chancelarias abordam-se diretamente estas fontes já publicadas, excepto, naturalmente as de D. Afonso II que ainda estão inéditas.

[5] José Mattoso, "Identificação de um País", 277; 293-296.

[6] Maria José Lagos Trindade, "Os oficiais régios nas Inquirições" in *Estudos de história medieval e outros*, 115-127 (Lisboa: História & Crítica, 1981); Mattoso, "Identificação de um País", 293-296.

de exemplo, no projeto *Regnum Regis* que se centra nas Inquirições de 1220, os oficiais régios surgem, na sua base de dados, somente enquanto testemunhas.[7]

Através do oficialato, será possível evidenciar de que modo a autoridade régia se «alastrou» a espaços novos ao longo dos séculos XIII e XIV. Mais importante ainda será perceber como é que o rei alcançou territórios onde possuiu autoridade *de jure*, mas onde, por consequência de usurpações e de outros abusos, havia perdido a sua soberania efectiva. No que diz respeito ao espaço, aspira-se abordar todo o reino português. Contudo, estando com maior pendor ligados às Inquirições Gerais, os dados explorados e as análises desenvolvidas incidirão frequentemente sobre as regiões Centro e Norte do País, fundamentalmente, no território delimitado pelos rios Mondego e Minho, a Sul e a Norte, respetivamente, e, a Este, pelo reino vizinho de Leão e Castela.[8]

2. Estrutura provisória

Descritos os contornos gerais passe-se neste momento a abordar uma estruturação provisória deste estudo. Num primeiro ponto introdutório inserem-se o Estado da Arte (1) subdivido em alguns subtemas como a História político-administrativa (1.1),[9] o estudo das Inquirições Gerais (1.2),[10] a sociedade e os poderes (1.3)[11] e a comparação entre a produção historiográfica nacional de outros países, nomeadamente, Espanha, França e Inglaterra (1.4).[12] Este primeiro ponto geral tem por objetivo demonstrar a pertinência do estudo em questão. Deste modo, depois de expor o que se conhece e o que foi feito, intenta-se demonstrar um caminho de investigação que ainda pode ser perseguido.

Seguidamente, exploram-se alguns conceitos (2) como as noções de poder régio, público e privado (2.1), o senhorialismo português (2.2.) e o conceito do «Senhor Rei»

---

[7] Ao consultar a base de dados deste projeto disponível em-linha constata-se que era possível detalhar a procura por juízes, mas apenas na posição de testemunhas. Disponível em: https://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespacials [Consult. 21.03.2021].

[8] José Augusto Sottomayor-Pizarro, "As inquirições medievais portuguesas," in *Inquirir na Idade Média*, ed. Maria Amélia Aguiar e João Inglês Fontes, (Lisboa: IEM, 2015), 129.

[9] Inserem-se aqui os estudos na ordem da Histórica política, da administração e do direito medieval, ou seja, das Ordenações.

[10] Enquadrado na crítica e análise destas fontes bem como num entendimento transversal sobre como estas foram sendo exploradas e aproveitadas nas últimas décadas.

[11] Procura-se contextualizar os principais grupos sociais presentes nas Inquirições Gerais (Clero, Nobreza e membros do «Povo» como os herdadores, os foreiros, os lavradores, entre outros) e enquadrar, igualmente, as diferentes formas de Poder que os restantes senhores leigos e eclesiásticos dispunham.

[12] A criação de um grupo autónomo foi uma das sugestões feitas, neste caso pela voz de João Pedro Alves a quem se agradece o comentário pertinente.

(2.3). Este segundo ponto também se insere numa lógica introdutiva. Neste momento, pretende-se abordar e preparar certos conceitos essenciais que estão presentes nas fontes enunciadas, principalmente nas Inquirições. Evita-se dessa maneira exagerar o texto ou notas de rodapé em momentos da tese em que se prevê expor os dados e explicar os mesmos.

Em terceiro lugar, desenvolve-se uma explicação sobre a metodologia empregue e as bases de dados desenvolvidas (3). Esta introdução terminará com um quarto ponto intitulado «Antecedentes históricos: o poder político, a administração e a lei nos séculos XIII e XIV» (4). Neste, pretende-se estabelecer uma ponte entre as noções teóricas que foram enunciadas e a dimensão prática sobre como se encontrava o poder chegados ao século XIII e como é que, de um modo geral, evoluiu no período referido.

No desenvolvimento, encontrar-se-á o capítulo principal intitulado «A construção do poder régio: os ritmos e os espaços de afirmação» (5), que se subdividirá tendo como critério a análise dos dados selecionados nas fontes anteriormente enunciadas. Assim, num primeiro grupo abordam-se as Inquirições Gerais (5.1) onde se esmiúçam os oficiais régios (5.1.1), a conflitualidade e usurpação (5.1.2), a propriedade (5.1.3) e outros assuntos como os inquiridores e as testemunhas (5.1.4). Depois disto, surgem tentativas de conciliar os dados explorados com as demais fontes como os Forais (5.2), as Chancelarias (5.3) e intentar-se-á realizar uma «aproximação à «realidade histórica»: entre o normativo e a prática» (focado nas Ordenações) (5.4). Um último subcapítulo abordará a questão da «Afirmação do poder e da autoridade régia» (5.5) compilando todos os conhecimentos anteriores. Segue-se a conclusão onde se elaboram, naturalmente, balanços, reforçam-se «teses» e abrem-se espaços para caminhos futuros.

3. Enquadramento historiográfico

Como já se referiu, o presente projeto de doutoramento insere-se num âmbito principalmente ligado à história político-administrativa, assente na compreensão dos principais marcos de vários reinados para o período entre 1211 e 1357 e na análise de várias Inquirições Gerais. Além disto, prevê-se a comparação da realidade portuguesa face à dos reinos vizinhos europeus, no sentido do surgimento de «Estados» modernos ou, mais modestamente, do fortalecimento dos poderes das várias monarquias.

Considerando isto enunciam-se para cada um destes temas os autores que principalmente contribuíram para a compreensão dos mesmos. Começando pelo geral,

recorre-se às diversas biografias régias publicadas de maneira a compreender as principais características de cada reinado.[13]

Para o estudo da dimensão política e social desta época, têm de ser citados os nomes incontornáveis de José Mattoso, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Luís Krus e Leontina Ventura. Relativamente ao estudo das Inquirições Gerais, a lista torna-se incomportavelmente grande. Além daqueles que citámos anteriormente, destacam-se Maria Amélia Aguiar, Iria Gonçalves, Maria José de Lagos Trindade, José Marques e Rosa Marreiros.[14] No que diz respeito às questões político-administrativas salientam-se Henrique da Gama Barros, António Manuel Hespanha e Armando Luís de Carvalho Homem, entre outros.[15]

Por seu turno, relativamente à comparação com a historiografia estrangeira, salientem-se os nomes de Inés Calderón Medina[16] e Miguel Ángel Ladero Quesada,[17]

[13] Hermínia Vasconcelos Vilar, *D. Afonso II: um rei sem tempo* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006); Leontina Ventura, *D. Afonso III* (Lisboa, Círculo de Leitores, 2006); José Augusto Sottomayor-Pizarro, *D. Dinis* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005); Bernardo Vasconcelos e Sousa, *D. Afonso IV* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

[14] Para evitar um prolongamento excessivo desta nota de rodapé, apenas se citará uma obra por cada um destes autores referidos, embora outras também merecessem ser referidas. Evitam-se repetir autores que foram citados nas notas anteriores. José Mattoso et. al., "As inquirições de 1258 como fonte para a história da nobreza — o julgado de Aguiar de Sousa", *Revista de História Económica e Social*, Nº 9 (1982), 17-74; Rosa Marreiros, "O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs. XIII-XIV): sua organização administrativa e judicial," *Estudos Medievais*, Nº 5/6 (1984-1985): 3-39; José Marques, "D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais," in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Vol. 4, 1527-1566 (Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990); Maria Helena da Cruz Coelho, "A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII," in *Homens, Espaços e Poderes (séculos XI-XIV)*, Vol. 1, (Lisboa: Livros Horizonte, 1990): 139-169; José Augusto Sottomayor-Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)* (Porto: CEGHHF, 1999); Maria Amélia Álvaro de Campos, "Aspectos da presença eclesiástica em Terras de Seia na Idade Média (Inquirições de 1258)," *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, Nº 7 (2007): 21-67; Luís Krus, "Escrita e Poder: as inquirições de Afonso III," in *A Construção do Passado Medieval. Textos Inéditos e Publicados*, pref. José Mattoso, 41-58 (Lisboa: IEM, 2011); Leontina Ventura, "Norma e Transgressão: malfeitorias e usurpações nobiliárquicas na Terra de Faria (séc. XIII)" in *Inquirir na Idade Média*, ed. Maria Amélia Aguiar e João Inglês Fontes, 189-209 (Lisboa: IEM, 2015);

[15] Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal séculos XII a XV*, dir. Torquato de Sousa Soares (Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954); Luís de Carvalho Homem, "Central Power: Institutional and Political History in the Thirteenth- Fifteenth Centuries," in *The historiography of Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, dir. José Mattoso (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011), 179-207; António Manuel Hespanha, *História das Instituições (épocas medieval e moderna)* (Coimbra: Almedina, 1982).

[16] Entre outros, veja-se: Inés Calderón Medina, *El Poder Regio y la Nobleza Leonesa. Construcción y Representación de la Monarquia Medieval (1157-1230)* (Valladolid: Universidade de Valladolid, 2009).

[17] Veja-se, entre outros: Miguel Ángel Ladero Quesada, *Poder politico y sociedade en Castilla siglos XIII al XV* (Madrid: Dykinson, 2014).

para os reinos vizinhos ibéricos, Thierry Pécout[18] e Marie Dejoux,[19] para a França, e Katherine S. B. Keats-Rohan para o caso inglês.[20]

Antes de se concluir este ponto, dirija-se uma breve palavra para o lugar que este projeto de doutoramento pode ocupar dentre os vários estudos citados. Naturalmente, pretende-se dar seguimento a determinadas obras que foram referidas, nomeadamente pela pena de José Mattoso, Luís Krus, José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Iria Gonçalves e Maria José de Lagos Trindade. Continuidade fundamentalmente no sentido de interpretar os trâmites políticos que levaram à instituição das Inquirições Gerais e os efeitos das mesmas. Igualmente, no entendimento da "malha" do oficialato régio que estas permitem indagar. E por fim, alargar os horizontes das nossas anteriores investigações no sentido de continuar a tentar compreender o modo como os dados das usurpações e conflitualidade podem permitir entender a "resistência senhorial" e como esta é um indicador válido para medir o avanço do poder régio no período em questão.

4. Metodologia e Base de Dados

Neste momento abordam-se os aspetos metodológicos, principalmente adstritos à leitura dos dados das Inquirições Gerais, e a consequente categorização. Sucintamente, pretende-se abordar a organização da base de dados que acolherá todas as informações relativamente aos inquéritos régios.

Para atingir os objetivos, definiram-se 5 grupos temáticos de dados: 1) Personagens; 2) Oficialato régio, senhorial e Senhores da Terra; 3) Usurpação e conflitualidade; 4) Propriedade; 5) Testemunhas. Os episódios são identificados através de palavras, expressões ou até frases inteiras presentes nos relatos dos jurados.[21]

Como se compreende, ambiciona-se traçar um quadro completo que permitirá contextualizar as intenções régias e as acções dos seus oficiais. Num segundo

[18] Entre outros, veja-se: Thierry Pécout, "Indagatio diligens et solers inquisitio. L'enquête princière, dominiale et de réformation: France actuelle, Provence Angevine. XIIIe-XIVe siècles," in *Inquirir na Idade Média*, ed. Maria Amélia Aguiar e João Inglês Fontes, 47-78 (Lisboa: IEM, 2015).
[19] Entre outros, veja-se: Marie Dejoux, *Gouverner par l'enquête au XIIIe siècle: les restitutions de Louis IX (1247-1270)* (Paris: Universidade de Paris 1, 2012).
[20] Entre outros, veja-se: Katherine S. B. Keats-Rohan, "The English case: the production of the Domesday Book from the Domesday Inquest," in *Inquirir na Idade Média*, ed. Maria Amélia Aguiar e João Inglês Fontes, 29-45 (Lisboa: IEM, 2015).
[21] Sem grandes surpresas, retiram-se dos testemunhos os dados que dizem respeito a cada uma das temáticas enunciadas mediante alguns critérios e esclarecimentos prévios que constarão numa versão final deste projeto de doutoramento.

momento, esses dados serão introduzidos numa base de dados que já se encontra desenvolvida e cuja construção abordaremos neste texto.[22] Principiando pela tabela das Personagens, aqui serão indexadas as pessoas e as Instituições. Identificam-se os seus nomes e grupos sociais e estabelecem-se "ID's" exclusivos que permitem reconhecê-los individualmente. Com isto evitam-se, entre outros problemas, o da homonímia que surge repetidamente.

Sobre os oficiais régios, senhoriais e os Senhores das Terras importará identificar estas pessoas[23] e as suas funcionalidades.[24] Como se sabe, nas fontes enunciadas foram sendo referidos um vasto leque de ofícios de nomeação régia ou senhorial. Por isso, a par dos oficiais mais comuns como os juízes, os mordomos, os almoxarifes e alcaides, são também enunciados os tenentes (Senhores das Terras ou Ricos-homens) e outros oficiais senhoriais.[25] A inclusão destes dois últimos passa por tentar compreender se existiram diferenças de funções entre os homens que ocuparam cargos régios e aqueles que não o ocuparam, principalmente entre os Senhores da Terra e os juízes régios. Através dessa comparação, almeja-se compreender a gradual substituição de um modelo militar e senhorial de administrar o reino, assente nas Terras/tenências, por um modelo régio assente nos Julgados e nos oficiais do monarca.

Relativamente à terceira tabela, desenvolve-se uma categorização de episódios que abordará as acções que de diversas maneiras prejudicavam a Coroa. Esses agravos podiam culminar, geralmente, na perda de direitos, foros e rendas ou também em usurpações materiais. Além de identificar a categorizar essas ações, será igualmente fundamental reconhecer os sujeitos «activos» (aqueles que originam o episódio) e os «passivos» (as vítimas ou os prejudicados).

Nesse sentido, esta categorização obedece a quatro grupos divididos pelos diferentes contextos: direitos, propriedade, violência e conflitos. Depois desta divisão generalista, cada um deles tem ramificações específicas que melhor detalham o

[22] Aproveita-se esta ocasião para agradecer a Infografia, serviço de comunicação gráfica sediado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com a qual estabelecemos uma parceria. Além da ajuda indispensável na elaboração desta base de dados também contaremos com o seu auxílio para desenvolver, futuramente, cartografia e outro tipo de comunicações gráficas.
[23] A identificação poderá ser nominal, mas em muitos casos apenas se refere a posição sem qualquer indicação onomástica (ex. «o Juiz de», «o Mordomo de», o «Senhor da Terra»). No caso dos terceiros, será necessário recorrer a outras fontes para fazer um reconhecimento mais aprofundado.
[24] O tipo de acções que elaboram. Desde logo, podem estar atinentes aos direitos régios (penhoras de vários tipos de foros, rendas e direituras), à propriedade reguenga (alienação, demarcação ou à «povoação» das mesmas) à justiça (por ex., penhoras de homicídios) entre outras.
[25] A título de exemplo, são referidos com alguma ocasionalidade os juízes de coutos/honras ou os «chegadores» senhoriais, entre outros naturalmente.

episódio.[26] Aliando estes dados à geografia, tornar-se-á possível compreender onde é que o rei mais pretendia actuar e para onde os restantes senhores tenderam a alargar os seus domínios fundiários. Colocar no centro destes dados a figura régia – extensível, simbolicamente, aos seus direitos e à materialidade (propriedade reguenga) – à dos seus oficiais (que em muitas situações eram alvo de violências) concederá um suporte indispensável para este projeto de doutoramento.

Quanto à tabela da propriedade, acredita-se que estes dados sejam fundamentais, pois concederão às nossas análises um contexto espacial e social. O espaço, além do seu condicionamento físico, possui também uma «história» social, fruto do seu povoamento e dos senhores que ali se fixaram. As grandes linhas desta tabela resumem-se a reconhecer o proprietário, a identificar e tipificar a propriedade e a localizá-la geograficamente.

Por último, relativamente às testemunhas, recolhem-se os seus dados onomásticos e elabora-se uma caracterização social das mesmas, assim como da sua localização e dados do seu depoimento. Deste modo será possível acompanhar parte da logística e da burocracia em torno das várias inquirições e da intencionalidade ou intensidade dos questionários. Por seu turno, estes indicadores permitem ir ao encontro de um dos objetivos: traçar a evolução da «qualidade» dos inquéritos entre as sucessivas Inquirições.

5. Conclusões provisórias

Nas investigações anteriores, abordou-se uma parte dos dados que neste projeto voltarão a ser analisados. Por isso, é possível atribuir desde já um sentido para alguns deles. Quanto aos oficiais régios, o exercício elaborado para as Inquirições Gerais de 1284 possibilitou o destaque de algumas tendências. Entre elas, nos julgados onde o património régio era mais abundante, os próprios juízes praticaram um maior número de tropelias face aos espaços onde predominava a propriedade senhorial. É objetivo avaliar, futuramente, se isso foi um caso isolado no entre Douro e Vouga ou se a mesma conjuntura se verificará noutros territórios.

[26] Daniel Filipe da Costa Marques, "Conflito e violência nas Inquirições Gerais de 1284," in *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2017*, Vol. 3 (2018): 8-51; Daniel Filipe da Costa Marques, "Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258", (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019).

De igual modo, no que concerne aos agentes responsáveis pelas usurpações e conflitualidade, constatou-se que no reinado de D. Dinis os dados apontavam para uma maior recorrência quantitativa de sujeitos oriundos da nobreza. Todavia, na segunda alçada de 1258 essa tendência recaiu sobre os agentes eclesiásticos. Portanto, considerando isto, será particularmente importante atentar nos questionários por detrás de cada Inquirição Geral. No fundo, importa compreender se estas tendências eram influenciadas pela «paisagem senhorial» do território em questão,[27] se pelos questionários «enviesados» que revelavam intenções de cada monarca. Nesse sentido, surge ainda um terceiro vetor de análise que diz respeito à escolha e ação dos inquiridores.

Por outro lado, as investigações apontam para uma maior quantidade de violências praticadas sobre os oficiais régios, sobretudo aos mordomos.[28] Na maioria destes episódios, o agressor foi um agente da nobreza que, entre outras leituras possíveis, pretendia afastar a autoridade régia de um território que considerava seu. Dito isto, é importante compreendermos se ao longo das sucessivas Inquirições Gerais estas ações tendiam a aumentar ou a diminuir para depois retirar daí interpretações que serão essenciais para o presente projeto de doutoramento.

No que concerne ao assunto da resistência senhorial temos de perceber se esta se intensifica ou não ao longo dos sucessivos inquéritos. Como se sabe, a historiografia nunca cessa de afirmar que a «centralização» dos poderes nas mãos dos monarcas foi aumentando significativamente ao longo deste período. Por isso, avaliar as várias formas de resistir, quantificar e qualificar as mesmas ao longo do tempo torna-se imperioso. Nas investigações anteriores pareceu existir espaços de maior conflitualidade e violência que assim se mantêm no longo alcance.[29] No entanto, será essencial questionar se este aparente padrão também seria recorrente noutros territórios.

[27] O que se entende por «paisagem senhorial» diz, fundamentalmente, respeito à propriedade dos diversos senhores situada nos diversos territórios.
[28] Daniel Marques, "Usurpação de direitos", 77; João Francisco Pereira de Castro Portugal, "Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis", (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016), 63.
[29] Julgados como Faria ou Maia, entre outros, são espaços onde, invariavelmente, surgem múltiplas e aguerridas formas de resistir à autoridade régia. A propósito desta afirmação, encontra-se no prelo um artigo da nossa autoria que avança com alguns dados e que resultou da comunicação intitulada "A morte nas Inquirições Gerais do séc. XIII (1258-1288)". Será publicado na *Juvenes* vol. 3 e foi escrito a propósito do congresso do III ICYRMA (2020).

3

Infante D. João: o Ínclito desconhecido

João Pedro Alves
Universidade do Porto

Resumo:

O presente artigo pretende dar a conhecer a proposta de investigação que ambicionamos desenvolver no âmbito da nossa dissertação de mestrado, a qual consiste numa abordagem de cariz biográfico em torno do Infante D. João de Avis (1400-1442), sétimo filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre. Através de um exaustivo levantamento e análise de uma larga e inédita variedade de fontes, produzidas pela maior multiplicidade de agentes possíveis, de forma a obter uma leitura global e cruzada de todas as perspetivas acerca do nosso biografado. Neste primeiro esboço da nossa investigação, iremos delinear os principais os seus contornos teóricos e metodológicos, nomeadamente: quais os objetivos e questões a que ambicionamos dar resposta; o enquadramento historiográfico do projeto; o *corpus* documental selecionado; e por fim, a estrutura provisória da nossa investigação.

Palavras-chave:

Infante D. João; Dinastia de Avis; Biografia; Ordem de Santiago.

Abstract:

The present article aims to give a small showcase of the investigation proposal which we aspire to develop as our master´s dissertation. That consist in a biographical approach of the figure of Infant D. João of Avis (1400-1442), seventh son of John I of Portugal and Philippa of Lancaster. By means of an exhaustive collection and analysis of a vast and unprecedented assortment of documental sources, produced by multiple and diverse agents, aiming to obtain a complete image of the biographed subject pertaining from multiple perspectives. In this first draft of our investigation, we will set the main theorical and methodological basis, namely: the objectives and focal questions that we aim to answer; the historiographical background of our theme; the selected documentary corpus; and finally, the provisionary structure of our investigation.

Keywords:

Infant D. João; House of Avis; Biography; Order of Saint James.

1. Introdução

Em meados da década de 60 do século passado, Joaquim Veríssimo Serrão lançava o repto à historiografia: *Falta na bibliografia portuguesa um estudo fundamentado que ponha em relevo o papel histórico do Infante D. João*.[1] Esta

[1] Joaquim Veríssimo Serrão, "Infante D. João". In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) vol. III, p.380-381.

afirmação reveste-se até aos nossos dias de uma atualidade desconcertante, mantendo-se D. João como o membro menos estudado e, consequentemente, menos conhecido da geração de Avis.

É esta a lacuna que o nosso projeto, encetado no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, almeja suplantar. Para esse feito, propomo-nos a levar a cabo um estudo de cariz biográfico sobre o Infante D. João, sétimo filho de D. João I e D. Filipa de Lencastre. É importante referir que devido às condicionantes inerentes a uma dissertação de mestrado, o presente estudo não se apresenta *a priori* como uma análise global e definitiva daquilo que terá sido a vida do Infante. Mas sim uma primeira análise, assente sobre a base documental mais alargada alguma vez utilizada num estudo referente a este homem – graças à investigação arquivística e documental que desenvolvemos – que pretende compreender o indivíduo, bem como os seus comportamentos, atuações e valores, no contexto do período cronológico, ambiente sociológico e espaço geográfico onde o mesmo se inseriu.

No que se refere à delimitação cronológica, um estudo biográfico ficará à partida limitado entre duas metas inerentes à condição humana, o nascimento – sucedido a 13 de janeiro de 1400, em Santarém – e a morte – chegada em meados de outubro 1442. Uma vida de 42 anos. Todavia, uma vez que uma vida não se esgota na existência terrena, é importante realçar que estes limites não são totalmente estanques. Sendo ultrapassados, quando necessário, quer em relação aos eventos que antecedem o nascimento, quer após a morte do Infante até ao último quartel de quatrocentos, quando os últimos vestígios da sua casa senhorial se começam a esbater.

A larga maioria do seu percurso de vida desenrola-se no reino português da primeira metade de quatrocentos, o que fará deste o espaço geográfico delimitador da nossa análise. Será prestada uma maior atenção ao território localizado abaixo da linha do Tejo, local onde o Infante permaneceu durante a maioria da sua vida, em larga medida devido às suas obrigações enquanto administrador espatário. Somente dois momentos nos obrigarão a extravasar as fronteiras do reino. Falamos das duas passagens do Infante por terras africanas, em 1419, por Ceuta, onde testemunhou a vitória dos portugueses face aos seus sitiantes, e mais tarde em 1437, aquando da sua malograda tentativa de negociação pela libertação de D. Fernando, no rescaldo do desastroso assalto a Tânger.

2. Antecedentes historiográficos

Em primeiro lugar, consideramos relevante referir o panorama da biografia histórica das figuras contemporâneas do Infante D. João. No que diz respeito aos monarcas D. João I,[2] D. Duarte[3] e D. Afonso V,[4] estes foram já alvo de um estudo biográfico e também os percursos de vida das suas respetivas cônjuges foram já analisados, das quais destacamos D. Filipa de Lencastre[5] e D. Leonor.[6] Todavia estes estudos não se esgotam nos monarcas e suas consortes. O Infante D. Pedro, embora não possuindo uma biografia em seu nome, encontra-se estudado por várias obras[7] que nos permitem traçar um panorama geral da sua vida. Quanto ao seu filho homónimo, dispomos do trabalho de Luís Adão da Fonseca,[8] obra pioneira do estudo biográfico em Portugal. Sem dúvida que o Infante D. Henrique é a figura que reúne o maior número de produção bibliográfica, contando com duas recentes biografias[9] e outras inúmeras obras.[10] No caso do irmão mais novo de D. João, D. Fernando, destacamos a obra de João Inglês Fontes.[11] Quanto à sua irmã, a Infante D. Isabel, apontamos o livro de Monique Sommé,[12] e, mais recentemente, sobre o período em que permaneceu no reino português, a dissertação de mestrado de Ana Paula Antunes.[13]

No que toca ao ramo bastardo da família de Avis, assinalamos o clássico estudo de Montalvão Machado[14] respeitante ao Conde de Barcelos, ao qual recentemente se têm agregado novos contributos.[15] Quanto aos dois filhos do Conde, D. Afonso, Conde

---

[2] Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Temas e Debates, 2008).
[3] Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Temas e Debates, 2007).
[4] Saul António Gomes, *D. Afonso V* (Lisboa: Temas e Debates, 2009).
[5] Manuela Santos Silva, *Filipa de Lencastre* (Lisboa: Temas e Debates, 2014).
[6] Ana Maria S. A. Rodrigues, *As tristes Rainhas* (Lisboa: Temas e Debates, 2013).
[7] Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira – Antecedentes e Significado* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973) E ainda: "Actas do congresso comemorativo do 6º centenário do Infante D. Pedro", *Biblos – Revista da Faculdade de* Letras, vol. LXIX (1993).
[8] Luís Adão da Fonseca, *Condestável D. Pedro de Portugal* (Porto: INIC, 1982).
[9] Peter Russell, *Henrique, o Navegador* **(**Lisboa: Livros Horizonte, 2004) João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique o Infante* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009).
[10] Entre o vasto leque bibliográfico sobre o Infante destacamos: João Silva de Sousa, *A casa senhorial do Infante D. Henrique* (Lisboa: Livros Horizonte, 1991).
[11] João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo* (Cascais: Patrimonia, 2000).
[12] Monique Sommé, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XVº siècle* (Paris: Presses Universitaires du Septentrion, 1998).
[13] Ana Paula Jerónimo Antunes, *De Infanta de Portugal a Duquesa da Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012)
[14] J. T. Montalvão Machado – *Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Obra* (Lisboa: Edição do autor, 1964) Veja-se ainda: J. T. Montalvão Machado, "Dom Afonso, 8º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança". Separata da *Revista de Guimarães*, vol. LXXIII (1963).
[15] Rui Filipe Ferreira Pereira, "D. Afonso, Duque de Bragança: da morte de D. Duarte a Alfarrobeira" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016) Maria Beatriz Sanches

de Ourém dispõe de uma coletânea de artigos editados nas atas do congresso[16] organizado em sua memória; e para D. Fernando, Conde de Arraiolos, contamos com a dissertação de Maria Barreto Dávila.[17] Relembramos ainda a obra de Mafalda Soares da Cunha,[18] que é transversal a todos os supracitados, assim como a biografia de Nuno Álvares Pereira, da autoria de João Gouveia Monteiro.[19]

Concernente à descendência do Infante, a historiografia tem prestado especial atenção à Infante D. Beatriz, especificamente o estudo de Odete Martins[20] e os trabalhos de Maria Barreto Dávila.[21] A última adição a esta longa lista é a dissertação de Teresa Coelho,[22] atinente ao Infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V.

No que respeita ao Infante D. João, objeto central da nossa investigação, podemos traçar as origens do seu estudo até ao século XVIII. As duas obras setecentistas cujos escritos começaram a delinear os contornos biográficos de D. João foram nomeadamente: *Memorias para a Historia de Portugal que compreendem o governo delRey D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres*;[23] e a *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*.[24] Ambas dedicam um capítulo em exclusivo ao Infante, onde o discurso se pauta pelo seu caráter laudatório, caraterística inerente das obras biográficas deste período. A seleção cuidada dos eventos aflorados dá uma clara primazia às ações políticas da vida de D. João, tendo por base os relatos cronísticos de Rui de Pina.

van Zeller, "Motivos e Memória da viagem de D. Afonso, filho de D. João I" (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018).

[16] *Actas do Congresso Histórico – D. Afonso, 4º Conde de Ourém, e a sua época*, coord. Carlos Ascenso André (Ourém: C.M. de Ourém, 2004).

[17] Maria Barreto Dávila, *D. Fernando I, 2º Duque de Bragança: Vida e Acção Política* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009).

[18] Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder: A Casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990).

[19], João Gouveia Monteiro, *Nuno Álvares Pereira: Guerreiro, Senhor Feudal, Santo – os três rostos do Condestável* (Lisboa: Manuscrito, 2017).

[20] Maria Odete Sequeira Martins, *Dona Brites – uma mulher da Casa de Avis* (Lisboa: Quidnovi, 2009).

[21] Maria Barreto Dávila, *Governar o Atlântico. D. Beatriz e a Casa de Viseu (1470-1485)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2016) E a mais recente obra da sua autoria: Maria Barreto Dávila, *Mulher dos Descobrimentos - D. Beatriz, infanta de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2019).

[22] Maria Teresa Nunes Pedro Palma Coelho, *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Porto, 2019).

[23] José Soares da Silva, *Historia de Portugal que compreendem o governo delREy D. João I do anno de mil e trezentos e oitenta e tres, até o anno de mil e quatrocentos e trinta e tres* (Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1732) Tomo III.

[24] Antonio Caetano de Sousa, *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* (Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1776), Tomo II, Livro III.

No final do século XIX, Oliveira Martins dava à estampa a sua obra *Filhos de D. João I*,[25] onde não deixa de figurar o nosso biografado. É percetível que D. João assume perante os seus irmãos mais velhos um papel de menor relevo, repartindo uma espécie de "segunda linha" na narrativa junto do seu irmão D. Fernando. Novamente toma o palco central a atividade empreendida pelo Infante entre 1438 a 1441, com vista a assegurar a chegada de D. Pedro à regência *in solidum*, sendo que toda a narrativa continua a ter por base os relatos escritos por Pina na sua crónica de D. Afonso V. Entre as décadas de 40 e 60 do século passado, o estudo da figura do Infante seria eclipsado pelo seu parecer sobre a expedição a Tânger, que mereceu atenções de historiadores como João da Silva Marques,[26] Vitorino Magalhães Godinho,[27] José Hermano Saraiva,[28] Eduardo Borges Nunes,[29] Domingos Maurício[30] e António Joaquim Dias Dinis.[31]

Na década de 60, aquando da publicação do *Dicionário de História de Portugal*, seria encomendada a Joaquim Veríssimo Serrão a redação de um sumário artigo biográfico acerca do Infante D. João.[32] Apesar das dificuldades, este texto constituiu-se como a primeira análise "biográfica" científica, acerca de D. João, assente sobre uma boa base bibliográfica e documental. Ocupando não mais do que duas páginas, este sumário da vida do Infante oferece uma sequência cronologicamente organizada dos eventos que marcaram o seu percurso. A análise divide-se em duas partes, uma primeira iniciada com o nascimento, passando depois pela chegada a administrador da Ordem de Santiago e que culmina no casamento com D. Isabel. A segunda parte versa sobre a atuação e presença política de D. João na corte avisina de quatrocentos, onde a temática dominante é de novo o parecer por ele redigido. Na década seguinte, o estudo de referência sobre o período da regência durante a menoridade de D. Afonso

[25] Joaquim Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I* (Lisboa: Guimarães Editores, 1993).
[26] *Descobrimentos* Portugueses, ed. João da Silva Marques (Lisboa: INIC, 1988) Supl. Vol. I, 352-360.
[27] *Documentos sobre a Expansão Portuguesa,* pref. e notas de Vitorino Magalhães Godinho (Lisboa: Gleba, 1945-1956) 3 vols.
[28] José Hermano Saraiva "Uma carta do Infante D. Henrique e o problema das causas da expansão portuguesa no norte de África", *Ethnos Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, vol. III (1948): 319-345.
[29] Eduardo Borges Nunes, "O parecer do Infante D. João sobre a ida a Tânger", *Brotéria*, vol. LXVI (1958), 269-287.
[30] Domingos Maurício Gomes dos Santos S.J., *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger (1433-1438)* (Lisboa: Editora Gráfica Portuguesa, 1960).
[31] *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962) Vol. IV, 111-123.
[32] Joaquim Veríssimo Serrão, "Infante D. João". In *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão (Porto: Livraria Figueirinhas, 1992) vol. III, 380-381.

V, de Humberto Baquero Moreno,[33] proporcionou o esquema mais completo até aos nossos dias da atuação de D. João, junto do seu irmão D. Pedro, aquando das lutas internas pela governação. Nas obras de síntese geral da história de Portugal produzidas desde a década de 70 verifica-se uma tendência comum na abordagem do Infante, restringindo-a a dois eventos: o seu posicionamento político durante a regência vivida após a morte de D. Duarte e ainda o seu parecer sobre a guerra em África.

Pouco se alteraria ao longo das seguintes décadas no panorama investigacional, sendo testemunho disso as palavras de Mafalda Soares da Cunha escritas em 1990: "Na pequena biografia traçada por Joaquim Veríssimo Serrão (...) é desenhado um quadro da produção historiográfica respeitante ao Infante D. João que ainda hoje permanece válido...".[34] O despontar da década de 90 traria consigo um novo fôlego à compreensão de D. João através de novas linhas de investigação como a sua presença e influência na corte avisina,[35] os seus primeiros anos no governo da Ordem de Santiago,[36] a sua relação com a atividade mineira nos seus domínios[37] e ainda a sua ação bélica.[38] Com o encerrar da década chegaria o primeiro estudo biográfico respeitante a D. João sob a forma de uma dissertação de mestrado de Maria Dulcina de Medeiros,[39] todavia este trabalho pioneiro demonstrar-se-ia insuficiente, devido à ausência de um conjunto alargado e coeso de fontes e de um suporte bibliográfico adequado, que resultou num produto final pouco organizado e com escassa informação.

Com a chegada do século XXI diversas obras[40] têm contribuído pontualmente para um melhor conhecimento do Infante, como as monografias urbanas referentes às terras espatárias[41] e especialmente as obras dedicadas ao estudo das Ordens Militares.

---

[33] Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira: antecedentes e significado histórico* (Lourenço Marques: Universidade de Lourenço Marques, 1973).
[34] Mafalda Soares da Cunha, *Linhagem, Parentesco e Poder – A casa de Bragança (1384-1483)* (Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990), 34.
[35] Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal nos finais da Idade Média* (Carnaxide: Difel, 1995).
[36] Mário R. de Sousa Cunha, "O Infante D. João Administrador da Ordem de Santiago". In *As Ordens Militares em Portugal*, coord. Luís Pequito Antunes e Paulo Pacheco (Palmela: C.M. de Palmela, 1991) p. 171-180.
[37] Luís Miguel Duarte, A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese), *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, Vol. 12 (1995) 75-112.
[38] João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média* (Lisboa: Editorial Notícias, 1998) E ainda sobre a sua participação no descerco de Ceuta por todos veja-se: Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437)* (Évora: CIDEHUS e Edições Colibri, 2004).
[39] Maria Dulcina Vieira Coelho de Medeiros, *O Infante D. João (1400-1442) – (Subsídios para uma biografia)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999).
[40] Devido ao elevado número de obras disponíveis, optamos por indicar somente dois estudos por cada tópico a título exemplificativo.
[41] A título de exemplo: Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média* (Lisboa: Colibri e C.M. de Alcácer do Sal, 2007); Paulo Drumond Braga, *Setúbal Medieval* (Setúbal: C.M. de Setúbal,

Estas têm-nos trazido novos dados sobre a constituição social da casa do Infante;[42] o seu processo de nomeação para cargo de administrador;[43] a sua influência no quadro normativo da Ordem;[44] entre outras. A esta temática devemos ainda a produção das duas sínteses biográficas mais completas de que atualmente dispomos acerca do Infante D. João.[45] Durante a última década, novas linhas de investigação têm sido abertas por diferentes áreas de estudo: na história financeira, a tese de Rodrigo Dominguez sobre o sistema fiscal quatrocentista português, que nos apresenta um plano geral dos rendimentos do Infante;[46] na história económica, destacamos a dissertação de Paulo Cunha, sobre as feiras medievais portuguesas, onde se analisa a relação entre D. João e a feira de Alcácer do Sal;[47] história da cultura e mentalidades, com contributos novos acerca do parecer de Tânger por Miguel Aguiar, que o contextualiza na ideologia cavaleiresca coeva;[48] e na história eclesiástica, com os contributos de André Rodrigues, sobre os clérigos próximos do Infante,[49] e de João

1998); José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira, *Na Península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013).

[42] Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006); António Pestana de Vasconcelos, "Nobreza e Ordens Militares: Relações Sociais e de Poder – séculos XIV a XVI" In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, nº12 (Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 2012) 1-1020.

[43] Isabel Lago Barbosa, "Mestre ou Administrador? A substituição dos Treze pela coroa na escolha dos Mestres" In O*rdens Militares: guerra, religião, poder e cultura*, ed. Isabel Fernandes (Lisboa-Palmela: Colibri e C.M. de Palmela, 1999) vol. II, 223-229; Paula Pinto Costa, "Infantes e reis como administradores das Ordens Militares: uma estratégia governativa" In *Mundos Ibéricos: territórios, gêneros e religiosidade*, org. Armênia Maria de Souza, e Renata Cristina de Sousa Nascimento (São Paulo: Alameda, 2017) 107-127.

[44] Isabel Lago Barbosa, "A Ordem de Santiago em Portugal nos finais da Idade Média (normativa e prática)" In *Militarium Ordinum Analecta*, dir. Luís Adão da Fonseca, nº2 (Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, 1997) 93-288. Isabel Lago Barbosa, "A normativa da Ordem de Santiago: uma memória peninsular", In *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa,* coord. de Isabel Fernandes e Paulo Pacheco (Lisboa: Colibri; C.M. de Palmela, 1992), 65-70.

[45] Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006), 242-246; Maria Teresa Lopes Pereira, *Os Cavaleiros de Santiago em Alcácer do Sal* (Lisboa: Colibri, 2015), 155-167.

[46] Rodrigo da Costa Dominguez, *O Financiamento da Coroa portuguesa nos finais da Idade Média: entre o "Africano" e o "Venturoso"* (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013).

[47] Paulo Morgado e Cunha, *As Feiras no Portugal Medieval (1125-1521): Evolução, Organização e Articulação* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019).

[48] Miguel Aguiar, *Cavaleiros e Cavalaria – Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV* (Lisboa: Teodolito, 2018).

[49] André Moutinho Rodrigues, *Capelães, Confessores e Esmoleres: religiosos na esfera do Poder Real (1385-1449)* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020).

Inglês Fontes, que nos fornece dados sobre a participação de D. João e membros da sua casa na implantação dos movimentos eremíticos.[50]

3. Fontes e metodologia

Um dos principais desafios que desde logo se colocou à nossa investigação foi a construção de um *corpus* documental apto a proporcionar-nos as respostas desejadas às interrogações orientadoras do nosso projeto. Iniciamos a nossa recolha documental entre as listagens proporcionadas pela bibliografia que, todavia, consideramos demasiado incipientes para desenvolver um estudo alicerçado e completo. Tendo isto em conta, optamos por expandir consideravelmente os horizontes da nossa busca documental. Partindo dos fundos documentais já identificados e compulsados, fomos paulatinamente ampliando as nossas buscas documentais almejando constituir o grupo de fontes mais alargado e heterogéneo possível.

Optamos por catalogar o conjunto de fontes por nós compulsadas em três grandes categorias. Primeiramente, surgem as fontes de caráter narrativo, onde se incluem as obras cronísticas relativas aos reinados e indivíduos contemporâneos do Infante, nomeadamente a *Crónica de D. João I*,[51] a *Crónica da Tomada de Ceuta*[52] e ainda a *Crónica do Condestável*,[53] textos cruciais para a captação de dados respeitantes à fase mais precoce da vida do nosso biografado. Seguidamente, surgem a *Crónica de D. Duarte*[54] e a *Crónica de D. Afonso V*,[55] de Rui de Pina, as quais se mantêm até aos dias de hoje como as principais bases da visão historiográfica sobre D. João. Com vista a complementar e confrontar as leituras oferecidas por Pina, optamos por incluir as refundições levadas a cabo por Duarte Nunes de Leão,[56] critério que igualmente

[50] João Luís Inglês Fontes, *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: Génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Socias e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012).
[51] Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I*, ed. William Entwistle (Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1977) vol. II.
[52] Gomes Eanes Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, ed. Francisco Esteves Pereira (Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915).
[53] *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre*, ed. Adelino de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991).
[54] Rui de Pina, "Chronica Chronica do Senhor Rey D. Duarte". In *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 481-575.
[55] Rui de Pina, "Chronica Chronica do Senhor Rey D. Afonso V". In *Crónicas de Rui de Pina* (Porto: Lello & Irmão, 1977), 587-881.
[56] Duarte Nunes de Leão, "Cronica, e vida del Rey D. Duarte". In *Crónicas de Rui de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão* (Porto: Lello & Irmão, 1975) p.735-779 e Duarte Nunes de Leão, "Cronica, e vida del Rey D. Affonso o V". In *Crónicas de Rui de Portugal reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão* (Porto: Lello & Irmão, 1975), 781-1002.

aplicamos na seleção da obra de Gaspar Dias de Landim,[57] conscientes das limitações e enviesamentos destas obras.

Uma outra obra de recurso imperativo é o texto de Fr. João Álvares em *Tratado da vida e feitos do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*,[58] onde se guardam alguns escassos elementos sobre D. João, maioritariamente focados nas ações encetadas no rescaldo do aprisionamento do Infante Santo após o desastroso assalto à praça de Tânger em agosto de 1437. As missões de cariz bélico e diplomático levadas a cabo por D. João e alguns dos membros da sua casa em territórios norte africanos justificam a utilização do restante espólio de Zurara.[59] Relativamente à sua atuação enquanto mestre espatário contamos com a breve descrição de Fr. Jerónimo de Román, em *História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis*.[60]

O segundo grupo é constituído pelas fontes editadas/publicadas, nesta instância socorremo-nos inicialmente das principais coletâneas com contributos relativos ao séc. XV, como a *Monumenta Henricina*,[61] *Chartularium Universitatis Portugalensis*,[62] entre outras.[63] A estas juntam-se de forma mais pontual, o *Livro Verde da Universidade de Coimbra*,[64] *Livro do Almoxarifado de Silves (Século XV)*,[65] *Livro dos Pregos* e *Receitas*,[66] dentre outros.[67] É ainda indispensável a utilização de *Provas da*

---

[57] Gaspar Dias de Landim, *O Infante D. Pedro. Chronica Inedita* (Lisboa: Escriptorio, 1892).
[58] João Álvares, *Trautado da vida e feito do muito virtuoso Sr. Infante D. Fernando*, ed. Adelina de Almeida Calado (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959).
[59] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ed. Maria Teresa Brocado (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1997). Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, ed. Larry King (Lisboa: FCSH – Universidade Nova de Lisboa, 1978). Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, ed. Torquato de Sousa Soares (Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1997) 2 vols.
[60] Fr. Jerónimo de Román, "História das Ínclitas Cavalarias de Cristo, Santiago e Avis". In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, nº10 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2008), 21-273.
[61] *Monumenta Henricina*, ed. António Joaquim Dias Dinis (Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974), 15 vols.
[62] *Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537)*, ed. Adriano Moreira de Sá (Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1970-1982), vols. III e IV.
[63] A título de exemplo: *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. António Domingues de Sousa Costa (Braga: Editorial Franciscana, 1968-1970), vols. II, III-2 e IV. *Documentos da Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, dir. Pedro de Azevedo (Lisboa: Academia das Sciências de Lisboa, 1915-1934), 2 vols. *Descobrimentos* Portugueses, ed. João da Silva Marques (Lisboa: INIC, 1988), Supl. vol. I e vol. III.
[64] *Livro verde da Universidade de Coimbra*, trans. Maria Teresa Nobre Veloso (Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992).
[65] *Livro do almoxarifado de Silves: século XV*, trans. Maria José da Silva Leal (Silves: C. M. de Silves, 1984).
[66] *Livro dos Pregos*, coord. Inês Morais Viegas e Marta Gomes (Lisboa: C. M. de Lisboa, 2016).
[67] Saúl António Gomes, *Fontes Históricas e Artísticas Do Mosteiro e da Vila da Batalha (séc. XIV a XVII)* (Lisboa: IPPAR, 2002). Jorge Faro, *Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)* (Lisboa: Centro de Estudos Económicos, 1965).

História Genealógica da Casa Real Portuguesa,[68] que se destaca pela riqueza documental nela contida, com especial destaque para os documentos colhidos em arquivos privados, como o contrato de casamento celebrado entre o Infante e a Infanta D. Isabel em 1424. Por último, destacamos a coletânea *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence - The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*,[69] que nos oferece dados acerca dos relacionamentos estabelecidos entre D. João e a Cúria Papal, assim como sobre os vários intervenientes nestas trocas de correspondência. Foram compulsadas as chancelarias régias de D. João I[70] e D. Duarte,[71] assim como as cortes medievais portuguesas contemporâneas de D. João.[72]

No que diz respeito ao espólio documental vinculado ao período de 24 anos em que D. João se manteve nos comandos da milícia espatária, a nossa busca iniciou pelos fólios do afamado *Livro dos Copos*.[73] Este códice reúne em si o leque mais diverso e completo de documentação da Ordem produzida entre as décadas de 20 e 40 de quatrocentos, período que corresponde à tutela da milícia pelo nosso biografado. A nossa recolha traduziu-se num levantamento de mais de 3 dezenas de diplomas – onde se incluem aforamentos, bulas, súplicas, e inclusive cartas originais do Infante, entre diversos outros. Ainda no que toca à documentação dos espatários, destacamos a utilização do *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega*,[74] único exemplar medievo de um livro de vereação pertencente a um concelho subordinado à jurisdição da Ordem de Santiago. A cronologia dos documentos insertos nesta fonte permitiu-nos trazer um pouco mais de clarividência sobre a fase menos conhecida da vida de D. João, a última década do reinado do seu pai, D. João I. Em termos sumários, o conteúdo desta fonte permitir-nos-á compreender os meandros do aparelho administrativo

---

[68] Antonio Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza* (Lisboa: Officina Sylvania, 1739-1744), Tomo I, Livro III; Tomo III, Livro VI.
[69] Rita Costa Gomes, *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence - The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)* (Florença: Leo S. Olschki Editore, 2017).
[70] *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2005-2006) vol. I, t.1-3; vol. II, t.1-3; vol. III, t.1-3; vol. IV, t.1-2.
[71] *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 1998-2002) vol. I, t.1-2; vol. II; vol. III.
[72] Armindo de Sousa, *O Parlamento Medieval Português e outros estudos* (Porto: Fio da Palavra, 2014), p.29-170; *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte (Cortes de 1436-1438)*, ed. João José Alves Dias (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2004); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1439)*, ed. João José Alves Dias e Pedro Pinto (Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2016); *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso V (1441-1447)*, ed. João José Alves Dias e Pedro Pinto (Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2017).
[73] "Livro dos Copos". In *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, nº7 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006),17-678.
[74] *Livro da Vereação de Alcochete e Aldeia Galega (1421-1422)*, trans. José Manuel Vargas (Alcochete: C. M. de Alcochete, 2005).

deste concelho, a constituição da elite governativa local e a natureza das relações encetadas entre a tríade de poderes composta pelo concelho, Infante e a rede clientelar deste último. Destacamos ainda a preservação de várias cartas originais do Infante D. João, que se encontram trasladadas neste códice.

A par deste livro de atas concelhias, surge um outro códice conhecido como Livro do Tombo da Vila de Sesimbra.[75] Encomendado em meados da década de 30 do século XV, com vista em preservar a documentação pertencente ao concelho de Sesimbra, este tombo armazena em si mais de uma centena de traslados documentais, cuja cronologia abrange os séculos XIV e XV, referentes a diversos aspetos e vertentes da vida municipal sesimbrense. Deste espólio documental, destacamos especialmente a dezena de cartas originais do Infante D. João que aí se preservaram em traslado.

As visitações espatárias realizadas entre a segunda metade do século XV e nas primeiras décadas da centúria seguinte, foram também alvo da nossa busca documental. Nelas encontramos referências concernentes à atividade de mecenato encetada pelo Infante junto de algumas igrejas espatárias.[76] Ao longo das nossas leituras fomo-nos deparando com diversos documentos avulsos, respeitantes à atuação do Infante enquanto administrador espatário, dispersos por múltiplos livros, artigos[77] e nas coletâneas documentais publicadas pela *Militarium Ordinum Analecta*.[78]

A última categoria de fontes reporta-se à documentação manuscrita e inédita, primeiramente destacamos a Chancelaria de D. Afonso V, que, devido à sua extensão,

---

[75] A.M.S. Livro do tombo da vila de Sesimbra, Liv.1. Queremos agradecer ao Dr. Pedro Pinto e à Dra. Fernanda Rodrigues, do Arquivo Municipal de Sesimbra, o acesso privilegiado que nos concederam a uma versão preliminar da transcrição deste Tombo.

[76] *Documentos para a História da Arte em Portugal*, ori. Raul Lino e Luís Silveira (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969), vol.7; Luís Filipe Oliveira – Em demanda das visitações da Ordem de Santiago: As actas anteriores a 1468. In *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria na construção do mundo ocidental*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes (Lisboa: Edições Colibri; C.M. de Palmela), 517-535; José Manuel Vargas, *Sabonha e S. Francisco* (Alcochete: C.M. de Alcochete, 2005); Mário Raul de Sousa Cunha, *(...) visitamdo nós ora pessoalmente o dito meestrado de Samtiaguo (...)* (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012), 2 vols.

[77] A título de exemplo vejam-se: Maria Teresa Pereira, "O santuário de Santa Maria dos Mártires de Alcácer do Sal: A paisagem envolvente". In *Paisagens Rurais e Urbanas. Fontes, Metodologias, Problemáticas. Actas das Terceiras Jornadas*, coord. Iria Gonçalves (Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2007), 171-234; Alexandre M. Flores e Paula Freitas Costa, *Misericórdia de Almada - das origens à restauração* (Almada: Santa Casa da Misericórdia, 2006), 169-170; Luís Filipe Oliveira, "Os cavaleiros de carneiro e a herança da cavalaria vilã na Estremadura. Os casos de Arruda e Alcanede". *Medievalista on-line*, nº1 (2006), 1-18. https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA1/medievalista-cavaleiros.htm.

[78] "Livro dos Copos". *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Paula Pinto Costa, nº7 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2006), 17-678. "A comenda de Noudar. Corpus Documental (1248-1554). *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, nº14 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2013), 7-1618. "A comenda de Vera Cruz de Marmelar. Corpus Documental (1258-1640). *Militarium Ordinum Analecta*, coord. Luís Adão da Fonseca, nº16 (Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2013), 7-397.

nos obrigou a recorrer a ferramentas de pesquisa, nomeadamente uma base de dados construída há alguns anos e ainda os índices manuscritos do século XVIII. Contudo, o escasso detalhe e o caráter lacunar das mesmas levaram-nos a consultar na sua íntegra, da forma mais sistemática possível, os livros 2, 18, 19, 20, 23 e 27. Correspondentes ao quinquénio de 1439-1443, coincidindo com os últimos anos de vida de D. João. Tomamos a opção de incluir um livro (Liv.27) produzido no ano seguinte à sua morte, ocorrida em outubro de 1442, de forma a captar possíveis alterações de destaque ocorridas já após o seu falecimento. No âmbito da nossa análise foi ainda compulsada a coleção de Leitura Nova do ANTT,[79] guiando-nos através da bibliografia e os supracitados índices, revelando-se este fundo útil para identificação de possessões patrimoniais de D. João e de vários homens da sua casa. Destacamos ainda a consulta do códice de S. Domingos de Azeitão,[80] onde recolhemos diversos tabeliães indigitados por D. João que desenvolveram a sua atividade na vila de Sesimbra e seu termo. Em adição a estes núcleos, fomos recolhendo uma grande variedade de documentação avulsa inédita proveniente de diversos arquivos nacionais, como o Arquivo Distrital do Porto, Biblioteca Pública de Évora, Arquivo Distrital de Évora, Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.[81]

Quanto à metodologia empregue na construção da listagem prosopográfica anexa ao nosso projeto, optamos por aí incluir os homens ligados à casa senhorial e ao séquito pessoal do Infante D. João (cavaleiros, escudeiros, criados) e diversos outros oficiais e serviçais ao seu dispor (copeiro, tesoureiro, escrivão da puridade). Assim como algumas personagens de destaque que contataram ou serviram pontualmente D. João, apesar da documentação coeva não nos fornecer evidências de um vínculo formal entre eles. A imensa diversidade e heterogeneidade deste grupo composto por mais três centenas de indivíduos levou-nos a optar por um modelo assente em notícias

[79] A.N.T.T. Liv. 2 de Legitimações; Livro dos Mestrados; Livs. 1, 2, 3, 4 de Místicos; Livs. 1, 3, 4 do Além-Douro; Livs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 do Odiana; Livs. 7, 8 da Estremadura.
[80] A.N.T.T. São Domingos de Azeitão, Liv.18.
[81] Entre os fundos documentais consultados destacamos os seguintes: Mosteiro de Santos-o-novo; Ordem de Avis e Convento de São Bento de Avis; Convento de São Domingos de Lisboa; Viscondes de Vila Nova da Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima; Coleção das Gavetas; Coleção Especial, entre outros.

prosopográficas, baseado nos exemplos proporcionados por Luís Filipe Oliveira[82] e Mário Farelo.[83]

Na sua forma final, estas pequenas biografias estarão organizadas por ordem alfabética do primeiro nome do indivíduo (que terá a si associado um número para facilitar a sua identificação). Abaixo do nome serão apresentados os laços que o unem ao Infante (ofício desempenhado na casa do mesmo; ofícios ou títulos detidos no âmbito régio e/ou da Ordem de Santiago). Convergiram-se os casos homónimos, sempre que as dúvidas provaram ser inultrapassáveis, de forma a não inflacionar inadvertidamente o número de intervenientes. Tentaremos manter a ordenação mais constante possível entre as narrativas dos vários indivíduos, com vista a facilitar leituras, assim como a realização de comparações entre os diversos integrantes da listagem. Esta tarefa nem sempre será possível atendendo à inerente inomogeneidade do grupo e ao cariz variado, disperso e por vezes fragmentário dos dados recolhidos, bem como a evidente decalagem em termos do volume informacional concernente a cada indivíduo – não são raros os casos de indivíduos aos quais não nos foi possível imputar mais do que uma referência.

<u>Estrutura do modelo prosopográfico a aplicar:</u>

1. Nome do Indivíduo
    1. Afiliação à casa senhorial do Infante (datas extremas)
    2. Cargo desempenhado na casa senhorial do Infante (datas extremas)
    3. Cargo desempenhado a mando régio e/ou da Ordem (datas extremas)
    4. Texto (onde serão apresentados os dados pela seguinte ordenação):

        a) – Ascendência familiar;

        b) – Percurso na casa senhorial do Infante D. João e/ou nos ofícios régios/da Ordem que lhe foram entregues;

        c) – Inserção geográfica e identificação de bens patrimoniais;

        d) – Descendência e outros dados relativos ao seu panorama familiar e dos seus dependentes (criados/serviçais).

[82] Luís Filipe Oliveira, *A Coroa, os Mestres e os Comendadores: As ordens militares de Avis e de Santiago (1330-1449)* (Tese de doutoramento, Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006).
[83] Mário Sérgio da Silva Farelo, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)* (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008).

4. Proposta de estrutura do projeto

A estruturação do nosso projeto encontra-se provisoriamente organizada em quatro capítulos, os quais correspondem às quatro facetas ou vertentes da vida do Infante que nos propomos estudar. Sendo que ainda nos encontramos numa fase bastante embrionária do tratamento dos dados recolhidos, é muito provável que esta estrutura venha a sofrer alterações significativas até à concretização da nossa dissertação. Aos quatro capítulos acima referidos, acrescem as divisões requeridas pelas formalidades de um trabalho académico – como a introdução, estado da arte, fontes e metodologia e ainda a conclusão.

O primeiro capítulo dedica-se à fase inicial do percurso de vida do Infante, iniciando-se no momento do nascimento. Pretendemos aqui analisar primordialmente a sua criação e educação, bem como identificar os agentes atuadores nesse processo. Será ainda objeto de análise a sua inserção no meio cortesão de Avis, enquanto quadro formativo, e consequente introdução à vida política, bem como as motivações e consequências do seu matrimónio, evento que consideramos conclusivo para esta primeira etapa da sua vida.

O segundo capítulo versará sobre a casa senhorial do Infante dividindo-se em dois subcapítulos, o primeiro direcionado para um estudo da vertente territorial e patrimonial da mesma, onde tentaremos apreender a real dimensão do património por ele detido, bem como as suas diversas fases de expansão e consolidação, e, por fim, proceder à construção de uma cartografia desse núcleo patrimonial. A segunda subdivisão dedicar-se-á à compreensão e identificação da composição humana e social dessa mesma casa senhorial, através da construção de prosopografias.

A terceira parcela divisória do nosso estudo debruçar-se-á sobre a ligação de D. João com a Ordem Espatária. Aqui almejamos realizar uma breve contextualização da Ordem durante a primeira metade de quatrocentos, sobre a qual tentaremos justificar a sua seleção enquanto primeira ordem militar a ser entregue a um filho de D. João I e explicar o processo de nomeação deste novo administrador. Em seguida, levaremos em conta o governo e a atuação do Infante como administrador da Ordem Espatária durante o período 24 anos em que ocupou o cargo.

No quarto e último capítulo iremos endereçar as questões referentes à ação política, bélica e diplomática desenvolvidas pelo Infante ao longo da sua vida. Atividade iniciada aquando da sua associação ao poder, em função da ausência dos principais atores políticos portugueses em Ceuta; passando pelas suas ativas

participações em Cortes, o seu posicionamento em relação à expansão portuguesa em terras magrebinas, e, numa fase mais tardia do seu labor político, o seu papel enquanto Condestável e agente ativo aquando da elevação de D. Pedro, a regente do reino. Ao fundamentar este capítulo sobre documentos inéditos e até descurados, pretendemos proporcionar uma leitura mais completa e crítica do poder e influência política de D. João na corte de quatrocentos. Devido ao abrupto e inesperado fim da sua vida consideramos ser preferível abordar o seu rápido declínio, derradeiros momentos e preservação e perpetuação da sua memória num epílogo, em jeito de remate final à narrativa tecida.

4
Editing and translating collections of Middle English medical recipes: possible strategies

Laura Poggesi
University of Pavia – University of Bergamo

Abstract:
My PhD thesis will provide the first edition and the first translation into Italian of the Middle English medical recipes transmitted by a 15th century manuscript: Cambridge, Trinity College Library, MS R.14.32. The present paper offers insights into some crucial aspects of the project: the choice of the editorial and translating principles most suitable for these texts. After an overview on the text-type of medical recipes and on the corpus of texts that will be the object of study, an investigation of the features of different kinds of edition is presented in order to identify the most effective strategies to give value to the recipes of this manuscript. Then, some considerations on the role of translations of medieval texts into modern languages will be introduced, in order to discuss the main issues concerning the translation of the texts under examination and to pinpoint what translating practices could be adopted.
Keywords:
Medical recipes; Middle English; edition; translation.

1. Introduction

A considerable proportion of medical literature written in English during the Middle Ages comprises recipes: short texts providing instructions on how to prepare medicaments and cure different diseases. The large number of manuscripts that transmits medical recipes indicates that these practical texts were widely sought after in the medieval period. Their popular appeal notwithstanding, for a long time scholars have considered them of less importance than academic and surgical treatises. A change of attitude in the treatment of these texts can be seen during the last decades of the 20th century, when medical recipes started to be the object of specific studies concerning text-type features, specialised terminology, readership, and contents.[1]

[1] The first one to analyse the features of recipes' text-type has been Manfred Görlach, who provided an in-depth study of cookery recipes: Manfred Görlach, "Text-Types and Language History: the Cookery Recipe," in *History of Englishes: New Methods and Interpretations in Historical Linguistics*, ed. Matti Rissanen et al., 736-761 (Berlin: Mouton de Gruyter, 1992). The intrinsic aspects of cookery recipes can also be applied to medicinal ones, since, according to Görlach, they are formally identical. Other scholars who have been dealing with the study of Middle English medical recipes as a text-type are, just to mention a few: Francisco Alonso Almeida, Ruth Carroll, Marta Sylwanowicz, Isabel De la Cruz Cabanillas and Irma Taavitsainen.

Nevertheless, a gap remains in the production of editions.[2] The main aim of my PhD research project is to fill this gap by editing and translating the Middle English medical recipes transmitted by a 15th century manuscript. The present paper will focus on a crucial aspect of the project: the choice of the editorial and translating principles most suitable for these texts.

Before discussing these issues, a brief description of the codex and the texts that are the object of study will contextualise the editorial activity I will undertake. The manuscript under examination is Cambridge, Trinity College Library, MS R.14.32 (henceforth TCC), a medical compendium that transmits 39 texts of various genres such as herbals, theoretical treatises and recipes, all dealing with different medical topics. The codex is made up of 173 folia: the first six quires (from f. 1 to f. 66) are of parchment, while the following nine quires (from f. 67 to f. 173) are of paper. Although the exact date of production is unknown, codicological and palaeographical evidence indicates that it was made during the second half of the 15th century.[3] Most of the texts are in the vernacular, while three are in Latin. Occasional use of Latin is made also in *incipits* and *explicits* of texts, formulaic phrases, and names of ingredients, ailments and medicaments. The largest part of the writings was compiled by a single scribe, but other hands' interventions can be observed throughout the manuscript. Almost nothing is known about the history of production and circulation of this book, nor about the identity of its owner(s). The archives of the Trinity College Library suggest that it was given to the library by a John Wilson in the 18th century, but there is no evidence in the manuscript itself to confirm this. It continued to be used into the early

[2] Editions of Middle English medical recipes published so far are few and outdated: Fritz Heinrich, *Ein Mittelenglisches Medizinbuch* (Halle: Niemeyer, 1896); George Henslow, *Medical Works of the Fourteenth Century Together with a List of Plants Recorded in Contemporary Writings, with their Identifications* (New York: Lenox Hill, 1899); Herbert Schöffler, *Beiträge zur Mittelenglischen Medizinliteratur*, Sächsische Forschungsinstitute in Leipzig 3 (Halle: Niemeyer, 1919); Gottfried Müller, *Aus Mittelenglischen Medizintexten: Die Prosarezepte des Stockholmer Miszellankodex X.90*, Kölner Anglistische Arbeiten 10 (Leipzig: Bernhard Tauchinitz, 1929); Warren R. Dawson, *A Leechbook or Collection of Medical Recipes of the Fifteenth Century* (London: Kessingir Publishing, 1934); Tarquinio Vallese, *Un Ignoto Ricettario Medico Inglese del XIV Secolo Trovato nella Biblioteca Nazionale di Napoli* (Naples: A.G.D.A., 1940); Carol F. Heffernan, "'The Wyse Book of Maystyr Peers of Salerne': Edition and Study of a Fourteenth Century Treatise of Popular Medicine," *Manuscripta* 37, no. 3 (1993): 290-321. A more recent work is Francisco Alonso Almeida, *A Middle English Medical Remedybook Edited from Glasgow University Library, MS Hunter 185* (Heidelberg: C. Winter, 2014).

[3] The analysis of the materials, handwritings and language has been especially helpful in dating the manuscript. In particular, the examination of watermarks has revealed that the paper used circulated in England from the 1430s, and the mixed handwriting, with elements of both Anglicana and Secretary scripts, was very common during the 15th century. I would like to thank Professor Orietta Da Rold of St John's College, Cambridge and Professor Teresa Webber of Trinity College, Cambridge for their assistance during the codicological and palaeographical analysis of TCC.

modern period, as it is demonstrated by various annotations and further medical recipes added by 16th century hands. The thematic unity and cohesion of the compilation of TCC is striking: not only do all the texts deal with medical topics, but they also appear to have been purposely arranged. Indeed, the first part of the codex transmits texts of more general and theoretical character, such as an herbal and treatises on various medical subjects; while from f. 92v, there follow medical recipes that describe how to put this knowledge into practice. This suggests that TCC was possibly made for a medical practitioner, or someone directly involved, or at least interested, in the practice of medicine.[4]

The corpus of Middle English medical recipes contained in TCC which I have selected for my PhD thesis comprises 288 recipes of two different kinds: recipes for the preparation of medicaments and recipes to cure sicknesses. Of these, 284 are gathered in eleven collections of various length, while four are inserted as individual texts. Some of the collections are thematically organized (for example, a remedybook collecting recipes for the preparation of ointments, or another containing remedies against toothache), others follow the typical head-to-foot order, while others gather miscellaneous material.[5] The manuscript also contains a collection of recipes in Latin and many additional recipes embedded in other texts, such as the herbals. These recipes will not be included in the edition because they fall outside some central aspects of the research project, whose main focus is on textual production in Middle English and on the practical application peculiar to the recipes gathered in collections.[6]

In the following paragraphs I will briefly outline the essential features of medical recipes as a text-type, in order to help introduce the main concerns about editing and

---

[4] The description of TCC provided here is based on the analysis I personally conducted at Trinity College Library which has been compared to the previous works by Montague R. James, *The Western Manuscripts in the Library of Trinity College, Cambridge: a Descriptive Catalogue* (Cambridge: Cambridge University Press, 1902), 2: 317-319; and Linne R. Mooney, *The Index of Middle English Prose, Handlist XI: Manuscripts in the Library of Trinity College, Cambridge* (Cambridge: D.S. Brewer, 1995), 31-38, 154.

[5] The term 'remedybook' is used here to indicate collections of recipes which may include charms, as indicated by George Keiser, "Works of Science and Information", in *A Manual of the Writings in Middle English, 1050-1500*, ed. Albert E. Hartung, 3653 (New Heaven: the Connecticut Academy of Arts and Science, 1998), X. Another useful distinction is that proposed by Tony Hunt, *Popular Medicine in Thirteenth Century England: Introduction and Texts* (Cambridge: D. S. Brewer, 1989), 7-8, who defines '*receptaria*' as collections of simples meant for popular use, and '*antidotaria*' as collections of more elaborate pharmaceutical preparations against any kind of disorders. In the case of the collections of recipes of TCC the terms 'remedybooks' and '*antidotaria*' can be used interchangeably.

[6] Recipes contained in remedybooks and those embedded in learned medical treatises display some differences both in their formal aspect and in the function they served. See Irma Taavitsainen, "Middle English Recipes: Genre Characteristics, Text-type Features and Underlying Traditions of Writing," *Journal of Historical Pragmatics* 2, no. 1 (2001): 106-07.

translating such texts. Then, I will analyse the characteristics of different kinds of editions in order to pinpoint the best strategies to adopt in this specific case. Finally, I will consider the function of translation into a modern language, and the benefits this could bring to the edition.

2. Historiographical framework

A clear and concise definition of recipes has been given by Irma Taavitsainen: "Recipes are a well-defined procedural genre with a clear writing purpose. They give instructions on how to prepare medicine, a dish, or some household utility like ink".[7] Recipes are thus part of instructive literature, and, as indicated by Annemie Leemans, constitute the main vehicle to communicate and transmit practical knowledge in the written form.[8]

Medical recipes are texts with a double nature that combines two opposite poles: stability and flexibility. As Tony Hunt pointed out, stability in medical recipes can be observed at three different levels: (1) the "long and unusually stable history" of these texts, which originate in ancient eastern civilizations and continue flourishing in the West with Hippocrates and Galen up to the Late Middle Ages and over; (2) continuity of form; (3) stability of linguistic features.[9] All these elements have contributed to make these writings a well-defined text-type. The typical structure of a medical recipe, including those covered by my study, is characterised by the following sections: a title stating the purpose of the recipe; the list of ingredients; the description of the medicament's preparation; the application section, including dosages and frequency of administration of the medicine; and finally, an evaluation statement – not always present – that ensures the efficacy of the medicament. Representative linguistic features include an extensive use of the imperative mood, causative verbs such as *make*, *do* or *let* followed by a bare infinitive and the object; temporal clauses marked by adverbs such as *then* or *after* to emphasise the sequence in which the procedure should be carried out; and a paratactic syntax characterized by a wide use of the conjunction *and*.[10]

[7] Taavitsainen, "Middle English Recipes," 86.
[8] Annemie Leemans, *Contextualizing Practical Knowledge in Early Modern Europe*, CITCEM Studies in Literature 13 (Berlin: Peter Lang, 2020), 56.
[9] Hunt, *Popular Medicine*, 1.
[10] A detailed description of medical recipes' structure and formal features is provided by Francisco Alonso Almeida, "'Gyf hyr þis medycyn': Analysing the Middle English Recipe Medical Discourse," *Revista de Lengua para Fines Específicos* 6 (1999): 47-82.

On the other hand, precisely because they served a practical function, medieval medical recipes are an extremely versatile literary form in terms of audience, written realization, and writing tradition. They could be addressed to audiences ranging from specialized figures such as physicians, surgeons, and apothecaries, to common people – including women – in search for directions to provide for family healthcare. Similarly, their textual tradition is heterogeneous, for they could be gathered in collections that also include charms and prognostic texts or be embedded in more theoretical treatises. These different contexts affected the formality of their phrasing and the degree to which the texts themselves became standardised and stable.[11]

At this point, it is necessary to make some observations on the factors that influenced the textual transmission of medical recipes. First to consider is the ancient origin of these texts, which has clearly left traces on their late medieval written form. The practical nature of medical recipes also made them prone to changes and adaptations by their compilers, who could draw on more than one source and combine their contents at will – usually without declaring it – or modify the material at their disposal according to their (or their client's) needs or personal expertise through deletions or additions. As a result, these texts could assume a more or less elaborate and detailed form depending on the level of education of their addressee and on the context of their production. Moreover, it is possible that a scribe, or a practitioner compiling his own remedybook, wrote the texts from memory, which could introduce further variations to the texts. A further crucial factor is that of authorship: most of these recipe texts were anonymous. As we have already pointed out, they are usually found in compilations comprising a wide variety of material drawn from different sources and which stemmed from an old tradition. In addition, the main aim of these texts was to communicate practical medical knowledge, and the transmission of such knowledge was far more important than that of the name of the person who put it into the written form. For this reason, it is better to speak of a writer or a compiler of recipes' collections, rather than of an author.[12] Clearly, the lack of an identifiable author has had an impact on the textual tradition, since these collections were assembled according to the needs of their users, and thus seldom acquired a fixed form.

[11] See note 6 above.
[12] Further reflections on the concept of authorship in recipes are presented by Leemans, *Contextualizing Practical Knowledge*, 58-59.

The rich production and the lasting written tradition of medical recipes prompts some questions. Why have scholars devoted so little attention to these texts? And why have so few been edited hitherto? Medical recipes have long been considered a kind of texts of secondary importance in relation to other genres of scientific and medical topic, especially those of a more theoretical nature. Moreover, the close relation of medical recipes to charms has contributed to the idea that recipes belonged exclusively to the folk tradition, and that their contents could not therefore be regarded as scientific. The similarities between recipes and charms as text-types are unquestionable, and – due to the medieval strong belief in their effectiveness as healing instruments – it is indeed quite common to find healing charms alongside recipes in remedybooks. However, the presence of collections of medical recipes in manuscripts apparently made for trained practitioners, as is the case of TCC, confirms that these texts were also used by physicians and were not merely confined to the domestic sphere.[13] Closer study of remedybooks will enable us to better understand the role played by these collections in the transmission of medical knowledge also among learned doctors.

There are also practical problems inherent to this kind of texts that may have deterred scholars from editing them. This is the reason why very few philologists have attempted to edit remedybooks and, in some cases, have even denied the need for such editions. Quoting the remarks of Linda Voigts: "I am convinced that further editing of remedybooks is a far less pressing desideratum for Middle English textual scholarship than is the editing of learned treatises […]."[14]

The first difficulty derives from the scant attention paid to medical recipes hitherto: specifically, the problem of their identification in manuscripts, a task for which existing catalogues are not always helpful. As Isabel De la Cruz Cabanillas pointed out:

---

[13] For the heterogeneous readership of medical recipes see for example: Taavitsainen, "Middle English Recipes," 88; Päivi Pahta, and Irma Taavitsainen, "Vernacularisation of Scientific and Medical Writing in its Sociohistorical Context," in *Medical and Scientific Writing in Late Medieval English*, ed. Irma Taavitsainen and Päivi Pahta, 17 (Cambridge: Cambridge University Press, 2004); and Marta Sylwanowicz, "Medieval Medical Writings and their Readers. Communication of Knowledge in Middle English Medical Recipes," *Linguistica Silesiana* 38 (2017): 112-124.

[14] Linda Voigts, "Editing Middle English Medical Texts: Needs and Issues," in *Editing Texts in the History of Science and Medicine*, Papers given at the 7th annual conference on editorial problems, ed. Trevor H. Levere, 49 (New York: Garland Publishing Co., 1982). It should be noticed that this assertion by Voigts dates back to 1984, and that – despite the scant number of edited remedybooks – the research field on medieval medical writings has been reconsidering in a positive way the role of these collections since then.

> [...] even specialised catalogues are rarely comprehensive and do not include cross-references to other catalogues, which makes the identification of recipes an arduous task and, consequently, their edition and study.[15]

The traditional model for the identification and description of texts in catalogues of manuscripts does not apply particularly well to recipes for several reasons related to both the structure of catalogues and the nature of medical recipes themselves. Different types of catalogues may arise different kinds of problems linked to recipes: for example, collection catalogues, which tend to bring a standard but generalised approach to the contents of a library, may lack the degree of technical depth or writing space required by recipes, whereas *incipits* catalogues do not fit the form of the recipes well, and usually do not include the description of other codicological elements that can provide important contextual information particularly useful for this kind of texts. On the other hand, the mutable shape of recipes and collections of recipes as broader units makes their recording in catalogues a quite complex task.[16] Moreover, catalogues generally overlooked recipes, especially if they were marginal additions, or dismissed them as being of secondary importance and thus not worthy of mention. For the prospective editor it can therefore be time-consuming and difficult, even impossible, to identify further manuscripts containing the same collections of recipes and to collate them.

The versatility of medical recipes makes these writings especially worthy of study: analysis of the different forms of remedybooks can reveal some traces of the uses made of them, the different levels of medical education of their addressee, and illustrate how medicine was practiced in the Late Middle Ages. Editing medical recipes' compilations will shed light on a different area of medical practice and enquiry than academic and

[15] Isabel De la Cruz Cabanillas, "Editing the Medical Recipes in the Glasgow University Library Ferguson Collection," in *Advances in Digital Scholarly Editing. Papers Presented at the Dixit Conferences in the Hague, Cologne, and Antwerp*, ed. Peter Boot et al., 115 (Leiden: Sidestone Press, 2017).

[16] I am extremely grateful to Dr. James Freeman, Medieval Manuscripts Specialist at Cambridge University Library, for his precious suggestions on the issues derived from the relation between recipes and catalogues. For further investigation on indexing Middle English recipes see also Henry Hargreaves, "Some Problems of Indexing Middle English Recipes," in *Middle English Prose: Essays on Bibliographical Problems*, ed. Antony S. G. Edwards and Derek Pearsall, 91-113 (New York: Garland Publishers, 1981).

learned treatises and enable us to extend further the insights gained through the study of the form of these texts and their intended readership.

3. Methodology

The difficulty in identifying more witnesses of the same collection, along with the already mentioned high degree of variation in remedybooks' compilation and the lack of a named author, seem to make the realization of the traditional critical edition – which aims at the reconstruction of a text as close as possible to its original form basing on the comparison of more versions of that text – too ambitious and arduous to undertake. Moreover, apart from the complications that may derive from the gathering of multiple witnesses of the same collection, the practical purpose of these texts and their consequent unstable form is what make medical recipes so peculiar and unique among the medical literary production of the Middle Ages; something which cannot be dismissed when planning an edition. In order to really understand the function of a given collection of recipes it is essential to look at it from the perspective of the context of its production. The edition of a single manuscript may seem the best strategy to achieve this goal. In her edition of the Middle English version of Gilbertus Anglicus' *Compendium medicinae*, Faye Marie Getz states:

> To present an edition of a single witness of a medical text containing recipes, giving due attention to the role both that witness and others like it played in the transmission of medical learning, would seem to be the only method of edition that has any chance of producing a text that will be of lasting value.[17]

Although Gilbertus Anglicus' recipes do not occur in a collection, but are embedded in an encyclopaedic medical text, other scholars have indeed chosen to provide the edition of remedybooks transmitted by a single witness.[18]

[17]Faye Marie Getz, *Healing and Society in Medieval England. A Middle English Translation of the Pharmaceutical Writings of Gilbertus Anglicus* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1991), xliii.

[18] Among the editions of Middle English medical recipes based on a single witness there are: Henslow, *Medical Works of the Fourteenth Century* (based on a ms in possession of the author, usually referred to as H, and extracts of three other mss: British Museum MS Harleian 2378, MS Sloane 2584 and MS Sloane 521); Müller, *Aus Mittelenglischen Medizintexten* (based on Stockholm, Royal Library, MS X.90); Dawson, *A Leechbook or Collection of Medical Recipes* (based on MS 136 of the Medical Society of London); Vallese*, Un Ignoto Ricettario Medico Inglese* (based on Napoli, Biblioteca Nazionale, MS

In TCC the first collections of recipes deal with the preparation of medicaments and only later in the codex are there remedies against sicknesses. This suggests that the texts had not been copied randomly, but that the scribe had in mind a precise writing scheme when he was compiling the book. Since each collection acquires meaning not only from its own contents and their arrangements, but also from its context and place in the volume as a whole, and considering the difficulties of the *recensio* of multiple witnesses of the same remedybook already explained, editing all the collections of this manuscript along with the individual recipes seems to be the most effective editorial strategy for gaining a more comprehensive view of the functions that this book fulfilled, and of the practical and intellectual relationships between its texts.

The most obvious approach would be a diplomatic edition. However, other aspects should be taken into consideration: namely the purposes the edition may serve and the audience to which it is addressed. Editing a single manuscript inevitably stimulates an in-depth reflection on the materiality of such codex and on its place in the socio-historical context of production. In the specific case of TCC, the purpose I would like to achieve is to emphasize the textual and historical value of its collections of recipes, both on their own and as part of a greater codicological entity. The solution I propose is a double edition: diplomatic and critical. On the one hand, a diplomatic edition, which reproduces the texts as far as possible as they are in the manuscript, is necessary to offer a realistic picture of the recipes in TCC and to promote linguistic and philological studies, thus being useful especially to a readership of specialists. On the other hand, the critical edition discloses the philological investigation and study of the texts, aiming at clarifying obscure passages and at presenting a text easily accessible both by scholars and ordinary readers.[19] I will now describe the most relevant editorial principles I intend to adopt in my double edition.

As previously pointed out, the diplomatic edition offers a transcription of the texts as faithful as possible to the manuscript version.[20] Therefore, I intend to

XIII.B.29); Heffernan, *The Wyse Boke of Maystyr Peers of Salerne* (based on a ms held at the College of Physicians of Philadelphia); and Alonso Almeida, *A Middle English Medical Remedy Book* (based on GUL, Hunter 185).

[19] For in-depth considerations on issues concerning the readability of editions see Maria Grazia Cammarota, "On the Readability of the Critical Edition," in *Mittelalterphilologien heute. Eine Standortbestimmung. Teil 1: die germanischen Philologien*, ed. Alessandra Molinari and Michael Dallapiazza, 187-201 (Würzburg: Koeninghausen & Neumann, 2016).

[20] For a description of the principles of the diplomatic edition see François Masai, "Principes et Conventions de l'Édition Diplomatique," *Scriptorium* 4, no.2 (1950): 177-193.

reproduce the manuscript pagination layout in all its aspects, i.e. lines' division; blank spaces between the recipes; and different scripts employed by the scribe which will be conveyed by the use of different types (headings which in the codex are in Textura script will be written in bold in the edited text, while the normal style will be used for the body of the text written by the scribe in a mixed handwriting with elements of Anglicana and Secretary scripts). The only element that will not be replicated will be page division, for a mere reason of space. All the copyists' writing practices, including different execution of letters, ligatures, abbreviations, symbols, capitalisation, punctuation, scribal deletions, additions and errors, will be kept as in the manuscript. Similarly, whenever possible, I am going to reproduce every otiose stroke typical of the copyist's handwriting. All the elements that cannot be conveyed graphically, along with marginalia, will be described in the Critical Apparatus placed at the bottom of the page, below the diplomatic edition. Here follows an example of diplomatic transcription and critical apparatus of a recipe for the preparation of an anaesthetic potion called *dwale* situated on f. 92v:

To make a dꝛynke that men clepe
dwale to make a man to ſſlepe whıle
he ıs coꝛuen .,

Take · ııȷ · ſponfull of gallſ of a barrowgh ~~· ııȷ ·~~
foꝛ a man ⁊ foꝛ awoman of a gelte · ııȷ · ſpon-
ȷuſe
full of homlok ‸ ııȷ · ſpon · of wylde nepe · ııȷ ·
of letuſe · ııȷ · of popy · ııȷ · of henban · ⁊ ııȷ · ſpon=
full of eyȝell ⁊ boyle hem all to geder ⁊ do hıt
ın to a glaſſe wele ſtopped · And do · ııȷ · ſpon=
full her of to a pottell of gode wyne ⁊ med=
le hē well to ged ⁊ hete ıt oū the fyer ⁊ dꝛy=
nke wele th of tıll thu ſall a ſlepe ⁊ than
may thu ſafely be coꝛven ·/ And whan the
cure ıs done · waſch the pacyent ẘ vyneg
⁊ ſalt ⁊ waſch wele the templys ꝑbatū ē ·//

4 ·~~iij~~·] espunzione dello scriba mediante barratura.
6 juſe] aggiunta interlineare dello scriba soprascritta a *uȷ* e segnalata dal simbolo ⸗.
7 letuſe] una macchia o una raschiatura sul *folium* copre le prime tre lettere della parola ma non ne compromette la leggibilità.[21]

The critical edition I aim to produce is conservative, and it will differ from a semi-diplomatic edition in certain specific ways. A conservative critical edition is not meant to reconstruct the original form of the texts, but to shed light on the difficult passages and facilitate readability, the final purpose always being to emphasize the historicity and uniqueness of the texts in this manuscript version. For this reason, editorial interventions will be kept to a minimum and will include the expansion of abbreviations in italics; graphic normalization of letters realized in different ways (for example, long <ſ> and normal <s> both rendered as *s*); hyphenation of words written separately by the scribe but forming a single word in contemporary writing practices; silent word division for words erroneously written as a single word; and emendation of evident scribal errors, in my opinion mainly due to the copyist's oversight. Some scribal practices will be kept as they are in the manuscript to leave them free from the editorial interpretation. Thus, the scribe's alternation of <u> / <v> used indiscriminately for both letters *u* and *v*, and of <i> / <j> / <y> for vowel *i*, as well as the use of punctuation and capital letters, will be maintained. Since this critical edition does not aim at the reconstruction of the original texts, in case of illegible words and lacunae I will not try to reconstruct the corrupted forms in the edited text; however, when the overall meaning could be deduced from the context, I will advance my hypothesis of interpretation in the translation and in the Commentary placed at the end of the edition. The critical edition of the recipe for *dwale* on f. 92v is here displayed:

To make a drynke that men clepe

dwale to make a man to slepe while

he is coruen ⸗

Take · iij · sponfull of gall*es* of a barrowgh {· iij ·}

for a man *and* for a woman of a gelte · iij · spon=

[21] For the transcription I use the font *JuniusX* that allows the reproduction of special characters typical of medieval handwritings. The font is available at: <https://psb1558.github.io/Junicode-New/>.

full of homlok ′juse‵ iij · spon · of wylde nepe · iij ·

of letuse · iij · of popy · iij · of henban · *and* iij spon=

full of ey3ell *and* boyle hem all to-geder *and* do hit

in-to a glasse wele stopped · And do · iij · spon=

full her-of to a pottell of gode wyne *and* med=

le he*m* well to-ged*er and* hete it ou*er* the fyer *and* dry=

nke wele th*er*-of till thu fall a-slepe *and* than

may thu safely be corven ·/ And whan the

cure is done · wasch the pacyent w*ith* vyneg*er*

and salt *and* wasch wele the templys p*ro*batu*m* e*st* ·//

The choice of a critical edition in spite of a semi-diplomatic one is primarily due to the fact that the critical edition aims at offering explanations to the form and content of the texts presented, also correcting those errors that could jeopardise textual understanding. Such an effort goes beyond the mere assistance to reading typical of a semi-diplomatic edition.

An additional instrument at the reader's disposal will be the translation.[22] Clearly, since the translation accompanying my edition is in Italian, the case study presented here will be understandable to an audience with a knowledge of this language; however, broadly speaking translations of medieval texts into modern languages undoubtedly constitute a precious resource for their comprehension and interpretation. Some general considerations, preliminary to the active process of translation, may be worthy of mention. First of all, each text requires a translating strategy suitable for itself, and there are no universally acceptable general rules for the translation of a text.[23] Secondly, it should be borne in mind that a translation always implies a prior act of critical reading of the source text and its consequent

[22] In this part regarding translation, I adopt the canonical terminology employed in Translation Studies which identifies with the *source text* the original writing, and with the *target text* the translation.
[23] Giuliana Garzone, "Quale Teoria per la Traduzione del Testo Medievale?", in *Testo Medievale e Traduzione*, ed. Maria Grazia Cammarota and Maria Vittoria Molinari, 47 (Bergamo: Bergamo University Press, 2001).

interpretation on the part of the translator.[24] As a result, the reading of a translated text is inevitably influenced by the translator's perspective.

In her volume *Translating as a Purposeful Activity*, Christiane Nord identifies three steps of the translation process: (1) the importance of the translation brief (which aims at comparing the source text and the target text profiles to identify their main divergencies); (2) the analysis of the source text (meant to evaluate the feasibility of the translation assignment, which source text units are relevant for the function of the translation, and which strategy will bring to an effective translation); (3) and finally, the creation of a functional hierarchy of translation problems, which leads the translator in the choice of the most suitable strategy.[25]

As it has been advocated by the *Skopostheorie* in the 1970s, two decisive factors in the choice of the translating strategy are the text-type and the function of the translated text, which may not be the same as that of the original.[26] As far as the medical recipes transmitted in TCC are concerned, we are in front of informative texts produced to be actually used by medical practitioners. Conversely, the translation I will include in the final thesis will be the first Italian translation of Middle English medical recipes, and for this reason it will respond, first and foremost, to a historical interest, its aim being to benefit the contemporary reader with an example of practical medical literature of the Late Middle Ages. Such a translation is meant to be a support to the edition, useful to clarify ambiguous and difficult passages, and to help readers not accustomed to facing 15th century English. Moreover, from a forward-looking perspective, it could also provide a starting point for studies that seek to compare its contents with those of similar contemporary manuscripts written in Italian vernaculars.

The difference in the functions of the source and the target texts is also due to the intertemporal dimension. Indeed, the original texts being written in the 15th century, there is a tangible distance separating the source text and the target text which can be

[24] On the strict relation between translation and interpretation see Umberto Eco, *Dire quasi la stessa Cosa. Esperienze di Traduzione* (Milano: Bompiani, 2017), 225-253.
[25] Christiane Nord, *Translating as a Purposeful Activity* (Manchester: St Jerome Publishing, 1997), 59-68. For a concise summary of these principles see Jeremy Munday, *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*, 2nd ed. (London and New York: Routledge, 2008), 82-84.
[26] For a summary of the principles of the *Skopostheorie* see Edwin Gentzler, *Contamporay Translation Theories* (Clevedon: Cromwell Press Ldt., 2001), 70-75.

perceived at different levels: temporal, linguistic and cultural.[27] As a result, it is impossible to recreate the same conditions of production and reception of the medical recipes under examination, which implies that their translation will create at all effects a new text for a new audience, and namely an audience of specialists such as philologists, linguists and historians of medicine, but also one of non-specialist readers interested in learning about medieval medical recipes. An accurate picture of the translator of medieval texts and of his/her role has been given by scholar Fulvio Ferrari, who identifies this figure with that of the philologist, capable of reconstructing the meanings to translate which come from a distant and evanescent past.[28]

Moving from theory to practice, considering the aim of this translation and the complex relationship between the source and the target texts, I intend to adopt a flexible translating strategy: very often more than one solution will be possible to face translation problems, which will require source-oriented choices in some cases, and target-oriented ones in other cases for the sake of readability. The translation is thus regarded as a dynamic process mirroring the dialogue between the source and the target cultures.

In terms of writing conventions, the approach may vary. As previously demonstrated, medical recipes constitute a well-defined text-type, and the translation could not ignore its intrinsic features. Therefore, as far as genre conventions are concerned, replicating the structure and linguistic production of the source text is preferred to the target text's standards in order to offer a picture of Middle English medical recipes as authentic as possible. Thus, for instance, the use of the imperative 2nd person singular to address the performer is maintained, instead of using the 2nd person plural typical of contemporary Italian recipes. An example from a recipe for the preparation of a medicinal water on f. 98r is here provided:

> […] Take alysaundre als moch as *thu* wilte and braye it and put / it in a lymbeke and destill therof water […].

[27]A definition of Intertemporal Translation has been provided by Douglas Robinson, "Intertemporal Translation," in *Routledge Encyclopaedia of Translation Studies,* ed. Mona Baker, 114-116 (London; New York: Routledge, 2000).
[28] Fulvio Ferrari, "Tradurre Cosa e per Chi? Instabilità del Testo Medievale e Autocensure", in *Testo Medievale e Traduzione*, ed. Maria Grazia Cammarota and Maria Vittoria Molinari, 60 (Bergamo: Bergamo University Press, 2001).

> **Translation proposed (with the 2nd person singular):** […] *prendi* del corniolo, tanto quanto ne vuoi e frantumalo e mettilo / in un alambicco, e da lì distilla un'acqua […]
> **Domesticating translation, respecting the Italian standards (with the 2nd person plural):** […] *prendete* del corniolo, quanto ne volete, e frantumatelo e mettetelo / in un alambicco, e da lì distillate un'acqua […] (emphasis always mine).

Otherwise, since the original texts display the late medieval phase of the language's development (a phase in which English was far from standardized), in some cases translation will necessarily deviate from the Middle English text for the sake of fluidity and readability in the target language.

Some difficulties regarding terminological choices may arise. An example could be the rendering of terms denoting units of measure such as *vnce*, *pynte* or *dragm*, which will be maintained as in the original text even if, not being part of the Italian measurement system currently in use, may sound strange to the Italian readers. In a case like this, looking for lexical equivalents such as *gram*, *litre* and so on does not seem necessary since the aim of the translation is not to produce a text that works in the target culture as it did in the source culture, but to present the text as it appeared to its original addressee. These literal translations may produce a foreignizing effect but without undermining the global understanding.[29] Another challenging task will be the identification and correct rendering of botanical names and other recipes' ingredients, which indeed is an obstacle also for adaptations into Present-day English. To overcome these barriers, although the translating choice may not be completely satisfactory due to the limits of understanding imposed by the temporal and cultural distance from the source text, the notes in the Commentary will provide explanations as exhaustive as possible.[30]

I would like to conclude this reflection on the translation of a medieval text and its affinity with the editorial process quoting the words of Maria Grazia Cammarota:

---

[29]On the dichotomy between foreignizing and domesticating translation see Gentzler, *Contemporary Translation Theories*, 36-43; and Munday, *Introducing Translation Studies*, 144-146.
[30] The use of textual notes to clarify and disambiguate some translating choices is advocated also by Nord for what she calls a 'philological documentary translation'. This practice offers an additional instrument to the reader, who is always aware that what he/she is reading is just one of the possible translations, based on one of the possible interpretations. See Nord, *Translating as a Purposeful Activity*, 49.

> The translator has to face many obstacles on the way to a satisfactory understanding of the semiotic system that the medieval author shared with his audience, and is ready to accept the limits of understanding. The reader can be guided to undertake a similar journey into a world that is different and that sometimes remains inexplicable.[31]

The complexity of the translating process notwithstanding, the edition and translation of a medieval text serve precisely as instruments to shorten the distance between the present day and a past time. In the same way, the edition and translation of the Middle English medical recipes of TCC want to bring to light inedited texts that transmit practical medical knowledge, trying to lead the reader through their critical comprehension and interpretation.

4. Provisional structure of the PhD thesis

After this overview on the objective, theoretical framework, and methodology at the basis of my PhD research project, in this paragraph, I will illustrate the structure designed for the final thesis. The thesis will be developed in two main sections: the first part will provide a theoretical introduction to the subject, including an overview on how medicine was conceived and practiced in late medieval England, a survey on the textual production, and a detailed description of the manuscript and the recipes under examination. The second part will be constituted by the edition: the diplomatic transcription will be situated on the left page, followed by the Critical Apparatus, whereas on the right page there will be the corresponding critical edition followed by the Italian translation. Finally, a Commentary will provide explanations and an in-depth analysis of the passages requiring it, while a Glossary will guide the reader in the detection of meanings related to medicine.

5. Conclusions

The lack of a considerable number of editions of Middle English collections of medical recipes makes their demand quite urgent. For too a long time these texts have

[31]Maria Grazia Cammarota, "Translating Medieval Texts. Common Issues and Specific Challenges" in *Tradurre: un Viaggio nel Tempo*, ed. Maria Grazia Cammarota, 49 (Venezia: Edizioni Ca' Foscari, 2018).

been dismissed as folk production of irrelevant scientific value. Thanks to more in-depth studies on their textual typology and contents, this limited view has been overcome, and now time has come to enrich the corpus of edited texts already available, thus encouraging further investigation on the role played by these writings in the transmission of medical knowledge in late medieval England.

My PhD project places itself in this field of research, aiming at contributing to fill this gap. The observations on the choice of the editorial and translating principles most suitable to this text-type presented in this paper wanted to stimulate the discussion on these issues, and to provide some possible strategies to undertake. The considerations on the Italian translation which will accompany my edition were meant to emphasize the role translations of medieval texts into modern languages may have as instruments complementary to the edition itself: an additional device at the reader's disposal, useful to enhance the interpretation of these texts.

5

O problema da unidade cosmológica na metafísica de Tomás de Aquino

Maria Eduarda Machado[1]
Universidade do Porto

Resumo:

Esta investigação examina a natureza do hiato ontológico entre Deus e a criação na metafísica de Tomás de Aquino partindo do estudo da natureza e atributos divinos. Analisa o modo como Tomás de Aquino trata esse hiato e valida uma argumentação a favor da sua superação, formulando uma interpretação unitária do cosmo, na metafísica tomista. Parte-se da conceção tomista segundo a qual a unidade divina é o princípio unificador dos domínios da realidade. Aprofunda a resolução da aporia referente à relação entre a essência imutável divina e da sua atividade simultânea com o universo feita pelo Angélico, focando quer a explicação do Aquinense acerca da natureza da relação entre o uno e múltiplo, do imanente e do transcendente, quer os conceitos lógicos e ontológicos de participação e analogia.

Palavras-chave:

Tomás de Aquino, Metafísica, Uno-Múltiplo, Deus

Abstract:

This investigation examines the nature of the ontological gap between God and creation in the metaphysics of Thomas Aquinas based on the study of nature and of divine attributes. It analyses the way Thomas Aquinas treats this gap and validates an argument in favour of overcoming it, formulating a unitary interpretation of the cosmos, in Thomistic metaphysics. It starts with the Thomist conception that the divine unity is the unifying principle of the realms of reality. It deepens the resolution of the aporia regarding the relationship between the immutable divine essence and its simultaneous activity with the universe made by Angelico, focusing both on Aquinas' explanation of the nature of the relationship between the one and the multiple, the immanent and the transcendent, logical, and ontological concepts of participation and analogy.

Key words:

Thomas Aquinas, Metaphysics, One-Multiple, God

1. Introdução

Este artigo apresenta os pontos principais da investigação em desenvolvimento para tese de doutoramento na área da Filosofia, especificamente no estudo da filosofia medieval.

[1] Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, referência 2020.08348.BD doutoranda do Programa Doutoral em Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Filosofia – Medieval & Early Modern Philosophy.

Esta investigação examina a natureza do hiato ontológico entre Deus e a criação na metafísica de Tomás de Aquino partindo do estudo da natureza e atributos divinos. Analisa o modo como Tomás de Aquino trata esse hiato e valida uma argumentação a favor da sua superação, formulando uma interpretação unitária do cosmo, na metafísica tomista.

Acredita-se que a filosofia medieval tem uma grande importância para o desenvolvimento quer da metafísica quer da ciência em geral a nível conceptual e qualitativo.

Os grandes metafísicos, sobretudo os medievais, confrontaram-se com as questões limite da metafísica. Desenvolveram estruturas conceptuais de carácter mais qualitativo, mas de grande nível de abstração, de validade lógica e de uma radicalidade inexcedível. O cunho lógico e o cunho aristotélico da metafísica medieval constituem pontos de partida adequados para metafísicas capazes de responder às necessidades especulativas geradas pela teorização matemática da física.

A física teórica vê-se confrontada com questões limite em torno do momento zero da existência - Big Bang -, desenvolvendo estruturas matemáticas poderosíssimas cujo desenvolvimento requer também uma nova profundidade conceptual para fortalecer o conhecimento acerca do universo. Tal como para trabalhar as questões últimas sobre a realidade é necessário ter um conhecimento científico sólido, é igualmente preciso, para que a ciência avance respostas mais eficazes, que a filosofia contribua com conceptualizações avançadas e arrojadas, quer totalmente novas, quer com aperfeiçoamentos às respostas já existentes. Gaven Kerr foi mais longe. No seu recente livro *Aristotle's Revenge: The Metaphysical Foundations of Physical and Biological Science*[2], explica como a base do próprio método científico e consequentemente do conhecimento adquirido por esse processo, têm alicerces profundos na filosofia natural e metafísica de Aristóteles. Como será possível verificar a seguir, no *Enquadramento*, tanto as problemáticas como as respostas formuladas pelos escolásticos são atuais e pertinentes e muito debatidas. Discutir filosofia medieval continua a ser debater filosofia contemporânea.

As questões epistemológicas, lógicas, da filosofia da linguagem e da mente têm todas uma grande questão de fundo: porquê este mundo e não outro. À qual se juntam outras questões: é o mundo caótico ou ordenado; se é ordenado porquê e quais os seus

[2] Edward Feser, *Aristotle's Revenge - The Metaphysical Foundations of Physical and Biological Science* (Germany: editiones scholasticae, 2019).

princípios; se não é ordenado qual a razão da sua natureza caótica, se é que é possível descobri-la. A questão acerca da relação entre uno e múltiplo tem milhares de anos e é incontornável na medida em que é basal para a formulação de uma resposta concisa às questões sobre a ordenação cósmica.

Apesar de estas relações remontarem aos pré-socráticos, os pensadores medievais, pela dificuldade de se defenderem contra visões pagãs predominantes no início do período patrístico, de encontrarem maneiras racionais de explicar assuntos do âmbito da fé, adotaram e sistematizaram muitos dos conceitos gregos até então conhecidos. Posteriormente, este trabalho foi enriquecido não só pelo esforço intelectual, como também pela inserção das obras de Aristóteles na escolástica latina, proporcionada por Alberto Magno. Gerou-se, então, uma diversa e dinâmica discussão entre as perspetivas platónica e aristotélica que exponenciou o pensamento filosófico cristão e tornando-o o sucessor de uma atividade que desde a última parte da era patrística parecia ter adormecido. O facto de a filosofia medieval ter de responder a determinados critérios teológicos não a impediu de se tornar fecunda enquanto filosofia própria, que procura a verdade pelo rigor do pensamento. Pelo contrário, esta cintura que lhe foi posta tornou-a metódica e rigorosa, tornou-a analítica. O que por um lado foi uma clausura à liberdade do pensamento, foi por outro uma modulação exigente e benéfica ao tratamento dos assuntos gregos.

Estas ideias estão na base da pesquisa a seguir apresentada. Quanto à escolha do autor, entende-se que este representa o culminar deste processo de disciplina do pensamento filosófico ocidental. Ao dizer que o Angélico representa o culminar deste desenvolvimento não se lhe está a atribuir responsabilidade total sobre este processo, nem protagonismo, pelo contrário, está-se a notar o trabalho rico que foi feito por todos os outros autores bem conhecidos (Santo Agostinho, Boécio, Pseudo-Dionísio, Escoto Erígena, Abelardo, Alberto Magno, entre tantos outros) até à sua época e do qual o Aquinense é reflexo.

Tomás de Aquino compatibilizou e quase dissolveu as doutrinas platónica e aristotélica num pensamento autónomo e fundador de uma corrente filosófica à qual se dá o nome de Tomismo. Isto torna-o um dos mais originais e interessantes pensadores da Idade Média para o tratamento da questão em estudo: a questão da unidade cosmológica. A motivação desta pesquisa prende-se igualmente ao facto de haver intenção de dar continuidade à investigação feita no âmbito de outros trabalhos, a par de um profundo e íntimo interesse pelas questões do uno e do múltiplo.

Este trabalho pretende ser um contributo para os estudos na área da história da filosofia e um contributo indireto para outras áreas científicas na medida em que trata temas e conceitos de interesse transversal nas várias áreas do conhecimento.

2. Apresentação do projeto

2.1. O problema da unidade cosmológica na metafísica de Tomás de Aquino

O projeto foca-se na área da metafísica e doutrinas da origem. A investigação insere-se no panorama contemporâneo de discussão acerca da **unidade** cosmológica presente na teoria metafísica da criação de Tomás de Aquino.

Autores como Étienne Gilson[3] e Gaven Kerr,[4] também W. Norris Clarke[5] e Robert Pasnau,[6] ou Jean-Pierre Torrell[7] interpretam o sistema metafísico de Tomás como tendo claramente uma relação unitária entre as coisas e Deus, ou pela unicidade do ser, ou pela gradação de atualidade, ou pela noção imanência e transcendência. No entanto, os trabalhos que tratam esta questão diretamente são uma minoria dentro daquilo que constitui o total dos estudos tomistas.

A leitura teísta da filosofia do Aquinense é a mais predominante, acentuando uma indiscutível distinção entre Deus e a criação e mesmo uma exterioridade.[8] Descreve, também, uma ligação entre ambos pela imanência de Deus nas coisas, pela Sua presença incontida. Esta ligação não requer, porém, que haja unidade na cosmologia tomasiana, garante apenas que há uma ligação insolúvel entre Deus e as coisas pelo ato de criação e sustentação destas.

O problema da unidade cosmológica neste modelo metafísico sustenta-se na dificuldade em entender se a distinção ontológica gera inevitavelmente um fosso e se esse fosso é superável por um alargamento da compreensão do estatuto e do valor ontológico quer de Deus, quer das criaturas, por via de uma leitura com base em

---

[3] Étienne Gilson, God and Philosophy (New Haven: Yale University Press, 1941).
[4] Gaven Kerr, Aquinas and the Metaphysics of Creation (New York: Oxford University Press, 2019).
[5] W. Norris Clarke, The One and the Many -A Contemporary Thomistic Metaphysics, Angewandte Chemie International Edition, 6(11), 951–952. (Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2001).
[6] Pasnau, Robert, "Excursus Metaphysicus: Reality as actuality" in Thomas Aquinas on Human Nature (Cambridge: Cambridge University Press , 2001). J.-P. Torrell, Thomas d'Aquin Maitre spirituel (Paris).
[7] J.-P. Torrell, Thomas d'Aquin Maitre spirituel (Paris: Vestigia Cerf – Editions universitaires de Fribourg, 1997).
[8] Rudi te Velde, "God and the Language of Participation" in Devine Transcendence and Immanence in The Work of Thomas Aquinas (Utrecht:Thomas Instituut te Utrecht, 2005).

princípios mais versáteis e transversais aos próprios componentes da metafísica tomasiana: relações de uno e múltiplo. Esta relação está presente no sistema de Tomás de Aquino sob os desígnios do conceito de participação, que se prende obrigatoriamente ao conceito de analogia. Estas noções apresentam alguns problemas ao apuramento da questão e formulação de resposta, como será apresentado a seguir.

2.2. Enquadramento historiográfico

Há espaço para propor uma leitura do cosmo tomista como uma unidade que é garantida pela unidade divina. As formulações existentes deste tipo de interpretação têm sido feitas sob aspetos diferentes da metafísica de Tomás. Algumas são propostas abertas e formais, estando outras implicitamente presentes na interpretação de certos especialistas. Étienne Gilson[9] e Gaven Kerr,[10] proponente e atual seguidor, respetivamente, têm conceções distintas do tomismo existencialista. A noção existencialista enfatiza principalmente a relação de unidade entre Deus e os entes, a partir da participação dos entes na existência primordial, divina. Na opinião destes dois autores, a visão unitária está implícita e não é posta em causa, surgindo naturalmente da interpretação existencial da metafísica do Angélico.

De outro modo, também W. Norris Clarke[11] e Robert Pasnau[12] formulam interpretações unitárias da realidade. W. Norris Clarke concebe um sistema metafísico inspirado na tradição tomista,[13] no qual interpreta e articula os elementos da metafísica tomasiana de forma peculiar e inortodoxa. Defende uma visão mereológica do cosmo. As suas partes inter-relacionam-se e correlacionam-se com Deus, criando um sistema altamente dinâmico- *relational metaphysics*. Clarke aproxima-se, assim, do panenteísmo de vertente whiteheadiana. Esse dinamismo advém da dinâmica presencial do ato de existir – participação - que manifesta o *Ser*. Distintamente, Robert Pasnau assinala a unidade do cosmo pela noção de atualidade. Propõe uma realidade espetral, cujas extremidades são pura potencialidade e pura atualidade. As diferentes instâncias do real são gradações diferentes de atualidade. Esta perspetiva não está ainda suficientemente sustentada nos trabalhos de Pasnau.

[9] Étienne Gilson, God and Philosophy (1941).
[10] Gaven Kerr, Aquinas and the Metaphysics of Creation (2019).
[11] W. Norris Clarke, *The One and the Many -A Contemporary Thomistic Metaphysics* (2001).
[12] Robert Pasnau, "Excursus Metaphysicus: Reality as actuality" (2001).
[13] Doutrinas Tomistas – referem-se a doutrinas que derivaram da filosofia de Tomás de Aquino; Doutrina Tomasiana – filosofia original de Tomás de Aquino.

Por sua vez, embora numa linha muito mais teológica do que filosófica, Jean-Pierre Torrell[14] menciona essa relação unitária entre Deus e os entes na metafísica da criação do Aquinense explicando-a através das noções de imanência e transcendência divinas. Esta visão pode ser considerada também superadora do hiato teísta e próxima do panenteísmo.

O panenteísmo foi preconizado por Karl Christian Krause e antecipado por várias figuras ao longo da história da filosofia, segundo John. Cooper.[15] Neste âmbito são feitos comentários à metafísica tomista do ponto de vista da filosofia do progresso de Alfred North Whitehead. Autores como John B. Cobb,[16] Burton Z. Cooper,[17] Kirk Wegter-McNelly[18] e Thomas E. Hosinski[19] focaram-se nesse diálogo com o objetivo teológico de apurar a natureza de Deus e da sua ação.

2.3. Pontos de partida e problemas

O problema da maioria dos trabalhos está na redução da essência do tomismo a uma parte dos seus elementos.[20] Este projeto pretende evitar o risco de uma leitura redutora, que possa contribuir para uma desfiguração da essência profunda do pensamento de Tomás propondo o estudo de elementos transversais na metafísica do Aquinense.

Trabalhar o problema da unidade cosmológica no pensamento de Tomás de Aquino requer que se investigue a relação real entre Deus e a criação e o seu fundamento. Essa relação aparece na forma de participação e analogia.

A analogia é a forma adequada de predicação de qualquer coisa. Todas as coisas participam por semelhança em realidades mais perfeitas, quer entre si, segundo as categorias do ser, quer em relação aos graus de perfeição ou graus do ser com relação à substância. A analogia do ser é feita nestas duas orientações – horizontal e vertical.

---

[14] J.-P. Torrell, Thomas d'Aquin Maitre spirituel (1997).
[15] John W Cooper, *Panentheism the Other God of the Philosophers - from Plato to the Present* (United States of America: Baker Academic, 2006).
[16] John B. Cobb Jr., *A Christian Natural Theology* (Claremont:1965).
[17] Burton Z. Cooper, *The Idea of God a Whiteheadian Critique of St. Thomas Aquinas' Concept of God* (The Hague: Martinus NijhojJ, 1974).
[18] Kirk Wegter–McNelly, *The Entangled God: Divine Relationality and Quantum Physics* (New York: Routledge, 2011).
[19] Thomas E. Hosinski, *Thomas Aquinas and Alfred North Whitehead on God's Action in the World* (Open Theology, 2015: 1: 269–276).
[20] Bernard Montagnes, The Doctrine of the Analogy of Being According to Thomas Aquinas (Milwaukee: Marquette University Press, 2004).

Porque corresponde ao método de predicação adequado corresponde também ao princípio basal do processo epistémico concebido por Tomás.[21]

A analogia, apesar do seu cunho semântico, tem uma extensão ontológica. A realidade é uma gradação de perfeições. Por isso, a realidade é composta por diferentes graus e tipos de semelhança, proporcionando também a dissemelhança. Mas a razão da gradação parece residir na própria participação: cada coisa participa de uma determinada essência, ou perfeição; cada coisa é perfeita à sua medida; todas as coisas participam *das* perfeições divinas e são perfeitas em proporção.[22]

A participação refere-se não só à estipulação da categoria nas coisas como também à participação destas *do* Ser. Esta noção apela, portanto, a uma relação ontológica entre Deus e as criaturas. Apresenta um sistema constituído por aquele do qual se participa, Deus, e aquele que participa *de*, a criação. Este é um daqueles aspetos que evidencia uma relação insolúvel por um lado, por outro uma exterioridade que fissura essa mesma relação. Apresenta, por isso, uma relação entre dois elementos distintos e independentes. No caso do universo metafísico tomasiano, a independência ontológica das criaturas em relação a Deus não é possível. Assim, está presente na participação uma relação de dependência assimétrica entre Deus e os entes. A insolubilidade da relação está, portanto, na dependência ou falta de autonomia das coisas para realizarem a sua própria existência.

Nessora, descrever a relação entre Deus e criação, entre gradações do real, ou do ser, como relações de dependência e semelhança assimétrica não é suficiente para explicar o profundo significado do termo. É necessário ir mais além destas conceções e procurar a razão desta ligação com relação à sujeição ontológica. Nesta, está presente a ideia de imanência: se nenhum outro ente tem a capacidade de sustentar a sua própria existência; se há algo que é necessariamente Ser e que sustenta a existência dos restantes existentes; então, este, tem de estar de alguma forma imanente nos outros.

Por outro lado, a analogia, ao entrar em contraposição com a predicação equivoca e unívoca, demonstra que a realidade tem um carácter não só comum, mas unitário, pois a analogia pretende respeitar quer a unidade quer a diversidade do ser.

Contudo, a analogia é estudada atualmente quase como um termo independente do seu contexto metafísico perdendo o seu carácter unitário.[23] Quer a analogia quer a

[21] Sancti Thomae de Aquino, "Liber I." Caput. 34 in *Summa Contra Gentiles* (1259/1260-1264/1265).
[22] Sancti Thomae de Aquino, "Liber I." Caput. 29 Em *Summa Contra Gentiles* (1259/1260-1264/1265).
[23] Rocca Gregory, "'Creation ex nihilo' and the being of creatures: God's Creative Act and The Transcendence- Imanence Distinction in Aquinas." in *Devine Transcendence and Immanence in The*

participação carecem-se de integração na teorização sobre a transcendência e imanência de Deus. Aliás, estes conceitos pretendem articular a unidade e a multiplicidade pela presença transcendente de Deus nos entes. Não é adequado estudá-los sem estarem inseridos na dinâmica da transcendência.

2.4. Objetivos

Esta investigação tem três objetivos principais e outros intermédios e específicos.

O primeiro principal objetivo deste projeto é apurar a natureza do hiato ontológico entre Deus e criaturas estudando minuciosamente o seu princípio. Entender a razão desse hiato pela forma como Tomás de Aquino resolve e explica a relação entre a instância divina e a instância criada.

Para isto, procuram-se explicações nos textos do Aquinense para perceber se há ou não unidade entre uno e múltiplo, entre Deus e a criação, e se essa unidade entre os domínios do real pressupõe ou requer uma relação de transcendência e imanência. Portanto, apurar a maneira como o Aquinense demonstra estas relações.

Estas relações estão expressas de várias maneiras, como vimos, pela participação das coisas de Deus, e, por isso, pela semelhança/analogia. Também é possível estudar a questão do Uno estudando o ato de criação a partir dos atributos e ações divinos nele implícitos. Logo, analisar-se-ão estes elementos. Percebeu-se já, como será explicado a seguir, que o atributo intelectual divino é significativo para este estudo e ser-lhe-á dada prioridade. Estudar o conhecimento divino concerne ao segundo objetivo principal.

O terceiro objetivo é perceber se é adequada uma leitura unitária do cosmo tomasiano e porquê. Qual o limite de uma interpretação deste tipo? Neste caso, metafisica criacionista, qualquer apontamento de monismo deve ser o limite. Unidade e mesmidade/panteísmo não são sinónimos nem devem ser. Há uma clara distinção de estatuto e valor entre a criação e Deus. O que se pretende é superar a visão que remete para a exterioridade, e, por isso fragmentação da relação das coisas com Deus na doutrina tomasiana.[24] Deve demonstrar-se, ao contrário daquilo que é por norma saliente, a intimidade da relação pela sua relação unitária.

Work of Thomas Aquinas, de Harm Goris, Herwi Rikhof e Henk Schoot (Utrecht: Thomas Instituut te Utrecht, 2005).

[24] Rudi te Velde, "God and the Language of Participation." in Devine Transcendence and Immanence in The Work of Thomas Aquinas (Utrecht:Thomas Instituut te Utrecht, 2005).

Objetivos mais intermédios e específicos focam-se nos passos intermédios da investigação.

Mapear e perceber as influências diretas e indiretas que Tomás de Aquino teve ao longo do seu percurso filosófico. Definir bem as linhas de influência aristotélica, neoplatónica e árabe, e identificar autores não só referidos como autoridades por Tomás de Aquino, mas que exerceram claramente uma influência no modo como este pensa estas relações e que consequências tira para o resto da sua filosofia no geral.

De forma a entender de que maneira o intelecto divino conhece o múltiplo para apurar a natureza da relação de unidade entre uno e múltiplo, este projeto tem também como objetivo apurar a relação de identidade entre imaterialidade, inteligibilidade e causalidade. Estes princípios estão na génese do mundo, do ato criador. São também os pilares da sustentabilidade do cosmo. Por isso, deve entender-se a sua transversalidade ontológica e cosmológica na doutrina de Tomás de Aquino.

Também, pelo facto de estes três princípios se mostrarem não só idênticos, mas também contínuos, até que ponto essa continuidade pelos graus no real não pressupõe quer uma emanação quer uma imanência divinas. Quer isto dizer, que se procurará mostrar qual a natureza da relação entre unidade e pluralidade.

Como tal, deve também definir-se e confrontar-se a noção de criação *ex nihio* com a de emanação, de modo que clarifiquem a relação de Deus com o múltiplo. No ato da criação está presente: por um lado, o surgimento do próprio múltiplo; por outro, estão implícitas ações e princípios racionais, portanto, um conhecimento prévio acerca daquilo que vai existir e em que condições. Por isso, este percurso entre a gnoseologia divina e a explicação da origem de tudo é tão fundamental para perceber a relação ontológica entre o domínio divino e o criado.

Pretende-se traduzir e comentar obras de relevo para o estudo metafísico de Tomás de Aquino, já que a tradução em português europeu é parca – os comentários que fez a obras de grande influência para a metafísica teológica em toda a idade média, tais como *Super librum De causis expositio*, *In librum B. Dionysii De divinis nominibus expositio*, *De hebdomadibus Boëthii* ou *De Trinitate Boëthii*, porque constituem a génese do trabalho original de Tomás de Aquino.

2.5. Desenvolvimento e abordagem: da noção de Uno/Múltiplo ao conhecimento divino

De um ponto de vista inicial, de forma a enquadrar bem as questões, o projeto deve ser acompanhado por uma procura sobre as influências diretas e indiretas que outros autores e obras tiveram no pensamento de Tomás de Aquino. Deve também identificar-se e situar-se na obra os textos nos quais Tomás de Aquino fala no problema do Uno e o relaciona e integra no seu sistema metafísico: *Quaestiones disputatae De veritate*, *Summa contra Gentiles*, *Sententia libri Metaphysicae*.

À medida que o projeto foi avançando, percebeu-se que a questão, apesar dos esforços, continuava demasiado ampla e que podia e devia ser abordada mais especificamente. Especializou-se a abordagem pelo estudo do conhecimento divino sobre a pluralidade.

A participação é sem dúvida uma descrição da relação ontológica entre Deus e as coisas. Porém, há vários atos divinos envolvidos quer na criação quer na sustentação do universo – o intelecto, a vontade,[25] e ação ou poder para o fazer. Estas são igualmente formas de relação com a criação, também elas ontológicas, pois estão na génese de tudo e definem a própria natureza do mundo. O conhecimento orienta a vontade e o ato de criar. Para São Tomás de Aquino a origem da criação, portanto, a natureza da ação criadora é de cariz intelectual, inequivocamente:

> «Agora é manifesto que Deus causa as coisas pelo Seu intelecto, uma vez que o Seu ser é o Seu ato de compreensão; e, portanto, o seu conhecimento deve ser a causa das coisas, na medida em que a Sua vontade se une a ela. Daí o conhecimento de Deus como a causa das coisas é geralmente chamado de "conhecimento da aprovação».[26]

Deus é caracterizado, por Tomás de Aquino, como tendo uma natureza una, e infinita (mas não abordemos para já este aspeto); e a criação enquanto multiplicidade das formas, dos seres, das espécies. Então, a relação de Deus com as criaturas pode, sob este aspeto, ser descrito como uma relação pura de uno e múltiplo. Pode dizer-se

[25] Sempre que Tomás de Aquino decompõe, analisa e nomeia aspetos e atributos de Deus, respeita que são termos ainda assim insuficientes. Isto é algo que defende claramente. O Angélico frisa que é possível pensar e conhecer Deus, mas o pensamento e linguagem não são suficientemente perfeitos para descrever a realidade divina. Por isso, é extremamente difícil descrever um ser uno e perfeito quando se usam predicados e termos tão determinantes quanto os de vontade e intelecto.
[26] Sancti Thomae de Aquino, "Prima Pars." Questio 14, articulus 8, Em *Summa Theologiae*, 1267-1273.

que Deus, enquanto uno e causa primeira e única, criou a própria multiplicidade? Como é que um Ser de natureza e constituição una, a partir de um único ato intelectual e intencional cria várias coisas? Se Deus criou a partir do seu próprio conhecimento e da sua própria vontade, não havendo mais nada para além dele, então ele tinha de conhecer o próprio múltiplo e a razão pela qual criaria a pluralidade.[27]

Contudo, a noção matemática e quantitativa mostrou-se limitada, não sendo suficiente para explicar como é que do uno deriva a multiplicidade. Aliás, sugere até que deve haver outro elemento que relacionado matematicamente com o primeiro produzirão uma nova quantidade. Também se mostrou como um sistema de dados, chamado de "sistema de um para muitos", faz relacionar um só elemento do grupo A com vários elementos do grupo B. No caso de um sistema metafísico que explica a origem pelo surgimento de tudo a partir de nada, a não ser do próprio Deus, ou Uno, a descrição quantitativa é insuficiente. Ambas as abordagens falham porque postulam muito bem que há uma relação, mas não chegam a fazer uma descrição da mesma. A razão disso é que é uma relação qualitativa quase pura.

Ou seja, uno e múltiplo são claramente noções quantitativas em si mesmas, mas não podem ter tido origem numa relação deste tipo, mas antes numa relação qualitativa. Tomás de Aquino é claro nisto:

> «Since, as the philosophers teach, "the infinite accompanies quantity," infinity cannot be attributed to God on the ground of multitude. For we have shown that there is only one God and that no composition of parts or accidents is found in Him. Nor, again, according to continuous quantity can God be called infinite, since we have shown that He is incorporeal. It remains, then, to investigate whether according to spiritual magnitude it befits God to be infinite».[28]

Para entender de forma precisa a relação que Deus mantém com as coisas, na medida em que é ser uno atendeu-se aos conceitos de uno e de múltiplo. Primeiro, como termos que remetem para noções quantitativas. O uno é um só, indivisível, uma unidade pura. A multiplicidade por sua vez é o conjunto ou agregação de várias

[27] O primeiro motor, então, deve ser apetecível como objeto de intelecto, e, portanto, o motor que deseja deve ser inteligente. Tanto mais, portanto, o primeiro apetecível será inteligente, uma vez que aquele que o deseja é inteligente em agir, ao ser-lhe associado como um inteligível. Aquino, Sancti Thomae de. "Liber I." Caput. 44 Em *Summa Contra Gentiles*, 1259/1260-1264/1265.
[28] Sancti Thomae de Aquino, "Liber I." Caput. 43 Em *Summa Contra Gentiles*, 1259/1260-1264/1265.

unidades. O problema do Uno – como é que o uno pode ser uno e múltiplo ao mesmo tempo - é um problema de indiscernibilidade, assim como a questão de como procedem as coisas do uno. Tomás de Aquino explica claramente que a procedência da pluralidade é uma questão de diversidade. O múltiplo é tudo aquilo que, ainda que contendo uma unidade intrínseca e sendo a semelhança um aspeto específico da essência de Deus (a perfeição, una e simples, matriz de todas as perfeições – essências – possíveis). Se Deus criasse algo absolutamente idêntico a si próprio, no fundo, não teria criado nada:

> «Se, então, conhecendo a Sua essência, Deus conhece a natureza de ser de uma forma universal, segue-se que ele conhece a multitude. Mas a multitude não pode ser entendida sem distinção. Portanto, Deus sabe as coisas como são distintas umas das outras».[29]

Como é que nos é possível entender o porquê da procedência do múltiplo? Uma coisa é perceber o que distingue o uno do múltiplo, e o princípio que regula a procedência de um do outro, outra coisa é perceber porquê: qual a razão de criar fractais de uma coisa que por si só é perfeita. Quando falamos de descrições tomasianas de Deus devemos ter sempre em conta que é tudo elevado a infinito. Portanto, as noções de perfeição, de ato puro, de vontade, entre outros, excedem qualquer tentativa ou capacidade humana de os compreender plenamente. Aliás, qualquer coisa à qual se adicione "infinito" passa a auto exceder-se. Dizer que Deus é ato infinito, é dizer que a noção de ato tem de ser excedida. Também na física, para que uma partícula que se movimentasse naturalmente abaixo da velocidade da luz (que é o limite da velocidade na natureza) superasse [hipoteticamente] essa velocidade devia ser impulsionada por força infinita, assim como [hipoteticamente] uma partícula que se movesse acima da velocidade da luz para que reduzisse a velocidade também teria que lhe ser dado impulso infinito. A partícula passaria a exceder a sua velocidade natural, quer fosse ela acima ou abaixo do limite imposto pela própria natureza.

Voltando à questão da discernibilidade do múltiplo. Se o múltiplo procede por distinção, ele é múltiplo por diversidade, como é claro na citação anterior. Isto implica que haja um princípio racional que determina a regra da distinção. Tomás de Aquino

[29] Sancti Thomae de Aquino, Caput. 50 Em *Summa Contra Gentiles*.

elabora este argumento partindo do ponto de vista de há uma ordem na natureza, que é percetível, clara e que quase se impõe à compreensão humana da natureza. Se essa ordem é real e bem entendida pelo ser humano então o mundo não pode ter uma origem caótica fruto do mero acaso. Essa ordem natural requer que haja um princípio racional do qual surgem as leis que regem as relações das coisas. Esta é a grande justificativa filosófica que conforma os atributos antropomórficos (pressupostos nas escrituras e impostos pelo poder clérigo) com a causalidade aristotélica, e que juntos formaram a definição tomasiana, e medieval, de Deus (desde o *Liber Causis*). Por isso, em termos filosóficos e metafísicos é imprescindível estudar os atributos divinos, neste caso o intelecto pelo seu papel incontornável no surgimento do mundo.

Seguindo daquilo que até aqui foi apresentado, para Deus concretizar a pluralidade tem de ter acerca dela um conhecimento. E põe-se a questão acerca daquilo que precede o aparecimento das coisas: que tipo de conhecimento é aquele que precede o aparecimento das coisas. Como é que Deus conhece previamente o múltiplo se ele é absolutamente uno e idêntico a si próprio? É compatível a unidade do conhecimento com a multiplicidade de objetos? Esta é a questão de relevo do capítulo 51-52 do primeiro livro da *Summa Contra Gentiles*.

O estudo do conhecimento do múltiplo pode ajudar a elucidar a forma como Tomás de Aquino articula a relação entre a unidade e a multiplicidade e a natureza real da relação entre Deus e a criação. Mas antes de se avançar com a doutrina do Angélico deve apontar-se algumas dificuldades quando se concebe que Deus criou a multiplicidade sem ser ele próprio múltiplo:

1. ou Deus conhece, ou não conhece a pluralidade.
   1.1. Conhece a multiplicidade e, por isso, tem alguma relação com ela
   1.2. Não conhece a multiplicidade e, portanto, mesmo que crie algo, é involuntário e destituído de relação posterior ao surgimento das coisas.
2. Deus pode conhecer a pluralidade previamente à criação, ou a par da criação.
   2.1. Se Deus tem um conhecimento omnisciente e perfeito, deve conhecer previamente à criação das coisas (até porque na teologia a criação não é uma necessidade, mas uma contingência, por estar sujeita à escolha de Deus). Requer que não haja necessidade na criação, mas contingência. [30]

[30] Sancti Thomae de Aquino, Caput. 53 in *Summa Contra Gentiles*.

2.2. Se Deus conhece o múltiplo e as coisas enquanto múltiplas a par do seu surgimento, então:

a) ou o seu conhecimento é imperfeito, porque precisa que as coisas surjam para ter delas um conhecimento adequado – o que não faz grande sentido, porque a aleatoriedade da criação seria caótica e isto destruiria o sentido ordenado com o sistema tomasiano descreve a natureza.
b) Ou conhece perfeitamente tudo, mas admite-se que as coisas existem sem início, temporal ou até de outro tipo (ontológico, etc).

Deus tem na sua essência a essência da multiplicidade tal como tem todas as outras, e esta tem de ser o princípio de haver todas as outras, na medida em que cada uma delas corresponde a uma perfeição particular pertencente à perfeição universal, cada uma é um fractal (se nos é permitido, usar o termo).[31] Se tem esta essência, conhece-a - e esta é a via pela qual Tomás de Aquino explica a possibilidade de Deus enquanto uno ter conhecimento de todas as outras coisas, previa e posteriormente.

Algumas destas questões devem manter-se em aberto, mesmo que a princípio pareçam totalmente solucionadas por Tomás de Aquino. As diferentes revisões ao texto do Angélico, na maioria das vezes e de forma admirável, mostram níveis de entendimento mais profundos e completos, por vezes obrigam até a refazer toda uma interpretação quase de raiz.

Tomás de Aquino explica que Deus conhece o múltiplo a partir de um ato pleno e perfeito de conhecimento, a partir de uma única essência. Essa essência contém a matriz de todas as outras essências, ou espécies, possíveis:

> «Mais uma vez, aquele que conhece uma certa natureza sabe se essa natureza é transmissível. Aquele que não sabia que a natureza animal é transmissível a muitos não o saberia perfeitamente. Agora, a natureza divina é transmissível pela semelhança. Deus, portanto, sabe em quantos modos pode haver algo como a Sua essência. Mas as diversidades de formas surgem do facto de as coisas imitarem a essência divina de forma diversificada; e assim o Filósofo chamou

[31]Andrew Davison, *Participation in God - A Study in Christian Doctrine and Metaphysics* (Cambridge: Cambridge University Press, 2020).

uma forma natural de "algo divino". Portanto, Deus tem um conhecimento das coisas em termos das suas formas adequadas».[32]

As coisas surgiram e existem porque seguem uma matriz que define o modo de ser – a essência. As essências definem o ente segundo uma variação da própria essência divina. A essência divina contém em si, em unidade, todos os possíveis, incluindo os possíveis passíveis de existirem. Se Deus conhece as coisas, e nestas inclui-se distinção, multiplicidade e múltiplo enquanto conceito, então o conhecimento que Deus detém antes das coisas existirem, é um conhecimento de possibilidade.[33] Porém, nunca devemos esquecer, quando dissecamos conceitos neste âmbito da doutrina de Tomás de Aquino, que este concebe que Deus é absolutamente idêntico a si próprio. Isto requer que o conhecimento divino é infalivelmente idêntico à substância e essência divinas. Tal como o objeto do conhecimento divino, o intelecto e o meio pelo qual conhece também são idênticos, são Deus. Se assim for, então Deus é a própria possibilidade, é possibilidade pura. Esta ideia requer algumas demonstrações textuais e dialéticas agora em curso sobre as quais se pretende também publicar um artigo.

2.6. Previsões e conclusões possíveis

Prevê-se que a investigação se desenvolva no sentido de apurar a relação ontológica entre uno e múltiplo pelo estabelecimento dos princípios gnosiológicos e ontológicos implicados no processo de conhecimento divino. Portanto, como é que se implicam um ao outro, já que o conhecimento humano parte do método empírico e de relação externa, pelos sentidos, com o mundo. Tudo aponta para que se entenda o conhecimento divino, na doutrina tomasiana, ao contrário do conhecimento humano, enquanto direto - feito por ligação ontológica, por meio da Sua própria essência. Isto terá, se assim for, repercussões grandes na forma como se lê Tomás de Aquino pela vertente teísta.

Poderá levar a considerar que a interpretação teísta e mais ortodoxa é até um pouco radical, porque não deixa antever esta ligação íntima e insolúvel entre Deus e o cosmo na metafísica de Tomás de Aquino. Talvez uma leitura panenteísta se apresente de facto como a mais adequada ao se compararem noções tradicionais de emanação e

[32] Sancti Thomae de Aquino, Caput. 50 in *Summa Contra Gentiles*.
[33] Gaven Kerr, *Aquinas and the Metaphysics of Creation* (New York: Oxford University Press, 2019).

criação *ex nihilo*, mostrando que as diferenças, no caso da definição tomasiana, não são assim tão proeminentes.

É preciso também demonstrar de que forma causalidade e intelecto ou conhecimento divinos coincidem, melhor, se identificam, e isto mostra-se pela definição de imaterialidade e atualidade. Desta maneira será possível fundamentar adequadamente a ideia de relação de unidade, e nunca de identidade, entre Deus e a realidade, ou seja, entre Uno e Múltiplo.

O estudo da natureza divina permitirá similarmente indicar o objeto próprio da ação divina e revelar superficialmente o estatuto da criação, já que a criação em si não é o objeto de estudo do projeto, mas Deus. Este estudo possibilitará também, a um nível colateral, a compreensão do limite do dualismo ortodoxo característico do hilemorfismo aristotélico-tomista, constituído por elementos como: forma e matéria, ato e potência.

O mais importante é delinear o limite de uma interpretação unitária, já que não é possível ler um monismo na teoria criacionista de Tomás de Aquino, nem é essa a intenção do estudo.

3. Detalhes Metodológicos

3.1. Fontes bibliográficas

O núcleo bibliográfico está divido em duas partes.

Uma parte corresponde às fontes que tratam a natureza de Deus e os seus atributos, e principalmente tratam a compatibilização entre a natureza una do divino e a multiplicidade do: *Summa Contra Gentiles* (1259/1260-1264/1265), Liber I/II; *Quaestiones disputatae De veritate* (1256/1259) e *Quaestiones disputatae De potentia* (1265/1266); e *Summa Theologiae*, *Prima Pars- De Deo Uno* (1267-1273).[34]

A segunda parte é constituída por obras que trabalham outros temas. *Expositio libri Boetii De ebdomadibus* (sem data ainda apurada mas seguramente é posterior aos outros comentários a Boécio[35]) é principalmente uma obra metafísica, e aborda o tema da participação; *Super Librum Dionysii De divinis nominibus*, do período entre 1261 a 1265 ou de 1265 a 1268, trata as questões dos nomes divinos, e também questões sobre a relação da unidade com a pluralidade, mas é principalmente um contributo

[34] J.-P Torrell, *Thomas d'Aquin Maitre spirituel* (Paris – Fribourg: Vestigia Cerf - Editions universitaires de Fribourg, 1997).
[35] J.-P Torrell, *Thomas d'Aquin Maitre spirituel* (Paris – Fribourg: Vestigia Cerf - Editions universitaires de Fribourg, 1997).

para o entendimento da importância do neoplatonismo no pensamento de Tomás de Aquino.

Outras obras do Angélico poderão ser consultadas, e.g., *De principiis naturae* (1252–1261) e *Sententia super Metaphysicam* (1270–71).

3.2. Metodologia, cronologia e local

A pesquisa aqui apresentada passa por sete passos principais: i) pesquisa e leitura, ii) análise, iii) reunião e discussão de resultados, iv) construção da estrutura argumentativa e formulação interpretativa do modelo estudado, v) produção e publicação de recensões/artigos, vi) colóquios internacionais/nacionais, vii) produção/escrita da tese. Em relação à etapa iv há um outro passo que lhe é inerente, i.e., o teste à argumentação construída. Quanto à participação em colóquios nacionais e internacionais, conta-se participar quer como oradora quer como parte da comissão organizadora, podendo também vir a ser organizado um colóquio especificamente para a temática sobre a discussão acerca do uno e do múltiplo na metafísica medieval e sobre o conhecimento divino sobre o múltiplo. A escrita da tese passará por uma articulação dos resultados da pesquisa e da argumentação desenvolvida, seguir-se-á a organização de conteúdo e estruturação final do trabalho escrito, a redação e a revisão e correção do mesmo.

Este projeto tem a duração total de quatro anos, sendo que três, de janeiro de 2021 a dezembro de 2023, são financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A instituição de acolhimento é o Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O projeto é integrado na linha temática *Medieval & Early Modern Philosophy*.

3.3. Estrutura provisória do trabalho final

A tese de doutoramento apresentará na introdução as motivações filosóficas para a realização da investigação, os procedimentos e os objetivos, a descrição da estrutura da tese e a indicação daquilo que se espera alcançar com este trabalho. Deverá seguir-se um primeiro capítulo com o mapeamento das questões abordadas (algumas já referidas neste artigo na secção «Pontos de partida e problemas»), também um enquadramento mais pormenorizado da investigação no estado da arte.

O restante corpo do desenvolvimento do tema deverá estar dividido em duas partes. A primeira introduzirá os conceitos estruturais, os grandes princípios

metafísicos a trabalhar: o que é o uno, o que é o múltiplo e a sua relação; que relação existe entre uno e infinito; se é possível descrever a relação entre unidade e pluralidade através da conceção de imanência e transcendência. Esta parte da tese deve ser uma discussão abrangente, sem se cingir a uma época da história da filosofia articulando as mais salientes ideias sobre o assunto, pode até incluir ideias interdisciplinares.

A segunda parte deverá situar-se na metafísica tomista, já que a discussão estará já delineada. Primeiro abrir-se-á a problemática da unidade cosmológica, e o assinalar de todos os elementos da doutrina tomasiana que contribuem para uma interpretação fragmentária do ponto de vista ontológico. Entretanto, serão devidamente explicadas as suas relações entre si e as razões pelas quais exprimem linhas de corte nas suas relações ontológicas. Explicar-se-á como é que as ideias de unidade e transcendência poderão auxiliar numa melhor compreensão destes componentes e do próprio cosmo tomasiano, ainda de uma maneira superficial introduzindo e justificando a abordagem que se considera adequada ao problema central. Ainda na segunda parte, serão discutidos os conceitos de participação superficialmente; serão elaborados os argumentos e pontos apresentados neste artigo sobre o que envolve o conhecimento divino e a relação de unidade que estabelece com as coisas com base na análise e demonstrações textuais, construindo novas pontes para o debate.

A terceira e última parte da tese deverá apresentar claramente os resultados, confrontá-los com leituras e comentários divergentes demonstrando a validade dos resultados e argumentos já enunciados e fundamentados na última parte da tese.

Seguir-se-á o fecho do trabalho escrito, onde serão apresentadas: as conclusões gerais; as questões que ficam em aberto, aquelas que precisam de reforço ou até mesmo reformulação, e as que se devem acrescentar ao debate futuro; que tipo de reformulações e formulações futuras de resposta se devem seguir; uma exposição clara sobre os contributos concretos do trabalho para a ciência e o conhecimento.

6

Transmission of medieval memory and symbols through chronicles

Paula Horvat
Catholic University of Croatia

Abstract:

Based on the analysis and interpretation of three medieval chronicles, this paper is trying to find symbols that are transmitted in medieval memory and form medieval imagology. By using the inductive method, it is concluded what forms medieval concepts of the past and of memory, and also generates imaginary. Through these methods, this paper tries to synthesize most inherent symbols in medieval chronicles.

Keywords:

Memory; Imagology; Symbols; Chronicles

1. Topic

This paper presents and represents the results of research conducted during the writing of my master's thesis. I have explored in my master thesis the medieval concepts and notions that are key to understand and analyze medieval imagology in chronicles. Emphasis was placed on the establishment of a system of symbols and their transmission in medieval chronicles that can be observed from the early Middle Ages. The need for a new social definition, the legitimization of the community and the state, the knowledge of the new and the unknown, the heavenly and the earthly, conditioned the creation of new stories. Symbols and the imaginary in my master's thesis were observed through the assertion of Carl Jung's claim that „(...)man uses the spoken or written word to express the meaning of what he wants to convey. His language is full of symbols, but he also often employs signs or images that are not strictly descriptive(...)“.[1] From this arose the hypothesis of the master's paper which holds that the transmission and use of symbols aim at transmitting the own notions of medieval chroniclers about history into history/chronicles. Symbols are part of a text, they are uttered in a word or description, but their meaning has yet to be grasped and is often not, as Jung says, descriptive. Symbols in the imaginary are completely described and understood. Given the embedding of symbolism in the habitus of medieval chroniclers, the intention was to explore their patterns, methods of using, and the purpose of transmitting certain symbols. By getting acquainted with the habitus and microcosm

[1] Carl G. Jung, *Man and his Symbols* (Doubleday: Anchor Press, 1964), 20.

of medieval chroniclers, conclusions were made about medieval imagology, which presupposes the totality of thoughts, knowledge, memories, feelings, experiences, spiritual quests, and current realization in medieval everyday life. Following these medieval needs, the thesis focused on the reconstruction of the medieval imaginary, ie the part that is depicted and manifested through symbols and symbolic examples. Symbols were sought and analyzed in the chronicles*: Historia Salonitana* by Thomas the Archdeacon, *Carmen Miserabile* by Roger of Apulia, and the *Gesta Hungarorum* of Simon de Kéza.

2. Chronology, space and historical sources

The analysis of the chronicles covers the period from the 1230s to the 1290s. This is the time of the creation of the selected chronicles and the life and work of their authors. At that time, the vision of the world in proper order and hierarchy was more strongly expressed, which arises from the need to compare the otherworldly world (macrocosm) to the earthly world (microcosm).[2] For this reason, 13th-century chronicles were selected as representative specimens to study the development of literacy and new perceptions of the significance of history. Selected chroniclers share a similar living space and personal development, so it was to be expected that their symbols could be compared. This paper presents the results of research and analyses of chronicles that have been conducted.

Historia Salonitana by Thomas the Archdeacon

Thomas the Archdeacon was born in Split around 1200/1201. Little is known about his origin, youth, education, and the information available about him is mostly learned from his chronicle *Historia Salonitana*.[3] Thomas was a highly educated individual which can be deduced from the literature and material recognized in his chronicle. In the chronicle, he uses, quotes, and transmits allegories and phrases of

[2] Keith D. Lilley, *City and Cosmos: the Medieval World in Urban Form* (London:Reaktion Books, 2009), 7.

[3] Arhiđakon, Toma. *Historia Salonitana*. Translated and edited: Mirjana Matijević Sokol, Olga Perić i Radoslav Katičić. Split: Književi krug Split, 2003.;The character and work of Thomas the Archdeacon were elaborated in detail by Mirjana Matijević Sokol. She has also been credited with transcribing and critically interpreting Toma's chronicle *Historia Salonitana*. About that Matijević Sokol (2002); Matijevic Sokol (1995); Matijevic Sokol (2005); Matijević Sokol (2014); Matijević Sokol (2003). About Toma also cf. and Ivić (1992); Šegvić (1927); Kožić (1988); Jarak (2003); Kužić (2004); Gračanin and Razum (2012).

classical authors such as Virgil, Lucan, Isidore of Seville,[4] and the Bible. While studying in Bologna, he encountered various political events such as flourishing and development of communal arrangements in Italian cities, social changes, church struggles,[5] and student strikes.[6] Upon his return to Split, Thomas worked as a notary public from 1227 and in 1230 he was elected archdeacon.[7] He participated in the public political life of the city of Split and led administrative changes.[8] His reality was marked by numerous disagreements in Split, disputes between Dalmatian cities, but also various political influences on the Adriatic. One of Toma's intentions to write was to reinterpret historical memory. At the same time, it was important to legitimize the past, to place one's continuity in the universal medieval imaginary of the past, and to equate the notion of history with the medieval "mental landscape".[9] His intention is in the spirit of his time and follows the “trends” of shaping a new concept of history whose purpose is to include the old story in the Christian allegory of the past and the presumed course of time. He was probably also motivated by a desire to present a personal history in which he would more clearly shape his intentions, which were not supported by his contemporaries. The presence of symbols in *Historia Salonitana* should be seen both through the genre of writing and through the very intellectual habitus of Thomas the Archdeacon. His work is a *gesta* as a genre, but also a personal memory that gives a dynamic and vivid insight into the past.

Carmen Miserabile by Rogerius of Apulia

Rogerius was born around 1205 in the town of Torre Maggiore (Turis Cepia) in Apulia. A permanent presence in the Roman Curia since the 1230s points to his higher education. Possibly, he has been educated in the study of liberal arts and law, but there

[4] Toma Arhiđakon, *Historia Salonitana*, Translated and edited by Mirjana Matijević Sokol, Olga Perić i Radoslav Katičić. Split: Splitski književni krug, 2003, 33; Matijević Sokol (2014): 230.
[5] Mirjana Matijević Sokol, "Toma Arhiđakon Splićanin (1200-1268.) -nacrt za jedan portret," *Povijesni prilozi 14*, br.14(1995): 118-120.
[6] On medieval education, i.e. student life and what they encountered after going to Italian universities, cf. Le Goff, Jacques. 1982. Intelektualci u srednjem vijeku. Translated by Nada Grujić. Zagreb: Grafički zavod.82; Cobban, Alan B. 1971. “Medieval Student Power.” Past & Present no. 53: 28-66.
[7] Mirjana Matijević Sokol, "Toma Arhiđakon Splićanin (1200-1268.) -nacrt za jedan portret," *Povijesni prilozi 14*, br.14(1995): 117-121.
[8] On Thomas' role in advocating the introduction of "Latin administration" in the city and bringing in the Latin governor Gargano de Arscindis in 1239., cf. Matijević Sokol (1995), 121-122.
[9] Nenad Ivić, *Domišljanje prošlosti. Kako je trinaestostoljetni splitski arhiđakon Toma napravio svoju salonitansku historiju* (Zagreb: Biblioteka Zavoda za znanost o književnosti Filozofskog fakulteta u Zagrebu, 1992), 215-221.

is also no source about Roger's early life.[10] His presence in Hungary was monitored from 1232, after which he became a court chaplain in Hungary and advanced to the archdeaconry in Nagyvárad,[11] where he was during the Mongol invasion in 1241/42. years. Around 1243, he wrote his chronicle, a political analysis of Hungary, and a report on the Mongol destruction of the Kingdom.[12] The aim of Carmen Miserabile's writing stems from Roger's desire to inform about the lived experience of the Mongol invasions, his captivity. The experience of the Mongols is the main content of Roger's letter, ie prose poems (epistles). At the beginning of the letter, he states that the goal "(...) so they that read may understand, who understand, believe, who believe observe, and who observe perceive that the days of perdition are near, and that the times are running towards the end(...)".[13] This goal was also highlighted in the public reading of the letter that Rogerius was allowed to read at the Council of Lyon in 1245,[14] which probably had a great influence on the spread of his idea of the Mongols/Tatars in Western Europe. Although the citizens of Split were against his election, he was enthroned as the papal candidate for the archbishop of Split on April 30, 1249. He died in Split in 1266, and with his death Thomas the Archdeacon ended his *Historia Salonitana*.

Gesta Hungarorum by Simone de Keza

Simon de Kéza was a royal notary, clerk, and cleric at the court of King Ladislaus IV. There is also no information about the life of Simon de Kéza, and information about him was recorded for his services at court. He is known as the author of the *Gesta Hungaroroum,* written around 1280-1285. This chronicle is an important repository of the traditions and fictions pertaining to the origins of the Hungarian *natio* and the immigrant groups in Hungary. He studied Roman and canon law at the University of Padua (1272-1280) and obtained a master's degree.[15] In his writing, Simon used

[10] Redy i Veszpremy (2010), XLI; Rogerije iz Apulije. Carmen Miserabile. Translated and edited: Mirko Sardelić, Zagreb: Matica Hrvatska (2010):105-108.
[11] The city of Oradea in present-day Romania cf. Sardelić (2010), 105.
[12] Rogerije iz Apulije. Carmen Miserabile. Translated and edited: Mirko Sardelić, Zagreb: Matica Hrvatska, 2010; On the Christian West in the 13th century and the encounter with the Mongols after the Mongol invasion, cf. Sardelić (2010), 105; Jackson (2005).
[13] Frank Schaer, *Anonymus and Mater Roger* (Budimpešta-New York: Central European University Press, 2010), 135.
[14] Sardelić (2010), 14-15.
[15] Veszprémy i Schaer, „Introduction" in *Simonis de Kéza Gesta Hungarorum. The deeds of the Hungarians* (Central European University Press 1999), XV; Jenő Szűcs, „Theoretical elements in Master Simon of Kéza Gesta Hungarorum (1282-1285.)" in *Simonis de Kéza Gesta Hungarorum. The deeds of*

classical and Christian authorities, mixing them with different epic and oral traditions and his own experiences. Some of them are *Jordanes*, *Paul the Deacon*, *Godfrey of Viterbo*, *Master Ákos*. This can be deduced from the rich language and vocabulary that is shaped by classical and biblical borrowing, but also by the use of modern dialects/languages.[16] Upon his return to Hungary around 1280, he compiled a new Hun-Hungarian history.[17] Apart from the spirit of the time, his work is also characterized by the peculiarities of his microcosm, namely its establishment of the Hungarian historical order, which arose from the need for a new social and political definition of the kingdom.[18] In this way, his work is a kind of propaganda through a combination of historical fiction and political and social theories.[19] Such a historical notion of the history of the Hungarians, the history of Hungary, its nobility, and its various social groups influenced further transmission of this historiographical construct of Hungarian history.[20]

3. Methodology and historiographic framework

This paper presents the results of master's thesis which was conducted by applying the inductive method by which the method of analysis of the three mentioned chronicles highlighted the general trends of medieval transmission and the meaning of symbols in the chronicles. Nevertheless, to be able to research medieval imagology and symbols, it was necessary, in a deductive way, to get acquainted with the segments that make up and condition medieval imagology. It was necessary to study all the segments that make up the medieval habitus of chroniclers so that through the analysis of their chronicles one could conclude about the fit of notions of the past, but also the present and the future in the imagology of medieval society. Also, it was necessary to know the valid value categories and norms of the Middle Ages to identify moments that did not

the Hungarians. XXIX-CII. Ur. Veszprémy, László; Schaer, Frank. Budapest: (Central European University Press, 1999), IL.

[16] Veszprémy i Schaer (1999), XXII-XXVI.

[17] Szűcs, „Teoretical elements," (1999), IL-L.

[18] On the development and urbanization of cities as well as on the legal definition of new social groups through royal privileges cf. Szűcz (1999), XXIX-XLVIII. Also, about the immigration of German families and other groups such as the Saxons, Sikuls, Jews and the encouragement of social differentiation, the atmosphere for "human integration" in the time of King Ladislaus IV. Kumanac and his disagreements with the Roman Curia cf. Berend, *Central Europe in the High Middle Ages*, (2013), 460-490. Since Simon was the court cleric of Ladislav IV. in these historical moments one can look for motivation for his new interpretation of the Hungarian past.

[19] Szűcs (1999), CXIII-CII.

[20] Pál Engel, "Foreword" in *Cronicle of the Hungarians*, ed.János Thuróczy, (Indiana: Indiana University, 1991), 1-10.

meet the expectations of the time. In these moments, the images of medieval chroniclers, their symbolic interpretations and changes and/or renewals of existing notions of the past are often manifested. The assumed hypothesis is that symbols are a language for introducing transmitted and valid notions of medieval chroniclers about the past. These symbols are transferred to written history (chronicles) thus forming a special, hidden expression, about memory and the overall imaginary. Numerous works deal with metaphors, figures, allegories, and the influences of prose texts on the medieval writing of history, i.e. chronicles.[21] Yet, here is no complete study of medieval imagology and symbolism, especially with an analysis of questions such as how it shapes and conditions them, with what purpose they are transmitted, and how they are accomplished in medieval mental habitus and imaginary. Studies covering the fields of studying symbols, memory, and the medieval past was mostly focused on discovering authorities and motives from which medieval authors took certain symbols, figures, and notions of the past. At the same time, the analysis and critique of symbols make it difficult to determine the position on whether they are used and transmitted in the medieval written legacy, consciously or unconsciously.[22] In this context, Croatian historiography of the last 20 years is increasingly focused on the analysis of the allegorical, symbolic, and imaginary in medieval everyday life.[23] Since the 1980s, however, European historiography has been focused more on the study of these components of medieval literacy, including the medieval need for memory and the (re)construction of memory and the past.[24] This paper presents a synthesis of symbols, motifs, and conclusions after the research.

[21] Sweeny (1982), 156-183; Ivić (1992); Spiegel (1997), XI-XXII; de Lubac (1998), 1-15; Bertelli (2001), 1-150; Slavić (2005); Goetz (2012), 110-128; Heng (2018), 130-138; Matijević Sokol (2014), 223-238; Croizy-Naquet (2015), 40-55.

[22] Erich Auerbach, "Typological Symbolism in Medieval Literature." *Yale French Studies no. 9* (1952): 3-10; Morton W. Bloomfield, "Symbolism in Medieval Literature." *Modern Philology 56*, no. 2: (1958): 73-81.

[23] Matijević Sokol (2015), 223-238; Ivić (1992).

[24] It should be said that interest in the topics of the imaginary, symbolic and memory entered historiography from other sciences such as sociology, anthropology, psychology. The more significant authors of these sciences and dealing with this topic are Jung (1964); Barth (1998), 1-38; Eliade (2002). On symbols in historiography cf. Auerbach (1952), 3-10; Smalley (1952), XI-XXII; Bloomfield (1958), 73-81; Marcalonis (1974), 311-319; White (1990), 1-26; Coleman (1992); Goetz (1993), 1-9; Spiegel (1997); Halsall (1999), 131-145; Zerubavel (2003); Higgins (2003), 199-226; Hoppenbrouwers (2005); Goetz (2012), 110-128; Mondschein i Casey (2015), 1657-1680; Pohl i Wood (2015), 1-15; Lowenthal (2015); Hutton (2016); Zupka (2016).

4. Thesis and processed datas – Formation, use, and purpose of symbols – research results

The paper focused on the individual perceptions of categories in imagology. The aim is to identify expressions through which the medieval imaginary is noticeable and recognizable. For the reconstruction of the medieval imaginary one had to get acquainted with the medieval writers and their surroundings to reconstruct their habitus. One contained testimonies about the past, and it revealed that they possessed a personal idea of the past and indicated what that idea was supposed to be in their present. The chroniclers observed what was recognizable and necessary to the community for collective affirmations of uniqueness and identity. The selected chroniclers were educated individuals whose goal was to preserve, "correct," rewrite "truth" about the community and the past. This new truth has shaped the new memory of the community. The works most often did not testify to radical changes in mentality, habitus, and/or memory, as they were based on both established authorities and other predecessor writers. The goal of new histories and collectively adopted memories was to legitimize the past in a newly shaped story. What was new in that story was the narrative of the chroniclers and the use of symbols, and the story of the past became a new memory. Through this narrative of the past the imaginary of medieval society was formed. Various topics in chronicles, like notions of time, transience, past, community, state, ruler, fellow-citizens, Others, piety, also adopted new shapes of meaning and memory.[25]

The assessment of these categories in the paper is presented and explained through the synthesis of the investigated symbols. Once recognized, it was concluded that they manifested themselves in the imaginary of the Middle Ages. Only then could the success of a symbol be assessed. The adaptation of symbols tells us as to whether it was passed on was retained in the new memory of the group. If the symbols confirmed the desired and set criteria of the chroniclers and the community, they confirmed a new, valid past. If the symbols confirmed the desired and set criteria of the chroniclers and the community, they confirmed a new, valid past. The acceptable and valid past of medieval chroniclers was then shaped into a new account of the history and as such continued to be carried on into the future.

[25] See table 1, on page 14. of the annexes.

Symbols of time, sequence, past, continuity, divine presence, beginning and doom

The first and basic requirement of writing a medieval work, while respecting the methods of writing about history, was to place the story in historical time and to establish a sequence of time.[26] History in the Middle Ages encompassed everything that had passed, both a long time ago and "the day before" from the moment the medieval chronicler had written[27] Between these two times, past and present (cosmic and human),[28] there has always been a symbol of an unbroken sequence that fits the author's story into the constant course of history and incorporates his vision of the past into the overall chronology. The establishment of the sequence of history in the Middle Ages was mostly influenced by the Bible and the biblical sequence of history. Time is presented as eternal duration and is determined by the beginning of biblical history (Creation and/or Resurrection) and the end that cannot be known and determined, but is expressed by the symbols of the Last Judgment. Time is unchanging, that is, as constant as God himself. God was omnipresent in medieval imaginary, as the Lord of time, and thus, the Lord of history. This belief in the divine management of history and in His plan for the history of mankind was integrated into medieval writing and imaginary.[29] It was possible to see the constant of time and history through the discovery and recognition of repeated works, destinies, and the structure of the world.[30] This conditioned the construction of the sequence and content of history with the aim of fitting notions of the past into the history of Scripture and eternal continuity.[31] In this context, Eviatar Zerubavel argues that the goal of putting historical continuity at a constant in time was also to mentally bridge the historical gap between the past and the present. This bridging requires the creation of "time maps" through which the historical hierarchy is established and the past is organized.[32] It is similar to Simon, who often uses the past as the beginning of these practices to justify some

[26] Hans-Werner Goetz, "Historical Writing, Historical Thinking and Historical Consciousness in the Middle Ages." *Revista Diálogos Mediterrânicos 2* (2012): 115-119.; Anne Higgins, "Srednjovjekovno poimanje strukture vremena." *Kolo 13, no. 1* (2003): 199-226.; Berly Smalley, "Introduction" in *The Study of the Bible in the Middle Ages* (Oxford: Basil Blackwell, 1952), XI.
[27] Goetz, *Historical Writing*, (2012), 119.; See table 1, on page 14. of the annexes.
[28] Chatarine Croizy-Naquet, "Troy and Rome, two narrative presentations of history in the thirteenth century: the Roman de Troie en prose and the Faits des Romanis" in *Romance and History. Imagining Time from the Medieval to the Early Modern Period*, ur. Jon Whitman (Cambridge: Cambridge University Press, 2015): 40-55.
[29] Goetz, *Historical Writing*, (2012), 115-117.
[30] Ivić, *Domišljanje prošlosti*, (1992), 62-66.
[31] Smalley, *„Introduction"*, (1952), XI.
[32] Eviatar Zerubavel, *Time Maps. Collective Memory and the Social Shape of the Past* (Chicago: Chicago University Press, 2003): 37-40, 106-108.

legitimate practice, law or custom, after which he says that it is valid in Hungary „(...) to this day (...)".[33] This creates an atmosphere of lasting and uninterrupted sequence, not only of the past but also of knowing that past through one continuous story at one time. That is, if something has always existed, then it is also valid, natural, historical, and legal. The medieval concept of understanding time was also expressed through the numerical establishment of six stages of History, that is, seven stages of time.[34] The total duration of history was divided into 6000 years, and each 1000th marked one stage or millennium.[35] The seventh and final stage was eschatological, referring to time after time, to the second coming of Christ.[36] The trend of "systematizing the past" in the 12th century had an impact on these milestones of history. Simon de Kéza at the beginning of the first chapter refers to this concept when he says that "(...) in the Old Testament, and now in the sixth year of the world, different historians have written different histories (...)".[37] The history dealt with by medieval chroniclers was set in the last, sixth stage of time. The Old Testament indicated continuity in time, connecting the sixth and first stages, but the events that Simon wrote about are located in the sixth stage of time. This stage is symbolized as the stage of the last empire (Roman), the stage before the end of history.[38] The symbols of doom and the end were most often explained as "(...) *God's clear punishment* (...)",[39] and they formed value categories. These categories indirectly indicated what was bad, unsustainable, and what was ultimately to be punished.

It was enough to indicate a few episodes from the Old Testament to indicate in the imaginary of medieval readers and listeners a symbolic connection with the time that is "eternal" and to encourage a series of formed notions about that time. Besides, this metaphorical and figurative designation of time was a sufficient argument for medieval chroniclers to explain and establish a written narrative. It was not time as such that was questioned, but the observed moments of one's past to be linked to memory to be suitable for a given moment.

---

[33] GH, 52, *(...) usque hodie eandem vocant (...).*; See table 1, on page 14. of the annexes.
[34] Augustine's theory of the six stages of time / history and the seventh stage as eschatological cf. Higgins (2003), 199-226. The seventh comes after the return of Christ cf. Szűcs (1999), LXXXVI.
[35] On the millennial theories indicated by Augustine, and inherited and continued by Isidore of Seville cf. Mondschein and Casey (2015), 1667-1668; Higgins (2003), 199-226. Since they were both among the main authorities of the Middle Ages, their concept continued to be transmitted.
[36] Higgins*, Srednjovjekovno poimanje*, (2003), 220-226.
[37] GH, 8, *(...) in veteri testamento, et nunc sub, aetate sexte saeculi diversas historias diversi descripserunt (...).*; See table 14. on page x of the annexes.
[38] Goetz, *Historical Writing*, 2012, 118.
[39] HS, 77.; See table 14. on page x of the annexes.

The second set of symbols[40] served to reconstruct historical memory and establish an imagology about the purpose and role of community, rulers in society, and the Christian world. These are symbols of the chosen people, brothers, the origins of the people (e.g. Trojan myth, Hun myth), glorious ancestors, crowns or holy rulers.[41] These symbols are political and were most often expressed through a series of ritual behaviors,[42] and referred to the repetition of messages, structures, or cores of actions from the past in the time of medieval chroniclers. In addition to connecting the past and the present, they played a role in transmitting the values of the group, the state, and/or religion.[43] Thus, by explaining the past of certain peoples, the unity of the people/nation was justified and past identities were indicated, so the symbolic connection served as a real connection with the past and memory.[44] Past and memory were perceived as a series of examples in which everything good and valid was reflected, or through them, it was indicated that something supposes to be. There was no awareness that the presence of medieval writers was different, and that was not even desirable. Changes and differences in society could not be verified and confirmed in the past, so the writers needed to clarify these observed changes. Also, in addition to the existence of continuity of the traditional core as an important pillar of the community, the bond of stability of society consists of constant procedures and rituals in relations with the ruler. Although some of the rituals change, (and thus their symbolism) the changes are manifested gradually, through society itself. The need for their acceptance is manifested in the fact that these rituals and symbols were part of public culture and were expressed (most often) in behavior.[45] The formation of new syntheses of the past and the establishment of symbols of unity and continuity began more strongly under the Carolingians and the transformation of the meaning of the

[40] See table 2 on page x of the annexes.
[41] Gabrielle M. Spiegel, *The Past as Text. The Theory and Practice of Medieval Historiography* (Baltimore i London: The Johns Hopkins University Press, 1997): 85-89; Szűcs, „Teoretichal elements“, (1999): XXIX-LII.
[42] Dušan Zupka, *Ritual and Symbolic Communication in Medieval Hungary under the Árpad Dynasty (1000.-1301.)*, (Leiden-Boston: Brill, 2016): 1-222; Mladen Ančić, "Image of Royal Authority in the Work of Thomas Archdeacon."
Povijesni prilozi 22, no. 22 (2002): 35-37.
[43] Catherine Croizy-Naquet, "Troy and Rome, two narrative presentations of history in the thirteenth century: the Roman de Troie en prose and the Faits des Romanis" in *Romance and History. Imagining Time from the Medieval to the Early Modern Period*, ur. Jon Whitman, 40-41 (Cambridge: Cambridge University Press, 2015).
[44] Spiegel, *The Past as Text*, (1997): 97.
[45] Sergio Bertelli, *Sacred Rituals of Power in Medieval and Early Modern Europe. The King's Body*, (Pennsylvannia: The Pennsylvannia State Univerity Press, 2001): 9-107; Ančić, *Image of Royal*, (2002): 33-37.

concept and symbol *imperium Christii*.[46] The interpretation of the term *imperium Christii* can be broad and for different purposes, but in this context, it stands as a symbol that the Carolingians establish as a model of the "line of success". Connecting with emperors, rulers, and the Roman Church enabled them to organize the past and create a lasting and symbolic line of ancestors.[47] The three analyzed chroniclers have used this line of success in different ways, but with the same symbolic connotations. Roger's line is local or pro-Hungarian, but the goal of referring to the most famous Hungarian rulers until Roger's time has the same symbolic role and value in legitimizing political power, the ruling dynasty, and/or rulers. In the same way, Simon de Kéza establishes a line about King Ladislaus in whose service he was, when in an episode about his departure for battle he notes that he expects victory "(...) expecting and trusting in the power of the Almighty and in the saint intercession of his forefathers, the holy kings Stephen, Emerik, and Ladislaus".[48] The King's glorious and sacred line is a guarantee of his correct role and fulfillment of the expected value categories. Also, by narrating about King Ladislas before the battle and his "invocation" of God's help, it is possible that Simon wanted to point out the king's awareness of the origin of the king's authority. Also, this awareness of the duality of one's role in medieval imaginary depicts the full meaning of the notion of *imperium Christii*. Crown and oath symbols are also common symbols in the analyzed chronicles. The coronation ritual was an important act and in the medieval imaginary revived the symbolism of legitimate rule, valid administration, and social acceptance of the role of king.[49] The analyzed chroniclers often mention the name of the new king and the fact that "(...)was crowned with the crown of the Kingdom of Hungary (...)".[50] The crown always stands as a symbol of confirmation, divine and social, of the legitimacy of that reign.

The third set of symbols is aimed at creating a unified memory of a group or community. The common past removes the boundaries of social and economic groups

[46] About political-philosophical, teocratic idea of power that was formed by Carolings cf.. Caninng (2003): 44-81. On the nature and origin of authority, i.e. authority in society cf. Lilley (2009): 142-143.; See table 2, on page 15. of the annexes.
[47] Zerubavel, *Time Maps*, (2003): 58-64.; Joseph Canning, *A History of Medieval Political Thought 300-1450*. (London and New York: Routledg, 2003): 56-58; Ančić, *Image of Royal*, (2002): 33.
[48] GH, 150, *(...) deinde in audacia et caeteris virtutibus naturalibus subministrat, in virtute Altissimi et proavorum suorum, scilicet Stephani, Emerici atque Ladislavi regnum (...).*; See table 2, on page 15. of the annexes.
[49] Ančić, *Image of Royal*, (2002): 34-37.
[50] HS, 311.; See table 2, on page 15. of the annexes.

with the aim of closer connection of the community as the Us group.[51] Memory and the past are mechanisms not only for creating the identity of the community and their value categories but also for shaping the collective awareness of the community, its purpose, role, and the way of its social expression. Symbols and symbolic explanations in narratives and chronicles confirm and argue the distant and mythical past, the origin of the community, and its identity. Of course, these stories, just like symbols in general, adapt, change, reshape, and transmit new meanings and roles within the community itself.

It has been clarified so far that symbols are most often used at the moment of reversal, conflict, change, or the need for a new definition. It is the same with the symbolization of Others, regardless of whether they are compatriots, neighbors, enemies, or other different groups. That is, medieval authors secondarily most often begin to deal in moments of "rapprochement". But the medieval understanding of the secondary was limited to notions of others according to the criteria and values of "my side". This attitude and method of writing about others have also been inherited and transmitted through oral and written tradition from late antiquity and the early Middle Ages, primarily through the genre of *origo gentis*.[52] Late antique authors, with their first ethnographic writings, set up a kind of category according to which they are secondarily defined and interpreted. Thus the preconditions of the community/*gens* were language, culture, tradition, religion, laws.[53] Symbols about the secondary also arose from these categories, and they were most often depicted precisely through religion, language, customs, and differences in physical appearance. The encounter with the other does not necessarily lead to direct assimilation, more often these others are first marked as “internal” others.[54] In other words, the chroniclers point out the

[51] Peter Hoppenbrowers, *Medieval Peoples Imagined* (Amsterdam: Univeritetiet von Amsterdam, 2005): 33-34.; See table 2, on page x of the annexes.

[52] Rogerius and Thomas often approached meeting others as meeting “wild people” cf. Sardelić, *Europski klerici i misionari o Mongolima*, (2011): 1-22. They are located in the second circle of the known world, ie on the periphery of the world where peoples who are culturally inferior live and the chroniclers present them as barbarians. That second circle is the world of the unknown, the mythical, the strange, and the imaginary stack presupposes and enables the chroniclers to describe them with such notions. About that: Wolfram (1995), 40; Pohl (2006), 99-139; Goffart (2002), 21-39.

[53] Herwig Wolfram, “Razmatranja o origo gentis.” in *Etnogeneza Hrvata*, ur. Neven Budak, 40-51. (Zagreb: Nakladni zavod Matice Hrvatske: Zavod za hrvatsku povijest. 1995).; See table 2, on page 15. of the annexes.

[54] In any society that is considered a community, there may be groups with different biological, social, and economic characteristics. These are the “internal” others of a particular community, and their relationships with that community vary depending on situations and events. However, “internal” otherness is less tolerated than “external” since the community depends on defined criteria by which it is identified, cf. Stepanov (2010), 85-128. Three groups of Others are assumed; internal strangers, other

differences between nations in the most unfavorable situations, as exemplified by Rogeri's departure from Cuman, while in more favorable situations the consolidation strategies stand out and state their values such as trade and intermarriage.[55]

This encounter with other cultures, customs, traditions, peoples, and races is noticed through the use of *rhetorical strategies*[56] by which medieval chroniclers try to position the new and unknown in them the known and accessible system of cognition and knowledge. This is precisely the reason why notions of new immigrants, peoples, foreigners were often stereotypical, racist, ethnocentric, until the moment when these others became part of the Us group. Yet, as already stated throughout the paper, the medieval chroniclers intended to shape everything around them and before them into one, unique history and one cosmos to which the author of the chronicle belongs and is represented. This duality of groups in Thomas is reflected in the distant past "(...) in the time of the Goths (...)".[57] The name Goths also became an inherited symbol for those who were immigrants, newcomers, were not assimilated, but wild non-Christians. This is not a label for an ethnic group,[58] but everything contrary to the expected values and norms of the author. Thomas took that name as a symbol to describe and explain all those characteristics, behaviors, and traditions that come from his view of the world and society, his habitus. This symbol depicted mostly negative features in the medieval imaginary to the reader and listener of the chronicles.

However, according to Riva Kastoryano, the goal is not to establish lasting dichotomies between the two groups but to inform and raise awareness of who the "others" are, to strengthen the core of existing identity throughout history, and identify patterns of recognition of acceptable and unacceptable.[59] In this shaping of values, medieval writers use what is already known, so they transmit and upgrade it. Thus, in their imaginations, they remove the boundaries of the foreign and the unknown, but

---

Christian people or neighbors, and non-Christians outside the Latin/known world, cf. Hoppenbrouwers (2005), 23-25.

[55] Tsvetelin Stepanov, *The Bulgars and the Steppe Empire in the Early Middle Ages. The Problem of Others* (Leiden-Boston: Brill, 2010): 58-59.

[56] Cf. Pohl (2006), 99-139, where the premise of using rhetorical strategies that serve to shape communities is assumed. They are used to explain and shape the norms, traditions, physical and psychological boundaries of other groups in parallel with the group to which the chronicler belongs. The medieval writer writes as if to clarify, but his understanding focuses on the comparison of the acceptable (the group to which he belongs) and the unacceptable, foreign, new (other groups).

[57] HS, 31.

[58] Maja Kožić, "»Kronika« Tome Arhiđakona i zameci etnološke misli u Hrvata." in *Etnološka tribina: Godišnjak Hrvatskog etnološkog društva 18*, no. 11 (1988): 27; Guy Halsall, "The barbarian invasions." in *The New Cambridge Medieval History*, ur. Paul Fouracre, 35-55. (Cambridge: Cambridge University Press, 1999): 131-145.

[59] Riva Kastoryano, "Codes of Otherness." in *Social Research 77*, no. 1 (2010): 79-82.

they continue to use the mechanisms of distinguishing and shaping We and the Other.[60]

5. Conclusion

The synthesis of symbols provides historians with an insight into the transmission and inheritance of symbols and their meanings. Also, the awareness of contemporary historians and historiographers about symbols deepens the understanding of medieval imagology, the notion of the past, and medieval everyday life in general. It states valid and accepted social and political values, as well as desirable virtues and norms. It is important to keep in mind that the statements of chroniclers are conditioned by the methods, thinking, habits, and inheritance of classical authorities and written narratives. Besides, when symbols are interpreted it is more important to immerse oneself in the habitus and spirit of the chronicler's age, not in the distant past he writes about. Chroniclers shape symbols from their position of time and understanding of the past, they correspond to their reality, and less to the past about which they wrote. But they were not defined by the chroniclers personally but by the then medieval notions and finally the imaginary. As can be deduced from the table, the symbols were interpreted the same or similarly by individual chroniclers, and this was conditioned by borrowing and further transmission through narratives. Although there was no organized model of the use of symbols, due to their usefulness in interpretations, chroniclers transmitted them as a model for explaining and modifying memory. Habitus, imaginaries, and symbols conditioned the narrative and shaped a new memory, although writers tended to write "true" history. Therefore, symbolically and metaphorically, it can be concluded that the analyzed medieval chronicles are attempts to present valid history and are true statements of the author's habitus and medieval imagology, which is reconstructed through symbols.

[60] Walter Pohl, "Telling The Difference. Signs od ethnic identity." in *The Roman Provinces to medieval kingdoms*, ur. Thomas F.X.Noble, 99-101 (New York: Routlegde, 2006).; Anne Kolos, "Imagining Otherness: The Pleasure and Curiosity in the Middle Ages." in *Mirabilia Journal 18*: (2010): 146-148.

Annexes of tabels

Table 1 of symbols from the analyzed chronicles - synthesis of symbols

SYMBOL	THOMAS THE ARCHEDEACON	ROGERIUS OF APULIA	SIMONE OF KÉZA
Time	the sequence of destiny, the past, the present, God's provision, continuity	permanence, past, present	eternal continuity, the stage of history, the divine presence, the validity and permanence of the law
The beginning	Baptism, Old Testament	Baptism	Creation, Resurrection, Old Testament, Hun settlement
The End/Doom	hostility, discord, inequality, a ruin of Salona, God's punishment, lack of love, pride, usury, malice	inequality, discord, burglary of the Tatars, disunity of the Kingdom, change of tradition and customs, God's punishment	disunity, discord, lack of love, God's punishment

Table 2 Synthesis of symbols of analyzed chronicles

Good government and ruler	Christian virtues, harmony, justice, time of peace, crown, oath, spread of Christianity	legal equality, crown, oath, spread of Christianity	Christian virtues, equality, flag, coronation, unification of peoples, spread of Christianity
True	Scripture, Christianity	what the chronicler writes	Christianity, Scripture
Chosen people	Salonitan Church	Ugars	Huns, one mother and father of Ugars
The past	valuable, reliable and correct examples	tradition, customs	tradition, holy ancestors, customary law
Continuity/success	Sv. Peter, Dujam, Church	famous ancestors, st. Stephen, Holy Kings, Bela IV.	famous ancestors, Huns, St. Stephen, King Ladislas the Cumans
Piety	reconciliation, a twig of peace, expressions of mercy	oath, expressions of mercy	origin of authority, invocation of God's help, alms, flying figure (angel)
Body	ideal authority, proof of authority, holy body	the king as the body of the protector of the people	Ideal authority
The Other/Otherness	Goths, Slavs, Croats, Zadar, non-Christians, city destroyers, Gothic / vernacular, heretics, non-Christians, political opponents, foreigners, dissidents	Cumans, Tatars, non-Christians, other languages, different laws, wild people, rapists, immigrants, foreigners, Asia / East	non-Christians, dark and black skin color, pagans, unknown lands, Asia, new nations

7

A indústria metalúrgica em Portugal nos séculos XIII-XVI: um projeto de doutoramento.

Paulo Morgado e Cunha[1]
CITCEM-Universidade do Porto

Resumo:

O presente texto tem como objetivo apresentar o projeto de Doutoramento que temos em curso, sobre a indústria metalúrgica não preciosa em Portugal, desde o século XIII até ao século XVI. Partindo de uma abordagem transversal a toda a cadeia operatória, pretendemos conhecer melhor esta fileira industrial, desde a obtenção das matérias-primas – através da mineração ou importação – até às fases mais especializadas da transformação e à comercialização. A análise inicia com um primeiro núcleo de dados, resultantes das Inquirições Gerais de 1258 e terminará nas primeiras décadas do século XVI, de forma a aferir o impacto na indústria metalúrgica da introdução sistemática de regimentos e corporações de ofício, da vulgarização da pirobalística e da expansão marítima portuguesa. A abordagem pretendida será comparativa, de forma a colocar em perspetiva a realidade portuguesa no contexto peninsular e europeu.

O estudo dividir-se-á em quatro partes: a primeira dedicada à obtenção das matérias-primas, focando-se na mineração, na importação de minério e na obtenção de combustíveis; a segunda na sua transformação, dividindo-se entre o tratamento do minério e a transformação em diversos objetos; a terceira na componente humana do setor e na regulamentação a que estava sujeita; e a quarta na circulação e comercialização dos bens produzidos. A metodologia adotada passará pela leitura e análise de um conjunto diversificado de documentação publicada e inédita, nomeadamente de produção municipal (Atas de Vereação; Leis e Posturas; Livros de Receitas e Despesas) e régia (Chancelaria; Ordenações e Regimentos; Cortes).

Para além da apresentação e caracterização do projeto em curso, também será feita uma análise parcial dos dados recolhidos até ao momento, nomeadamente os resultantes do estudo das atas de Vereação do Porto dos séculos XIV e XV.

Palavras-chave:

Metalurgia não-preciosa; Mineração; Técnicas produtivas; Indústria Medieval

Summary:

This text aims to present our ongoing PhD project, focused on the non-precious metallurgical industry in Portugal, from the 13th century to the 16th century.

[1] Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2020.06224.BD), doutorando em História na Universidade do Porto e investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. O projeto de doutoramento conta com a orientação do professor Luís Miguel Duarte (U. Porto) e a coorientação dos professores Arnaldo Melo (U. Minho) e Ricardo Córdoba (U. Córdoba). O trabalho aqui desenvolvido decorre também de dados recolhidos enquanto membro do projeto "MedCrafts – "Regulamentação dos mesteres em Portugal nos finais da Idade Média: séculos XIV e XV", financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia", Ref.ª PTDC/HAR-HIS/31427/2017. Gostaríamos ainda de agradecer aos participantes do WEM, em particular à professora Maria Helena da Cruz Coelho, cujos comentários e questões melhoraram o presente texto.

Starting from a broad perspective encompassing the whole *chaîne opératoire*, we intend to better understand this productive sector, from obtaining raw materials – whether through mining or importation – to more specialised stages of transformation and commercialisation. The analysis begins with a first cluster of data, resulting from the General Inquisitions of 1258 and ends in the first decades of the 16th century, in order to assess the impact on the metallurgical industry of the systematic introduction of regulations and corporations, the popularisation of pyrobalistics and the Portuguese maritime expansion. The study will also be comparative, putting into perspective the Portuguese case in the Peninsular and European context.

The project will be divided into four parts: the first is dedicated to the obtaining of raw materials, focusing on mining, the import of ore and fuel gathering; the second on the transformation, splitting into the treatment of the ore into metal and its transformation into several objects; the third on the human element and the regulations it was subject to; and the fourth on the circulation and commercialisation of metallic products. The methodology will be the reading and analysis of a diverse set of published and unpublished documentation, namely municipal (Council Minutes; Laws and Statutes; Income and Expense Books) and royal (Chancery; Ordinances and Regulations; Parliamentary Records).

Besides the presentation and characterisation of the ongoing project, a partial analysis will also be made of the data collected so far, namely those resulting from the study of the council minutes of Porto from the 14th and 15th centuries.

Keywords:

Non-precious metallurgy; Mining; Production Techniques; Medieval Industry.

1. Introdução

O domínio e difusão da técnica de trabalho dos diferentes metais representou, historicamente, um marco com tal importância para a civilização humana que ainda é hoje utilizado para definir épocas, falando-se em Idade do Cobre, do Bronze ou do Ferro. Cedo os que trabalhavam o metal se viram envoltos numa aura de mistério, vistos quase como alquimistas.[2] Estes forjaram não só as armas com que se conquistaram impérios, mas também os instrumentos que permitiram tornar a agricultura mais eficiente e com os quais se preparavam, serviam e consumiam alimentos.

O presente estudo irá debruçar-se sobre a indústria[3] metalúrgica, não-preciosa, no território português, entre os séculos XIII e XVI. A opção por centrar a análise apenas numa vertente do trabalho do metal decorre tanto dos constrangimentos de um

[2] Veja-se o clássico estudo de Mircea Eliade, *Ferreiros e Alquimistas* (Lisboa: Relógio D'Água, 1987).

[3] O conceito de "indústria" será empregue de uma forma precisa e não anacrónica. Embora considere o termo utilizável num sentido lato, para definir a atividade transformativa, é objetivo do nosso trabalho compreender melhor a aplicabilidade do conceito, seguindo as propostas de Philippe Braunstein: Philippe Braunstein, *Travail et Entreprise au Moyen Âge* (Bruxelas: De Boeck, 2003).

trabalho individual com prazos a cumprir, como das diferenças entre o trabalho e valor atribuído aos metais ferrosos e não-ferrosos comuns (como o estanho ou o chumbo)[4] e os metais preciosos, ouro e prata.[5] De igual modo, o recorte cronológico advém de um compromisso entre a vontade de dar ao trabalho uma perspetiva de longa duração, que consideramos ser crucial, e a manutenção da exequibilidade do projeto. Assim, partiremos de uma primeira imagem (parcial) de conjunto, dada pelas Inquirições Gerais de 1220 e 1258,[6] terminando a análise nas primeiras décadas do século XVI, correspondendo, grosso modo, ao final do reinado de D. Manuel I e o início do reinado de D. João III.[7] Desse modo, será possível aferir o impacto da introdução sistemática de regimentos, da vulgarização da pirobalística e do processo de expansão marítima portuguesa.[8] Por fim, a análise irá cingir-se ao território de Portugal Continental. Ao longo da cronologia em estudo, vários espaços vão sendo integrados temporariamente na jurisdição dos reis de Portugal, por exemplo praças no Norte de África ou na Índia. No entanto, estes não serão abordados de uma forma exaustiva, não só por uma questão de tempo como para dar uma maior uniformidade ao trabalho. Porém, parece-nos importante entender a artificialidade e a operabilidade desta decisão. Portugal não é uma "ilha" e a indústria portuguesa não operava num vácuo, sendo conhecidas influências diretas e indiretas de várias proveniências. No entanto, para o trabalho em

[4] Ao longo do texto irá notar-se uma prevalência do ferro e do seu trabalho sobre os outros metais, como o estanho ou chumbo. Tal decorre de uma certa tendência historiográfica, que centra o estudo dos metais no período medieval ou na perspetiva artística, centrada no ouro e prata, ou na perspetiva utilitária, focada na utilização do ferro. Esta focalização é, em parte, compreensível. A documentação compulsada até ao momento também enferma da mesma dicotomia, com destaque para dados sobre os metais preciosos e, em menor escala, sobre o ferro e suas aplicações. No entanto, fomos encontrando alguns dados dispersos sobre a exploração de chumbo e o estanho que parecem assumir uma certa importância na franja terminal da cronologia que iremos estudar. Como tal, parece-nos importante não ignorar estas realidades, que permitiram um trabalho mais abrangente e comparativo. Contudo, parece-nos importante frisar este facto cedo pois esta tem implicações em todo o trabalho e as conclusões que poderemos avançar, que necessariamente decorrem dos dados disponíveis.

[5] Contudo, é importante não ignorar totalmente esta segunda realidade, não só por possuir um conjunto mais numeroso de estudos e fontes (a Adiça, por exemplo, é a mina portuguesa medieval mais bem conhecida) como também são conhecidas hipóteses da circulação de saberes e técnicas, sobretudo em metais que surgem amalgamados, como chumbo e prata (veja-se: Anne-Thérèse Rendu, "Le role des seigneuries ecclesiastiques dans l'exploitation miniere du lyonnais médiéval: Le cas de l'Abbaye de Savigny au XVe siècle", *in Moines & métallurgie dans la France médiévale,* ed. Paul Benoit e Denis Cailleaux, 95-114 (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/Diffusion Picard, 1991.).

[6] Mário Barroca, "Ferrarias Medievais do Norte de Portugal", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28, fasc. 3-4 (1998): 212-39.

[7] Sem, no entanto, descurar a utilização de dados em datas anteriores ou posteriores, como no caso de dados de escavações arqueológicas que antecedem o século XIII ou de regimentos do final do século XVI, na medida em que refletem práticas que poderiam ser observadas na cronologia em estudo.

[8] Sobre esta questão dispomos já de alguns trabalhos como: Gregor M. Meitzig, "Guns in Paradise. German and Dutch artillerymen in the Portuguese Empire (1415-1640)," *Anais de História de Além-Mar,* vol. XII (2011): 61-87.

questão o território continental português será sempre o foco de análise. Importará compreender as técnicas e a evolução da metalurgia em locais como a Biscaia ou a Índia apenas na medida em que esta evolução interceta e influencia o trabalho do metal em Portugal.

2. Contextualização historiográfica

O estudo da indústria ou da produção artesanal na Idade Média não tem sido um tema central na historiografia nacional, não representando o sector metalúrgico uma exceção. Tal deve-se, na nossa opinião, à elevada dispersão das fontes existentes, à escassez de certas tipologias documentais (notariais e fiscais) e à evolução da própria historiografia.[9] O espírito de fomento industrial no século XIX em Portugal legou-nos muitos dos primeiros estudos sobre a temática.[10] No início do século XX, o desenvolvimento incipiente da arqueologia "artística" leva a um novo conjunto apreciável de trabalhos, destacando-se a figura de Sousa Viterbo, cujos estudos, construídos sobre uma base documental extensa, são ainda úteis.[11] Já sobre a análise das instituições, a primeira metade do século XX ainda traz à luz alguns importantes trabalhos como os de Jorge Campos, sob a égide do Serviço de Fomento Mineiro,[12] ou os de António Cruz, Almeida Langhans e Marcello Caetano,[13] de análise das corporações medievais, influenciados pelo renascer da ideologia "corporativista" com

[9] É notória uma ligação do desenvolvimento de estudos sobre o trabalho do metal e momentos de fomento industrial. Atente-se aos textos escritos sob a égide do Serviço de Fomento Mineiro ou empresas como a Ferrominas.

[10] Destaquem-se as *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa,* nomeadamente os trabalhos do Barão de Eschwege. Estas foram alvo de republicação nos anos 90, na coleção *Obras clássicas do Pensamento Económico Português* do Banco de Portugal: *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*, ed. José Luís Cardoso (Lisboa: Banco de Portugal, 1990-1991).

[11] Vejam-se, por exemplo: Sousa Viterbo, "Notas de Archeologia Artística - Artes e industrias metallicas em Portugal. Serralheiros e Ferreiros," *O Archeologo Português*, vol.VI (1901): 138-46; Sousa Viterbo, *A Armaria em Portugal: Notícia documentada dos fabricantes de armas brancas que exerceram a sua profissão em Portugal. Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa* (Lisboa: Typographia da Academia, 1907). Para a viragem do século XIX para XX, veja-se a obra de Gama Barros, que dedica várias páginas ao tema na sua *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*: Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, edição preparada por Torquato de Sousa Soares, 2ª ed, vol. VI (Lisboa: Sá da Costa, 1956) 93-134.

[12] Jorge Campos, "Elementos para a História da Administração Mineira nos séculos XII a XV," *in Estudos, Notas e Trabalhos, do Serviço de Fomento Mineiro,* vol. XII, fasc. 3-4 (1957), 272-345.

[13] Marcello Caetano, "A antiga organização dos mesteres da cidade de Lisboa" *in As Corporações dos Ofícios Mecânicos*, de Franz-Paul Langhans (Lisboa: Imprensa Nacional, 1946); Franz-Paul Langhans, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos,* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1946); António Cruz, *Os Mesteres do Porto: subsídios para a História das Antigas Corporações dos Ofícios Mecânicos* (Porto: Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1943).

o Estado Novo. Contudo, esse fôlego pareceu esgotar-se, com os trabalhos a tornarem-se mais esporádicos, sendo de destacar, até ao final do século XX, o de Jorge Custódio,[14] de Mário Barroca[15] e Luís Miguel Duarte.[16]

Esta situação contrasta com o observado em outros países, como França, onde o estudo da metalurgia formou uma escola de relevo e onde tiveram lugar vários congressos;[17] ou o Reino Unido, com uma historiografia mais focada na arqueometalurgia.[18] Na vizinha Espanha[19] destacam-se estudos de Luís Diez de Salazar[20] ou de Ricardo Córdoba.[21]

Mais recentemente, o estudo das temáticas relacionadas com o trabalho e a produção mesteiral em Portugal tem sofrido uma importante renovação, com trabalhos de charneira como os de Arnaldo Melo e de Joana Sequeira.[22] Paralelamente, assiste-se a um novo fulgor nos estudos da história da construção, com novos dados sobre a organização do trabalho, dos materiais e técnicas empregues, entre outros.[23] O

---

[14] Jorge Custódio, "O minério de Moncorvo como charneira da história industrial portuguesa. Uma abordagem de arqueologia industrial" *in O Ferro de Moncorvo e o seu aproveitamento através dos tempos* de Jorge Custódio; G. Monteiro de Barros, 11-89 (Lisboa: Ferrominas EP, 1984). Veja-se ainda, o importante elenco de estudos que este autor coloca no final do seu trabalho.

[15] Barroca, "Ferrarias Medievais do Norte de Portugal".

[16] Luís Miguel Duarte, "A Actividade Mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese)", *Revista da Faculdade de Letras: História*, II série, vol.12 (1995):75-112.

[17] Vejam-se, entre outros, os trabalhos de historiadores como Paul Benoit e Dennis Cailleux, Mathieu Arnoux, Philippe Braunstein ou Catherine Verna. Os dois primeiros foram responsáveis por dois grandes colóquios nos anos 80 que muito contribuíram para o avanço da temática, sendo ainda de consulta obrigatória: Paul Benoit; Denis Cailleaux (eds.), *Hommes et Travail du Métal dans les Villes Médiévales* (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/Diffusion Picard, 1988)*;* Paul Benoit e Denis Cailleaux (eds.), *Moines & métallurgie dans la France médiévale* (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/Diffusion Picard, 1991.).

[18] Veja-se, por todos: R. F. Tylecote, *The early history of metallurgy in Europe* (Londres: Longman, 1987); ou Ian Goodall. *Ironwork in Medieval Britain: an archeological study* (Londres: Maney, 2011).

[19] Fora das regiões aqui mencionadas, é ainda de destacar: Gert Magnusson (ed.), *The Importance of Ironmaking: Technical Innovation and Social Change*. *Papers presented at the Norber Conference on May 8-13, 1995* (Estocolmo: Jernkontorets Bergshisoriska Utskott, 1995).

[20] Luis Miguel Díez de Salazar Fernández, *Ferrerías de Guipúzcoa: (siglos XIV – XVI)* (San Sebastian: Haranburu, 1983).

[21] Em trabalhos como: Ricardo Córdoba de La Llave, "Les traités techniques médiévaux: l'exemple des activités métallurgiques". *in* Marie-Sophie Corcy, Christiane Douyère-Demeulenaere e Liliane Hilaire-Pérez (dir). *Les archives de l'invention: Écrits, objets et images de l'activité inventive*. (Toulouse: CNRS/Université de Toulouse-Le Mirail, 2003): 57-71. Embora não estritamente acerca do trabalho do metal, gostaria, ainda, de destacar: Ricardo Córdoba de La Llave, *La Industria Medieval de Córdoba*. (Córdova: Caja Provincial de Ahorros de Córdoba, 1990).

[22] Arnaldo Sousa Melo, *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: O Porto, c. 1320– c. 1415/Travail et Production au Portugal au Moyen Âge:Porto, c. 1320- c. 1415* (Braga/Paris: Universidade do Minho/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2009); Joana Sequeira, *O Pano da Terra: produção têxtil em Portugal nos finais da Idade Média* (Porto: U. Porto Edições, 2014). Estes dois trabalhos assumem-se como os dois modelos a seguir, um optando por uma análise restrita a nível geográfico (a cidade do Porto) e outra por uma análise de um setor produtivo (o têxtil).

[23] Manuel Sílvio Conde. *Construir, Habitar: a casa medieval* (Braga: CITCEM, 2011). Este tipo de trabalhos dá-nos, por exemplo, importantes apontamentos sobre a utilização de metais no edificado medieval.

projeto MedCrafts também representa um passo crucial no sentido de um melhor conhecimento da realidade da regulamentação profissional na Idade Média portuguesa, aguardando-se com expectativa os seus resultados.[24]

Contudo, a metalurgia parece ter escapado a este impulso,[25] faltando estudos sistemáticos e de larga escala. Os trabalhos arqueológicos são incipientes, sobretudo quando comparados com o trabalho do metal precioso, e são inexistentes as análises sobre as técnicas de trabalho e sua difusão. Esta realidade em parte justifica, na nossa opinião, a ausência de quaisquer contributos portugueses em importantes congressos e obras coletivas recentes sobre a temática.[26] Assim, o projeto que se propõe realizar virá preencher uma lacuna que nos parece existir na historiografia portuguesa, procurando, dessa forma colmatar esse vazio e permitir um melhor conhecimento deste aspeto importante da economia e sociedade medieval portuguesa.

3. Estrutura provisória do trabalho, objetivos da análise e metodologia

A análise pretendida será transversal a toda a cadeia operatória, desde a obtenção das matérias-primas até às fases mais especializadas da transformação e da comercialização. Como tal, o projeto irá dividir-se em quatro grandes capítulos, acompanhando o processo transformativo, com cada secção focada em aspetos concretos do trabalho do metal e os indivíduos que nele tomavam parte.

A primeira, ocupar-se-á da fase inicial, a obtenção das matérias-primas. Aqui importará localizar os principais polos de exploração mineira, quais os minerais

[24] O projeto MedCrafts tem por objetivo o estudo da regulamentação sobre os mesteres em Portugal, nos séculos XIV e XV. Esta será feita através da análise comparativa da documentação, publicada e inédita, de várias vilas e cidades, como o Porto, Évora, Lisboa ou Braga, com vista a compreensão das várias formas de regulamentar o trabalho mesteiral e entender a posição da realidade portuguesa no seu contexto ibérico e europeu. Para uma descrição mais detalhada dos objetivos, enquadramento teórico, e dos outputs do projeto, veja-se: https://medcrafts2021.wixsite.com/medcrafts

[25] Destaca-se o trabalho sobre as "Ferrarias Del Rey" por analisar a partir de uma perspetiva multidisciplinar, cruzando o estudo da documentação escrita, com a iconografia e a arqueologia (José Luís Gomes; João Luís Cardoso, "As «Ferrarias Del Rey» em Barcarena: Subsídios para a sua história", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. vol.13 (2005): 9-194).

[26] Veja-se a nota 17 e 19 para os congressos do século XX. Mais recentemente, destacam-se: Catherine Verna, *L'Industrie au village: essai de micro-histoire (Arles-sur-Tech, XIVe et XVe siècles)* (Paris: Les Belles Lettres, 2017) ou Mathieu Arnoux, "Forgerons, Fourneaux et Marteaux : Choix techniques et usages du fer dans l'Europe Médiévale, jusqu'au milieu du XIIIe siècle". *in Il Fuoco Nell'Alto Medioevo. LX Settimane Di Studio della Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, Spoleto, 12-17 aprile 2012* (Spoleto: Centro Italiano di Studi Sull'Alto Medioevo, 2013), 755-76; Jean-Michel Minovez; Catherine Verna; Liliane Hilaire-Pérez (dirs.), *Les industries rurales dans l'Europe médiévale et moderne* (Toulouse: Presses Universitaires du Midi, 2013) e Nicolas Thomas; Pete Dandridge (eds.), *Cuivre, bronzes et laitons médiévaux : Histoire, archéologie et archéométrie des productions en laiton, bronze et autres alliages à base de cuivre dans l'Europe médiévale (12e-16e siècles)* (Namur: Agence Wallone du Patrimoine, 2018). (É ainda de mencionar um congresso de revisitação do *Hommes et le travail du metal*, que teve lugar em 2019 e do qual se aguardam as respetivas atas).

extraídos e sua qualidade e quais as técnicas empregues na extração.[27] Além disto, será também fundamental compreender o modelo de gestão das minas, identificando de quem parte a iniciativa da exploração e quem, posteriormente, exerce o controlo sobre os produtos. Tratar-se-ia de uma exploração direta pela Coroa? Ou esta concederia os direitos de exploração, mediante certas condições, a terceiros?[28] Os detentores do direito de exploração faziam-no de forma mais direta (contratando mão-de-obra e implantando novas comunidades) ou faziam parcerias com comunidades locais?[29] Por fim, será crucial entender a obtenção de combustíveis, como carvão vegetal, cuja produção era um desafio ecológico, pela pressão que colocava sobre as florestas.[30] Relativamente a estes, será crucial conhecer o seu modo de obtenção e os custos inerentes.

A segunda secção centrar-se-á na análise do processo transformativo desde a refinação do minério em bruto até a produção de bens com diversos níveis de valor acrescentado. Aqui importará dividir a compreensão do processo em duas componentes vitais: a refinação do minério, a metalurgia primária; e a criação de objetos, a metalurgia diferenciada. Para a primeira, será crucial perceber a relação entre a extração e a redução de minério, na medida em que esta deveria ter lugar próximo, de forma a evitar custos de deslocação. Importará ainda compreender a componente técnica deste processo, procurando-se dar uma cronologia mais precisa da aplicação da energia hidráulica, quer para substituir a martelagem quer para a operação dos foles.[31] Um pouco a imagem do que pretendemos conhecer para a

[27] Na bibliografia consultada, é mencionado que grande parte da exploração seria feita de forma muito superficial, embora existam testemunhos de sistemas mais complexos com galerias subterrâneas, aproveitando grutas e cavernas pré-existentes. Veja-se: Paul Benoit, «Les mines de Fontenay», em *Moines & métallurgie dans la France médiévale*, ed. Paul Benoit e Denis Cailleaux, 289–98 (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/ Diffusion Picard, 1991).

[28] Aqui será importante ter em conta a possibilidade, como registada em França, em que os direitos sobre minerais fariam parte dos direitos mais usuais sobre o solo ou sobre a floresta (Mathieu Arnoux, "Le cas normand: etablissements religeux et siderurgie dans le pays d'Ouche (XIe-XVe siécle)", *in Moines & métallurgie dans la France médiévale*, ed. Paul Benoit e Denis Cailleaux, 13–44 (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/Diffusion Picard, 1991))

[29] Os dados obtidos para Portugal terão de ser matizados com a obtenção de minério vindo do estrangeiro, cujas questões descrevemos adiante.

[30] Veja-se por exemplo, os dados referidos em Serge Benoit, «Les Hostpitaliers et les débuts de la sidérurgie indirecte dans le Grande Prieuré de Champagne au XVIe siècle», *in* Paul Benoit e Denis Cailleaux *(*eds.), *Moinesx & métallurgie dans la France médiévale,* 235-45 (Paris: Association pour l'édition et la diffusion des études historiques/Diffusion Picard, 1991).

[31] Até ao momento admite-se que a primeira instalação com tais características seja a de Barcarena, nos finais do século XV (Vd. Gomes; Cardoso, "As «Ferrarias Del Rey» em Barcarena"). Contudo, vários autores admitem a possibilidade de esta ter surgido mais cedo, apontando para a proximidade entre ferrarias e cursos de água. De particular destaque é a exploração em Rio Maior, que levanta a possibilidade deste tipo de engenhos ser uma introdução cisterciense em Portugal (Custódio, "O minério

extração mineira, será relevante conhecer os aspetos económicos desta tarefa, nomeadamente de quem partia o capital,[32] como eram as unidades produtivas operadas e quem controlava o produzido. Para as fases seguintes da transformação será importante entender os espaços em que esta decorre, as técnicas empregues, os custos associados e os objetos produzidos. Por fim, será também relevante aferir a possibilidade de estas duas vertentes coexistirem num mesmo espaço. Por um lado, em meios mais pequenos, um ferreiro poderia proceder a redução de pequenas quantidades, obtendo metal para fazer ou reparar objetos quotidianos. Por outro, unidades de maior dimensão, como a de Barcarena, fariam num só local a refinação do metal e a produção de bens.[33]

A terceira parte irá debruçar-se sobre as temáticas relativas ao contingente humano do sector metalúrgico e regulamentação a que estava sujeita. Assim pretender-se-á abordar temáticas como o grau de especialização e aprendizagem a ele inerente, as associações socioprofissionais e a participação política dos mesteirais ligados ao trabalho do metal. Consideramos que os primeiros aspetos estão intrinsecamente ligados, sobretudo no que toca à compreensão da relação entre os vários ramos dentro do trabalho do metal e obtenção da especialização técnica para contribuir para o setor produtivo. É nosso objetivo compreender se esta aprendizagem seria feita no seio familiar ou fora dele. Importará também aferir não só a hierarquia social e profissional interna de cada um desses ofícios, como entre os vários mesteres, questionando-se a circulação de meios técnicos e humanos e questões de pluriatividade. Por exemplo, na ausência de especialistas, um ferreiro poderia desempenhar as funções de ferrador ou de cutileiro. Já num grande centro urbano poderíamos ter oficiais distintos para todas estas tarefas, existindo até uma certa hierarquia, como a que vemos estabelecida entre ferreiros e ferradores no Livro Vermelho de D. Afonso V: os primeiros fabricam ferraduras, e os segundos apenas as

---

de Moncorvo como charneira", 19 e 25). Sobre a ligação desta ordem monástica ao trabalho do metal veja-se os diferentes estudos em: Benoit e Cailleaux, *Moines & métallurgie dans la France médiévale*.

[32] Questão de enorme importância, sobretudo quando falamos de unidades produtivas complexas com um ou mais engenhos hidráulicos, cuja instalação envolvia investimentos maiores e exigia maiores volumes de combustível e minério.

[33] Gomes; Cardoso, "As «Ferrarias Del Rey» em Barcarena". Como estes autores indicam, a própria utilização de 'ferraria' como um termo relativamente indistinto parece indicar uma certa "confusão" entre os dois mundos – da refinação e da produção de bens. Contudo, os autores parecem desconhecer a utilização do termo frágua, no sentido de forja. Este poderá ter sido introduzido no português por influência do catalão. Sobre esta questão, veja-se: Custódio, "O minério de Moncorvo como charneira", 34-5.

aplicam.[34] Também interessará aqui aferir a participação das minorias étnico-religiosas, que possuíam longas tradições metalúrgicas, e de estrangeiros, procurando entender de que forma interagiam com os seus congéneres cristãos e portugueses e que papel desempenhavam na globalidade do setor produtivo.

Além destas questões, importará estabelecer uma cronologia para a criação das associações socioprofissionais (confrarias ou corporações) dentro do sector produtivo e o grau de autonomia destes face às autoridades centrais e locais. Toda a análise desta terceira parte será construída numa dialética entre as práticas observadas e a regulamentação, quer interna quer externa, pretendendo-se dedicar um ponto à evolução da regulamentação do sector, à sua relação com a realidade, e o grau de intervenção dos indivíduos ligados à metalurgia na sua redação, quer a título individual quer coletivo. Este estudo será em larga medida subsidiário do trabalho atualmente em desenvolvimento pelo projeto MedCrafts, do qual fomos bolseiro e no qual ainda nos integramos.

Por último, a quarta secção do trabalho lidará com a circulação e comercialização dos produtos metálicos, distinguindo-se a circulação interna da externa. Este tópico terá de ser necessariamente construído em ligação com as questões postuladas no restante trabalho relacionando-se com os principais polos quer de exploração mineira quer da transformação. Será igualmente de aferir a potencial projeção dos bens portugueses no estrangeiro, bem como o impacto da importação de produtos metálicos, discutindo-se a ideia de Portugal como mero importador, já estabelecida por Duarte Nunes de Leão.[35] Em 1615, este descrevia a metalurgia no reino, dizendo: "*Mas como o reino staa aa costa do mar tam perto de Vizcaia donde aos lugares maritimmos vem tanto ferro, pregadura e ferragem, nam curam de tomar trabalho de aa enxada o tirar da terra, porque nisto fariam mais custo que em o comprar".*[36]

Para este projeto, teremos de fazer uso de numerosa documentação, publicada ou inédita, não existindo, à partida, fontes específicas. Assim, e sem prejuízo de,

[34] "Livro Vermelho do Senhor Rey D.Afonso V" *in Colleção de Livros Inéditos de História Portugueza dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affomso V, e D. João II*. ed. José Corrêa da Serra, t. III, (Lisboa: Officina da Real Academia das Sciencias de Lisboa, 1793): 516-7.
[35] Esta é, em larga medida, a "ideia feita" sobre o tópico, mas da qual certos autores discordam. Veja-se, por exemplo, o argumento de Jorge Custódio: Custódio, "O minério de Moncorvo como charneira", 25.
[36] Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal (*Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002): 180.

mediante a evolução do trabalho, serem incluídas mais fontes ou excluídas outras, podemos definir à partida os seguintes fundos:

- Municipais: Atas de Vereação, Forais, Leis e Posturas, Livros de Receita e Despesa, entre outros;

- Régias: Cortes, Chancelarias, Ordenações, Regimentos, entre outros;

- Eclesiásticas: este conjunto diversificado de documentação será alvo de uma análise mais focada no final da recolha, dada a sua extensão.

Além destes fundos, privilegiar-se-á a utilização dos dados arqueológicos publicados e far-se-á uso de várias coletâneas documentais, como os *Monumenta Henricina*[37] ou os *Descobrimentos Portugueses – Documentos para a sua História*.[38]

Cada uma das tipologias mencionadas obedecerá a questionários específicos, recorrendo-se a bibliografia especializada para construir os inquéritos e compreender as potencialidades e limitações das diferentes fontes. As informações provenientes desta análise serão compiladas numa base de dados, atendendo aos conceitos e questões mencionados. Procurou-se que esta fosse o mais abrangente possível e que agregasse de forma detalhada o máximo de informação, procurando minimizar a distorção imposta pelo processo de recolha e uniformização dos dados. Em paralelo, procuraremos também construir um glossário dos termos utilizados para o trabalho do metal ao longo da Idade Média, para uma melhor compreensão da documentação e para posterior partilha com a comunidade.

4. Os livros de atas de Vereação portuenses: alguns dados

No âmbito do projeto MedCrafts fizemos uma leitura dos livros de atas de Vereação do Porto, relativos aos séculos XIV e XV.[39] Entre outras informações de relevo, gostaríamos de refletir acerca dos dados que estes livros nos legam sobre o trabalho do metal. Assim, servem de exemplo da tipologia de informações veiculadas pela documentação para o projeto e permitem avançar com novas interrogações e ideias.

[37] *Monumenta Henricina*, ed. de A. J. Dias Dinis (Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974).
[38] *Descobrimentos Portugueses: documentos para a sua história*. ed. de João Martins da Silva Marques (Lisboa: INIC, 1988).
[39] São eles: os livros 0, 1, 2 e 5, já editados, e os inéditos 3, 4 e 6. Estes cobrem, de forma descontinua, um âmbito cronológico entre 1390 e 1498 (1390-1395; 1401-1403; 1412-1414; 1431-1432; 1442-1443; 1448-1449; 1452-1455 e 1460-1461; 1475-1476; 1479-1489; 1494-1495 e 1497-1498.).

Sobre a obtenção de matérias-primas, as Vereações portuenses informam-nos apenas acerca da aquisição do carvão, assunto que deveria ter alguma relevância não só para a indústria metalúrgica, como para a cidade em geral. Parece ser este o combustível que alimenta uma disputa entre o concelho e o Bispo do Porto sobre os carvoeiros do termo da cidade. Esta surge repartida em três sessões, decorrendo entre os dias 13 de setembro e 12 de novembro de 1460.[40] Neste processo, primeiro o meirinho e depois o próprio Bispo determinariam restrições para carvoeiros do termo do Porto,[41] impedindo-os de cortar madeira e fazer carvão. Isto seria contra os direitos destes, que, segundo os do Porto, mantinham esta atividade há bastante tempo. Como tal, perante o que consideram um abuso sobre os direitos da cidade e seu termo, a Vereação coloca-se do lado dos lavradores.[42] A importância do carvão para os ferreiros é ainda patente na nomeação de João Martins Ferreira como repartidor do carvão entre estes oficiais, de forma a garantir um acesso equitativo a esse produto essencial.[43]

A ausência de referências à recolha e tratamento do minério não deixa de ser expectável, uma vez que esta atividade deveria ter lugar perto dos pontos de extração. Contudo, são omissas quaisquer referências à compra e transporte de metal semitransformado oriundo de Portugal, contrastando com as várias referências à importação de metal, todas relativas a ferro.[44] Os locais de proveniência mencionados são Santander[45] e a Galiza.[46] É difícil calcular, mas a quantidade deveria ser significativa, mencionando-se barcos carregados de ferro. Outro indicador das

[40] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L.3, f.237-238v e 243v.
[41] São particularizados os lavradores da serra de Reboredo em S. Martinho do Campo (c. de Santo Tirso) e de S. Pedro da Cova (c. de Gondomar), o que pode indicar que estes seriam polos desta atividade.
[42] Infelizmente, desconhece-se o desfecho final da questão. O tópico da cobrança de impostos (neste caso portagem), por parte de agentes do Bispo e Cabido sobre o carvão e a lenha surge novamente, desta vez afetando os moradores da periferia próxima do Porto (Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 4, f.273v).
[43] Marco Ribeiro, *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio* (Dissertação de Mestrado apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019): 293.
[44] Este deveria ser transportado já sob a forma de barra ou pedaço consolidado de metal, embora apenas surja referido na documentação sob a designação genérica de "ferro".
[45] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L.3, f.102v e 195v.
[46] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 3, f.236 e *"Vereaçoens": Anos de 1401-1449. O segundo livro de Vereações do Município do Porto existente no seu arquivo*. Edição e nota prévia de J.A. Pinto Ferreira. (Porto: Gabinete da História da Cidade/ Câmara Municipal do Porto, 1980): 412-413. É algo difícil de distinguir o local de origem do metal e a do mercador ou navio. Mas é de admitir que, por exemplo, no caso de Santander, o ferro fosse de produção local, sendo a região da Biscaia um importante polo de produção metalúrgica. Existe ainda um caso de um mercador, *Mallgoverna*, cuja proveniência é omissa.

quantidades transportadas é a proibição, por parte do concelho, da venda de ferro em peças abaixo dos cinco quintais.[47]

Sobre a transformação do metal, as informações também são poucas, mas oferecem alguns pormenores de grande relevo. Em particular, dispomos, para o final do século XV, de duas especificações técnicas para a produção de objetos em estanho.[48] Estas, redigidas com poucos meses de intervalo, diferem marginalmente entre si no que toca a proporção entre estanho e chumbo para duas qualidades de estanho trabalhado. A mais antiga das duas normas obriga a utilização de menos um arrátel de estanho do que a posterior: 12 arráteis, em vez de 11, de estanho para 1 de chumbo no caso dos bacios; e 6 de estanho, em vez de 5, para 1 no caso dos picheis. É possível que as queixas da falta de qualidade das peças, mencionados na postura mais recente, estejam na origem desta diferença.[49] Esta regulamentação fornece ainda dados para a questão do controlo de qualidade imposto aos picheleiros. Para garantir o cumprimento da norma, os picheleiros estariam sujeitos a autoridade de um vedor, que deveria aferir a qualidade da peça e apor-lhe a marca da cidade, que se juntaria a marca do picheleiro, para uma identificação da sua proveniência.[50]

Podemos ainda compreender um pouco sobre os produtos produzidos pelos ferreiros portuenses através dos bens regulamentados no Tabelamento de 1413.[51] Aqui a primazia é dos objetos de utilização agrícola, como os podões ou enxadas, a par de objetos do quotidiano como pregos.[52] Contudo é importante ter noção de que o trabalho dos ferreiros não se limitaria a estes produtos, sendo possível que estes representem os que interessavam à Vereação manter a um preço "justo", dada a sua importância para o trabalho agrícola e abastecimento urbano. São omissos serviços como a afinação de medidas ou o fornecimento de ferros para a cadeia, que vemos serem feitos por ferreiros.[53]

---

[47] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 3, f.236v-237. O quintal seria uma unidade de peso, com um valor entre 45 e 58 kg (Luís Seabra Lopes, "Sistemas Legais de Medidas de Peso e Capacidade, do Condado Portucalense ao Século XVI", *Portugalia*, Nova Série, XXIV (2003): 113-64.

[48] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 6, f.131v e 224v.

[49] Este tipo de informações é raro, mas de grande riqueza para o nosso estudo. Torna-se crucial comparar as proporções definidas no Porto com outras, procurando contextualizá-las.

[50] Existem paralelos entre este controlo e o dos ourives.

[51] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 3, f.75-77.

[52] O facto de estes serem tabelados em "centos", ou seja, as centenas e a menção a que a "*cravaçom [...] seja da bitola que suia a ser"* depreender uma certa uniformização na produção, indicador de uma produção mais industrializada e seriada. Tal informação será relevante para o debate sobre a aplicabilidade do conceito de "indústria" para a produção metalúrgica em Portugal na Idade Média.

[53] Sobre a afinação de medidas, veja-se, por exemplo: *"Vereaçoens": Anos de 1401-1449,* 41. Sobre a produção de "*ferramenta pera a cadea"* (Porto, A.H.M. do Porto, *Cofre dos Bens do Concelho,* livro 1, f.78v).

Não possuímos tabelamentos idênticos para outros ofícios que trabalhavam o metal, como os cutileiros ou os picheleiros.[54] Excetuando a existência comprovada de confrarias dos ferreiros,[55] é difícil aferir o grau de intervenção destes mesteirais junto da Vereação[56] e as suas formas de organização. Contudo, chegaram até nós ecos de ações coletivas. O caso mais curioso é o do processo entre os cutileiros e João Afonso Bebelhauga.[57] Os mesteirais interpõem uma ação legal, junto da Vereação, para forçar João Afonso a participar na procissão do Corpo de Deus como "rei" dos cutileiros. João Afonso alega que "*era mercador e husava de mercadorya e nom do hofycyo*" não querendo cumprir com a nomeação. A Vereação acaba por decidir a favor dos cutileiros, colocando uma pena de 1000 reais para o caso de João Afonso não participar na procissão.

Por último, a documentação portuense ainda nos dá informações acerca do papel da Coroa e das necessidades do fornecimento militar no desenvolvimento da indústria metalúrgica. A 1 de março de 1485,[58] temos notícia que o rei exigiria ao Porto que tivesse em permanência três armeiros, cada um com sua especialização: um "armeiro de armas brancas"; um "couraceiro"; e um "alimpador".[59] Nessa mesma reunião, estariam presentes Álvaro Gonçalves, couraceiro, e Afonso Gonçalves,[60] armeiro de armas brancas, que teriam sido recrutados[61] pela Câmara do Porto para satisfazer o pedido do monarca, sendo enviada uma carta para o informar da situação. A resposta chegaria a 23 de abril,[62] onde é dito que o rei iria tomar pelo menos 100 corpos de couraças, 50 capacetes com babeira e 100 gibanetes.[63] Em troca, os armeiros

---

[54] Conhecem-se alguns procuradores e vedores destes ofícios, pelo menos desde 1476 (Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 4, f.78v). Cutileiros, ferreiros e picheleiros são também relativamente assíduos nas listas de presenças.

[55] Veja-se por todos: Melo,*Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média,* vol. II, 204.

[56] Existem alguns mesteirais que se tornam presença assídua, a título individual, na Vereação, como é o caso de Duarte Farinha, picheleiro (que tem a particularidade de assinar pelo próprio punho - Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 4, f.17). Contudo, é difícil de perceber a relação entre o seu ofício e a sua presença nas sessões camarárias, mantendo-se também a questão do apodo de ofício não ser um indicador conclusivo do desempenho de uma profissão.

[57] *"Vereaçoens": Anos de 1401-1449,* 263.

[58] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 4, f. 261v.

[59] Esta tripartição denuncia um elevado grau de especialização, correspondida por uma complexificação lexical em que "armeiro" poderia ser empregue para referir a qualquer um destes três especialistas.

[60] A coincidência de patronímicos poderá indicar parentesco entre os dois, mas não é uma prova conclusiva.

[61] Infelizmente, o processo de recrutamento não é explicitado. Mas, segundo a documentação, estes teriam uma ligação com o Porto, sendo "casados em esta cidade". Parte do recrutamento incluiria a isenção de certos encargos concelhios, não descritos.

[62] Porto, A.H.M. do Porto, *Vereações*, L. 4, f. 265.

[63] A reposta do monarca não foi copiada, pelo que poderia conter mais exigências. Os gibanetes não surgem no elenco, sabendo nós que eles deviam constar da lista original, pois são o objeto que Álvaro

que se obrigassem receberiam uma tença anual. Álvaro Gonçalves, estando presente, obriga-se perante a Vereação a fornecer 100 gibanetes, recebendo uma tença de 3000 reais.[64] Por seu lado, Afonso Gonçalves não estaria contente com as condições, manifestando já em março que preferia que o rei lhe comprasse todas as armas que fizesse do que receber uma tença, não estando presente quando Álvaro Gonçalves firma o seu contrato. Seria necessário aguardar até 25 de abril de 1486[65] para ter nova resposta do monarca, que se compromete então a tomar 100 capacetes e 100 babeiras[66] a Afonso Gonçalves. Contudo, este não estaria presente, apenas regressando à Vereação no dia 24 de maio, onde aceita ser tomado por armeiro de armas brancas, recebendo 2000 reais relativos ao trabalho que teria feito no ano civil[67] de 1485-1486, e uma tença anual de 4000 reais. Em troca, comprometia-se a abrir logo tenda e a não se ausentar da cidade ou do ofício. São omissos desta última documentação quaisquer referências à obrigação de fornecer certos equipamentos, como anteriormente era referido, ficando pouco claro se tal estaria subentendido na menção de "*como per el-Rey noso Senhor he mandado*".

Os vários exemplos colhidos da documentação compulsada para o Porto, permitem-nos perceber que as fontes, embora dispersas, oferecem novos dados que nos levam a perceber melhor alguns aspetos do trabalho do metal e contribuir para as várias questões que orientam o nosso trabalho. Assim é necessário continuar com este processo, acrescentando novos dados e fontes, sempre tendo em mente os objetivos e problemáticas que estão na base da nossa investigação. Só dessa forma poderemos levar a bom porto o projeto a que nos propusemos e que consideramos ser de uma grande importância para uma melhor compreensão da realidade medieval portuguesa e para a valorização do património material e imaterial ligado ao trabalho do metal no nosso país.

Gonçalves se compromete a fornecer. Por este documento fica também claro que a exigência de manter três armeiros se estenderia a outras locais.

[64] Compromete-se ainda a servir em primeiro lugar a cidade do Porto e seu termo. A questão do pagamento dos 100 gibanetes é pouco clara, apenas sendo mencionado que a cidade iria escrever ao rei para este dizer a quem deveriam elas ser entregues e quem as pagaria.

[65] Ribeiro, "As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488", 157. Neste documento é mencionado que o couraceiro já estaria ao serviço. Penso tratar-se de Álvaro Gonçalves que, à data, já estaria ao serviço à mais de um ano.

[66] Não deixa de ser estranho, a luz da menção de Afonso Gonçalves como armeiro de armas brancas, que este se comprometa a fornecer capacetes e babeiras, armas defensivas, quando a sua especialização seria em armas ofensivas. Tal pode indicar uma certa fluidez nas especialidades ou que Afonso Gonçalves não necessitaria de pessoalmente fazer as peças, mas apenas as fornecer.

[67] Que no Porto era contado a partir do dia 24 de Junho, festa de São João Batista.

8

El Llibre d'intenció de Ramón Llull y su recepción en el Libro de Gracián

Roque Sampedro López[1]
Universidade de Santiago de Compostela

Resumen:

En este trabajo se propone un estudio de las relaciones entre una obra de Ramón Llull, el *Llibre d'intenció,* y un texto anónimo de la Castilla de Juan II (1405-1454), el *Libro de Gracián*. Para ello se explorará, en primer lugar, el concepto de recepción. A continuación, se expondrán los rasgos fundamentales de ambos textos. Finalmente, se explicarán algunas de las consideraciones a tener en cuenta al analizar la recepción del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián*.

Palabras clave:

Libro de Gracián, Llibre d'intenció, Ramón Llull, Juan II de Castilla.

Abstract:

This paper proposes a study of the relations between a work by Ramón Llull, the *Llibre d'intenció,* and an anonymous text from the Castile of John II (1405-1454), the *Libro de Gracián*. In the first place, the concept of reception will be explored. Next, we will present the fundamental traits of both texts. Finally, we will explain some of the considerations to take into account in the analysis of the reception of the *Llibre d'intenció* in the *Libro de Gracián*.

Keywords:

Libro de Gracián, Llibre d'intenció, Ramón Llull, John II of Castile.

1. Introducción

El propósito de esta investigación es estudiar las relaciones entre una obra de Ramón Llull (c. 1232 -1316), el *Llibre d'intenció,* y un texto anónimo escrito en Castilla durante el reinado de Juan II (1405-1454), el *Libro de Gracián*. Esto supondrá analizar las formas en las que el autor anónimo del texto castellano utiliza el texto y las ideas de Ramón Llull. Para ello, adaptaremos algunos elementos de la teoría de la recepción, que nos servirá como herramienta metodológica en el análisis.

Partiendo de esto, explicaremos en primer lugar cómo entendemos el concepto de recepción, al hilo de la definición de autores como Hans Robert Jauss. En segundo lugar, presentaremos brevemente los dos textos a tratar, prestando atención a los contextos en que se producen. Finalmente, en tercer lugar, analizaremos la recepción del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián*.

[1] roque.sampedro.lopez@usc.es

2. El concepto de recepción como herramienta metodológica

A la hora de estudiar la recepción el *Llibre d'intenció* de Ramón Llull en el *Libro de Gracián,* conviene aclarar a que nos referimos con el concepto de recepción. En este apartado buscamos precisamente aclarar dicho concepto. Para ello recurriremos a algunas de las ideas de la teoría de la recepción, especialmente a la obra de Hans Robert Jauss y de Luis Acosta.

El concepto de recepción remite a la circulación y lectura de la obra de un autor. En este sentido, el estudio de la recepción de un texto puede ser objeto de análisis por parte de la historia cultural y la historia intelectual. También supone plantearse que el análisis de un texto no se agota únicamente en el estudio de lo que un autor dice a través de la obra. Los textos también tienen una historia, que va desde la propia producción del texto a las diferentes lecturas que se han hecho de él. Los lectores de un texto generan interpretaciones, adaptaciones, críticas, reelaboraciones o apropiaciones, fenómenos que pueden ser objeto de estudio. Dichas lecturas frecuentemente cambian dependiendo de diversos factores, entre los que podemos incluir el tiempo, espacio, grupo social o cultural o incluso lo que se ha venido llamando comunidad de lectura. Parte del sentido de un texto se constituye a través de dichas lecturas, de manera que los textos se constituyen no sólo a través del discurso de un autor, sino también a través de las distintas reacciones del público de un texto.[2]

Así, podemos definir el concepto de recepción como las reacciones de los lectores a un texto determinado. En el caso que nos interesa aquí, la recepción del *Llibre d'intenció* de Ramón Llull en el *Libro de Gracián,* prestaremos atención a las formas diversas en las que el autor anónimo del texto castellano utiliza la obra del filósofo mallorquín, que van desde el uso de los conceptos al propio empleo de fragmentos extraídos del texto luliano dentro del relato castellano.

Ahora bien, desde un punto de vista teórico, el concepto de recepción no se agota en la idea de "reacción de los lectores", sino que es posible caracterizar la recepción como un proceso estructurado. En este sentido, es clave el concepto de horizonte de expectativas. Este alude a las expectativas tanto de los lectores al leer una obra, fundamentadas en sus lecturas previas de obras del mismo género, estilo o temática.[3]

---

[2] Luis A. Acosta Gómez, *El lector y la obra. Teoría de la recepción literaria* (Madrid: Gredos, 1989), 14-20.

[3] Luis A. Acosta Gómez, *El lector y la obra. Teoría de la recepción literaria* (Madrid: Gredos, 1989), 155-157; Hans Robert Jauss, "Literary History as a challenge to literary theory", *New Literary History* 2, n. 1 (1970), 12-15.

Al mismo tiempo, el autor también tiene en cuenta las expectativas de sus lectores al escribir una obra. En base a esto, se podrían destacar dos características en el proceso de recepción:

a) en la recepción de una obra resulta ser central la distinción entre el contexto de producción y el contexto de recepción. El autor escribe el texto teniendo en cuenta un público, dando por asumidos un marco común, unos problemas a los que hay que dar solución conocidos, y unas referencias compartidas, que no tienen por qué ser los mismos que los de su lector, que varía en el tiempo y en el espacio. A menudo, los autores buscan dar soluciones en sus textos a una serie de problemas. Sin embargo, estos problemas pueden ser diferentes a los de su audiencia, que puede articular su lectura del texto en base a circunstancias distintas. De ahí la necesidad de distinguir entre el contexto de producción y el contexto de recepción de un texto. Como veremos, esto ocurre en la relación entre el *Llibre d'intenció* y el *Libro de Gracián*. Este último hace un uso selectivo del texto luliano, adaptándolo a las circunstancias de su época.[4]

b) Autores y lectores forman su horizonte de expectativas a través de un bagaje de lecturas previas. En este sentido, todo autor es también un lector. Así, los autores a menudo asumen conceptos, ideas e interpretaciones de obras previamente leídas. Esto ocurre con el *Libro de Gracián* y el *Llibre d'intenció*. En los pasajes del texto de Ramón Llull que se insertan en el relato castellano, se remite continuamente a la doctrina de las dos intenciones, un elemento central de la ética luliana. Precisamente, se trata de la doctrina que busca explicarse en el *Llibre d'intenció*. Así, el texto de Ramón Llull forma parte del bagaje de lecturas del autor anónimo del *Libro de Gracián,* dando un sentido luliano al texto.

Partiendo de esto, estudiaremos el *Libro de Gracián* como un texto constituido parcialmente como una lectura del *Llibre d'intenció* de Ramón Llull. Esto supone poner la obra de Llull dentro de su contexto de producción, y apuntar algunos de los aspectos de las expectativas de Llull al escribir la obra. También supondrá ver las diferencias con las expectativas que, como lector, tiene el autor del *Libro de Gracián*. Este se apropia del *Llibre d'intenció* con unas expectativas determinadas, buscando dar solución a unos problemas de su contexto, diferentes a los que se plantea Ramón Llull.

[4] Hans Robert Jauss, "Literary History as a challenge to literary theory", *New Literary History* 2, n. 1 (1970), 20-26.

3. El *Llibre d'intenció* y el *Libro de Gracián* como problema historiográfico

El presente trabajo busca estudiar la recepción de una de las obras de Ramón Llull, el *Llibre d'intenció,* en un texto castellano del siglo XV, el anónimo *Libro de Gracián*. Para ello, en este apartado presentaremos brevemente ambos textos, prestando atención a los contextos en los que ambos son producidos y a las intenciones que persiguen sus autores. Así, trataremos en primer lugar el *Llibre d'intenció* dentro de la trayectoria de Ramón Llull. En segundo lugar, abordaremos el *Libro de Gracián*. Situaremos este texto dentro del conflictivo reinado de Juan II de Castilla (1405-1454), precisamente como un caso de la recepción del pensamiento luliano en el siglo XV castellano. En este sentido, el propósito de este apartado también es situar los contextos de producción y recepción del *Libro d'intenció*. Esto es, por una parte, la vida y obra de Ramón Llull durante la segunda mitad del siglo XIII, y por otra, la Castilla del siglo XV.

3.1. Ramón Llull y el *Llibre d'intenció*

El *Llibre d'intenció* puede entenderse como parte del proyecto filosófico y literario de Ramón Llull. El texto, junto con otros como la *Doctrina pueril,* el *Félix* o incluso el *Blanquerna,* forma parte de los textos que Ramón Llull escribe para difundir sus ideas en lenguas vernáculas. Así, presentaremos aquí el *Llibre d'intenció* como parte de este aspecto de la vida y obra de Llull. Esto supondrá aproximarnos también a los públicos para los que Llull escribe su obra, lo que permitirá entender el contexto de producción en el que se escribe la obra.

Ramón Llull es una figura complicada. Tras experimentar una fuerte conversión cuando tenía unos treinta años y dedicarse durante nueve años al estudio, desarrolla un pensamiento filosófico y teológico de gran complejidad.[5] Con su doctrina, distanciada de los hábitos de razonamiento de la escolástica del momento, Llull buscaba poder probar a musulmanes y judíos la verdad de la doctrina cristiana. Así, la comunicación de sus ideas forma una parte central de su proyecto intelectual. Con

[5] Para la vida y pensamiento de Ramón Llull, véanse Miguel Cruz Hernández, *El pensamiento de Ramón Llull* (Valencia: Fundación Juan March; Editorial Castalia, 1977); Alexander Fidora y Josep E. Rubio eds., *Raimundus Lullus. An introduction to his life, works and thought,* (Turnhout: Brepols, 2008); Tomás Carreras y Artau y Joaquín Carreras y Artau, *Historia de la filosofía española. Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV,* t. 1, (Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, 1939); Amy M. Austin y Mark D. Johnston, *A companion to Ramon Llull and Lullism,* (Leiden; Boston: Brill, 2018).

todo, esta comunicación no se reduce únicamente a la evangelización de musulmanes y judíos, sino que también busca explicar sus ideas a sus contemporáneos cristianos. Para ello, parte de su actividad se orientará a la escritura y difusión de textos en lenguas vernáculas, de los que forma parte el *Libro d'intenció*.

Al igual que otras obras del autor como el *Arbre de sciencia* o el *Llibre d'Anticrist*, el *Llibre d'intenció* es uno de los textos que Llull escribe tanto en versión latina, como en lengua vernácula. Tiene características en común también con la *Doctrina pueril,* el *Llibre de meravelles,* o el *Blaquerna* como un texto con un fuerte planteamiento pedagógico, a través del cual busca difundir sus ideas centrales.[6] En este caso cobra una especial importancia el carácter ético y social del mismo.

La historiografía ha entendido la preocupación por lo vernáculo de Ramón Llull no sólo en relación al deseo de difusión de su obra, sino también en relación a la audiencia esperada que Ramón Llull tenía en mente. En este sentido, podríamos hablar de dos públicos distintos:

a) por una parte, el público cortesano. Ramón Llull visitó a menudo cortes de reyes y príncipes, buscando ganar su apoyo para sus diferentes proyectos de evangelización o cruzada. Tiene una especial importancia, en este sentido la corte de Felipe el Hermoso, con la que mantiene relaciones durante sus estancias en París, así como las relaciones de Llull con la Corona de Aragón.[7] El propio filósofo había sido un trovador cercano a Jaime II de Mallorca antes de su conversión. Así, a menudo incluye en algunas obras temas propios de la literatura cortesana.

b) por otra parte, también se ha visto la obra de Ramón Llull como parte de un proceso de expansión de la escritura en vernáculo. Esta sería el resultado del papel pujante de las ciudades desde finales del siglo XII en la Corona de Aragón, así como en el sur de Francia. El mundo urbano supondría un público que buscaría acceso al conocimiento a través de traducciones y obras originales de filosofía, teología, medicina, ética o política en lenguas vernáculas. En este sentido, Llull se situaría junto a autores como Arnau de Vilanova o Francescc Eiximenis dentro de este proceso.[8]

Este sería el público que tendría en mente Ramón Llull al escribir su obra. En este sentido, el horizonte de expectativas de los lectores en este contexto de producción

[6] Miquel Batllori, *Ramon Llull i el lul·lisme* (Valencia: Eliseu Climent, 1993),117-147.
[7] Para la vida de Llull y su relación con la política, véase J. N. Hillgarth, *Ramón Llull y el lulismo en la Francia del siglo XIV,* (Barcelona: 2018).
[8] Josep Maria Ruiz y Albert Soler, "Ramon Llull in his historical context", *Catalan historical review,* 1 (2008): 47-48; Lola Badia, Joan Santanach y Albert Soler, *Ramon Llull as a vernacular writer. Communicating a new kind of knowledge* (Woodbridge: Tamesis, 2016), 27-29.

estaría orientada a la búsqueda de textos que permitieran el acceso a diferentes disciplinas, desde la medicina a la ética. Estaríamos hablando de nuevos sectores sociales, como los urbanos, que quieren acceder a un conocimiento al que antes no tenían entrada.

El *Llibre d'intenció* se sitúa entonces en este contexto de producción. Se trata de un texto que busca difundir el pensamiento luliano en los públicos que Llull podía tener en mente en su propia época, esto es, los ámbitos cortesanos y urbanos. El texto se escribe, según su editora, entre 1274 y 1284.[9] Se trata de un breve tratado que incluye elementos teológicos, morales y éticos. Llull dirige el texto a su hijo, a modo de ficción literaria, y la organiza en cinco partes, "[e]n remembrança de les .v. nafres de nostro senyor Jesucrist".[10] En primer lugar, trata el concepto de intención. En segundo, a Dios, que es la primera intención, o primer fin al que debe dirigirse todo ser. En tercer lugar, la Creación. En cuarto lugar, la Encarnación, y finalmente, en quinto lugar, la tentación. Este último capítulo, a su vez, se divide en treinta partes, en referencia a las treinta monedas de plata por las que Judas vendió a Cristo. Así, este capítulo aborda las virtudes teologales y cardinales, los pecados mortales, los sacramentos y los estados del mundo.

Estamos ante un texto que aborda una amplia variedad de temas, que serían del interés de los públicos que hemos visto. De hecho, se trata de una obra con una importante difusión[11], de la que se conservan once ejemplares en catalán y ocho en latín de entre los siglos XIII, XIV y XV. Las intenciones del texto y la propia amplitud temática de la obra indica en buena mediada la amplitud de la audiencia esperada de la obra. Al principio, Llull explica que el mundo se encuentra en un estado caótico debido a la "privació de vera intención, absentada a humá enteniment per defalliment de voler, desordenat en menbrar e entendre". Hay pocos hombres que se comporten correctamente, y muchos se corrompen debido a sus malas intenciones. Así, escribe el texto para que "mon fill sapia conexer intenció, per la qual conexença son voler la vulla amar e servir e mostrar a les gents".[12] En este sentido, la obra busca explicar cuál es la "intención" o fin central del hombre, amar a Dios. Al mismo tiempo, busca explicar

[9] Ramon Llull, *Llibre d'intenció,* Edició crítica de Maria I. Ripoll Perelló*,* (Parma: Patronat Ramon Llull, 2013), 29-30.
[10] Ramon Llull, *Llibre d'intenció,* Edició crítica de Maria I. Ripoll Perelló (Parma: Patronat Ramon Llull, 2013), 124.
[11] María Isabel Ripoll Perelló, "El *Llibre d'intenció* de Ramón Llull: recepción y difusión histórica", *Ámbitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades,* n. 31 (2014): 84.
[12] Ramon Llull, *Llibre d'intenció*. Edició crítica de Maria I. Ripoll Perelló (Parma: Patronat Ramon Llull, 2013), 123.

cuál como se aplica esta intención a los diversos oficios y estados del mundo, que incluyen caballeros, religiosos, príncipes, prelados, mercaderes, o artesanos.

En consecuencia, tanto la finalidad del texto como su público esperado son muy amplios. Y, de hecho, según se ha apuntado, la difusión real del texto también es socialmente diversa. Así, "los documentos que reflejan la transmisión de la obra a lo largo del s. XV son abundantes y permiten dibujar una red de lectores y posesores directamente relacionados con el lector ideal: el *Llibre d'intenció* se extendió entre todas las capas cultas de la sociedad, desde el rey hasta mercaderes y artesanos".[13]

El *Llibre d'intenció* se escribe entonces en relación con un contexto de producción determinado. Se sitúa dentro de los proyectos intelectuales de Llull, especialmente en relación a la difusión de su obra. También se dirige a un amplio público que busca ampliar sus conocimientos en cuestiones éticas, teológicas y filosóficas. Se trata de una audiencia amplia que se refleja tanto en el texto, que busca regular el comportamiento desde reyes a artesanos, como en la realidad histórica de su difusión.

3.2. El *Libro de Gracián* y su contexto

El *Libro de Gracián* forma parte del proceso de difusión del *Llibre d'intenció*. Ahora bien, la lectura que hace el autor anónimo del texto luliano constituye una apropiación de ciertos elementos de este. Esta apropiación se realiza en función del contexto en el que se escribe el *Libro de Gracián,* la Castilla de Juan II. Así, la situación política e intelectual del reino de Castilla durante la primera mitad del siglo XV resulta relevante para entender la recepción del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián*. Precisamente, esta situación política e intelectual conforma el contexto de recepción del texto luliano, Partiendo de esto, presentaremos aquí brevemente el *Libro de Gracián* y su contexto, incluyendo la difusión del pensamiento luliano en Castilla.

La crítica política y social es uno de los elementos vertebradores del *Libro de Gracián*. El texto interpreta la situación de Castilla durante el reinado de Juan II a través del viaje de un joven Gracián, por diferentes pueblos y ciudades, en los que presencia diferentes abusos. El relato se constituye de tres partes:

a) un breve prólogo, en el que el autor se presenta como un ermitaño que quiere contar al rey, a través del texto, las injusticias que sufre el reino.

[13] María Isabel Ripoll Perelló, "El *Llibre d'intenció* de Ramón Llull: recepción y difusión histórica", *Ámbitos: revista de estudios de ciencias sociales y humanidades* 31 (2014): 86.

b) las enseñanzas del padre de Gracián, en los primeros cuatro capítulos. En ellos se presenta al personaje de Gracián, a quién su padre, un burgués, explica la situación del mundo. Así, a través de la figura paterna se exponen los motivos por los que Dios creó el mundo, las funciones de los prelados y las de los príncipes, todo con una fuerte carga de denuncia de la corrupción y mala situación de ambas figuras. Es en esta parte, en la que está más presente el *Llibre d'intenció*.

c) el viaje de Gracián a través del reino. Durante su trayecto, Gracián presenta y se lamenta de todo tipo de abusos. También se remite, durante esta parte, al *Llibre d'intenció,* al tratar algunos de los roles sociales.

Como vemos, el *Libro de Gracián* tiene un claro componente de crítica social. La denuncia de las injusticias es una de las principales intenciones del texto. El propio autor en el prólogo afirma escribir la obra para informar al rey de "muchas cosas que en sus regnos se fazen, que son fechas contra Dios t contra su justicia".[14] Así, en el *Libro de Gracián* se reelaboran algunas de las ideas de Llull en función de estas intenciones. Es decir, el *Llibre d'intenció* sirve al autor castellano como una de las claves para interpretar los abusos de Castilla desde un punto de vista crítico. El *Llibre d'intenció* junto con otros textos lulianos (el *Llibre de meravelles,* la *Doctrina pueril* y el *Blaquerna*) forman las lecturas con las que el autor castellano piensa la Castilla del siglo XV.

El autor recurre a los textos lulianos para buscar una solución a los problemas que se presentaban en la Castilla de Juan II y que denuncia en el texto. Se trata de un momento de crisis, con importantes conflictos entre la nobleza y Álvaro de Luna, privado de Juan II. También se trata de un momento de conflicto entre las ciudades y los señores, a menudo propulsadas por los procesos de señorialización del patrimonio regio, circunstancia denunciada en el texto. En el *Libro de Gracián* se identifica un punto de vista urbano, fuertemente crítico con la aristocracia, los privados, y los judíos, que suponen para el autor del *Libro de Gracián* problemas que hay que interpretar y resolver.

En el plano intelectual, también se trata de un momento de difusión de la obra de Ramón Llull en Castilla. Esta difusión incluye tanto copias de sus textos, traducciones al castellano, y textos influidos por Llull como pueda ser el caso del *Libro de Gracián*. La transmisión de la obra del filósofo mallorquín también alcanza al *Llibre*

[14] José J. Satorre, "La novela moral de Gracián (continuación)", *Studia Lulliana* 25 (1981-1983): 90.

d'intención. Así, el texto está presente en un inventario de la biblioteca de los condes de Benavente hacia 1443.[15] De la misma manera, hay noticias de que Juan Alfonso de Baena, el compilador del *Cancionero*, pidió el texto prestado al monasterio de san Jerónimo de Valparaíso en Córdoba, hacia 1417.[16] En definitiva, existe una transmisión del pensamiento luliano en el siglo XV castellano, del que forma parte el *Llibre d'intenció*.[17]

Estos dos niveles, el político y el intelectual, conforman el contexto de recepción del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián*. Por una parte, el contexto político y social está formado precisamente por los problemas que el autor del *Libro de Gracián* busca resolver, interpretar. La intención del autor anónimo es criticar las injusticias del momento, especialmente las realizadas por la nobleza, y los privados. Por otra parte, la difusión del pensamiento de Ramón Llull en ese momento histórico pone a disposición del autor toda una serie de textos, entre los que se encuentra el *Llibre d'intenció,* que le permiten pensar la Castilla de su momento.

4. Los usos del Llibre d'intenció en el Libro de Gracián

Una vez situados ambos textos en sus contextos de producción y de recepción, pasamos a analizar con más detenimiento la recepción del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián*. Esto supondrá estudiar cómo se reflejan las reacciones del autor anónimo al texto luliano a través de los usos que hace del mismo en el relato castellano. Así, veremos que estos son fundamentalmente dos. Por una parte, de influencia. Como ya apuntamos, todo autor tiene un bagaje de lecturas asumido que complementa el texto que escribe. Esta es una de las relaciones del *Llibre d'intenció* con el *Libro de Gracián*. Este último presupone la doctrina de Ramón Llull. Por otra parte, de apropiación. En este sentido, debido al cambio de contexto, hay un cambio en las expectativas del

[15] Isabel Beceiro Pita, "La Biblioteca del conde de Benavente a mediados del siglo XV y su relación con las mentalidades y usos nobiliarios de la época", *En la España medieval* 2-3 (1982): 139.
[16] Manuel Nieto Cumplido, "Aportación histórica al *Cancionero de Baena*", *Historia. Instituciones. Documentos* 6 (1979): 199.
[17] Para la recepción de la obra de Ramón Llull en Castilla durante la baja Edad Media, pueden consultarse Tomás Carreras y Artau y Joaquín Carreras y Artau, *Historia de la filosofía española. Filosofía cristiana de los siglos XIII al XV,* t. 1, (Madrid: Asociación Española para el Progreso de las Ciencias, 1939), 80-81; Josep Perarnau i Espelt, "La traducció castellana medieval del *Llibre de meravelles* de Ramón Llull", *Arxiu de Textos Catalans Antics* 4 (1985): 7-60. Francisco José Marcilla, "Una disputatio no resuelta: ¿fue franciscano el lulismo castellano?", *Archivo Ibero-Americano* 76, n. 282 (2016): 31-52; *idem,* "La influencia de Ramón Llull en el entorno del *Cancionero* de Juan Alfonso de Baena", *Antonianum* 3 (2015): 623-654; e *idem,* "El hilo luliano en la madeja cultural castellana. Nuevos aportes al lulismo castellano laico y religioso", en *Knowledge, contemplation and lullism: contribution to the lullian sesión at the SIEPM Congress – Freising, August 20-25, 2021,* ed. José Higuera Rubio, 165-190 (Turnhout: Brepols: 2015).

lector. El autor del *Libro de Gracián* usa el *Llibre d'intenció* como una forma de interpretar los problemas de Castilla en el momento, mientras que el público al que apuntaba Llull era un público que buscaba acceder a un conocimiento ético general.

La influencia del *Llibre d'intenció* en el *Libro de Gracián* está presente desde los primeros capítulos, desde las enseñanzas del padre de Gracián. Así, tanto el capítulo tercero como el capítulo cuarto, dedicados a prelados y príncipes respectivamente, copian los capítulos de la quinta parte del *Llibre d'intenció* dedicados a ambos estados. También el capítulo segundo, sobre la creación, recuerda a los postulados de Llull:

"Fijo -dixo el burjes- la fynal enteçión por que todas las cosas fueron falladas es así commo mudada en contrario et aquesto es porque todas las gentes, por pecado, se desvían, por la mayor parte, de la entençió por que son creados. Es a saber, en conosçer t amar a Dios. T, enpero, commo quier que los pecadores se desvían de la fyn por que son creados, Dios non desvía su obra de aquella fyn por que ha creado omnes (...)".[18]

Se remite aquí a la doctrina de las dos intenciones de Ramón Llull. Para Llull, todas las criaturas racionales tienen dos intenciones. Siguiendo una perspectiva aristotélica[19], la primera intención ha de ser la causa final del sujeto que actúa. En este sentido, la causa final o primera intención de todo hombre en términos generales, es conocer y amar a Dios. Pero al mismo tiempo, se podría hablar de distintas primeras intenciones o finalidades, dependiendo del rol social que ocupe cada uno. Así, la primera intención del príncipe debe ser impartir la justicia, la del prelado, gobernar a sus clérigos; la del caballero, servir al príncipe; y la del mercader, proporcionar bienes al pueblo.[20] A mayores, existe una segunda intención, que en términos generales se corresponde con el medio para llegar al fin, o primera intención. La segunda intención del príncipe, por ejemplo, serían los honores de su oficio; la segunda intención del mercader, las ganancias que pueda sacar de su actividad. La segunda intención, para Llull, y en el *Libro de Gracián,* siempre ha de estar subordinada a la primera.[21] Hay un problema cuando las personas valoran más la segunda intención que la primera. Así,

[18] José J. Satorre, "La novela moral de Gracián (continuación)", *Studia Lulliana* 25 (1981-1983): 95.
[19] J. M. Ruíz Simon, "«En l'arbre són les fuyles per ço que y sia lo fruyt»: apunts sobre el rerafons textual i doctrinal de la distinció lul·liana entre la intención primera i la intención segona en els actes *propter finem*", *Studia Lulliana* 42 (2002): 3-25.
[20] Vincent Serverat, "Pour une archéologie du roman: les «états de la société» dans l'oeuvre de Ramon Llull", *Romania* 122, n. 447-448 (1991): 406-449.
[21] Walter W. Artus, "Ramon Llull on first and second intentions: a basic ethical doctrine", en B. Carlos Bazán, Eduardo Andújar, Léonard G. Sbrocchi (dirs.), *Les philosophies morales et politiques au Moyen Âge. Actes du Ixe Congrès international de Philosophie Médiévale. Ottawa, du 17 au 22 août 1992,* (Ottawa; New York; Toronto: Legas, 1995), 984-985.

si el príncipe valora más los honores que la justicia, o el mercader valora más el dinero, que dar bienes al pueblo.

Estas son las ideas que ofrece al autor anónimo, el *Llibre d'intenció*. Así, este es un texto central que complementa el relato castellano. Como vemos, desde el momento de explicar la creación, está presente la idea de que la desviación de los hombres del conocimiento y amor de Dios, la primera intención, provoca decadencia y perdición. A mayores, esta idea se aplica tanto a oficios que había tratado Llull, como a otros cargos sociales que el autor anónimo interpreta en base a la doctrina de las dos intenciones. Así ocurre, por ejemplo, con respecto a los regidores:

"Et, antiguamente, fueron puestos los ofiçiales t regidores en el pueblo por tal que el pueblo fuese bien ordenado t regido en justiçia t en paz. t los ofiçiales en ese tiempo usavan bien t presçiávanse de regir t governar a pro de los pueblos. Mas agora en este tienpo, en esta çibdad t en los otros logares del prinçipado, non usan los ofiçiales así commo regidores t governadores de los logares t de las gentes de ellos, mas así como robadores (...). Et, prinçipalmente, procuran cada uno de los ofiçiales t regidores cómmo percançarán dineros et ayuntarán riquezas. Et a esto [a]n la primera entençión t reparten entre sí las rentas t propios de las çibdades t villas t logares con artes t maestrías malas, que buscan t levantan achaques a los menestrales de las artes mecánicas et a los otros omnes por tal de que ellos ayan dineros t presentes, t del pro común non han cuidado. Et la segunda entençión han la pro t bien del pueblo".[22]

El autor del *Libro de Gracián* interpreta la situación de los regidores en Castilla a través de la idea de las dos intenciones. Los regidores deberían tener la primera intención en el "pro común", en "regir t governar a pro de los pueblos". Sin embargo, su preocupación es enriquecerse. Esta interpretación parte precisamente de la lectura del *Llibre d'intenció*.

Además, en el proceso de recepción del tratado luliano en el *Libro de Gracián* también tiene lugar un proceso de apropiación que es resultado del cambio en los contextos, y por tanto, del cambio de expectativas en la lectura. Como ya hemos visto, Llull escribe su obra para públicos cortesanos y urbanos. La expectativa de estos lectores es buscar un conocimiento general sobre diferentes disciplinas, desde la medicina a este caso, la ética. Sin embargo, el autor del *Libro de Gracián* no comparte este tipo de expectativas. La lectura que hace del *Llibre d'intenció* depende del

[22] José J. Satorre, "La novela moral de Graçián (conclusión)", *Studia Lulliana* 26, n. 2 (1986): 187.

problema para el que busca una solución. Este problema no es otro que la conflictiva situación política del reinado de Juan II.

Así ocurre, por ejemplo, al incluir el fragmento del *Llibre d'intenció* dedicado a los príncipes. En este, Llull analiza como los príncipes se corrompen al poner la gloria mundana como primera intención, cuando los honores debieran ser más bien la segunda intención. Pero el *Libro de Gracián* profundiza en cuales son las glorias, honores y deleites mundanos que los príncipes ponen como primera intención, incluyendo la caza, el vestir, y otras actividades cortesanas. Asimismo, también culpa en parte a los privados de los errores de los príncipes, esto es, de que den más importancia a los honores que a la justicia.[23]

Todo esto puede entenderse como una reelaboración de las ideas de Llull. El autor del *Libro de Gracián* lee el texto luliano en función de sus propias expectativas críticas con la sociedad de su época. Así, readapta el texto del filósofo mallorquín para usarlo como una forma de criticar la sociedad de su tiempo, especialmente a los privados, grupo al que culpa de gran parte de las injusticias del reinado de Juan II. En este sentido, estamos hablando de una apropiación de la obra de Llull. El autor anónimo adapta el texto luliano a su propio contexto e intereses.

5. Estructura provisional

Partiendo de lo anterior, los problemas a abordar en la estructura del trabajo se orientan en torno a la cuestión de la recepción como problema metodológico a la hora de estudiar la relación entre los dos textos, el contexto de producción del *Llibre d'intenció,* y la adaptación del mismo en la Castilla de Juan II a través del *Libro de Gracián.* En este sentido, se puede abordar una estructura provisional. En un primer bloque, sería necesario profundizar en el concepto de recepción como herramienta para el estudio de las relaciones textuales, incidiendo especialmente en la relación entre la producción de un texto y su audiencia esperada, así como en la modificación de los contextos de recepción como posibilidad de cambio en la lectura de un texto. En un segundo bloque, se establecería un estudio del contexto de producción del *Llibre d'intenció* que comprendería su lugar dentro de la producción intelectual de Ramón Llull, su vinculación con otros textos del autor, escritos en vernáculo y destinados a audiencias laicas, así como un estudio del pensamiento que refleja la obra. En el tercer

[23] José J. Satorre, "La novela moral de Gracián (continuación)", *Studia Lulliana* 25 (1981-1983): 104-108.

bloque se profundizaría en la relación entre el *Llibre d'intenció* y el *Libro de Gracián*. Esto supondría una contextualización del *Libro de Gracián* dentro del marco político, social e intelectual del reinado de Juan II de Castilla, que configura el contexto de recepción. Asimismo, se hace necesario analizar el texto y su autoría, así como su relación general con el lulismo castellano de la primera mitad del siglo XV. Finalmente, el uso que se hace en el *Libro de Gracián* de los pasajes y conceptos del *Llibre d'intenció,* haciendo hincapié en cómo sirven a las intenciones generales del texto. Todo ello como estructura tentativa del trabajo.

6. Conclusión

A lo largo de este texto hemos visto cómo se puede entender el *Libro de Gracián* como una lectura del *Llibre d'intenció* de Ramón Llull. En este sentido, el concepto de recepción resulta un elemento central, permitiendo diferenciar entre los respectivos contextos de producción y recepción del *Llibre d'intención.*

Así, entendemos el *Llibre d'intenció* como un texto dirigido a un público determinado, y que tiene en cuenta las expectativas de los lectores de su tiempo, esto es, del mundo urbano y cortesano del siglo XIII. Sin embargo, el contexto cambia en el momento de su recepción en el siglo XV en Castilla. El autor del *Libro de Gracián,* en cuanto lector de Llull, no tiene las mismas expectativas e intereses que los lectores del siglo XIII, sino que reacciona al *Llibre d'intenció* en relación con su propio contexto. Esta recepción, finalmente, se puede entender de dos formas. Por una parte, el *Llibre d'intenció* forma parte del bagaje de lecturas que dan sentido al *Libro de Gracián,* ya que en este se usan ideas y conceptos desarrollados en el texto del filósofo mallorquín. Por otra parte, el autor castellano reelabora algunos de los pasajes de Ramón Llull, apropiándoselos y adaptándolos hacia sus propios intereses de crítica social y política.

9

Os Judeus no Porto Medieval: percursos de investigação e hipóteses de trabalho[1]

Rui Bressiani Queirós de Faria
Universidade do Porto

Resumo:

Este texto tenta a apreciação global do projecto de mestrado desenvolvido sobre a comunidade judaica medieval do Porto durante o século XV. Quais os propósitos e objectivos, qual a realidade historiográfica em que se insere e quais as principais fontes documentais com que se debruça sobre o passado judaico portuense. Neste primeiro esboço pretendemos delinear os seus principais contornos teóricos e práticos.

Palavras-chave:

judeus medievais; Porto medieval; quotidiano; prosopografias.

Abstract:

This text attempts a global appreciation of the master's project dedicated to the medieval Jewish community of Porto during the 15th century. What are the purposes and objectives, what is the historiographical reality in which it is inserted and what are the main written sources regarding the jewish medieval past of Oporto. This first outline will present its main theoretical and practical approaches

Key-Words:

medieval jews; medieval Oporto; daily life; prosopography.

1. Introdução

O texto que hoje sai do prelo corresponde à minha apresentação no 13º *Workshop de Estudos Medievais*, que se realizou entre os dias 8 e 9 de Abril de 2021 em formato virtual. Natural e expectável seria que, volvido quase um ano, o texto sofresse extensivas alterações, fruto do amadurecimento da investigação e do próprio investigador. Mas decidi não fazê-lo. Se, entretanto, houve progressos significativos, em grande parte fruto desta apresentação e das sugestões que me foram oferecidas por colegas e especialistas, eles serão incluídos no trabalho final a que este texto precede: a minha dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, a ser concluída em Setembro de 2022. Naturalmente, este primeiro texto não abordará a fundo todo o processo metodológico que empreendi no projecto global para estudar os judeus no Porto do

[1] Dirijo um agradecimento muito especial ao Professor Doutor José Alberto Tavim (U. Lisboa) por todos os comentários que teceu a propósito deste projecto e também pelas inúmeras sugestões que tão amavelmente me tem dado desde então.

século XV, nem esgotará todas as arestas historiográficas que dizem respeito ao tema, nem apresentará um elenco completo e exaustivo de fontes manuscritas e publicadas. Ele é um produto dum primeiro momento de investigação..., de reflexão..., de descoberta..., e assim deverá ser lido e entendido.

É coisa geralmente sabida que as cidades e vilas do Portugal medievo, salvo raras excepções, conheceram a presença de judeus. Como tem sido comprovado pela crítica nacional e estrangeira, o impacto exercido por essas comunidades minoritárias no desenvolvimento dos pequenos e grandes centros urbanos foi imenso e marcante. Mas em relação ao funcionamento das suas comunidades, às suas dinâmicas familiares, às próprias vivências do judeu português, enquanto parte integrante da malha social portuguesa e, mais ainda, dessa sociedade ibérica plural e heterogénea, a escassez de trabalhos da nossa historiografia salta logo à vista, especialmente quando comparada com a abundância de resultados que o país vizinho tem oferecido há já várias décadas. É pobre a tradição portuguesa neste aspecto. Os trabalhos de Maria José Ferro Tavares, apesar da sua grande exaustividade e alcance, deixam muitos detalhes em aberto e muitos problemas por resolver, enquanto uma grande quantidade de trabalhos até agora desenvolvidos têm surgido quase sempre da pena de não-especialistas, que trabalham sobretudo com dados repetidos e pouco problematizados, e que conhecem mal os métodos e as propostas feitas pelos especialistas no estrangeiro. Porque é no estrangeiro, especialmente na vizinha Espanha, que se tem aflorado com a exaustividade e precisão desejáveis o passado judaico ibérico, como o provam as obras Juan Carrasco, José Hinojosa Montalvo, Javier Castaño e Susana del Rey Grannel, entre muitos outros.[2] A este facto determinante, alia-se uma longa tradição historiográfica, materializada em diversos centros de investigação especializados e em outras tantas publicações periódicas e, acima de tudo, na realização de vários encontros científicos dedicados à matéria.

Foi desde o nosso primeiro contacto com as fontes manuscritas guardadas nos arquivos da cidade que nos apercebemos das suas potencialidades para um estudo diacrónico da comunidade judaica desse Porto medieval. O judeu portuense, o seu espaço, as suas vivências, os seus percursos individuais. Dimensões várias que formam os pontos de fuga para a nossa investigação. O quotidiano, acima de tudo. Compreendê-lo e decliná-lo, são esses os nossos propósitos.

[2] Vicente Ángel Álvarez Palenzuela, "Judíos y conversos en la España medieval. Estado de la cuestión", *eHumanista/Conversos* 3 (2015): 156-192.

A escolha das balizas cronológicas fez-se com a junção de dois elementos: o percurso histórico dos judeus na cidade do Porto e as limitações que a documentação manuscrita impunha.

Uma apreciação do carácter quantitativo da documentação manuscrita permite concluir que o judeu tripeiro emerge definitivamente para a história em vésperas de Quatrocentos, apesar da sua permanência nos seus arrabaldes julgar-se muito antiga... É só a partir de 1380 que a documentação adquire uma têmpera mais sistemática e colorida. Isto tem que ver, naturalmente, com a própria edificação do novo espaço judaico, materializado na Judiaria do Olival. Sem surpresas, a migração de várias famílias judaicas - anteriormente dispersas pelo burgo - para junto dos terrenos do Olival, na área delimitada pela Câmara, traduziu-se num aflorar da documentação que mais preenche os nossos arquivos medievais: documentação de natureza imobiliária (aforamentos, emprazamentos, vendas...). Daí o limite *a quo* ter-se fixado no ano de 1380, exactamente no prelúdio deste novo capítulo de judaísmo portuense, que viria a ser o mais memorável. Opção condicionada, como vimos, pela próprias fontes.

O limite *ad quem* fixou-se em 1485, praticamente uma centúria após a construção da Judiaria Nova do Olival. Esta opção tem que ver com dois eventos modulares: primeiro, a deflagração de surtos de peste a partir de 1481, o que obrigou muitos residentes a procurar refúgio fora dos limites do burgo, incluindo a população judaica. Além disso, o fecho de várias ruas e postigos na zona do Olival, perto da Judiaria, decerto foi causador de distúrbios e transtornos vários; segundo, o significativo aumento demográfico da população judaica a partir de 1485, à luz da entrada de muitas famílias oriundas de Castela, fugidas das perseguições a que eram alvo e da recém-criada Inquisição. Esta entrada repentina na cidade despontou o descontentamento popular, nutrido de um cada vez mais crescente sentimento antijudaico, como se vê nas reuniões camarárias de 1485, como já ficou clarificado por Humberto Baquero Moreno.[3]

O nosso programa adquire, pois, a seguinte forma:

Parte 1 - O Espaço: análise das estruturas físicas da presença judaica no Porto, dentro e fora da Judiaria, com recurso a dados toponímicos e a registos topográficos. Também a documentação imobiliária desempenhará aqui um papel fundamental. Assim, poderemos entender a distribuição dos judeus portuenses na malha

[3] Humberto Baquero Moreno, "Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do séc. XV", *Revista de História* 1 (1978): 7-38.

urbanística, contemplando a sua evolução ao longo do período considerado. O estudo da propriedade e das suas características é, pois, o principal vector deste capítulo.

Parte 2 - O Grupo: dedicada às características sociológicas do grupo judaico, com base, naturalmente, na informação que os testemunhos documentais proporcionam. A este exercício impõem-se duas abordagens: a primeira, relacionada com as características internas do próprio grupo (estrutura social e actividades profissionais); a segunda, dedicada aos vectores da sua integração no espaço maioritário cristão (conflitos e resoluções, contendas e queixas, contratos celebrados e serviços prestados, crime e conversões ao Cristianismo).

Parte 3 - Os Indivíduos: análise dos percursos individuais de um conjunto de judeus cujas notícias permitem desenvolvimentos mais profundos e frutíferos a respeito das suas vivências e obras. Pretende-se plasmar o seu quotidiano, dotá-lo de contexto, vê-lo no plano mais ecléctico e distinto possível. A selecção desses indivíduos será feita com base no volume informacional de cada registo.

2. Estado da Arte

Muitos foram os historiadores que se debruçaram sobre a comunidade judaica desse Porto medievo. Grupo heterogéneo de indivíduos, composto por arqueólogos, historiadores, paleógrafos, regionalistas, e até políticos e curiosos locais. O passado hebraico suscita ainda hoje o interesse dos eruditos, sempre suscitou. E foi a partir desse interesse que se produziu um vasto número de estudos mais ou menos extensos, de várias formas e com vários propósitos. Para evitar um longo e demorado escrutínio, decidi destacar somente alguns títulos, dos que considero mais importantes, quer pela carga de originalidade que carregam, quer pela sua preponderância no meio académico.

Não obstante os primeiros trabalhos remontarem ao século de Herculano, foi somente a partir da década de 1920 o judeu do Porto medieval subiu alto no pódio historiográfico. Ganhou forma, assumiu carácter. Nesse aspecto, foi determinante a obra histórica de Artur Carlos de Barros Basto. Publicada em 1929, foi na pequena monografia *Os Judeus do Velho Pôrto* onde ficaram traçados os planos gerais daquilo que foi a permanência hebraica no Porto medievo, com recurso a documentação inédita, alguma inclusivamente publicada nas suas linhas, o que lhe confere um valor

singular.[4] Uma síntese, portanto, de inquestionável valor, pese embora um ou outro desacerto interpretativo. Mas o trabalho de Barros Basto não deverá ser entendido como o esforço solitário de um erudito, tal imagem de um Gama Barros envolto em pesados fundos e documentos; *Os Judeus do Velho Pôrto* é um livro que desenha um passado judaico portuense como uma realidade palpável, realidade rica, realidade colorida, cujo legado é agora continuado pela então recém-fundada Comunidade Israelita do Porto, obra do próprio Barros Basto. Comprovar a existência "histórica" dos judeus na cidade - foi esse o seu propósito. Que atingiu com sucesso. Talvez mais do que nenhum outro, Barros Basto tratou a história dos judeus do Porto com um insinuante carinho.

Amílcar Paulo, a quem coube o legado intelectual de Barros Basto, esboçou importantes contributos para a história dos judeus na cidade entra das décadas de 1960 e 1970, com enfoque numa investigação que levou a cabo para determinar a localização da sinagoga do Olival com recurso a uma metodologia mais precisa e rigorosa, baseada em documentação fundiária.[5] Destaca-se, ainda, o conjunto de pequenos estudos sobre a evolução histórica da Comuna Judaica do Porto - repondo muito daquilo que Barros Basto já havia dito -, que deu a conhecer ao grande público numa separata de *O Tripeiro*.[6]

Maria José Ferro Tavares, na sua monumental tese de doutoramento, trata, ainda que muito timidamente, da Comuna Judaica do Porto.[7] A sua exposição destaca-se pelo tom interpretativo que confere aos dados recolhidos da documentação concelhia que consultou: lança uma hipótese bem fundamentada a propósito da evolução urbanística da Judiaria do Olival, além de principiar a recolha de muitos topónimos referentes aos seus limites. Faltou, porém, uma caracterização mais 3alargada do próprio judeu desse Porto de Quatrocentos; fá-lo de um modo muito disperso, pouco ou nada significativo, ao longo de 500 páginas de texto.

Geraldo Amadeu Coelho Dias redigiu três estudos sobre o tema, entre 1983 e 2003. O mais valioso é o que se dedica à análise do conflito entre o Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus, a propósito do pagamento do foro de 500 libras à instituição eclesiástica sobre um açougue instalado na judiaria. Este estudo, munido

[4] Artur Carlos de Barros Basto, *Os Judeus no Velho Porto* (Lisboa, 1929).
[5] Amílcar Paulo, "A sinagoga do Olival, um problema arqueológico", *Lucerna* 5 (1966): 692- 703.
[6] Amílcar Paulo, "A comuna judaica do Porto: apontamentos para a sua história", O *Tripeiro* 6/5 (1965): 112-114, 145-146, 174-176, 218-220, 239-240, 267-269.
[7] Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 1 (Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982), 62-69.

de documentação inédita - que aliás publica em anexo -, faz transparecer muitas novidades, como a asserção de que "o cabido da Sé do Porto nunca teve qualquer questão religiosa com a comuna dos judeus", mostrando-se "até bastante aberto, sem problema assomo de apartheid religioso, como mostra o documento de 1380...".[8] Os restantes estudos, embora redigidos em diferentes momentos, para diferentes fins, partilham grande parte da sua génese. Tratam sobretudo da presença judaica no Porto num sentido mais lato, apreciando a sua permanência com recurso a vestígios arqueológicos e toponímicos, por um lado;[9] e passando uma vista rasante sobre as suas principais ocorrências históricas, por outro.[10] No primeiro caso, destaca-se a problemática em torno da inscrição de Monchique, cuja origem era atribuída ao reinado de Dom Dinis por Barros Basto; porém, Geraldo Coelho Dias atribui-lhe uma datação posterior, por volta de 1375, o que parece tratar-se da sugestão mais razoável, em concordância com aquilo que Samuel Schwarz e outros anteriormente haviam dito; mas é um assunto que o próprio afirma inspirar poucas certezas. O segundo, porém, não se reveste com novidades propriamente ditas; antes é elaborado um resumo, bastante rigoroso diga-se, com recurso a bibliografia actualizada, dos momentos-chave da comunidade judaica do Porto. Nota-se aqui a afluência de dados repetidos, resgatados dos supracitados esforços de Barros Basto e Amílcar Paulo.

Também Humberto Baquero Moreno dedicou ao tema breves páginas, num artigo que publicou em 1993 na Revista de Ciências Históricas. Mas a escrita largamente expositiva, com dados repetidos e pouco ou nada problematizados, deixa muito a desejar. Serve mais como resumo das principais ideias que ladearam os judeus portuenses durante os últimos anos, nutrindo-se das descobertas e opiniões de Barros Basto, Amílcar Paulo, Maria José Ferro Tavares e Geraldo Coelho Dias. Publica, em anexo, um documento datado de 1518, e que inclui o treslado do já mencionado contrato de aforamento da Judiaria Nova do Olival.[11]

Sobre a malha urbanística da Judiaria do Olival, José Ferrão Afonso teceu considerações interessantes, num trabalho que explora diversos aspectos relacionados

---

[8] Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus", *Humanística e Teologia* 4/3 (1983): 321-348.
[9] Geraldo J. A. Coelho Dias, "Vestígios de presença judaica no Porto", *Arqueologia* 10 (1984): 50-56.
[10] Geraldo J. A. Coelho Dias, "Presença de Judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade", in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, coord. por Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Ferreira Santos, 425-440 (Porto: Livraria Civilização Editora, 2003).
[11] Humberto Baquero Moreno, "Os Judeus na Cidade do Porto nos Séculos XIV e XV", *Revista de Ciências Históricas* 8 (1993): 55-64.

com o Espaço, nomeadamente o planeamento urbano (confrontações da Judiaria, localização da sinagoga...), a evolução urbanística da Judiaria do Olival, e a própria toponímia e topografia, trazendo novos dados em relação ao que havia coligido Maria José Ferro na sua tese de doutoramento.[12]

O que podemos reunir deste conjunto de estudos supracitados? De um modo simplificado, traçamos estas breves considerações, que nortearão os futuros trabalhos de investigação:

1. que o tema não passou despercebido à historiografia portuguesa, conhecendo muitos cultores durante vários anos, onde se destacam prismas verdadeiramente originais;

2. que a documentação consultada baseou-se sobretudo num conjunto pequeno e estanque de manuscritos, cabendo pouca atenção às restantes tipologias documentais;

3. que não se reuniram esforços para explorar a fundo as características sociológicas e económicas da comunidade judaica do Porto, apesar do reconhecimento da sua basilar importância.

3. Fontes Documentais e Metodologia

Escasseiam fontes que nos elucidem acerca de variados aspectos do judaísmo medieval. Persistem ainda muitos pontos brumosos, e a necessidade de aclarar essas dúvidas vê-se dificultada pela disparidade dos registos manuscritos, e também pela sua escassez. Quem quer que se debruce sobre estas temáticas, conhece bem esta realidade. Mas já há alguns anos que os especialistas portugueses e estrangeiros têm vindo a ultrapassar estas sérias dificuldades, propondo novos métodos e ferramentas para a crítica textual e temática dos poucos registos que conseguem ajuntar.

O estudo final terá por base um vasto conjunto de fontes, inéditas e publicadas, divididas em três categorias: (1) fontes municipais, (2) fontes eclesiásticas e (3) fontes régias.

No primeiro conjunto, incluiremos as principais colectâneas referentes ao município portuense. A informação contida nos prazos camarários é fundamental para preencher várias lacunas do nosso entendimento acerca da comunidade judaica desse Porto medieval. Informação diluída, é certo; mas que ganha forma e corpo à medida

[12] José Ferrão Afonso, "Sobre um possível Hekhal: aspectos do urbanismo e arquitectura do Olival e da Vitória do Porto (sécs. XIV - XIX)", *Humanística e Teologia* 27 (2006): 43-115.

que vai sendo compilada e confrontada com outros registos. Daí somos capazes de retirar informações preciosas acerca da composição urbana do bairro judaico, da localização da propriedade judaica, da sua quantidade, da sua posse, dos seus aspectos materiais, dos fluxos das rendas e rendimentos, etc.

O estudo da propriedade é facilitado através da utilização dos registos dos bens do Concelho - os livros do *Cofre dos Bens do Concelho*[13] - que para a segunda metade do século XV materializam-se em dois cadernos de contas, já abordados no plano fiscal e financeiro.[14]

Além disso, destacam-se os prazos contidos nos Livros de Pergaminhos[15] e um ou outro registo nas Vereações camarárias.[16] Mas o grande *fiat lux* pertence ao guia documental elaborado por Luís Carlos Amaral a propósito dos "Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval", cuja utilização revelou-se bastante proveitosa.[17]

No caso das fontes eclesiásticas, o destaque cabe aos *Originais do Cabido da Sé do Porto*, e ao conjunto de quatro documentos que já mereceram a sua publicação no supracitado estudo de Geraldo Coelho Dias.[18]

Por fim, falemos das fontes régias. Como ignorar os registos da Chancelaria Régia? Desse manancial imenso, balizado para o período em questão[19], conseguem-se retirar preciosas informações, muito no âmbito da concessão de privilégios, ou do perdão de crimes, ou da resolução de contendas entre a Câmara e a Comuna. Contamos aqui com o auxílio do excelente guia elaborado por Maria José Ferro Tavares, apesar da omissão de vários indivíduos com que posteriormente nos deparamos nos registos documentais municipais.[20] Destaque, ainda, para os quatro livros do Além Douro incluídos na *Leitura Nova*.[21] No que respeita aos Capítulos de Cortes, contamos com a

[13] Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Cofre dos Bens do Concelho*, livros 1 e 2.
[14] Iria Gonçalves, *As Finanças Municipais do Porto na Segunda Metade do Século XV* (Porto: Arquivo Histórico/Câmara Municipal do Porto, 1987).
[15] Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Pergaminhos*, livros 3, 4, 5, 6.
[16] Arquivo Histórico Municipal do Porto, *Vereações*, livros 0, 1, 2, 3, 4, 5.
[17] Luís Carlos Amaral, «Subsídios Documentais para o Estudo da Propriedade Imobiliária no Concelho do Porto no Período Medieval», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto* 1 (1984): 97–134.
[18] Geraldo J. A. Coelho Dias, "O Cabido da Sé do Porto e a Comuna dos Judeus", 321-348.
[19] Chancelarias de D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V e D. João II.
[20] Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. 2 (Lisboa: INIC, 1984).
[21] Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Leitura Nova*, Além Douro, livros 1 a 4.

publicação dos capítulos especiais referentes à cidade do Porto,[22] sem descurar os capítulos gerais já publicados ao longo dos últimos anos.[23]

4. Comentários Finais

O que se esboçou nas últimas páginas mais se assemelha a um quadro abstracto de ideias e de sugestões, com ainda pouco de concreto e de palpável. Mas ainda que o trabalho esteja em plena adolescência, é do nosso impulso trazer à tona algumas dificuldades que no futuro terão de ser contornadas:

1 - O querer perseguir um indivíduo do grupo judaico pelas fontes medievais é tarefa desafiante que nem sempre será atingida com o sucesso desejado. Proliferam as homonímias na documentação até agora consultada e é por vezes difícil perceber quem é quem. Um passo mal medido aqui e além e perde-se logo o fio à meada. Há que ser cauteloso e prudente. Nesses casos, o melhor a fazer é separar cada homónimo no seu próprio registo individual, porque é mais fácil no futuro juntar dois indivíduos separados do que desapegar os que foram erroneamente agregados;

2 - As fontes relativas à propriedade judaica impõem uma cuidadosa análise e uma confrontação quase constante com outros registos. Nem sempre é claro quem detém a posse de um determinado imóvel, e só uma leitura atenta dos topónimos e das confrontações físicas poderão (eventualmente) resolver esses problemas;

3 - O estudo da minoria judaica neste e noutros contextos históricos supõe sempre que embrenhemo-nos na sua cultura e no seu modo de pensar, porque certas atitudes e certos gestos de que a documentação dá notícia só serão compreendidos se estivermos a par das suas ideias. Porque, afinal, são as ideias e os valores que dão sentido à vida. E é a vida desses judeus do Porto medieval que queremos descobrir e explorar.

[22] Filomena Raquel Teles da Rocha, "O Porto e o Poder Central na Segunda Metade do Século XV (Estudo e Publicação dos Capítulos Especiais da Cidade)", (Dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1996).
[23] D. Fernando I, D. Duarte e D. Afonso V.

10

A crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart: a construção de uma narrativa histórica

Rute Russo
Universidade do Porto

Resumo:

Esta tese de doutoramento tem como objetivo analisar as representações da crise dinástica de 1383-1385 nas crónicas de Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart. Partindo de uma análise interdisciplinar e comparatista, procurar-se-á contrapor os diferentes relatos e versões que os cronistas transmitiram, procurando discernir por um lado, as diferentes perspetivas sobre este episódio em três autores distintos e, por outro, compreender os propósitos ideológicos subjacentes a estas representações. Considerando que Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart cobrem nas suas obras, respetivamente, os reinos de Portugal, Castela, França e Inglaterra, o estudo de três cronistas provenientes de distintos espaços nacionais permite abordar as representações da crise dinástica mais além dos paradigmas de análise que têm dominado o estudo deste tema, nomeadamente o binómio espacial Portugal-Castela e o binómio literário Fernão Lopes-Pero López de Ayala. Ao adicionar Froissart como fonte, procuramos, por um lado, o estudo de uma versão exógena à das crónicas oficiais portuguesas e castelhanas, e, por outro, procuramos entender o impacto internacional da crise dinástica na cronística medieval fora da Península Ibérica. Que fontes foram usadas pelos cronistas? Como se construiu a imagem dos protagonistas e eventos? Qual a receção e impacto destes relatos na posterior historiografia? Os relatos são verídicos ou ficcionais? São questões que queremos responder, numa abordagem que pretende revalorizar o discurso cronístico como fonte para a história medieval.

Palavras-chave:

Fernão Lopes; Ayala; Froissart; cronística medieval.

Abstract:

This doctoral thesis seeks to analyse the representations of the Portuguese dynastic crisis of 1383-1385 in the chronicles of Fernão Lopes, Ayala and Jean Froissart. Through an interdisciplinary and comparatist approach, we will contrast the different accounts and versions given by the chroniclers. We seek to discern the diverse perspectives in three distinct authors concerning this historical event and also to grasp the ideological motivation underlying these representations. Considering that Fernão Lopes, Ayala and Jean Froissart write about the kingdoms of Portugal, Spain, France and England respectively, therefore studying three chroniclers belonging to different national places allows us to approach the representations of the dynastic crisis beyond the analysis paradigms that have been dominant on this topic, namely the territorial binomial Portugal-Castile and the literary binomial Fernão Lopes-Pero López de Ayala. By adding Froissart as a source, we seek first of all the study of a version that is exogenous to that of the official Portuguese and Spanish chronicles. Besides that, we also want to understand the international impact of

the dynastic crisis in the medieval chronicles outside the Iberian Peninsula. Which sources were used by the chroniclers? How was the image of the protagonists and events built? What was the reception and impact of these accounts in the late historiography? Are the reports true or fictional? These are questions we want to answer through an approach that seeks to revalue the chronicle discourse as a source to medieval history.
Keywords:
Fernão Lopes; Ayala; Froissart; medieval chronicles.

1. Tema, problemas, objetivos, cronologia e espaço

O tema desta tese é a representação da crise dinástica de 1383-1385 em Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Jean Froissart.[1] A cronologia abarca todo o século XIV e as primeiras duas décadas do século XV respetivamente. Pero López de Ayala viveu entre 1332-1407,[2] Jean Froissart entre 1337-1405[3] e Fernão Lopes entre 1380?-1460?[4] O cronista francês relata eventos desde os anos de 1330 até à primeira década dos Quatrocentos. O seu homólogo castelhano arranca a sua crónica com o reinado de Pedro I de Castela em 1350, mas recua duas décadas ao reinado de Afonso XI, para contextualizar os antecedentes dos eventos que irá narrar. Fernão Lopes começa a narrar eventos dos anos 1350 e termina o seu relato em 1411, o último ano coberto na Crónica de D. João I e que por isso está incompleta. Por estas razões, além da necessidade imperiosa de entendermos os antecedentes da crise dinástica nas décadas anteriores, optamos então por esta baliza temporal de estudo. Quanto ao espaço de análise, este compreende os reinos de Portugal, Castela, França e Inglaterra.

Pero López de Ayala[5] e Jean Froissart[6] foram contemporâneos à crise dinástica. Pero López de Ayala foi chanceler de Castela, poeta, cortesão, cronista e militar. Foi preso na Batalha de Aljubarrota em 1385,[7] configurando-se assim como participante e testemunha nos acontecimentos que narrou. Já Fernão Lopes nasceu durante os anos de 1380, precisamente durante a década da crise dinástica, por isso não presenciou estes eventos, pertencendo à geração que nasce imediatamente após a crise. O cronista

[1] Esta tese beneficia de uma bolsa de doutoramento da FCT com a referência BD/ [06195]/[2020].Tem também o apoio da FCT, MCTES, UE, FSE e NORTE 2020.
[2] José-Luís Martin, introdução a *Crónicas*, de Pero López de Ayala (Barcelona, Planeta, 1991), xlvii-lxiii.
[3] Peter F. Ainsworth, introdução a *Les Chroniques. Livres I et II,* de Jean Froissart (Paris: Lettres Gothiques, 2001), 9-36.
[4] João Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes: Texto e Contexto* (Coimbra: Livraria Minerva, 1988), 39.
[5] Martin, introdução a *Crónicas*, xlvii-lxiii.
[6] Ainsworth, introdução a *Les Chroniques*, 9-36.
[7] Martin, introdução a *Crónicas*, liv-lx.

luso foi escrivão, notário, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista oficial do reino.[8] Poeta, romancista, cronista, Jean Froissart foi também escrivão, notário e clérigo,[9] tendo escrito as *Crónicas* ao longo de toda a sua vida e a pedido de vários mecenas. Durante anos foi visto como um cronista da cavalaria e da aristocracia medieval.[10]

Objetivos gerais:

- Partindo de uma análise comparatista, procurar-se-á cruzar relatos para entender e identificar que fontes foram usadas pelos cronistas, que versões circulavam nacional e internacionalmente sobre a crise dinástica e como estas impactaram os cronistas e a historiografia dos séculos XIV e XV. Que critérios de seleção de fontes foram aplicados pelos autores? Que tipo de fontes são mais utilizadas em cada autor: as fontes orais, as fontes documentais ou testemunhos diretos? Qual o grau de influência e conhecimento mútuo dos três cronistas entre si? São questões que procuraremos responder;

- Discernir os propósitos ideológicos subjacentes nas crónicas, contextualizando-as no seu respetivo contexto histórico e político;

- Entender o impacto das representações na imagem que posteriormente se construiu dos protagonistas e eventos na historiografia deste tópico.

Objetivos concretos:

- Ao analisar Pero López de Ayala e Jean Froissart, dois autores pouco estudados na historiografia nacional, pretendemos assim analisar a narrativa da crise de 1383-1385 numa abordagem simultaneamente transnacional e inovadora, indo mais além da versão lopesiana que é dominante. Esperamos assim contribuir para um maior conhecimento de duas fontes importantes sobre a crise sucessória, procurando desta forma uma renovação historiográfica sobre este episódio histórico.

- Partindo de uma análise da construção da narrativa histórica da crise dinástica, procurar-se-á demonstrar como a literatura e o discurso cronístico funcionam como repositórios do pensamento e da sociedade de uma época, numa abordagem que procura revalorizar o discurso cronístico como fonte para a história sociocultural e que sublinha marcadamente a importância da interdisciplinaridade.

[8] Monteiro, *Fernão Lopes*, passim.
[9] Ainsworth, introdução a *Les Chroniques*, de Jean Froissart, 9-36.
[10] Kristel Skorge, "Ideals and values in Jean Froissart's Chroniques" (Phd, University Bergen, 2006), 3-4.

- Partindo destes cronistas procurar-se-á entender como a crise dinástica foi percecionada, à escala internacional no período tardo-medieval, nomeadamente a sua receção em textos histórico-literários.

2. Enquadramento historiográfico

A crise dinástica de 1383-1385 é um tema exaustivamente estudado na historiografia portuguesa. Contudo, as crónicas suscitam desde há décadas cautela na comunidade historiográfica. Rita C. Gomes salientou o surgimento de uma historiografia na primeira metade do século XX que era crítica em relação à crónica medieval. Esta historiografia criticava o facto de estas obras estarem centradas na narração dos feitos históricos individuais, nomeadamente do rei, ignorando em essência outros grupos sociais e vertentes de análise histórica.[11] A escola dos *Annales* procurou recentrar o interesse da historiografia nas grandes tendências socioeconómicas e numa perspetiva macro-social.[12] Com os *Annales*, a crónica foi por um lado secundarizada como principal fonte histórica do medievo. Por outro lado, a análise da crónica foi recentrada pelos *Annales* nas vertentes económicas, sociais e culturais da medievalidade. O caso lopesiano é disso exemplo, sendo percetível a partir dos anos de 1960 uma grande discussão na historiografia portuguesa sobre o potencial para a análise da sociedade tardo-medieval que provinha da vasta obra do português, visto que o mesmo aliou a uma análise complexa da economia portuguesa do seu tempo, uma abordagem lata do ponto de vista social, permitindo penetrar na realidade quotidiana de todos os grupos sociais.[13] O foco nas grandes personalidades da crónica foi secundarizado face a esta reorientação temática da historiografia. A isto juntou-se uma desconfiança que desde sempre acompanhou a comunidade historiográfica sobre textos que são escritos dentro de um quadro de patrocínio oficial e por isso sujeitos a condicionamento.[14] O estudo do discurso cronístico inseriu-se numa tendência da segunda metade do século XX que revalorizou a importância da crónica para a história social e mental, fazendo assim renascer o interesse por estes textos. Por exemplo, A.

[11] Rita Costa Gomes, "Biografia e História: Reflexões sobre uma experiência," in *História Romanceada ou Ficção Documentada? Olhares sobre a Cultura Portuguesa*, ed. M. G. Moreira de Sá e V. Anastácio, 61-65 (Lisboa: FLUL, 2009).
[12] Ibid.
[13] Ver por exemplo António Saraiva, *Fernão Lopes* (Lisboa: Publicações Europa-América, 1960).
[14] Bernardo Vasconcelos e Sousa, "Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power," *e-Journal of Portuguese History* 5, nº2 (2007): 1-7, last accessed November 20, 2018, http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322007000200001

Varvaro[15] apontou como Johann Hutzinga nos anos de 1920, se opôs aos que desvalorizavam a obra de Jean Froissart. Huitzinga destacou a importância do relato froissartiano para o estudo da história sociomental da França tardo-medieval. Huitzinga não negou que a obra de Jean Froissart continha erros e imprecisões várias ao nível dos eventos históricos.[16] Contudo, segundo Huitzinga, a capacidade de Jean Froissart em recriar o ambiente da cavalaria tardo-medieval e da aristocracia cortesã nos seus diálogos e representações, torna-o uma grande fonte para o estudo do grupo aristocrático francês tardo-medieval.

Na primeira metade do século XX e até sensivelmente aos anos de 1960, os trabalhos sobre a crise dinástica centraram-se no estudo da obra de Fernão Lopes. Peter Russell estudou as fontes usadas por Fernão Lopes[17] num trabalho ainda hoje imprescindível para este tópico, e Artur M. Basto estudou a possível autoria lopesiana da Crónica de Portugal de 1419.[18] Dorothy Atkinson[19], Albin Beau[20] e Audrey Bell[21] contribuíram com importantes estudos sobre a mensagem e dimensão literária de Fernão Lopes.

Em 1960, Salvador Dias Arnaut[22] publicou a sua monumental tese sobre a sucessão de D. Fernando, uma obra ainda hoje fundamental para o estudo da crise portuguesa dos finais do século XIV. António Saraiva[23] publicou uma importante análise da narração lopesiana da crise dinástica. Nos anos de 1980, João Gouveia Monteiro[24] estudou o discurso e a análise social de Fernão Lopes. Ainda nessa década e até à sua morte recente, Teresa Amado dedicou-se ao estudo profundo da obra em três vertentes distintas: o discurso e mensagem; a transmissão textual das crónicas; a

[15] Alberto Varvaro, introdução a *Les Chroniques. Livres III et IV,* por Jean Froissart (Paris: Lettres Gothiques, 2004), 337-340.
[16] Ibid.
[17] Peter Russell, *As fontes de Fernão Lopes,* trad. A. Gonçalves Rodrigues (Coimbra: Coimbra Editora, Limitada, s.d).
[18] Artur de Magalhães Basto, *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»* (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959).
[19] Dorothy Atkinson, "O estilo narrativo de Fernão Lopes," *Separata da Revista Ocidente* LXII (1962): 225-230.
[20] Albin Beau, "A preocupação literária de Fernão Lopes", in *Estudos*, de Albin Eduard Beau, 1:1-39 (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1959).
[21] Audrey Bell, *Fernão Lopes,* ed. e trad. António Álvaro Dória (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931).
[22] Salvador Dias Arnaut, *A crise nacional dos fins do século XIV. I: A sucessão de D. Fernando* (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1960).
[23] Saraiva, *Fernão Lopes,* passim.
[24] Monteiro, *Fernão Lopes: Texto e Contexto,* passim.

dimensão literária da obra.[25] Luís de Sousa Rebelo analisou a visão do poder político em Fernão Lopes.[26] Já nos anos de 1990, Armindo de Sousa estudou o discurso da burguesia e dos mesteirais no período da crise dinástica.[27] Recentemente, Filipe Alves Moreira[28] estudou a possível autoria lopesiana da Crónica de Portugal de 1419, um tema que curiosamente pouco interesse gerou na historiografia portuguesa. Para além desta questão, este autor tem produzido uma assinalável e abundante bibliografia sobre a temática de Fernão Lopes, centrada sobretudo na sua mensagem, na transmissão textual da obra lopesiana e no projeto historiográfico da coroa portuguesa nas dinastias de Borgonha e de Avis. Maria do Rosário Ferreira tem produzido um conjunto de trabalhos inovadores sobre as fontes lopesianas para a construção da imagem de Leonor Teles e Inês de Castro.[29]

Há poucos trabalhos sobre Pero López de Ayala em Portugal. Contudo há a destacar a excelente produção historiográfica de Covadonga Valdaliso-Casanova, que está centrada em quatro campos: o discurso e mensagem de Pero López de Ayala na legitimação da casa de Trastâmara; a influência ayaliana na cronística lopesiana; a construção ayaliana da imagem de Pedro I, o Cruel; o grupo petrista e a sua influência na política ibérica do século XIV.[30]

---

[25] Teresa Amado, "Epílogos sem modelo em Fernão Lopes", ed. Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Ribeiro Miranda. *V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval* (Porto: DEPER da FLUP, 2005): 269-277; Teresa Amado, "Questões textuais sobre manuscritos das crónicas de Fernão Lopes.", ed. Armando López Castro e María Luzdivina Cuesta Torre. *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (León:Universidad de León, Secretarido de Publicaciones, 2007): 191-196. Ver também Teresa Amado, *Fernão Lopes: contador de histórias. Sobre a Crónica de D. João I* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997).

[26] Luís de Sousa Rebelo, *A concepção do poder em Fernão Lopes* (Lisboa: Livros Horizonte, 1983). Ver também Luís Rebelo, *A tradição clássica na literatura portuguesa* (Lisboa: Livros Horizonte, 1982).

[27] Armindo de Sousa, "O parlamento medieval português - perspectivas novas. Cerimónia de Abertura do Ano Lectivo de 1990/91 na Faculdade de Letras do Porto," *Revista da Faculdade de Letras* (1990): 47-58.

[28] Filipe Moreira, "A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade" (Tese de Doutoramento, Fundação Calouste Gulbenkian - FCT, 2013).

[29] Maria do Rosário Ferreira, "La plume en tant qu'épée: Les lettres de Leonor Teles dans la Crónica de D. João I de Fernão Lopes", in *Cartas de Mujeres en la Europa Medieval: España, Francia, Italia, Portugal (siglos XI-XV),* ed. J.-P. Jardin et al. (Madrid: Ediciones de la Ergastula. 2018): 299-310. Maria do Rosário Ferreira, "Inês de Castro et la juive de Tolède: un cas de réception active chez Fernão Lopes", *e-Spania* 19 (2014), last acessed June 10, 2019, http://journals.openedition.org/e-spania/23958

[30] Ver Covadonga Valdaliso-Casanova, "Discursos de legitimación de la dinastía Trastámara (1366-1388)" in *Ruptura i legitimació dinàstica a l'Edat Mitjana*,, ed. Flocel Sabaté, 127-142 (Lleida: Pagès editors, 2015); Covadonga, Valdaliso-Casanova, "La lectura política de Fernão Lopes de la 'Crónica de don Pedro', de Pedro López de Ayala" (Tese de mestrado, Universidad de Valladolid, 2002); Covadonga, Valdaliso-Casanova, *Historiografía y legitimación dinástica. Análisis de la crónica de Pedro I de Castilla* (Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010); Covadonga. Valdaliso-Casanova, "El exilio político de los petristas en Portugal (1369-1373)" *Erasmo. Revista de Historia Bajomedieval y Moderna* 1 (2014): 221 – 246.

Jean Froissart tem uma das obras mais vastas e complexas da Idade Média. As suas crónicas têm mais de 1 milhão de palavras.[31] Os vários erros e imprecisões que as suas crónicas revelam gerou uma imagem negativa de Jean Froissart na historiografia. Isso explicará o desinteresse pela sua obra, por entre as décadas de 1930 e de 1980. Contudo, a partir dos anos 1990, Michel Zink, George Diller, Alberto Varvaro, Gotfried Croenen[32] e Peter Ainsworth têm relançado e dominado os trabalhos sobre Jean Froissart em três vertentes: o estudo da transmissão e preservação textual da sua tradição manuscrita; a análise da mensagem froissartiana; a publicação e edição da monumental obra das *Crónicas* em formato *online* e livro.

Pero López de Ayala é um autor pouco estudado em Portugal,[33] porque os estudos da crise dinástica estão dominados por Fernão Lopes. Contudo, deram-se alguns avanços nesta questão. Diogo Gomes[34] publicou uma tese de mestrado sobre as representações das batalhas de 1383-1385 em Pero López de Ayala e Fernão Lopes. Rui Santos[35] analisou as representações aristocráticas em Fernão Lopes e Pero López de Ayala. Estas iniciativas datam dos últimos cinco anos e são grandemente de louvar. Apesar dos trabalhos sobre Pero López de Ayala serem ainda escassos dentro da comunidade historiográfica portuguesa, note-se que no seu seio existe uma tendência crescente acerca da obra desta cronista, e onde o nosso trabalho poderá ser inserido.

A obra de Pero López de Ayala possui essencialmente duas versões[36], a longa e a curta e é conhecida em Portugal essencialmente através de edições espanholas nem sempre de fácil acesso. A obra de Fernão Lopes não conhece grandes variações textuais e possui ampla difusão nacional no que toca a edições. Contudo, é uma obra que

---

[31] Skorge, *Ideals and values*, 2.

[32] Michel Zink, *Froissart et le temps* (Paris: Puf, 1998); George Diller destacou-se na publicação de várias edições dos manuscritos e refundições da obra de Jean Froissart, ver por exemplo Jean Froissart, *Chroniques,* ed. Georges T. Diller (Geneva, Droz, 1972); Varvaro notabilizou-se na edição das Crónicas (ver nota de rodapé 15 da página 5 do presente trabalho), assim como na análise filológica da obra froissartiana, ver Alberto Varvaro, "Problèmes philologiques du Livre IV des Chronique de Jean Froissart", in. *Patrons, Authors and Workshops: Books and Book Production in Paris around 1400*, ed. Godfried Croenen e Peter Ainsworth, 255-277 (Leuven: Peeters, 2006). Godfried Croenen acumulou uma vastíssima produção historiográfica sobre Jean Froissart que é impossível citar aqui em pleno. Por isso remetemos para a consulta do perfil do Professor Gotfried Croenen na *Academia Edu*, onde está disponível uma parte considerável da sua produção historiográfica, ver Godfried Croenen, *Perfil*, last acessed August 5, 2021, https://liverpool.academia.edu/GodfriedCroenen

[33] Amado, *Fernão Lopes*, 19.

[34] Diogo Gomes, "Imagens e Memórias de uma Guerra Comum: as Batalhas de 1383-1385 nas Crónicas de Pero López de Ayala e de Fernão Lopes" (Tese de mestrado, NOVA FCSH, 2018).

[35] Rui Santos, "Representações da aristocracia nas Crónicas de Pero López de Ayala e Fernão Lopes" (Tese de mestrado, FLUP, 2017).

[36] Martin, introdução a *Crónicas*, lxiii-lxxi.

possuiu poucas traduções para línguas estrangeiras, sendo que se registam algumas iniciativas muito recentes nesse sentido.

Para o pouco estudo de Jean Froissart em Portugal contribuiu grandemente a problemática transmissão textual da sua obra. As *Crónicas* constituem uma obra vastíssima pautada por sistemáticas variações textuais, interpolações e refundições. Isto colocou sempre problemas na divulgação e acesso à obra froissartiana. A publicação das crónicas em formato livro tornou-se uma tarefa difícil, devido ao elevado número de volumes que esta implica e à dificuldade em estabelecer um texto-padrão. Apesar de em Portugal não existir uma tradução completa das *Crónicas* de Jean Froissart, foi publicada em 2008[37] uma tradução parcial do Livro III, da matéria referente ao conflito luso-castelhano de 1383-1385. Esta excelente iniciativa permite o acesso aos investigadores portugueses de uma tradução portuguesa dos capítulos de Jean Froissart sobre a crise sucessória.

A isto junta-se a publicação *online* da quase totalidade das crónicas de Jean Froissart, em sistema de acesso aberto e num formato de leitura orientado para o investigador.[38] Pela raridade do estudo de Jean Froissart em Portugal, pela importância dos seus relatos, que veiculam uma versão de Aljubarrota que diverge das versões de Fernão Lopes e Pero López de Ayala, e pelo facto também do cronista ter sido contemporâneo aos acontecimentos que narrou, a importância do estudo de Jean Froissart torna-se evidente.

3. Fontes

As fontes usadas para esta tese serão as crónicas de D. Pedro I,[39] de D. Fernando[40] e de D. João I[41] de Fernão Lopes; as *Crónicas* de Pero López de Ayala[42], e

[37]Jean Froissart, *Crónicas: duas passagens relativas a Aljubarrota,* ed. Mário Barroca, trad. Ana Sofia Laranjinha (São Jorge: FBA, 2008)
[38] Peter F. Ainsworth e Godfried Croenen, *The Online Froissart*, last acessed 5 January, 2022, https://www.dhi.ac.uk/onlinefroissart/apparatus.jsp?type=intros&intro=f.intros.PFA-Froissart
[39] Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro,* ed. Giuliano Macchi e Teresa Amado, 2ªed. (Lisboa: INCM, 2007).
[40] Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* ed. Giuliano Macchi e Teresa Amado, 2ª ed. rev. (Lisboa: INCM, 2004).
[41] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I: Primeira Parte,* ed. Teresa Amado, Ariadne Nunes, Carlota Pimenta e Mário Costa, 1ª ed. (Lisboa: INCM, 2017); Fernão Lopes, *Cronica del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo,* ed. Luís F. Lindley Cintra, Anselmo Braancamp Freire e William Entwistle, 1ª ed. (Lisboa: INCM, 1977), II vol.
[42] Ayala, *Crónicas*.

as *Crónicas* de Jean Froissart.[43] As obras de Fernão Lopes e Pero López de Ayala são crónicas régias, ao passo que Jean Froissart é um cronista da cavalaria, não um cronista régio oficial.[44] As obras partilham sensivelmente da mesma cronologia mas não do mesmo espaço de origem e de análise. Os autores castelhano e português centraram a sua obra essencialmente na Península Ibérica, ao passo que o cronista francês cobriu os reinos de Inglaterra, França, Portugal e Castela.

Existe uma espécie de intertextualidade entre os três cronistas. Fernão Lopes fez de Ayala a sua principal fonte para as matérias do reinado de Pedro I de Castela e da crise dinástica. Jean Froissart é contudo fonte de Fernão Lopes e de Pero López de Ayala para as matérias de Pedro I de Castela e da crise dinástica.

4. Metodologia

A nossa metodologia assenta numa análise comparatista e interdisciplinar. Iremos analisar textos literários de pendor historiográfico, contrastando relatos cronísticos, versões, variantes textuais e edições. Numa primeira fase, procederemos ao levantamento das fontes primárias e secundárias e da bibliografia para a tese. Numa segunda fase, faremos a leitura, contraste e interpretação das fontes e bibliografia. Para o cotejo de versões faremos uso da diplomática e da paleografia. Recorreremos também a dicionários especializados de línguas medievais para aclarar vocábulos existentes nas crónicas.

"Importaremos" da literatura e da linguística conceitos e estratégias de análise e interpretação textual, que serão fundamentais para descodificar os códigos literários que foram criados pelos autores e que permitirão aclarar os propósitos ideológicos dos mesmos. Poderemos fazer uso pontual de quadros, gráficos ou tabelas quando se mostrar necessário verter informação de tipo estatístico, nomeadamente o uso de tabelas que quantifiquem, por exemplo, o número de vezes que cada personagem foi referida nas crónicas e os respetivos capítulos em que se encontram essas referências. Este método permite, por um lado, agrupar melhor a informação e, por outro, uma maior rapidez na procura de referências cruzadas.

[43] A dispersão do texto das Crónicas em várias edições, devido às variantes e distintas refundições, obriga-nos a usar várias edições para obtermos um texto completo e fidedigno. Além das supracitadas edições das Lettres Gothiques usaremos simultaneamente as edições citadas nas notas de rodapé 37 e 38 da página 8 do presente trabalho.
[44] Esta questão é analisada em maior detalhe no ponto 6 deste trabalho.

5. Estrutura provisória do trabalho final

A estrutura da tese de doutoramento é ainda provisória, mas pensamos em organizá-la em seis partes. A primeira parte é de cariz introdutório e nela explanaremos em detalhe o tema e objeto de estudo da tese, os seus objetivos, as fontes e a metodologia. A segunda parte consistirá num detalhado estado da arte, com especial enfoque na evolução das visões historiográficas sobre a crise dinástica e sobre a trajetória e obra dos cronistas. Na terceira parte iremos apresentar a crise dinástica de 1383-1385 nos seus principais episódios, protagonistas e contexto histórico. Na quarta parte iremos apresentar os diversos relatos e versões dos cronistas sobre a crise sucessória. Na quinta parte, capítulo central da tese, faremos a análise, contraste e interpretação dos relatos e narrações. Na sexta parte faremos as conclusões da investigação, tentando focar não só as nossas interpretações sobre o tema da tese, mas também os avanços, inovações e questões que pensamos poderem ter sido colocados por este trabalho.

6. Dados semi-tratados, hipóteses ou conclusões provisórias

A crise dinástica é um dos temas mais analisados da historiografia portuguesa. Contudo, este estudo está centrado fundamentalmente nas representações lopesianas. Queremos contribuir para integrar na nossa análise autores/fontes pouco estudados em Portugal, como são Pero López de Ayala e Jean Froissart. Neste âmbito observamos que tópicos como as fontes literárias da crise dinástica têm sido secundarizadas no debate historiográfico. Daí o contraste, que sentimos inovador, do discurso lopesiano com os discursos ayalianos e froissartianos sobre este acontecimento. Uma das questões que procuraremos elucidar são as fontes, secundárias, perdidas ou não, que foram usadas pelos cronistas e que existiriam durante os séculos XIV e XV.

Outra questão que pensamos tem sido pouco destacada têm sido os direitos sucessórios femininos medievais. A infanta Beatriz, que à partida seria a herdeira natural da coroa portuguesa, tem sido uma figura secundarizada no debate sobre a sucessão portuguesa de 1383, visto que por vezes se defende que por ser mulher passaria a coroa a Juan I pelo casamento e este seria o natural herdeiro de D. Fernando. Recentemente esta situação tem-se invertido, com a produção de alguns trabalhos de fundo sobre este tema.[45] Esta questão emerge de uma tendência historiográfica que

[45] César O. Serrano, *Beatriz de Portugal: La pugna dinástica Avís-Trastámara,* (Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas Xunta de Galicia, 2005). Ver também

procura reanalisar a problemática do papel feminino no poder régio e na sucessão dinástica medieval.[46] O papel dos bastardos na sucessão régia será também uma questão a aprofundar e considerando que os três cronistas retratam episódios de ascensão à coroa por filhos bastardos, cremos que existe um potencial interessante para um exercício comparatista de processos políticos similares em geografias distintas. Procuraremos aprofundar estas questões por forma a produzirmos um trabalho inovador.

Sobre algumas destas questões podemos fazer já algumas conclusões, ainda que provisórias. Fernão Lopes pela sua vivência de Corte conviveu com muitos dos protagonistas da crise. Além disso, a disputa entre Portugal e Castela pelo trono português só verdadeiramente terminou na primeira metade do século XV, ao contrário da ideia por vezes generalizada de que terminou em Aljubarrota em 1385.[47] Castela nunca desistiu de reivindicar o trono português, mesmo com a assinatura de tratados de paz, sendo que Fernão Lopes já vivenciou esta última fase tardia do conflito. A isto junta-se o facto de em 1418[48] Fernão Lopes ter sido nomeado guarda-mor da Torre do Tombo e em 1419 ter provavelmente escrito a Crónica de Portugal de 1419.[49] Como guarda-mor e cronista do reino, Fernão Lopes teria acesso total aos arquivos oficiais e aos textos literários de primeira geração que ainda estavam a ser preparados sobre este acontecimento (que na altura era ainda muito recente) e cujos moldes e enquadramento ideológico estariam ainda a ser equacionados. Por outro lado, Pero López de Ayala, pela sua participação direta nos acontecimentos e pela sua posição de Chanceler, teve acesso privilegiado aos protagonistas da crise dinástica e às fontes oficiais. Jean Froissart assentou o seu relato nos testemunhos diretos que coletou, tendo usado pouca documentação para contrastar os dados.[50]

As diferenças fundamentais entre as representações cronísticas da crise dinástica em Fernão Lopes, Jean Froissart e Pero López de Ayala assentam em quatro vertentes. A primeira prende-se com o objetivo historiográfico de cada um dos autores.

Isabel Baleiras, "Os Casamentos da Infanta D. Beatriz de Portugal (1373-1420?)," *Revista Raízes & Memórias* nº 28 (2011): 443-448.

[46] Maria do Rosário Ferreira, "La reine est morte: la succession politique des filles de roi aux XIe et XIIe siècles," *e-Spania* 17 (2014), last acessed 20 January, 2021, https://journals.openedition.org/e-spania/23433; Amelia Hutchinson, "Encontro de Horizontes: Um estudo metahistórico das figuras de Leonor Teles e Filipa de Lencastre nas crónicas de Fernão Lopes," *Hispania* 85 nº. 3 (2002), 476-485.

[47] Néstor Montes, "El maestre Davis que se fazia llamar rey de Portugal" – La imagen propagandística de D. João I de Portugal en las fuentes castellanas," *Medievalista* 23 (2018), 1-33.

[48] Monteiro, *Fernão Lopes*, 72.

[49] Ver a este respeito Moreira, *A crónica de Portugal,* passim.

[50] Varvaro, *Introdução*, passim.

Fernão Lopes pretendia defender a ascensão da casa de Avis[51] e retratar a vitória portuguesa como um grande feito militar devido à superioridade numérica militar dos castelhanos. Pero López de Ayala pretendia retratar a derrota castelhana como resultado do demérito de Juan I e dos seus soldados em Aljubarrota.[52] Jean Froissart também aponta os erros e soberba castelhana como fatores decisivos para a derrota. Contudo, para Jean Froissart, em qualquer evento, as representações centram-se grandemente nos episódios militares, tendo o cronista a preocupação em elogiar os belos feitos de armas conseguidos, sem tanta preocupação à partida com quem tem razão nas disputas.[53] Contudo, Jean Froissart não deixará de ter uma posição ideológica neste conflito, nomeadamente na crítica à vitória de uma linha bastarda na sucessão régia portuguesa. Este cronista defenderá, ao contrário de Pero López de Ayala ou Fernão Lopes, que a vitória portuguesa, pese embora a arrogância castelhana, foi resultado do mérito militar português. Para Jean Froissart, os bastardos não poderiam à partida herdar a coroa, a não ser em casos excecionais. A única forma de obterem a coroa era "ganhar pela força"[54] o trono, numa guerra, tornando-se *reis de facto*. Tal foi o que aconteceu em 1385, em Aljubarrota, onde, para Jean Froissart, por mérito português e demérito castelhano, D. João I tornou-se efetivamente rei de Portugal.

Para Fernão Lopes, o Mestre de Avis foi rei por vontade de Deus, porque era o melhor dos candidatos nas cortes de Coimbra e porque era também filho de rei.[55] Para Pero López de Ayala, o Mestre de Avis traiu o juramento de lealdade a D. Beatriz e declarou-se rei de forma ilegal, contrariando os tratados assinados no tempo de D. Fernando que estipulavam D. Beatriz e Juan I como herdeiros da coroa portuguesa.[56]

Uma segunda diferença consiste na visão sobre D. Beatriz. Em Pero López de Ayala, a infanta é a herdeira da coroa portuguesa, porque é filha legítima do rei D. Fernando. Em Fernão Lopes, os seus direitos sucessórios são postos em causa através sobretudo de duas argumentações. A primeira consiste em afirmar que uma hipotética herança da coroa portuguesa pela infanta colocaria Portugal em risco de anexação por

[51] Monteiro, *Fernão Lopes*, passim.
[52] Amado, *Fernão Lopes*, passim.
[53] Varvaro, *Introdução*, passim. Ver por exemplo o começo do Prólogo de Jean Froissart "Afin que les grans merveilles et li biau fait d'armes qui sont avenu par…", ver Froissart, *Chroniques*, Livro I, 71.
[54] Froissart, *Crónicas: duas passagens*, 40-50.
[55] Lopes, *Crónica de D. João I. Parte I*, caps. CLXXXIII-CXCII.
[56] Montes, "El maestre Davis", passim.

Castela. A segunda argumentação passa por lançar dúvidas sobre a paternidade de D. Beatriz, insinuando que esta não era filha de D. Fernando.[57] Aqui, de certo modo, a imagem de D. Beatriz liga-se de forma umbilical à da mãe, Leonor Teles. Para lançar dúvidas sobre Beatriz, o cronista português insinua que a rainha é uma mulher imoral e adúltera.

No sentido oposto, para defender a imagem de Beatriz, Pero López de Ayala e Jean Froissart têm de forçosamente defender Leonor Teles, conquanto existam diferenças entre as duas versões. Em Pero López de Ayala, Leonor Teles é uma mulher moral, uma rainha exemplar, que se limita, aquando da morte do marido, a fazer cumprir as cláusulas dos tratados entre Portugal e Castela. Só quando a rainha se indispuser com Juan I e este a mandar prender em Castela, é que a imagem dela se torna negativa em Pero López de Ayala. Em Jean Froissart, apesar do cronista não ser adepto à partida da ideia das mulheres herdarem a coroa, algo que na França, donde é originário, não é possível, quer a imagem de Beatriz quer a de Leonor Teles emerge neste autor de forma distinta, quer da visão ayaliana, quer da lopesiana. Usando a narração[58] de Lourenço Fogaça na sua obra, Jean Froissart sugere duas ideias fundamentais à volta de D. Beatriz. A primeira, é que ela não pode herdar porque, pese embora ser filha de D. Fernando, o casamento do rei com Leonor Teles foi irregular, visto esta ser já casada com João da Cunha. Apesar de nunca Lourenço Fogaça, que é enviado pelo Mestre de Avis à corte inglesa para pedir apoio para a guerra de sucessão, colocar em causa a paternidade de D. Beatriz, ela passa, no relato de Jean Froissart, de única herdeira de D. Fernando, a uma filha bastarda, porque Fogaça afirma que o casamento do rei não foi válido. Em confirmação desta ideia, o retrato de Leonor Teles em Jean Froissart difere quer do de Pero López de Ayala, quer do de Fernão Lopes. Em Jean Froissart, a rainha é uma mulher vítima de uma paixão obsessiva do rei D. Fernando, que a obrigou a casar, contra a sua vontade, não mostrando a rainha em momento algum a ambição de ser rainha.[59]

A segunda ideia fundamental transmitida em Jean Froissart, é que Beatriz simboliza, para a fação do Mestre de Avis, a influência castelhana na corte, sendo também um veículo para um projeto de reunião da coroa portuguesa e castelhana numa só, o que contraria a tradição de independência do reino português, aspecto a

[57] Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CL.
[58] Froissart, *Crónicas, duas passagens*, 68-69.
[59] Froissart, *Crónicas, duas passagens*, 66-69.

que Fogaça alude sistematicamente no seu relato em Jean Froissart.[60] Sendo assim, a candidatura de Beatriz é rejeitada em Jean Froissart por motivos distintos dos que são invocados pela fação do Mestre de Avis no relato lopesiano. Para Jean Froissart, tudo se resumirá ao candidato que ganhar a coroa "pela força" na batalha.

Fernão Lopes nunca faz especial crítica ao facto de Beatriz ser mulher, mas sim nos rumores de que não era filha do rei. Já Pero López de Ayala entende que as mulheres podem herdar ou transmitir a coroa. Para Jean Froissart, a questão principal é a invalidez do casamento de Leonor Teles e do rei D. Fernando.

Esta questão entronca no debate sobre o estatuto feminino na herança medieval. Estamos em crer que é uma questão complexa mas que não era impossível as mulheres herdarem a coroa, apenas tal não era comum. Maria Gomes salientou que o grupo aristocrático nunca estipulou um modelo claro de sucessão familiar.[61] Cremos que por razões consuetudinárias, a primogenitura varonil era o principal critério na sucessão das grandes casas nobiliárquicas e na coroa, contudo tal não era condição *sine qua non* para a transmissão da coroa. Se um novo rei fosse do desagrado da nobreza ou pendesse sobre ele alguma dúvida poderia ser derrubado, veja-se o caso de Pedro I, o Cruel, de Castela, que sendo o rei legítimo, teve sempre uma forte oposição desde o primeiro dia e acabou deposto e assassinado pelo irmão bastardo, Henrique de Trastâmara. Por seu turno, Beatriz, pese embora ser a filha legítima de D. Fernando e sua única herdeira, acabou afastada do trono para dar lugar ao seu tio, um bastardo. Por outro lado, na Península Ibérica existiram casos, como os de Urraca, rainha de Leão, que reinaram, mesmo sendo mulheres.

Cremos que esta é uma questão complexa, pelo facto de o direito medieval de sucessão não estar totalmente definido para estas questões, fruto em parte do choque e sobreposição entre as regras consuetudinárias e as leis civis. Por outro lado, esta indefinição poderia ser também algo voluntariamente desejado. De modo a preservar as casas nobiliárquicas e a coroa de situações de crise política ou em casos extremos de um processo de extinção, seria necessário por vezes recorrer a sucessões régias com cariz excecional, permitindo a herança da coroa por parte de bastardos ou de infantas. Também para garantir a possibilidade de remoção de reis indesejados, as regras da sucessão nunca foram excessivamente rígidas, permitindo casos de substituição de reis

[60] Ibid, 78-86.
[61] Maria Gomes, "Para além da linhagem. Poder e sucessão régia no feminino" *e-Spania* 11 (2011): 5, last acessed 7 Dezember, 2021, https://journals.openedition.org/e-spania/20282

caídos em desgraça por candidatos nem sempre na frente da linha de sucessão. Estas situações, com cariz esporádico, tinham de ser acauteladas e estamos em crer que isto explica em parte o porquê da contradição entre os princípios de sucessão régia da teoria para a prática. É contudo uma questão que aprofundaremos mais em detalhe na tese.

A terceira diferença entre os três cronistas refere-se ao peso da matéria bélica nas crónicas. Ao passo que em Pero López de Ayala e Fernão Lopes, os episódios bélicos estão subordinados ao tema principal de cada capítulo e só são mencionados na matéria concernente às batalhas que os autores têm necessariamente de cobrir, em Jean Froissart a guerra e os episódios militares ganham uma importância que não há nos primeiros. Ainsworth aponta que Jean Froissart tem uma enorme qualidade "visual" na reconstrução dos episódios bélicos, conseguindo transportar literalmente o leitor para as cenas de guerra que recria.[62] Fernão Lopes e Pero López de Ayala têm como principal objetivo exaltar as novas dinastias em Portugal e Castela. As batalhas interessam apenas na medida em que foram importantes para a história dos reinos que cobrem. No restante, Fernão Lopes e Pero López de Ayala não dão a mesma importância à matéria bélica que Jean Froissart dá.

A quarta diferença consiste na natureza das fontes que os cronistas usam. Jean Froissart foi testemunha de vários dos episódios que narrou, mas assentou sobretudo a sua narração em testemunhos orais. Considerando que Jean Froissart foi um escrivão e notário, esta opção pelas fontes testemunhais causa ainda hoje surpresa e grande discussão na historiografia. Devido à dependência de relatos de terceiros, os erros e imprecisões de Jean Froissart são vários. Por contraponto, Pero López de Ayala e Fernão Lopes recorreram abundantemente à documentação, sendo que o português foi o que mais se destacou nesta questão. Isto deve-se em parte, ao facto de que Fernão Lopes não testemunhou os acontecimentos que narrou, tendo-se contudo munido de documentação vasta, além de testemunhos indiretos, diretos, lendas e textos cronísticos hoje perdidos para compor a sua narração.[63] Já Pero López de Ayala recorreu quer à documentação quer à sua memória pessoal, visto ter sido participante direto na crise dinástica.

Isto pode explicar uma questão curiosa que se nota ao contrastarmos as versões ayalianas com as lopesianas. F. Marcilla apontou que em alguns momentos, Pero López

[62] Ainsworth, *Introdução*, 33.
[63] Saraiva, *Fernão Lopes*, 13-15; Monteiro, *Fernão Lopes*, 72.

de Ayala sobrepôs datas de eventos diplomáticos em que ele mesmo participou[64] e é o próprio Fernão Lopes nas suas crónicas que corrige estes erros de Pero López de Ayala. Acrescentamos que estamos em crer que não se trata de Fernão Lopes ser mais honesto como cronista que Pero López de Ayala, mas sim que tal mostra a diferença entre um cronista que narra factos que vivenciou e um cronista que narra a partir de décadas de distância e apoiado em documentação. Ambas as situações possuem prós e contras. O facto de Pero López de Ayala relatar o que viveu confere ao seu relato uma aura de maior autenticidade. Contudo, a memória pessoal pode criar armadilhas mentais, nomeadamente uma típica confusão de episódios históricos, a juntar a uma menor distância emocional dos factos e também à falta de documentação oficial sobre os eventos, o que sempre ocorre nos primeiros anos de cada episódio histórico; entende-se assim que haja mais erros em Pero López de Ayala do que no cronista português.

Já Fernão Lopes, que escreve décadas depois, pôde contudo, recorrer a abundantes fontes de todo o tipo, pois estes episódios teriam já sido vertidos em inúmeros textos, o que lhe permitiu um cotejo de fontes e uma análise metodológica da cronologia e detalhes que Pero López de Ayala não teria ao seu dispor, por estar mais próximo dos factos.

[64] Francisco José Marcilla, "El clero en el contexto diplomático de la Guerra de los Cien Años: una mirada desde las crónicas oficiales al período ibérico (1366-1388)" in *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad*, ed. Nestor Montes (Évora, Publicações do CIDEHUS, 2019), last acessed April 18, 2020, https://books.openedition.org/cidehus/7315

11

A Língua e o Estilo de Fernão Lopes: questionamento do estilo/autoria lopesianos da segunda parte da *Crónica de D. João I*

Sara Manuela Gonçalves Machado
Universidade do Porto

Resumo:

O nosso trabalho pretende dar a conhecer a dissertação de mestrado que temos em curso e que se centra numa análise linguístico-estilística da *Crónica de D. João I,* de Fernão Lopes. A partir dessa análise pretende-se colocar em questão a autoria lopesiana da segunda parte da crónica. O texto em análise apresenta um estilo e escrita dissimilares do que usualmente se considera ser a prosa de Fernão Lopes. Essencialmente panegírica, a segunda parte da *Crónica* parece inserir-se num género literário mais típico do seu contexto histórico, assemelhando-se aos "espelhos de príncipes", afastando-se da redação da primeira parte. A escrita é também distinta, com formas de narrar muito diferentes. Enquanto que a primeira parte faz uso do discurso direto, nos célebres diálogos, a segunda parte recorre ao discurso indireto. Para além da clarificação das principais evidências que suportam a nossa tese, ao longo do texto serão apresentadas as fontes e bibliografia em que nos baseamos, a metodologia utilizada e a estrutura provisória do trabalho final.

Palavras-chave:

Fernão Lopes, cronística, Idade Média, D. João I.

Abstract:

This article aims at presenting our master's thesis, wich it is centered in a linguistic-stylistic analysis of *Crónica de D. João I.* We will question the authorship of the same's chronicle second part. The style and writing in the second part of the text are very different from that we commonly attribute to Fernão Lopes. The second part of the *Chronicle* tends towards a panegyric style and it includes itself in a genre that seems much more appropriate to the historical context of the time when Fernão Lopes has lived, which resembles "mirrors of princes" much more than the first part, the last outside of his time, like current historiographical methods. The writing of the text itself shows differences, with two discursive traditions, such as the use of reported speech, whereas in the first part the usage of direct speech is much more common. Through the clarification of the main evidence that based our thesis, we're showing through the text our resources and bibliography on which we have based our argumentation, as well as our methodology and the work's final provisory structure.

Keywords:

Fernão Lopes, chronicles, Middle Ages, D. João I.

1. Objeto e Questões da Investigação

Este trabalho está a ser desenvolvido no âmbito da nossa dissertação do Mestrado em Estudos Medievais e ainda se encontra numa fase particularmente inicial, pelo que as questões ainda estão a ser levantadas e as conclusões ainda estão numa primeira fase: a das hipóteses.

Pretender-se-á com esse trabalho colocar em causa as diferenças no modo de narrar entre a primeira e a segunda partes da *Crónica de D. João I,* de Fernão Lopes, pois parece-nos haver algumas diferenças estilísticas e de tradições discursivas entre uma parte e outra, em que a segunda parte perde ou sente esbater-se muitos dos elementos que atrás enunciámos. Um dos nossos argumentos principais está relacionado com o uso do discurso direto na Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, enquanto que na Segunda Parte da mesma crónica é utilizado o discurso indireto.

O estilo de Fernão Lopes é conhecido pela sua objetividade narrativa, que o próprio cronista defende e mostra querer adotar, como o mostra no prólogo da primeira parte da *Crónica de D. João I*: "Mas nos, nom curando de seu juízo, leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, amte poemos a simprez verdade, que a afremosemtada falsidade".[1] No mesmo plano da narrativa, Fernão Lopes condena os cronistas que escreviam com o desejo de agradar aos senhores da sua terra, que eram aqueles que pagavam a sua composição, como parece demonstrar na seguinte passagem, que inicia a Crónica: "Gramde licença deu a afeiçom a muitos, que teverõ carrego dornedar estórias, mormente dos senhores em cuja merçee e terra viviam, e hu foram nados seus antiigos avoos, seemdo lhe muito favoravees no rrecomtamento de seus feitos…".[2]

A narrativa lopesiana é também conhecida pelo seu dinamismo, como o demonstra a presença de um discurso direto bastante dinâmico, que mais à frente iremos abordar com mais detalhe na secção das nossas primeiras conclusões.

Fernão Lopes também se caracteriza por uma visão polifónica dos acontecimentos e das personagens, como o sustenta António José Saraiva num estudo sobre o assunto: "…é a sua visão multilateral da sociedade que o obriga a criar uma nova arte de a representar; que essa visão multilateral corresponde a uma humanidade

[1] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 2.
[2] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 1.

ampla, compreensiva e desmistificadora…".[3] Na verdade, o cronista dá-nos uma visão complexa do monarca que dá título à obra, que na primeira parte da *Crónica de D. João I* aparece, ora como uma imagem messiânica, ao ser vaticinado por Frei João da Barroca como seu futuro rei e senhor, como é narrado no capítulo XXIV,[4] ora sendo essa figura contrastada com um D. João que teme pela sua própria vida, no episódio em que ele quer fugir para Inglaterra com receio das represálias da regente Leonor Teles. Essa construção da personagem que dá nome à Crónica, parece ir contra uma conceção clássica de herói das crónicas anteriores, que acima de tudo tinha de ser forte e destemido, como nos mostram alguns exemplos da *Crónica Geral de Espanha de 1344,* em heróis como El Cid.[5] A sugerida fraqueza do Mestre de Avis pode ser analisada no capítulo XVIII, da *Crónica de D. João I*, na seguinte passagem: "Primeiramente, el sse temia muito da Rainha, por a morte do Comde Joham Fernamdez…".[6] Ao mesmo tempo, segundo António José Saraiva, Fernão Lopes coloca em perspetiva dois planos da ação, um primeiro e um segundo, que, segundo o investigador, irradiam "ondas" a outras narrativas da crónica, tornando as várias ações sobrepostas, o que dá uma maior complexidade à narrativa, de vários planos de um mesmo acontecimento histórico.[7]

A argumentação do cronista parece demonstrar uma vontade de encaminhar o leitor para uma determinada visão dos acontecimentos, apesar de o autor querer apresentar uma perspetiva mais objetiva que a dos seus antecessores. Fernão Lopes acaba, porém, por ser favorável à nova dinastia que detém o poder: a dinastia de Avis, que na figura do filho de D. João I, o infante e depois rei D. Duarte, encomendou a feitura das crónicas. Veja-se o que diz Luís Miguel Duarte a este respeito: "Uma segunda dimensão deste cuidado de D. Duarte com a imagem pública do pai, da família, da dinastia e da realeza manifesta-se na escolha de alguém (…) para escrever a história dos reis de Portugal. O nome do escolhido é-nos familiar: Fernão Lopes".[8]

Diríamos, deste modo, que Fernão Lopes foi contratado para escrever sobre os antepassados do rei D. Duarte e não poderia dar um aspeto negativo do objeto da sua

[3] António José Saraiva, *Fernão Lopes* (Lisboa: Europa-América, 1960), 71.
[4] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 43.
[5] D. Pedro de Barcelos, *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009).
[6] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 35.
[7] António José Saraiva, *Fernão Lopes* (Lisboa: Europa-América, 1960), 68-70.
[8] Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005), 216.

crónica, por ser pai de quem o estava a contratar e ser desejo de D. Duarte que o cronista passasse à posteridade uma imagem positiva do rei D. João I, já que o monarca, como diz Luís Miguel Duarte, estava preocupado com a "imagem pública do pai". E tal como os cronistas anteriores a ele, Fernão Lopes era contratado para escrever factos considerados importantes e que não deveriam ser questionados pelas gerações seguintes, como a legitimidade da dinastia de Avis ao trono português. Porém, pelo já analisado, o modo como ele o fará, com a complexidade das suas personagens e ações, bem com a dinâmica do seu discurso, é o que o distinguirá dos outros cronistas.

2. Enquadramento Historiográfico

Pretendemos que o nosso trabalho tenha uma representação política, económica e social do contexto em que viveu Fernão Lopes. A este respeito, alguns dos estudos por nós consultados tratam desses assuntos aplicados ao âmbito da pessoa do cronista, enquanto outros investigam a repercussão que esses dados tiveram ao nível do seu estilo cronístico. Também pretendemos enquadrar a nossa análise num contexto mais geral, em que se moveram as personagens régias do período, bem como nas crises económicas e políticas dos séculos XIV e XV. Esse contexto está presente na obra do cronista, que escreve sobre os monarcas D. Pedro, D. Fernando e D. João I, que viveram nos séculos XIV e XV, a mando do infante e depois rei D. Duarte, no século XV, de quem era, respetivamente, neto, sobrinho e filho. Estes dados parecem estar ligados com o que dissemos na secção anterior, da influência que teve a figura do rei e do seu desejo de preservar a memória da família real.

O nosso estudo pretende enquadrar-se num enquadramento historiográfico que vem, ao longo dos anos, tratando a figura de Fernão Lopes. No âmbito económico-político, contamos com os seguintes livros: Luís Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes: Texto e Contexto*, 1988;[9] Maria Ângela Beirante, *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes,* 1984;[10] Luís Rebelo de Sousa, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*, 1983,[11] que são obras fundamentais e ainda bastante atuais para o estudo dos aspetos enunciados relativamente ao contexto histórico em que se moveu Fernão Lopes e que aplicam a análise socioeconómica e política à obra do mesmo.

[9] Luís Gouveia Monteiro, *Fernão Lopes: Texto e Contexto* (Coimbra: Livraria Minerva, 1988).
[10] Maria Ângela Beirante, *As Estruturas Sociais em Fernão Lopes* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984).
[11] Luís Rebelo de Sousa, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes* (Lisboa: Livros Horizonte, 1983).

A nível desse género de contexto, mas alargando para um âmbito mais geral, incluindo a historiografia da monarquia portuguesa e do contexto político, económico e social dos séculos XIV e XV, bem como as suas crises, importante para percecionar a obra de Fernão Lopes, como já referido por nós, iremos utilizar livros que se mostram fundamentais para o entendimento dessa problemática, como *D. Duarte,* de Luís Miguel Duarte, 2005;[12] *D. João I,* de Maria Helena da Cruz Coelho, 2005;[13] *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV,* de A. H. de Oliveira Marques, 1987.[14]

A nível das fontes de Fernão Lopes, utilizaremos o livro *As Fontes de Fernão Lopes,* de Peter E. Russell,[15] que nos parece pertinente para entender quais foram as fontes utilizadas pelo cronista para escrever as suas obras. Além do contexto político, económico e social, o historiográfico, de onde advém o que o cronista leu e aprendeu dos seus antecessores, e o que ele replicou ou não, parece-nos importante de ser analisado, para observar em que medida Fernão Lopes se distancia ou não dos outros cronistas na maneira de narrar os acontecimentos, bem como nos processos linguísticos utilizados, adotados ou não dos modelos anteriores.

A nível linguístico o livro *Entre o Português Antigo e o Português Clássico,* de Esperança Cardeira, 2005,[16] será utilizado, pois parece-nos ser adequado ao período linguístico abordado pelo nosso estudo, ou seja, o português do século XV. Essa fase da língua portuguesa encontra-se a seguir a uma fase antiga que evolui para o português clássico, da época do Renascimento, no século XVI. Essa fase da evolução linguística situa-se entre a segunda metade do século XIV, estabelecida na data da morte do conde D. Pedro de Barcelos, estendendo-se a todo o século XV. Parece-nos pertinente estudar esse livro, pois as crónicas de Fernão Lopes localizam-se nesse marco temporal e os estudos de Esperança Cardeira são fundamentais para se conhecer o nosso passado linguístico dessa época, sendo esse livro o único que, até ao momento, encontramos exclusivamente concentrado nessa época da história da língua portuguesa.

Em relação ao estudo mais literário e filológico, deter-nos-emos em autores como Teresa Amado, com o livro *O Passado e o Presente: ler Fernão Lopes*, 2007,[17]

[12] Luís Miguel Duarte, *D. Duarte* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).
[13] Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2005).
[14] A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV* (Lisboa: Editorial Presença, 1987).
[15] Peter E. Russell, *As Fontes de Fernão Lopes* (Coimbra: Coimbra Editora, 1941).
[16] Esperança Cardeira, *Entre o Português Antigo e o Português Clássico* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005).
[17] Teresa Amado, *O Passado e o Presente: ler Fernão Lopes* (Lisboa: Editorial Presença, 2007).

conjunto de ensaios escritos pela autora sobre Fernão Lopes e reunidos nessa edição, bem como da mesma autora, *Fernão Lopes Contador de História: sobre a "Crónica de D. João I"*, 1997.[18] Da autora Maria do Amparo Maleval, utilizaremos o estudo *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*, 2010;[19] e do investigador António José Saraiva, *Fernão Lopes,* 1960;[20] *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal, parte I e II*, 1996;[21] *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal, parte III,* 1996.[22] Como prova o nosso estudo, os investigadores citados são fundamentais para entender o estilo de Fernão Lopes de um ponto de vista mais literário e filológico, que é o âmbito da nossa pesquisa, sendo as suas perspetivas ainda válidas para uma investigação atual sobre as crónicas do mesmo autor.

3. Fontes

As fontes primárias que utilizamos no nosso trabalho são edições críticas de crónicas do autor, bem como de outros registos cronísticos de outros cronistas anteriores e posteriores a Fernão Lopes. Utilizaremos as crónicas de Fernão Lopes, nomeadamente, a *Crónica de D. João I,* parte 1[23] e 2,[24] a *Crónica de D. Fernando,*[25] a *Crónica de D. Pedro I,*[26] a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos,[27] a *Crónica da Tomada de Ceuta,* de Zurara,[28] a *Crónica de 1419,*[29] que se pensa ser da autoria de Fernão Lopes, a *Crónica do Condestabre,*[30] que alguns pensam

[18]Teresa Amado, *Fernão Lopes Contador de História: sobre a "Crónica de D. João I"* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997).
[19]Maria do Amparo Maleval, *Fernão Lopes e a Retórica Medieval,* (Niterói – Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010).
[20]António José Saraiva, *Fernão Lopes*, (Lisboa: Europa-América, 1960).
[21]António José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal, parte I e II*, (Lisboa: Gradiva, 1996).
[22]António José Saraiva, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal, parte III* (Lisboa: Gradiva, 1996).
[23] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), com edição crítica de Luís Lindley Cintra, acompanhado de um prefácio do mesmo investigador.
[24] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, segunda parte* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1968), com edição crítica de William J. Entwistle.
[25] Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004), edição crítica de Giuliano Macchi.
[26] Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007), edição crítica de Giuliano Macchi, que conta também com a revisão do texto por parte de Teresa Amado.
[27] D. Pedro de Barcelos, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, volumes 1, 2, 3 e 4 (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009), com edição crítica de Luís Lindley Cintra, sendo o primeiro volume um estudo crítico do mesmo investigador.
[28] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta* (Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1942).
[29] Anónimo, *Crónica de Portugal de 1419* (Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998), com edição crítica de Adelino de Almeida Calado.
[30] Anónimo, *Estória do Condestável: crónica anónima* (Lisboa: CEHLE, 2011), edição fac-similada da primeira edição, (Lisboa: Germão Galharde, 1526), com edição crítica, estudo e enquadramento temporal de Manuel Cadafaz de Matos.

ser também de Fernão Lopes e outros simplesmente não lhe reconhecem nenhuma autoria.

A escolha das fontes mencionadas está sustentada numa visão da cronística mais diacrónica, não apenas restringida à *Crónica de D. João I*, mas às outras crónicas de Fernão Lopes, para se poder fazer uma melhor comparação da língua e do estilo do cronista num modo intertextual.

A utilização da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro, tem o fim de comparar a linguagem lopesiana com a de períodos anteriores. A utilização da *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes de Eanes Zurara, pretende comparar a língua e o estilo de Fernão Lopes com a deste último cronista, bem como ver as semelhanças e diferenças entre a segunda parte de *Crónica de D. João I* com a de Zurara, que é uma sua continuação.

Pretende-se, também, ver em que sentido é que a *Crónica da Tomada de Ceuta* evoluiu linguisticamente e estilisticamente em relação à segunda parte da *Crónica de D. João I*, e ponderar se a primeira não será um prolongamento da segunda, partilhando uma mesma autoria, talvez ambas de Zurara, ou se Lopes na segunda parte da sua crónica adaptou o seu estilo mais ao ambiente da corte de Avis, que gostava mais do panegírico, do que da alegada verdade defendida pelo cronista, aspeto que o cronista mais jovem aproveitou na sua crónica. Como dissemos no início do nosso texto, essas são apenas hipóteses a que ainda faltam estudo e a sua comprovação, que estamos ainda a elaborar.

As edições das crónicas que apresentamos nas nossas fontes de trabalho foram escolhidas por terem um aparato crítico que consideramos que se adequa ao nosso propósito. As edições são cuidadas, com prefácios de Lindley Cintra, na edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, bem como na *Crónica de D. João I, primeira parte*, que pensamos que são importantes de serem observados, bem como uma grande variedade de resultados de transcrições dos vários manuscritos, em que todas as variantes são apresentadas, o que facilita o estudo e nos dá uma maior perceção da história do texto manuscrito, tornando-se importante para a crítica textual, devendo nós ter em conta esse aspeto na avaliação da *Crónica de D. João I* e das restantes crónicas, para se ver em que sentido a língua e o estilo do cronista evolui.

4. Objetivos e Metodologia

O enquadramento do cronista no contexto histórico dos séculos XIV e XV torna-se necessário para um melhor entendimento da sua narrativa. De igual modo, o contexto da historiografia do tempo de Fernão Lopes, bem como das épocas anterior e posterior, também se torna importante para perceber a escrita do cronista. Da mesma maneira, a historiografia escrita por historiadores mais contemporâneos é necessária para perceber a evolução que tem tido essa temática. Porém, não nos vamos deter sobre aspetos históricos nem historiográficos de cronistas da época medieval nem de historiadores da época atual sobre Fernão Lopes, que apenas nos servem para enquadrar a obra do cronista.

O que mais nos interessa no nosso estudo é uma análise linguística e estilística da narrativa, pelo que os estudos narratológicos também nos poderão ser úteis, pois partimos da nossa constatação da existência de algumas diferenças a nível da narração e do estilo entre uma parte e a outra da *Crónica de D. João I*, em que pretendemos também incluir os estudos da linguística histórica.

Deste modo, a nossa metodologia aplica-se a estudar a língua de Fernão Lopes, uma vez que o domínio de uma análise bastante detalhada do texto escrito a partir de unidades mais pequenas como morfemas, lexemas e sintagmas, bem como de semas e sememas, no âmbito da semântica histórica, dão-nos uma maior visibilidade do modo de narrar do cronista.

Pretendemos, também, comparar as crónicas de Fernão Lopes entre si, numa análise intertextual, e com registos cronísticos de outros autores, do período, anteriores e posteriores, numa perspetiva mais intertextual.

5. Estrutura provisória do trabalho final

Pensamos dividir o nosso trabalho nos seguintes tópicos, embora essa seja uma divisão que consideramos que poderá sofrer mudanças, por ainda ser muito prematura:

1. Contexto Histórico – História Política dos Séculos XIV e XV, da época em que decorre a crónica e da época em que viveu Fernão Lopes, de modo a integrar os factos históricos com a perspetiva adotada pelo cronista face aos factos do seu próprio tempo e face aos constrangimentos de quem lhe encomendou a crónica, o rei D. Duarte, filho de D. João I.

2. Panorama historiográfico da cronística medieval, partindo-se da análise textual através das várias tradições discursivas das crónicas medievais, começando nas mais afastadas do tempo da *Crónica de D. João I*, como alguns textos ainda latinos, como o *Chronicum Lusitanum*, até crónicas posteriores, como a *Crónica da Tomada de Ceuta,* de Gomes Eanes de Zurara. Pretende-se neste tópico fazer uma comparação linguística, estilística e narratológica entre as várias crónicas ibéricas que poderão ter influenciado Fernão Lopes. O seu estudo mostra-se necessário para enquadrar melhor o modo de narrar e a língua do cronista num âmbito diacrónico. Esta parte mostra-se importante a nível de relações intertextuais entre crónicas do período medieval, pelo que a sua análise está em consonância com a terceira secção, que se mostra mais num domínio intratextual.
3. Análise da macroestrutura e da microestrutura da *Crónica de D. João I*. Análise Linguística, Estilística e Narratológica dos Capítulos, Parágrafos, Frases, Linhas e Palavras da *Crónica de D. João I*. Inclui-se na macroestrutura da nossa análise o estudo da abertura e do fecho dos capítulos e um índice dos vários títulos. Na microestrutura incluiremos uma análise mais detalhada dos capítulos, concentrando-nos mais nas frases e no léxico das mesmas, e mesmo nos morfemas que constituem esse último. Essa secção é a principal do nosso trabalho, a que se centra nos objetivos que nos interessam mais no nosso estudo. Desse modo, a presente parte mostra-se de grande valia para uma análise intratextual da escrita de Fernão Lopes, que poderá ser comparada com as outras crónicas do autor, para se apurar melhor o seu registo cronístico e o seu modo narrativo.

6. Primeiras Conclusões

Será de realçar que Fernão Lopes consegue tornar mais natural as falas das personagens e, daí, consegue ser mais original na maneira como arquiteta os seus diálogos, com um grande dinamismo entre as personagens, que resulta de uma conjugação de facto-efeito e pergunta-resposta, própria do discurso oral. Ou seja, a cadência do discurso torna-o mais verosímil, mais interessante e mais vivo, porque acaba por ser sempre movido por algum facto ou fala anterior, como acontece num contexto mais coloquial.

A provar o que dizemos, vejamos a seguinte passagem: "Em tamto Martim Vaasquez, huũ dos escudeiros que forom presos com Gill Fernamdez, quando o assi vio estar, disse comtreellle desta guisa: *Que he isso, Paae Rodriguez? Agora pagares vos o que fezestes a Gill Fernamdez e a seus paremtes. Nom sejaaes bravo comtra os mamssos,* disse elle, *ca eu assaz de mamsso estou.*"[31] Neste excerto, vemos a relação de causa-efeito enunciada, pois a fala de Martim Vaasquez necessita da resposta de Paae Rodriguez a nível de dinamismo da narrativa, que intensifica a agressividade das duas personagens, que levará à morte do segundo interlocutor, como vem logo a seguir: "E sobre esto se começarom de seguir a taaes palavras amtre elles, que Martim Vaasquez o matou e lhe cortou a cabeça…".[32]

Já Maria do Amparo Maleval falará a favor desse plano de narração de Fernão Lopes: "Para não falar na superioridade do seu plano ordenativo, norteado pelo princípio de causa e efeito…"[33] falando a autora nos "sumários explicativos e justificativos",[34] ao que se junta a organização cronológica da obra, aos quais consideramos, também se podem juntar a organização do discurso direto, na primeira parte. Quanto à segunda parte, consideramos que esta ordenação causa-efeito se perde, quer do ponto de vista do discurso direto, quer do próprio discurso argumentativo.

A primeira parte da *Crónica de D. João I* enriqueceu a tradição discursiva de que era herdeira, criando um dinamismo que não se encontra em crónicas anteriores. Por sua vez, a segunda parte da mesma crónica parece que efetiva uma mudança nesse rumo, pois o narrador dá-nos a resposta da personagem, como maioritariamente acontece nas crónicas medievais anteriores, a par de um discurso direto sem o dinamismo e o cruzar de diálogos entre personagens.

Há casos em que estamos perante uma situação de diálogo entre as personagens em que nunca é usado o discurso direto, mas o indireto, como no capítulo CXX, depois de se tratar a cláusula de casamento de Catarina, filha de John of Gaunt (pai também de Filipa de Lencastre) e de Constanza de Castela, com o futuro rei Henrique III de Castela, a noiva é trazida para o país do noivo:

---

[31] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte,* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 183.
[32] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte,* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 183.
[33] Maria do Amparo Maleval, *Fernão Lopes e a Retórica Medieval,* (Niterói – Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010), 64.
[34] Maria do Amparo Maleval, *Fernão Lopes e a Retórica Medieval,* (Niterói – Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010), 64.

> "O Duque disse *lhe prouguera muyto se podera seer; mas pois que assy era, que fezessem outra cousa que seria serviço de Deus e proveito dos regnos, saber: que os mercadores e os romeus de Castella e de Imgraterra fossem seguros per mar e per terra, especialmente os que quisessem vijr a Santiago.* Os mesegeiros diserom *que a razom era booa, mas que pemsauom que el-Rey seu senhor o nom podese fazer, segundo o trauto antre el e el-Rey de Framça posto…*".[35]

Como vemos, o discurso direto que aparece no excerto da primeira parte está ausente na segunda, optando-se pelo discurso indireto, o que retira dinamismo à ação. A reação causa-efeito fica atenuada e não há uma dramatização da narrativa como seria expectável caso o narrador tivesse adotado o modo discursivo da primeira parte. O leitor vê-se menos imbuído na atmosfera da crónica, como se fosse exterior a ela, ao contrário da passagem citada da primeira parte, em que ao ser usado o discurso direto, o leitor faz parte da própria ação.

Observando a disposição do discurso direto na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, muitas vezes a fala da personagem é um monólogo, como no capítulo CVIII, no qual o rei godo de Espanha Theuderigo faz um discurso em que investe no poder e aconselha o seu neto Amallarico.[36] A reação de Amallarico é-nos totalmente desconhecida e apenas sabemos a causa do discurso e nunca o efeito no alocutário. Essa forma de narrar é típica de uma tradição mais antiga em que se insere, se tivermos também em conta a IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra, em que o conde D. Henrique tem um discurso semelhante com o filho, o futuro rei D. Afonso Henriques. Essa perspetiva, como bem prova estes exemplos, torna a narrativa menos polifónica, pois temos acesso apenas a uma perspetiva dos acontecimentos.

Tal também acontece quando o narrador utiliza o discurso indireto, pois temos apenas a perspetiva do cronista e não da personagem. Não sabemos o que essa última sentiu nem o que pensou. A narrativa assimila a monofonia, em que apenas um fala sobre vários outros, neste caso, o narrador das suas personagens, e que parece ser estranha à primeira parte da *Crónica de D. João I*.

---

[35] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, segunda parte,* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1968), 249.
[36] D. Pedro de Barcelos, *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda: 2009).

Daí se concluir que a segunda parte, nessa temática, está mais próxima de uma tradição cronística que parece ir ao encontro dos atos de planeamento e composição textuais presentes na *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

Pensamos, também, que a capacidade argumentativa do cronista se encontra mais aprofundada na primeira parte. As fontes são mais exaustivamente comparadas e as referências a visões filosóficas do mundo são muito recorrentes. Além disso, os primeiros parágrafos de muitos capítulos começam com discursos metadiscursivos, ou seja, discursos de reflexão sobre a escrita do texto pelo próprio autor. Esse dado revela que o texto da primeira parte vai ao encontro de uma tradição anterior à medieval, nomeadamente da tradição discursiva clássica, referida pelo próprio Fernão Lopes no prólogo, onde se cita amiúde Cícero. Porém, a segunda parte da crónica, em que esses atos de composição textual se encontram ausentes, revela que se aproxima do modelo de tradições discursivas medievais, como a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

O cronista via-se como um compilador das fontes e escolhia-as criteriosamente, pois com a reflexão acerca do seu próprio trabalho ele podia explicar melhor o intuito com que o fazia, qual o seu papel e porque escrevia a crónica de determinada maneira, ou seja, porque escolhia umas fontes e não outras. Dessa forma, a sua metadiscursividade poderia tornar-se necessária nos atos de composição da escrita da crónica. Segundo explica o próprio cronista, o modo de narrar que utiliza pretende sempre dizer a verdade, com um censo de História objetivo e com distanciamento dos factos que narra.

A título de exemplo, encontra-se este início metadiscursivo no primeiro parágrafo do capítulo XXV da primeira parte da *Crónica de D. João I*: "Nom convem callar, posto que disto poucos livros façom meemçom, a maneira que o Meestre teve depois que fallou com frei Johane…".[37] Aqui, o narrador faz um juízo do que deve dizer e daquilo que os anteriores cronistas medievais não falaram, argumentando que ele deve falar nesses factos na sua crónica e não imitar os cronistas anteriores medievais. O autor julga que o devia fazer argumentando que a História devia ser objetiva e desapaixonada e mostrar os factos como eram e não como deveriam ser, como não o faziam muitos outros cronistas na sua época. Desse modo, o narrador faz o seu metadiscurso e argumenta a favor daquilo que irá narrar, criticando as suas fontes.

[37] Fernão Lopes, *Crónica de D. João I, primeira parte,* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973), 43.

Tal capacidade de argumentação, de planeamento de atos composicionais e de reflexão metadiscursiva segue uma orientação diferente daquela encontrada nos cronistas medievais anteriores a Fernão Lopes, como o conde D. Pedro. Por outro lado, a segunda parte parece assemelhar-se a esses modelos discursivos, pelo que se poderá dizer que a tradição discursiva da primeira parte da obra segue uma orientação diferente do que aquela utilizada pelos cronistas medievais, eventualmente mais original e mais inovadora.

Esses dados implicam que o narrador da primeira parte é muito mais objetivo e argumenta sempre a favor da verdade histórica. Já o da segunda parte, não argumenta tanto nem parece muito interessado nos argumentos, o que demonstra que este não tem uma visão tão objetiva da História como o da primeira parte. Isso implica que as duas partes seguem tradições discursivas distintas, assemelhando-se, nesse caso, a segunda parte, às tradições discursivas medievais anteriores a Fernão Lopes.

Deste modo, tendo em conta o que dissemos, consideramos que a primeira parte segue uma tradição discursiva diferente, talvez em que inova mais e é mais complexa em relação a muitos aspetos da tradição discursiva herdada por Fernão Lopes, enquanto que a segunda parte parece ir mais ao encontro dessa mesma tradição. Daí, termos duas hipóteses: ou Fernão Lopes alterou o seu estilo, talvez com intuitos diferentes dos da primeira parte, ou, talvez, a segunda parte possa ser de outro cronista.

Parece-nos que a primeira hipótese é a mais correta, pois Fernão Lopes poderia ter assimilado a tradição discursiva anterior, que seria mais do agrado da corte para a qual trabalhava e de quem deveria fazer o panegírico. Desse modo, o horizonte de expetativa da corte estaria mais de acordo com as crónicas do conde D. Pedro. Aliás, quanto ao panegírico, na primeira parte nota-se um lado mais pessoal nas personagens, em que D. João I aparece tanto como um herói, ao mesmo tempo que aparece com características menos heróicas, como sendo cobarde e também alimentando uma certa ambição pela sua ascensão ao trono. Um aspeto a assinalar, na segunda parte, é o panegírico do fundador da dinastia de Avis ser total. A primeira parte da crónica poderia não ter agradado ao rei que lha encomendara, nesse caso, o filho de D. João I, o rei D. Duarte, de modo que Fernão Lopes poderia ter alterado o seu estilo tendo em consideração esse fator.

A assimilação de uma tradição discursiva anterior, que também tinha como objetivo o panegírico de certas personagens reais, mas também a assimilação dos

modelos discursivos anteriores que eram próprios à corte, em que se destacava a falta de argumentação (em que uma certa visão dos factos é dada como certa sem nenhuma investigação e sem nenhum questionamento), a falta de dinamismo do texto, a presença do discurso indireto, uma visão menos polifónica da ação, a presença de um grande teor panegírico, poderia ir ao encontro daquilo que a corte estava mais habituada e que conhecia de crónicas anteriores. Daí, poder resultar que essas diferenças estilísticas possam estar ligadas a um maior amadurecimento de Fernão Lopes na corte avisina, em que provavelmente acabará por adotar os seus gostos e irá ao encontro do estilo de narrar que essa última conhecia e apreciava.